

# SINDICATOS, CARISMA & PODER

---

O PTB DE 1945-65

MARIA CELINA D'ARAUJO



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
EDITORA

*Em outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 extinguiu todos os partidos políticos criados a partir da democratização de 1945 e impôs o bipartidarismo. Ao retornar o multipartidarismo após 1978, houve disputa, e acirrada, apenas pela sigla do velho PTB, desprezando-se a de partidos mais fortes como o PSD e a UDN. Que tinha o PTB de especial para provocar tal disputa? Suas características ainda se projetam nas organizações e pessoas que reivindicam sua herança?*

*Estas são as perguntas iniciais que se faz Maria Celina D'Araujo em seu novo livro. A autora parte em busca da alma do antigo PTB em estudo que confirma as qualidades de pesquisadora cuidadosa, já reveladas em seu primeiro livro sobre o segundo governo Vargas. Apoiada em sólido material de pesquisa, garimpado em arquivos pessoais, sobretudo nos que estão depositados no CPDOC, e em entrevistas com os principais líderes do antigo PTB, ela nos leva a refazer a trajetória do partido, desde a fundação em 1945, fruto temporão da ditadura estado-novista, até a extinção em 1965, vítima da nascente ditadura militar.*

*A alma do PTB revelada pela autora é uma alma dilacerada. O partido propunha trazer os trabalhadores para a política, mas recorria ao clientelismo e ao corporativismo como mecanismos de cooptação. O partido pretendia inserir o trabalhismo varguista no jogo democrático, mas*

SINDICATOS,  
CARISMA  
&  
PODER



# SINDICATOS, CARISMA & PODER

---

O PTB DE 1945-65

MARIA CELINA D'ARAUJO



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
EDITORA

ISBN 85-225-0193-9

Direitos desta edição reservados à Fundação Getulio Vargas

Praia de Botafogo, 190 — 22.253-900

CP 62.591 — CEP 22257-900

Rio de Janeiro, RJ — Brasil

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

Copyright © Fundação Getulio Vargas

1ª edição — 1996

*Copidesque:* Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães

*Editoração eletrônica:* Denilza da Silva Oliveira e Simone Ranna

*Revisão:* Fatima Caroni

*Produção gráfica:* Helio Lourenço Netto

*Índice:* Simone Kropf

*Capa:* Tira linhas studio

Araújo, Maria Celina Soares d'.

Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65/Maria Celina D'Araújo — Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

192p.

Inclui bibliografia e índice.

1. Partido Trabalhista Brasileiro. 2. Brasil — Política e governo. I. Fundação Getulio Vargas. II. Título.

CDD 329.981

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>7</b>
CAPÍTULO 1	
<b>RAZÕES DO SUCESSO</b>	<b>9</b>
O resgate de uma velha legenda	9
O PTB entre a tradição e o carisma	16
CAPÍTULO 2	
<b>OS SINDICATOS VÃO AO PARTIDO</b>	<b>21</b>
Um partido para muitas missões	21
Dirigentes sindicais comandam um partido	25
Sindicalistas e ministerialistas no PTB	33
O PTB dividido frente ao governo Dutra	36
CAPÍTULO 3	
<b>AS ELITES VÃO AO PTB</b>	<b>43</b>
O partido se aproxima das elites	43
Ajudando a cassar o PCB	47
A gestão Salgado Filho	51
Às ordens de Vargas	54
O PTB e as eleições de 1950	57
CAPÍTULO 4	
<b>A OLIGARQUIZAÇÃO PARTIDÁRIA</b>	<b>61</b>
A centralidade das chefias	61
O PTB e seus inimigos no Distrito Federal	61
O “centralismo democrático” do PTB carioca	67
A marcha da parentela	69
O mandonismo de Lutero Vargas	72
São Paulo — pelegos, empresários e livre-atiradores	75
CAPÍTULO 5	
<b>O PARTIDO E O GOVERNO</b>	<b>85</b>
A estrutura interna do PTB	85

O partido chega ao poder	88
O PTB de João Goulart	91
O partido deixa o governo	97
A dispersão do carisma	100

## CAPÍTULO 6

<b>A OPÇÃO ELEITORAL E REFORMISTA</b>	<b>105</b>
Os petebistas nas eleições de 1955	105
Controle interno e atuação parlamentar reformista	112
PTB e militares: a Frente de Novembro	115
O partido e as eleições de 1958	118

## CAPÍTULO 7

<b>DAS REFORMAS AO GOLPE</b>	<b>121</b>
Partido de governo e de oposição	121
O MTR e o grande cisma no PTB	125
A sucessão de 1960	129
O PTB no governo Jânio Quadros	134

## CAPÍTULO 8

<b>ASCENSÃO E QUEDA DO PTB</b>	<b>139</b>
O 7 de setembro do PTB	139
Goulart perde o controle do PTB	142
A dupla estratégia do PTB	147
O partido e o Ministério do Trabalho	150
A crise do partido e do regime	153

## CAPÍTULO 9

<b>ATO FINAL</b>	<b>159</b>
Quando a desconfiança é a regra	159
Apelando aos quartéis	162
O equívoco das massas	163
A queda	165
Considerações finais	168

<b>BIBLIOGRAFIA CITADA</b>	<b>171</b>
----------------------------	------------

<b>ÍNDICE</b>	<b>181</b>
---------------	------------

# AGRADECIMENTOS

Todos os trabalhos acadêmicos que implicam anos de pesquisa acumulam débitos com várias pessoas e instituições. Este livro não foge à regra. Ainda que em curtas palavras, quero registrar meu reconhecimento àqueles que de alguma maneira me propiciaram as condições para que eu chegasse a este ponto. Sem estabelecer uma ordem de prioridades e de importância, vou mencioná-los e, se omissões houver, ficam por conta dos lapsos imperdoáveis da minha memória. No Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, onde trabalho há mais de duas décadas, pude me beneficiar de condições excepcionais para a investigação da recente história política brasileira. Na Universidade Federal Fluminense, instituição na qual ensino ciência política, pude contar com a compreensão de colegas, com estímulos e sugestões. No IUPERJ, realizei meus estudos de pós-graduação e apresentei uma primeira versão deste trabalho como tese de doutorado. Meu reconhecimento e admiração aos professores desse instituto são notórios e só posso mais uma vez registrar a dívida que com eles acumulei em minha formação profissional.

No ano letivo de 1994/95, fui contemplada pela Comissão Fulbright, em convênio com a Capes, com uma bolsa de pós-doutorado junto à Universidade da Flórida, no Center for Latin American Studies. Este foi um período intelectualmente proveitoso, pois me permitiu, entre outras coisas, rever os originais do trabalho e dar-lhes uma segunda versão, mais adequada à publicação. Por intermédio dos professores Marco Antônio Rocha e Terry McCoy quero agradecer a essas instituições a oportunidade que me propiciaram.

No campo das relações pessoais a lista também é extensa e por isso ficará incompleta. Amaury de Souza e José Murilo de Carvalho acompanharam esta pesquisa desde o início e sempre apresentaram sugestões criativas e inteligentes, que minha falta de talento e arte me impediu de melhor aproveitar. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Victória de Mesquita Benevides e Ely Diniz também ofereceram importantes comentários, que me ajudaram a reescrever o trabalho original.

Não poderia deixar de estender meus agradecimentos aos entrevistados mencionados neste livro. Foram, ao todo, muitas horas de gravação e de paciência por parte dessas pessoas, cuja compreensão me foi imprescindível. Meu reconhecimento também à presidência do STE em Brasília e aos funcionários de seu



arquivo, os quais me permitiram uma longa consulta aos papéis e registros oficiais do PTB.

Para além da academia há portos seguros cimentados de afeto que tornam os momentos de criação intelectual mais agradáveis, ainda que por vezes sejam áridos e angustiantes. Nas horas espinhosas nunca me faltaram a palavra amiga da família e o sorriso dos filhos. Por isso mesmo este livro está sendo dedicado a Milton, Luana e Caetano.

## RAZÕES DO SUCESSO

### O RESGATE DE UMA VELHA LEGENDA

Entre os anos de 1979 e 1981 a sigla PTB — Partido Trabalhista Brasileiro — foi alvo de intensa disputa junto à Justiça Eleitoral. Exatamente 35 anos após a criação dessa legenda partidária, e 15 anos após sua cassação por ato institucional do governo militar instaurado em 1964, o PTB despertou acirrada cobiça entre antigos militantes, muitos dos quais haviam sido exilados ou tido seus direitos políticos cassados. Havia entre eles consenso quanto à tradição da sigla no espectro partidário brasileiro e quanto à centralidade da figura política de Getúlio Vargas como expoente trabalhista, cuja memória deveria ser resgatada na reconstrução do partido. As divergências se davam quanto ao teor das relações a serem estabelecidas com o governo e, principalmente, quanto à pessoa ou ao grupo que deveria liderar a nova agremiação. Ao estilo do velho PTB, despontava no cenário uma disputa envolvendo as posições internas de mando.

A expectativa, no início de 1979, era de que a reforma partidária prevista pela Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, viesse, como de fato ocorreu, a extinguir o bipartidarismo imposto em 1965 pela ditadura militar e, conseqüentemente, a autorizar o surgimento de novos partidos, permitindo ainda a utilização das siglas existentes no pré-64 que haviam sido banidas da vida e do vocabulário político do país. Depois de vários encontros no Rio de Janeiro, em São Paulo e no exterior entre ex-petebistas exilados e políticos atuantes de vários matizes, além de sindicalistas, dois PTBs estavam bem delineados. De um lado tínhamos o trabalhista histórico Leonel Brizola, um dos principais atores no processo de radicalização política que o país experimentara às vésperas do golpe de 1964 e que, ainda no exílio, apregoava uma atualização ideológica do PTB para revesti-lo de tendências socialistas mais contemporâneas. Concorrendo com Brizola, aparecia a figura de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas, ligada portanto à tradicional parentela que havia dominado as instâncias decisórias do antigo PTB, e que contava então com facilidades concedidas pelo poder público. Essas facilidades estavam fundamentadas no temor que os dirigentes políticos nutrissem acerca do retorno de Brizola ao país e do sucesso eleitoral que pudesse vir a ter caso

viesse a dispor de um instrumento partidário de fôlego como ainda parecia ser o velho partido.

A disputa pela sigla e os acontecimentos que se seguiram mostram que a redemocratização da sociedade brasileira ainda teria que passar por vários testes. A anistia que se planejava na época, bem como a nova institucionalização que se pretendia construir visando a situar o país na rota da redemocratização se fariam acompanhar de vários retrocessos e temores quanto à capacidade do país de absorver antigos políticos exilados e/ou cassados. Entre estes havia, por parte do governo, uma espécie de hierarquização, estabelecendo aqueles que seriam mais ou menos benquistos. Leonel Brizola e Ivete Vargas estavam, nesse caso, em campos opostos: o primeiro era alvo de restrições, enquanto a segunda era encarada como pessoa propícia a ganhar a confiança do governo. Não se tratava portanto de um mero exercício de cumprimento da legislação partidária. Estavam em jogo interesses políticos que remetiam a um projeto de transição, controlado do alto, tal como desenhado por seus mentores. Por outro lado, cabe indagar por que velhos colegas de partido não conseguiram, naquela ocasião, se abrigar sob uma mesma legenda. Cremos que no desenvolvimento deste trabalho a resposta ficará clara. Ou seja, falaremos aqui de um partido de origem carismática, extremamente marcado por personalismos e que girou em torno da disputa pelo legado trabalhista de Vargas. O personalismo estava na sua origem e a competição entre lideranças secundárias pelo comando da agremiação marcou sua história e seu retorno.

Em 26 de março de 1979, data oficial do aniversário de fundação do antigo PTB — e ainda antes da regulamentação da Emenda Constitucional nº 11, que só ocorreria em dezembro, com a Lei nº 6.767 —, o grupo ligado à ex-deputada Ivete Vargas lançou o manifesto do Partido Trabalhista Brasileiro, um documento que procurava, em estilo literário pouco convincente, resgatar aquele legado e dar início formal à reorganização do partido. Assinado por 107 pessoas, o manifesto começava lembrando as origens históricas do PTB: “O PTB surgiu em 1945, com a redemocratização do país, e sob a inspiração do ideário de Getúlio Vargas, para ser um instrumento de ação política, na defesa das conquistas dos trabalhadores e assalariados em geral e do pugnar pelos legítimos interesses da sociedade brasileira em seus anseios de libertação econômica, justiça social, integridade e respeito aos direitos do cidadão e prevalência do conceito de Nação sobre o Estado [...] Para os trabalhistas, Getúlio Vargas foi a síntese de três fundamentos de nosso programa: Democracia — afirmação autêntica e livre da vontade nacional; Trabalhismo — defesa dos anseios daqueles que são o arcabouço da estrutura do país;

Nacionalismo — esforço coletivo para a criação da Pátria grande e comum e o protesto contido na denúncia histórica da espoliação do povo brasileiro pelo capital internacional” (TSE, 1983:66).

A exemplo de todas as correntes trabalhistas, aqui também era enfatizada a Carta Testamento de Vargas, de agosto de 1954, como o texto original e revelador que daria a orientação a ser seguida pelo partido. As diretrizes eram traçadas longamente, abarcando nada menos que 17 aspectos da definição do trabalhismo. Tratava-se, contudo, de um programa abrangente e até convencional, que fazia da antiga sigla e do nome de Getúlio seu principal argumento de autoridade e de originalidade.

Em abril de 1979, o outro grupo, através de uma Comissão Provisória Nacional do PTB, deu entrada, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, a um pedido de registro da mesma sigla.<sup>1</sup> Esta iniciativa era também uma solicitação antecipada, pela qual os interessados — todos ligados ao ex-governador Leonel Brizola, que ainda se encontrava exilado — buscavam assegurar o registro da agremiação, para cumprir posteriormente as demais exigências que a lei viesse a determinar. Com uma pauta que incluía a valorização do trabalho, a defesa do direito de greve, da liberdade sindical, da justiça social e do nacionalismo, este PTB pleiteava, em termos de ação imediata, “a reintegração do Brasil à vida democrática” e estabelecia que as bases da ação trabalhista deveriam ser definidas a partir de dois “documentos fundamentais”: “a Carta Testamento do nosso líder presidente Getúlio Vargas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.<sup>2</sup>

Em meados de 1979, foi realizada em Lisboa uma reunião denominada Encontro de Trabalhistas do Brasil com Trabalhistas no Exílio. O documento ali produzido, que ficaria conhecido como Carta de Lisboa, permite examinar as proposições trabalhistas e as preocupações políticas do grupo ligado a Brizola. A Carta está marcada por dois aspectos: a preocupação com a restauração imediata da democracia no país e o estabelecimento das diretrizes que deveriam fundamentar a reconstrução do partido. “O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos deparamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos

---

<sup>1</sup> TSE, 1983:70. Os interessados neste caso, signatários do pedido, eram Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro, Cibilis Viana, Eduardo Chuhay, Moniz Bandeira, Trajano Ribeiro, Carlos do Couto Ferraz e Adalberto Ribeiro da Silva Neto.

<sup>2</sup> TSE, Processo nº 22/79.

proscritos. Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe [...] O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis às energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária [...] e a regulamentação do capital estrangeiro.”<sup>3</sup>

Nesse manifesto, o partido a ser formado se autodefinia ainda como um caminho para a construção do socialismo brasileiro. Pleiteando independência junto à esquerda brasileira, esse PTB deveria enquadrar-se em uma moderna concepção de socialismo democrático e, portanto, pluripartidário. É com base nesse argumento que o próprio Brizola e vários de seus adeptos iriam criticar duramente as posições “frentistas” do recém-criado Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O PMDB pregava que a oposição não deveria comprar a miragem do pluripartidarismo, devendo se unir em torno daquele que era o sucessor do MDB — Movimento Democrático Brasileiro —, partido criado pela ditadura em 1965, quando da imposição do bipartidarismo tutelado, como um simulacro de oposição, mas que se convertera na grande válvula de escape da sociedade brasileira contra os excessos do regime, particularmente em seus tempos mais duros.<sup>4</sup> Investindo contra essa corrente “frentista”, esses antigos trabalhistas procuravam dar legitimidade ao PTB, advogando a atualidade de seu passado e a pertinência de um modelo plural e democrático para a sociedade brasileira. Nesse sentido, o partido era não só legítimo como uma necessidade.

Ao retornar ao Brasil em setembro de 1979,<sup>5</sup> logo após a decretação da anistia, Leonel Brizola esclarecia as linhas programáticas do seu PTB: “É um partido de esquerda. Sempre foi e continuará a ser [...] O que nos distingue das outras correntes de esquerda é, justamente, darmos ênfase aos problemas e aos programas concretos”. Entre eles citava “duas prioridades absolutas. A primeira,

<sup>3</sup> *Cadernos trabalhistas* (2):19, 1980. Ao fim do documento encontra-se a lista dos assinantes da Carta.

<sup>4</sup> Sobre o MDB e o PMDB, ver Kinzo, 1988 e 1994.

<sup>5</sup> O retorno de Brizola foi revestido de uma relação simbólica com Getúlio Vargas: seguindo direto para São Borja, terra natal de Getúlio, de lá começou a emitir prudentes declarações políticas.

salvar as crianças [...] A segunda prioridade são as populações marginais do campo, das favelas, das grandes cidades”.<sup>6</sup>

Sem fornecer tantos argumentos, o grupo de Ivete também destacava a importância do PTB em termos de uma proposta nacionalista e da ênfase na legislação social, mas criticava o grupo de Brizola pela insistência em dar ao partido um conteúdo “socialista”, o que, nos dizeres de Ivete, era uma distorção do passado trabalhista: “Nós não somos um partido socialista, não somos pela abolição do capitalismo, pela abolição das classes sociais, mas somos um partido socializante. E essa socialização só se fará na medida em que fortalecermos o Estado e que esse Estado seja competente e honesto”. A seu ver, o PTB se desvirtuaria filiando-se à Internacional Socialista, tal como queria Brizola. Era, nos dizeres de Ivete, um partido que estava no “subconsciente do povo [...] sem exageros ideológicos, sem sectarismos” (Vargas, I., 1978 e 1979).

Em meio a esse debate sobre os “verdadeiros” herdeiros do partido e a todas as imprecisões sobre o destino que lhe deveria ser traçado em termos ideológicos, a 12 de maio de 1980 a Justiça Eleitoral tomou a decisão de entregar a legenda a Ivete e, ato contínuo, indeferiu o pedido do outro grupo. Num gesto simbólico e de forte apelo emocional, Brizola rasgou publicamente a sigla do velho partido.

Definida a posse da legenda, o novo PTB legalmente criado passou a definir sua atuação por uma linha de colaboração com o governo do general João Batista Figueiredo, deixando de lado as antigas bandeiras de propaganda e de agitação eleitoral que lhe haviam dado alento e identidade em seus tempos áureos. Entre elas, o nacionalismo, as reformas e os interesses dos trabalhadores. Isso iria ficar claro em novembro de 1983, quando o partido votou a favor da política salarial do governo militar (Decreto nº 2.065), depois de haver firmado, meses antes, uma aliança com o partido governista, o Partido Democrático Social — PDS.

Antes disso, nas eleições de 1982, Ivete Vargas conseguira para seu partido adesões de nomes expressivos na política nacional, não necessariamente vinculados a um passado trabalhista. Alguns, como Sandra Cavalcanti, no Rio de Janeiro, eram, ao contrário, antitrabalhistas históricos. Outros, como Paulo Pimentel, no Paraná, e Jânio Quadros, em São Paulo, embora não fossem antitrabalhistas, estavam longe de ser integrantes históricos do PTB. Nas palavras de Carlos Castello Branco, emi-

---

<sup>6</sup> Entrevista a *Veja*, 29-8-1979.



nente jornalista político, o PTB, com essas alianças, “ganhou viabilidade eleitoral, mas perdeu seu vínculo com o passado” (Castello Branco, 1988:80).

Derrotado por Ivete, Brizola acabou formando o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, cujo registro provisório foi concedido por unanimidade pelo TSE em setembro de 1980 e cujo registro definitivo foi aprovado em novembro de 1981. De toda forma, Brizola levou nítida desvantagem nessa longa quizila em torno de legendas. Seu PDT era uma sigla a ser construída junto ao eleitorado e precisava ganhar visibilidade política. Mas, como o antigo PTB, era também um partido de concepção personalista: o PDT era o partido de Brizola, e essa paternidade era mais importante do que seu nome oficial.

Nos primeiros momentos da reforma partidária foi grande a expectativa quanto à capacidade eleitoral do petebismo. Embora o PMDB continuasse sendo o maior partido de oposição, no Rio de Janeiro, por exemplo, perdeu todos os seus senadores e metade de sua bancada federal para os novos partidos. A maior parte desses parlamentares foi para o PTB. Assim como no Rio Grande do Sul, o trabalhismo getulista era ainda forte no Rio de Janeiro e a influência exercida pela legenda, ainda considerável. Essa migração para o PTB fluminense evidenciava que “o poder de atração exercido pela sigla do PTB tinha origem na expectativa generalizada de que se pudesse resgatar, por seu intermédio, o prestígio e a força eleitoral da tradição trabalhista no Rio de Janeiro” (Souza et alii, 1985:9).

Entretanto, tanto no Rio de Janeiro quanto no Rio Grande do Sul, acabou por triunfar o trabalhismo brizolista e não o PTB de Ivete, não obstante seu sucesso inicial, principalmente no caso fluminense. Já os petebistas de São Paulo, repetindo a tradição do antigo partido, reuniram-se em torno de Ivete que, assim como Brizola, celebrou alianças com forças sem qualquer identificação com o trabalhismo histórico. De qualquer sorte, provou ser correta a expectativa de substancial popularidade do antigo trabalhismo. Prova disso é que, em inícios da década de 90, as bancadas do PTB e do PDT, somadas, representavam a terceira força no Congresso Nacional, repetindo a situação do pós-46. Dividido em duas agremiações, o petebismo confirmava não só uma longa história de ambigüidades, mas também a força da sigla no imaginário dos antigos militantes.

Por que não ocorreu a mesma disputa em torno de outras siglas extintas em 1965, particularmente as do PSD (Partido Social Democrático) e da UDN (União Democrática Nacional)? Por que outras siglas do pré-64 não foram resgatadas? O que tornava a sigla do PTB tão cobiçável? Por que diferentes grupos a disputaram? Como entender que em fins da década de 70 antigos personagens do

petebismo ainda competissem entre si pela herança política de Vargas e do velho PTB?

Para responder a essas indagações é importante recapitular alguns fatos:

- ❑ Primeiro, o antigo PTB foi o partido que mais cresceu eleitoralmente de 1945 até 1962 — data das últimas eleições nacionais anteriores ao golpe militar de 1964.
- ❑ Segundo, consolidou-se associado a uma crescente atuação na área sindical e a uma prática governista, o que lhe rendeu certa plasticidade, permitindo identificá-lo como um “partido dos pobres no poder”.
- ❑ Terceiro, foi, de 1945 até 1964, o principal aliado na coalizão de poder que elegeu e sustentou a Presidência da República.
- ❑ Quarto, foi o centro eleitoral de irradiação de uma ideologia nacionalista que demandava “mudanças estruturais”. Primeiro partido moderno de massas do país solidamente apoiado no voto metropolitano, o PTB se tornou o principal fórum de agitação e debate do ideário nacionalista e das reformas de base.
- ❑ Quinto, o partido era governo em 1964 quando o golpe militar interrompeu o regime da Constituição de 1946. Nessa condição passou à história como a principal vítima da quebra da legalidade. Com o golpe, o presidente deposto, João Goulart, reconquistou prestígio como o principal herdeiro do trabalhismo de Vargas. Ambos, Vargas e Goulart, foram lembrados pelos seguidores como pessoas escorraçadas do poder pelos “poderosos”, contrários aos interesses populares.
- ❑ Sexto, sempre esteve associado a uma pregação ideológica e a uma estratégia eleitoral que faziam dos trabalhadores e das reformas seus alvos privilegiados.
- ❑ Finalmente, em torno do partido e do imaginário popular construído a seu redor sempre esteve a figura de Vargas, transformada muitas vezes em argumento de autoridade auto-explicativo.

Ou seja, personalismo, doutrina e ideologia, associados a bom desempenho nas urnas e a facilidades junto aos sindicatos e ao poder, fizeram do velho partido um caso excepcional de sucesso. Por trás desse sucesso sempre esteve um certo tom heróico atribuído ao fato de que, a exemplo de Vargas, elegia o trabalhador como interlocutor e como alvo de suas ações. Além do mais, o partido projetara as mais expressivas lideranças populares do período, todas, aliás, cassadas depois

do golpe: produzir “mártires” foi também uma de suas facetas. O principal fora o próprio Getúlio.

Nosso foco de análise será a estrutura interna de poder e as ambíguas estratégias políticas e eleitorais adotadas pelo partido para sua consolidação e expansão. Trataremos também de analisar sua incapacidade de enfrentar constrangimentos internos e externos, o que acabou esgotando suas possibilidades e contribuindo para solapar a estabilidade das instituições democráticas brasileiras. Não obstante seu sucesso eleitoral, não houve no PTB uma estratégia definida nas relações com o governo e com as bases eleitorais para a manutenção de um padrão democrático duradouro. Este fator, associado a um processo interno de mando intolerante e caudilhesco, levou o PTB a uma situação insustentável, que alimentou a própria crise do regime.

## O PTB ENTRE A TRADIÇÃO E O CARISMA

A atuação de um partido é menos produto de sua ideologia, programa ou base social do que da forma pela qual os conflitos e lutas internas pelo poder são administrados e eventualmente resolvidos. Este é o argumento central deste trabalho, que examinará o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) desde sua fundação, em 1945, até 1965. O desenvolvimento dessa hipótese baseia-se na concepção michelsiana (Michels, 1982) de que, sejam quais forem suas diferenças programáticas ou de militância, partidos políticos são fundamentalmente organizações cujos objetivos e estratégias não decorrem automaticamente nem de sua base social nem de seus compromissos doutrinários.

Segundo Panebianco, as hipóteses tradicionais tendem a privilegiar a influência de fatores exógenos à organização partidária na determinação das escolhas e do comportamento dos partidos (Panebianco, 1988). A primeira hipótese, de nítido corte sociológico, vê o partido político como reflexo de suas bases sociais. Sob essa ótica, a vida política partidária encontra sua lógica nos entrelagos de interesses de uma sociedade dividida em grupos ou classes sociais distintas. E seria precisamente a clivagem entre privilégio e carências que determinaria o alinhamento dos partidos políticos ao longo de um contínuo polarizado entre a defesa do *status quo* e a reforma social. Outra hipótese, de inspiração teleológica, entende que a ação dos partidos não é determinada pela pressão de demandas externas, e sim pela tentativa de realização de metas ideológicas ou programáticas. Em ambos os casos subestimam-se vários dilemas concernentes à questão organizacional e atri-

buem-se objetivos aos partidos para, em seguida, a partir desses objetivos, deduzir-se suas atividades e organização. Em ambos os casos também se opta por ignorar que os partidos políticos distinguem-se de outras formas de organização por atuarem em uma arena específica — a arena política. As atividades que ali desenvolvem é que os definem como partidos, não as metas de seus programas ou a composição social de seus militantes e eleitores.

Outro aspecto negligenciado pela literatura recente é a origem partidária. Em clássicos como Weber, Michels, Duverger e Ostrogorski os partidos foram estudados como organizações, e sua formação e dinâmica interna sempre foram um dos pontos altos a merecer exame. Recentemente, contudo, ainda segundo Panebianco, a ênfase recai nos sistemas partidários, nas demandas eleitorais, nos grandes processos e nas relações com as classes sociais. Perdeu-se de vista a perspectiva da abordagem interna e retomá-la é uma forma de voltar a uma vertente clássica da literatura. Com estudos desse teor, apesar de toda a diversidade de casos que possam existir, é possível chegar a modelos analíticos que permitam comparações dentro de países e entre experiências internacionais.

Nessa linha de raciocínio, Pizzorno lembra que se pode admitir um processo evolutivo na constituição dos partidos como organizações (Pizzorno, 1976). Esse processo consistiria em passar da esfera da solidariedade, na qual predomina a definição da identidade específica de uma comunidade, para a esfera do interesse e da lógica da competição. A institucionalização da organização partidária dá-se precisamente na passagem de uma esfera à outra. Ao institucionalizar-se, o partido define-se em torno de um conjunto interno de interesses e, em consequência, a ideologia que presidiu sua constituição torna-se latente e os interesses coletivos originais são relegados a segundo plano. Administrar o equilíbrio dos interesses internos torna-se também um objetivo central e a liderança passa a ser valorizada pela sua capacidade de controlar zonas de incerteza em seu interior. Assim, a maneira pela qual os partidos enfrentam as lutas internas e a forma pela qual se dá a distribuição de poder oferecem a chave para o entendimento de sua atuação na arena política.

A evolução de um partido político está também intimamente ligada ao momento de sua fundação e ao modelo que lhe deu origem. Ou seja, a origem de um partido, apesar de ser tema pouco explorado pela literatura recente, é, ainda segundo Panebianco, um fator explicativo importante para o entendimento de sua consolidação. Isto é, a par do processo de institucionalização existe um processo genético igualmente relevante que nos mostra como os fatores que presidiram a

formação de um partido têm ingerência crucial sobre seu destino. Nesse sentido, o autor oferece algumas possibilidades em termos de uma tipologia sobre a gênese partidária. O primeiro fator a considerar seria o grau de penetração e de difusão territoriais. Quando o centro da organização partidária incentiva a criação de estruturas locais, dá-se a penetração territorial, o que normalmente leva a uma estrutura centralizada. Os partidos conservadores podem, por exemplo, ser definidos pela existência de um centro político nacional que controla a periferia e o poder local. Os partidos liberais, por sua vez, tendem a se formar seguindo o processo da difusão, o que evidencia a capacidade das elites locais de formar organizações partidárias e integrá-las a uma estrutura nacional de poder. Nesses casos, a organização local se desenvolve mais espontaneamente e o partido assume um aspecto mais federativo.

O segundo fator focaliza a existência ou não de uma instituição patrocinadora — igreja, órgãos econômicos, grupos políticos regionais ou internacionais — no momento da criação do partido. Nesse caso, a instituição patrocinadora pode vir a ser a principal fonte de legitimação da organização partidária e a ela serão dirigidas as lealdades dos ativistas e eleitores.

O último fator a ser considerado é a presença ou não de uma personalidade dominante — um líder carismático — nos primórdios da fundação de um partido.<sup>7</sup> Nesse caso, é ele quem define as metas ideológicas, identifica a base social e estabelece a identidade entre sua imagem pessoal e a do partido. O partido é o instrumento das idéias do seu criador, sendo o carisma pessoal deste que empresta autoridade e legitimidade àquele.

Partidos com essa marca de origem são normalmente instáveis e dificilmente sobrevivem à morte do chefe. A baixa institucionalização é compensada pela presença de uma coalizão interna dominante, reunida em torno do líder, e as lutas internas processam-se apenas entre os membros desse escalão dirigente, nunca contra o líder a quem as lealdades são prestadas. Naturalmente, o processo de institucionalização em tais partidos é lento, pois nem o líder, nem a coalizão de seguidores que o cercam tem interesse em fortalecer a institucionalização partidária e correr o risco de perder o controle sobre ela. Por essa razão, pelo menos enquanto o líder fundador estiver presente, o partido carismático caracteriza-se pela centralização decisória e pela ausência de regras explícitas de funcionamento. Os cargos são dis-

---

<sup>7</sup> Sobre o assunto, além de Panebianco, 1988, ver Madsen & Snow, 1991.

tribuídos segundo as preferências do líder, e a organização decorre dessa delegação pessoal de poder. Em consequência, o conflito interno é constantemente estimulado entre os seguidores, que competem entre si para ganhar as boas graças do líder.<sup>8</sup>

Em suma, o carisma como base da organização partidária leva a uma ênfase extremada na importância dos laços pessoais entre os seguidores e o líder, constituindo-se em irrefreável força contra a adoção de práticas administrativas que ameacem a base relacional do poder no seu interior. Mas a inevitabilidade do desaparecimento do líder fundador também exige a definição de formas de convivência interna que assegurem a sobrevivência do partido. Este é o dilema do partido carismático: como rotinizar o carisma do líder fundador, transformando o carisma “pessoal” em “oficial” e transferindo para o partido a lealdade antes devida ao líder. Desaparecer como coletividade organizada é o preço da incapacidade de institucionalizar-se.

Se o partido carismático seguir a via da institucionalização, esta pode ocorrer de duas formas. A primeira é a estruturação burocrática, através da qual o partido abandona seu espírito missionário e adota rotinas e regras impessoais de funcionamento. Pode também tradicionalizar-se pelas mãos dos seguidores mais fiéis, que reivindicam para si a prerrogativa de dar continuidade à obra do líder fundador, disseminando seu exemplo de ideário. A memória do líder seria o cimento através do qual o partido obteria unidade e continuidade.

A evolução de dois partidos carismáticos clássicos ilustra as possibilidades de sobrevivência e consolidação para além do líder fundador. O Partido Gaullista (*Rassemblement du Peuple Français* — RPF) é um caso bem-sucedido de partido que conseguiu sobreviver ao desaparecimento do líder rotinizando seu carisma pela via racional e tradicional. O Partido Nacional Socialista Alemão, por sua vez, é o caso oposto: desapareceu junto com o fundador. Apesar das diferenças que os separavam em termos ideológicos, ambos os partidos tiveram em comum uma estrutura de funcionamento similar e uma origem vinculada a uma figura marcada pela noção de excepcionalidade, qualidade imprescindível ao carisma.

Esses elementos analíticos serão centrais para o estudo aqui efetuado. O PTB foi de fato um caso bem-sucedido de rotinização tradicional do carisma. Sua gênese, em 1945, é indissociável da figura de Getúlio Vargas. O líder fundador estabeleceu sua base social — os sindicatos corporativistas —, e definiu seus objetivos em

---

<sup>8</sup> Este é um ponto bem explorado em Madsen & Snow, 1991.



termos da defesa da legislação social e do desenvolvimento nacional. Carisma e corporativismo uniram-se, assim, na queda do Estado Novo para cimentar uma coalizão entre quadros da burocracia federal e dirigentes sindicais, que confluíram para a organização partidária como forma de perpetuar a liderança de Vargas e mobilizar sua base para embates eleitorais.

Como partido carismático, permeado pela personalidade e pelas idéias de Vargas, o PTB sofreu, desde sua fundação, fortes conflitos internos entre facções de seguidores, o que não raro findava com a eliminação política dos perdedores. Essas lutas foram, contudo, decisivas para sua atuação política. Até 1952, o PTB viveu sua fase mais instável, retraindo-se das disputas eleitorais para os governos estaduais e mobilizando seus seguidores em torno da figura de Vargas. Embora a presença do chefe fosse, como não poderia deixar de ser neste caso, altamente inibidora para a formação de novas lideranças, as tentativas de rotinização do carisma iniciaram-se antes mesmo de sua morte. Após a eleição para a presidência em 1950, isto é, após o cumprimento da “missão” de devolver-lhe o poder, Vargas sacramentou João Goulart como seu sucessor. O período de relativa estabilidade que se seguiu foi bruscamente interrompido pelo suicídio em 1954. O ressurgimento das lutas internas pelo controle do partido, entretanto, encontrou novo fulcro na Carta Testamento. Polarizou-se, por essa razão, a terceira fase da evolução do PTB. De um lado, fixou-se um eixo ideológico, fortemente comprometido com a defesa de reformas estruturais e do nacionalismo. De outro, um eixo tradicional da parentela, do nepotismo e do clientelismo. Apropriar-se do carisma e rotinizá-lo segundo a fórmula mais ao alcance de cada facção constituiu daí por diante o cerne do conflito no interior do partido.

Seria entretanto incorreto concluir que as duas facções se apegavam a posições diametralmente opostas. Ao contrário, posicionavam-se politicamente em função de interesses específicos, ora insistindo na importância dos laços familiares para reivindicar a herança de Vargas, quando pressentiam o perigo de vê-la arrebatada por políticos mais ideológicos, ora carregando no discurso ideológico, quando estava em causa uma disputa eleitoral ou a suposta defesa do ideário de Vargas.

Brizola terá sido talvez a figura paradigmática dos dilemas engendrados pela dificuldade de rotinizar o carisma de Vargas. Dividido entre a lealdade à parentela e à facção partidária mais ideológica, encontrou no apelo direto à mobilização das massas a forma de afirmar sua liderança no partido. Ao projetar seus conflitos internos sobre uma arena política instável, o partido acabou por selar seu próprio destino.

## OS SINDICATOS VÃO AO PARTIDO

### UM PARTIDO PARA MUITAS MISSÕES

Apesar da mística construída em torno do velho PTB como partido de trabalhadores, pouco se sabe até hoje sobre suas origens. Os estudos acadêmicos não se detiveram nesse tipo de análise, a nosso ver fundamental para a compreensão de sua história e de sua participação nos destinos políticos do país. Suas origens sindicais foram até agora contadas de forma romancada e heróica a partir da memória de velhos militantes, cuja narrativa procura enaltecer a sabedoria e a visão pioneira do líder fundador. De fato, o PTB representou inicialmente uma proposta de organização partidária voltada para a incorporação dos dirigentes sindicais. Organizou-se como tal e ficou, de início, sob o comando de cúpulas sindicais constituídas durante os últimos anos do Estado Novo, mas que nem por isso tiveram posições unânimes quanto à orientação a ser dada ao partido.

Não obstante sua origem estatal, o PTB nasceu mais fraco do que usualmente se supõe. Essa fraqueza era agravada pelas diferentes percepções que os petebistas tinham acerca do papel e das funções de um partido trabalhista na política nacional. Além disso, a tentativa de transformar dirigentes sindicais corporativos em dirigentes partidários não foi tão fácil. Tratava-se de duas experiências organizacionais distintas, o que trouxe para o partido, nos primeiros momentos, instabilidade e desorientação.

A força que o movia e que lhe dava sustentação emanava do carisma de Vargas, mas não foi suficiente para evitar que em torno do partido se formassem grandes zonas de incerteza. Pretendendo alimentar-se do sindicalismo estado-novista de recente implantação, durante vários anos o PTB iria conviver com um processo interno de disputa entre dirigentes com pouca ou nenhuma legitimidade frente aos trabalhadores e, além disso, teria que enfrentar importantes problemas relativos à sua inserção na política nacional e às relações que estabeleceria com o governo federal.

O PTB de 1945 não foi a primeira tentativa de se criar no Brasil um partido que postulasse representar os trabalhadores. Mesmo antes do PCB, vários partidos de orientação operária surgiram nas principais cidades, desde fins do século XIX,

particularmente no bojo do movimento republicano. Embora de pouca longevidade, expressaram uma tendência de organização que, a exemplo do movimento internacional, reivindicava para os trabalhadores uma parcela de representação e de direitos políticos. Só no Rio de Janeiro foram criadas três organizações desse teor logo após a proclamação da República, visando as eleições para a Assembléia Constituinte de 1891.<sup>9</sup> Se o PTB sabidamente não representou uma seqüência dessas tentativas, enquanto proposta de constituição de um partido de trabalhadores não foi também uma novidade. Sua inovação foi o tipo de vínculo que se pretendeu estabelecer com o sindicalismo corporativo instituído no Brasil durante o Estado Novo.<sup>10</sup>

Tornou-se tese corrente na literatura brasileira afirmar que parte da motivação para a formação do PTB veio da necessidade de criar uma alternativa partidária que afastasse os trabalhadores do comunismo. Esse não é um argumento que se possa descartar, pois o Partido Comunista, naqueles idos de 1945, estava em franca expansão. Entretanto, se esse foi o móvel de criação do PTB, comprovou-se logo que a estratégia não fora bem-sucedida. O PCB continuou sendo uma alternativa atraente de engajamento político e por isso mesmo ameaçadora para todos os que partilhavam de uma ideologia anticomunista, agravada então pelos temores produzidos pela Guerra Fria.

Na realidade, entre os antigos militantes do PTB existiam percepções muito variadas acerca dos objetivos do partido na política nacional. Uma intenção importante era criar uma alternativa “original” para o recrutamento político da classe operária. Segundo Alzira Vargas, “o objetivo do PTB era ser um anteparo para os operários, mas nunca o foi, porque os políticos mais espertos se apoderaram da sigla”. Esse objetivo inicial teria falhado principalmente porque “o PTB foi formado na base de homens e não de idéias, como, aliás, quase todos os partidos daquela época. Os homens se juntavam em torno de alguém que sabiam que ia dirigi-los [...] Do ponto de vista doutrinário não havia propriamente uma convicção trabalhista”. O PTB, ainda segundo Alzira, não foi a rigor um mecanismo de representação dos trabalhadores. Foi invadido por “políticos profissionais” e “aproveitadores” e “nunca funcionou dentro dos objetivos para os quais foi criado. Fun-

---

<sup>9</sup> Ver Moraes Filho, 1981; Gomes, 1988; e Carvalho, 1987.

<sup>10</sup> A literatura sobre corporativismo é imensa. Para o caso brasileiro, ver por exemplo Souza, A. de, 1978; e Schmitter, Jan. 1974.

cionou para servir de tamborete para alguns políticos [...] Na realidade era uma colcha de retalhos, porque os operários não tinham assumido politicamente a sua vida. Não havia propriamente um líder entre eles e, quando alguém surgia, os outros o matavam, era liquidado imediatamente” (Peixoto, A., 1979 e 1981).

O testemunho indica aspectos relevantes. Destaca que uma idéia “pura” e “original” formulada pelo líder foi mal compreendida pelos seguidores que preferiram sacrificá-la em favor de ambições de mando dentro da organização. Embora Vargas fosse um elemento catalisador, o personalismo dos líderes secundários e as frequentes disputas internas extrapolavam muitas vezes os limites da oposição política entre facções e impediam uma identidade partidária mais precisa. O próprio mito que lhe dera origem — Vargas — comportava outros tipos de arranjos e de justificativas.

Euzébio Rocha, um petebista de São Paulo e um expoente da ideologia nacionalista nos anos 50 que em 1979 participou ao lado de Leonel Brizola da disputa pela recuperação da sigla do PTB, também tem um sugestivo depoimento sobre a vocação classista do partido. Segundo ele, o PTB resultou “de um processo sindical, um processo ligado aos trabalhadores. Não como um partido sindicalista. Nunca foi. Era um partido que se ligava a algumas teses básicas definidas sobretudo pelo presidente Getúlio Vargas e à sensibilidade do trabalhador de se aglutinar como força política, já que as transformações que se davam no país obrigavam à existência de estruturas partidárias atuantes”. Foi por essa razão que vários sindicalistas de São Paulo teriam aderido ao partido, a exemplo de Waldimir Cardia e Ícaro Sidow, e que outros tantos empresários industriais deram-lhe cobertura financeira, como Ermírio de Moraes e Antônio Devizate, que apoiavam a política industrial de Vargas e temiam os interesses empresariais ligados ao setor externo e à agricultura. Assim, “somou-se um certo interesse de desenvolvimento industrial com a perspectiva de resguardo dos interesses dos trabalhadores”, pois os industriais “sentiam que, se a estrutura do poder evoluísse novamente para o setor rural, eles iam ter obstaculizado o seu processo de desenvolvimento” (Rocha, E., 1984).

Ivete Vargas, embora saliente a natureza do PTB como uma agremiação ligada a Getúlio e a seu prestígio, admite que ele “nasceu do esforço autêntico de dirigentes sindicais [...] nasceu sem nenhum compromisso com a ditadura [...] Tínhamos compromisso com o Getúlio nacionalista e trabalhista que a ditadura permitiu aflorar. Nós tínhamos compromisso com o saldo positivo da ditadura” (Vargas, I., 1978 e 1979).

Outro importante trabalhista, José Gomes Talarico, que acompanhou intensamente a criação do partido em 1945 e conheceu a fundo a estrutura do Ministério do Trabalho, onde exerceu vários cargos, atesta a origem sindical do PTB. Essa teria sido a orientação dada por Getúlio, e as adesões foram buscadas nos sindicatos e nos institutos vinculados a categorias funcionais. Segundo Talarico, predominou a filiação de trabalhadores, assim como foram eles que inicialmente assumiram as funções de direção, inclusive em nível nacional, e que preencheram as chapas de candidatos do partido aos cargos eletivos em 1945 (Talarico, 1982, 1985 e 1987).

Em seus primórdios, a maioria dos cargos diretivos do PTB ficou, de fato, em mãos de trabalhadores. No Rio Grande do Sul, por exemplo, teve como principais protagonistas José Vecchio, presidente do Sindicato de Carris Porto-Alegrense, e Sílvio Sanson, da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Porto Alegre, que ocuparam, respectivamente, a presidência e a vice-presidência da seção gaúcha, ainda que por pouco tempo. A ata de fundação dessa seção vem assinada por 12 representantes sindicais, entre eles sete presidentes de sindicato, e apenas dois bacharéis (Bodea, 1984). Segundo Vecchio, apenas um de seus colegas de direção sindical não o acompanhou na formação do partido que representava para eles uma continuidade da defesa dos direitos do trabalho iniciada por Vargas. Nas suas palavras, Vargas havia “suavizado” o sofrimento do trabalhador, cujos direitos, em sua maior parte, tinham vindo com o Estado Novo. Antes de Getúlio, o “trabalhador não tinha nada. Tinha era prisão, porrete e morte” (Vecchio, 1983).

Segadas Viana, ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), pe-tebista do Distrito Federal e uma das peças centrais na criação do PTB, reconhece que em 1945 os sindicatos eram facilmente mobilizados pelo Ministério do Trabalho e que isso facilitou muito a organização do partido com base no recrutamento de lideranças sindicais. O PTB, segundo ele, era um partido de trabalhadores, com a figura de Vargas à frente, mas faltava-lhe muito em termos de organização e estrutura. “Era um partido que vivia em função de Getúlio Vargas. Não tinha organização, fez alguma organização no Rio de Janeiro porque a massa trabalhadora industrial era maior e os líderes mais atuantes estavam aqui no Rio de Janeiro, e também em São Paulo. No resto do Brasil o PTB fracassou.” Esse fracasso dever-se-ia à ausência de fortes lideranças nos sindicatos: “O PTB ainda vinha com todos os resquícios de peleguismo. Na verdade, se a gente for examinar bem, até algum tempo passado nós não tínhamos líderes [...] o que houve sempre foi a preocupação em obter pontos”. Por essa razão, continua Segadas, o partido só teve uma boa votação em 1945 graças a Getúlio Vargas, e depois disso sua força eleitoral per-

maneceu estagnada. Somente com a campanha presidencial de Getúlio em 1950, quando já havia abandonado a preocupação classista no recrutamento dos dirigentes, voltaria a crescer. Mesmo assim, nunca teria conseguido uma boa organização: “O PTB teve a melhor massa que já existiu para formar um partido. Em poucos países do mundo havia uma massa tão facilmente moldável para fazer um bom partido como houve no Brasil. Mas faltaram lideranças nos estados e faltaram homens que pensassem mais no PTB do que nas próprias posições”. Assim, o que era a marca do partido constituía ao mesmo tempo o motivo de sua fraqueza: o PTB era a expressão de uma massa sindical “fisiológica”, pelega, e sem conhecimento de seus problemas e interesses (Viana, 1983, 1987).

É discordante a opinião do ex-ministro do Trabalho, Almino Afonso, para quem o PTB fraudou, manipulou, mas teve um papel fundamental nas reivindicações dos trabalhadores, pois “criou um tipo de mentalidade e um tipo de dinâmica que transcenderam suas intenções. A despeito do que as lideranças do PTB quiseram, a despeito da estrutura do PTB, tão fechada, tão excludente, tão ausente de qualquer participação popular dentro dela, a despeito de tudo, acho que o PTB jogou um papel progressista inestimável. Foi o partido que mais próximo chegou de uma tarefa popular até o ano de 1964. E como depois dele não houve outros, eu diria que foi o mais significativo dos partidos deste país” (Afonso, 1978).

Na memória petebista, portanto, permanece a associação entre PTB, Vargas, trabalhadores — pelegos ou não —, anticomunismo, nacionalismo e desenvolvimento nacional. Permanece também a impressão de que os trabalhadores não foram suficientemente capazes ou fortes para coordenar e dirigir um partido político. Por motivos variados, de acordo com cada perspectiva aqui narrada, teriam sido incapazes de dar conta dessa “tarefa histórica” e, por isso mesmo, para o bem da organização, teriam que ser substituídos do comando partidário.

A definição e a escolha dos dirigentes foi um dos primeiros desafios partidários. A substituição dos sindicalistas só se deu depois de um breve período experimental em que no comando partidário predominava uma cúpula sindical selecionada no âmbito do Ministério do Trabalho. É o que veremos a seguir.

## **DIRIGENTES SINDICAIS COMANDAM UM PARTIDO**

No processo de redemocratização de 1945, a par das forças que exigiam a mudança política, havia outra corrente favorável ao continuísmo. Nessa corrente, o movimento queremista, assentado no lema “Queremos Getúlio”, foi o que ganhou maior vi-



sibilidade. Tratava-se de um movimento de rua apoiado pelo Ministério do Trabalho, pelo DIP e pela interventoria paulista, chefiada por Fernando Costa.<sup>11</sup> A partir de fevereiro de 1945, o queremismo já lançava em diversos pontos do país a candidatura de Vargas para um novo mandato presidencial e, oficialmente, em maio, o “Movimento Pró-Candidatura do Sr. Getúlio Vargas” seria inaugurado em Porto Alegre pelo advogado Jaime Boa Vista. Em fins de julho e início de agosto foram organizados no Distrito Federal e em São Paulo, cidades alvo das manifestações queremistas, comitês pró-candidatura Vargas. A partir de então, o movimento cresceu rapidamente, promovendo manifestações e comícios em todo o país.<sup>12</sup> As modernas técnicas de organização e propaganda, assim como os custos da divulgação do movimento, que recorria a matérias pagas em grandes jornais e a transmissões diretas via rede nacional de rádio, evidenciavam que não se tratava, como afirmavam os getulistas, de simples manifestação espontânea e emocional de setores populares.

A par do queremismo, um partido de trabalhadores começou a ser organizado pelo governo, visando influenciar a participação dos trabalhadores nas eleições de 2 de dezembro de 1945, nas quais se deveria eleger o novo presidente da República e os deputados federais que elaborariam a nova Constituição. Veiculando o trabalhismo, o governo atuava de duas formas: fortalecia a mobilização direta das massas através do queremismo e providenciava a criação de um partido que propiciasse aos trabalhadores uma alternativa institucional de participação nas eleições.

Sob essa ótica, o PTB foi de fato uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo, mas só se viabilizou porque houve uma massa disponível para aderir à proposta. Os objetivos do PTB eram, em princípio, os mesmos do queremismo, isto é, promover a imagem de Vargas, fazer a defesa da legislação social criada durante o Estado Novo e garantir a continuidade de uma política governamental que preservasse os direitos sociais já conquistados. Para perseguir esses objetivos, deliberou-se que a nova organização partidária deveria ficar sob a direção formal de lideranças sindicais. De um lado, seria tarefa dos trabalhadores fazer a defesa de seus direitos. De outro, o PTB seria mais uma importante iniciativa de Vargas no sentido de dar aos trabalhadores uma identidade política.

---

<sup>11</sup> O movimento queremista, em suas atividades, manifestações e relações com a administração do Estado Novo, está vastamente documentado em Cabral, 1974; ver ainda Vale, 1978.

<sup>12</sup> A organização do movimento queremista no Rio de Janeiro é examinada também no documento “Quando surgiu a campanha queremista”, de Ciribeli Alves (FGV/CPDOC, CDA/Queremismo).

A criação do partido foi cuidadosamente estudada pelos mentores da re-democratização, particularmente Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, e Marcondes Filho, ministro do Trabalho, e contou com a colaboração decisiva de José de Segadas Viana, então diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT), a quem coube a tarefa de convocar as lideranças sindicais. A data oficial da criação do PTB, segundo os registros legais existentes, é 26 de março de 1945. Na verdade, esta foi uma data arbitrada pelo diretor do DNT em seu gabinete, “num dia de menos movimento”, quando pôde escrever a ata de fundação do partido para depois solicitar a assinatura dos sindicalistas que ali comparecessem para tratar de assuntos de seu interesse.<sup>13</sup> Ou seja, as formalidades legais ficaram por conta da burocracia estatal, enquanto se procurava revestir a iniciativa de ato espontâneo e decorrência natural da política trabalhista de Vargas.

Em maio de 1945, a imprensa começou a noticiar a criação de uma Comissão Executiva Nacional que organizaria o Partido Trabalhista Brasileiro,<sup>14</sup> enquanto os Centros Trabalhistas de Estudos Políticos, formados em diversas cidades do país durante o Estado Novo, passavam a fazer o recrutamento para o partido e para o que-remismo. A simbiose dessas duas iniciativas concomitantes se dava na medida em que o centro de irradiação era a figura do líder e promovê-lo era a finalidade maior.

Em junho, já circulava um manifesto partidário dirigido às classes trabalhadoras, onde se afirmava que “nosso convívio nos locais de trabalho, sindicatos e em nossos lares levou-nos a promover a congregação de todos os trabalhadores em um partido político que se chamará trabalhista. O partido que fundamos será norteado por um supremo pensamento: o bem do Brasil e por isso será brasileiro [...] o PTB terá âmbito nacional”.<sup>15</sup> No dia 27 de julho de 1945, o sindicalista

---

<sup>13</sup> Segadas Viana, em depoimento à autora em 1987. Vários relatos indicam datas e locais diferentes para a fundação do partido, e os próprios petebistas às vezes se contradizem. Um dos fundadores e presidentes do PTB, Paulo Baeta Neves, por exemplo, lembrou certa vez que o partido fora fundado numa barbearia da praça Tiradentes em 9 de abril de 1945 e, em outra ocasião, narrou o mesmo episódio como tendo ocorrido numa gafieira da praça da República. Apesar dessas imprecisões, o certo é que os getulistas sempre se esforçaram por criar um mito de origem que desse ao partido um tom popular. Ver discurso de Baeta Neves em *O Jornal*, 1-7-1945, e Arquivo Getúlio Vargas, GV 47.12.15.

<sup>14</sup> A Comissão era formada por Luís Augusto França, Manuel Fonseca, Paulo Baeta Neves, Calixto Ribeiro Duarte, Antônio Francisco Carvalho e Romeu José Fiori, todos vinculados ao movimento sindical no Rio de Janeiro, com exceção do último, que dividia sua militância com São Paulo. Todos integrarão o primeiro Diretório Nacional do PTB. Ver Gomes & D'Araujo, 1987.

<sup>15</sup> *O Radical*, 19-6-1945.

Luís Augusto França, presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Rio de Janeiro, na qualidade de presidente do PTB, obtinha em cartório o registro dos estatutos do partido.<sup>16</sup> Da lista de fundadores constavam 20 nomes, todos relacionados como representantes de alguma área de atuação sindical dos trabalhadores, enquanto os burocratas e técnicos que ocupavam importantes funções no governo permaneciam nos bastidores.

Munido dos estatutos, de um programa e de todas as exigências legais, no dia 17 de agosto de 1945 Luís Augusto França requereu ao TSE o registro do PTB.<sup>17</sup> A essa altura o partido possuía um Diretório Nacional Provisório composto de 30 sindicalistas, à frente dos quais estavam o próprio Luís Augusto França, como presidente, Antônio Francisco Carvalho, secretário, e Paulo Baeta Neves, tesoureiro.<sup>18</sup> O programa do partido era composto de 30 pontos, 27 dos quais dedicados a objetivos sócio-econômicos, sem que fosse mencionada a liberdade sindical. Fazia-se ampla defesa da expansão dos direitos sociais, havia uma breve menção ao direito de greve e várias demandas relativas à assistência e à participação dos trabalhadores nos órgãos públicos que deliberavam sobre seus interesses. Os três itens políticos enfocavam a revisão constitucional, a democracia e a “representação política dos trabalhadores por meio de legítimos trabalhadores”.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> Os estatutos do PTB foram registrados no Cartório Alfeu Felicíssimo, 5º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro e, conforme os registros legais, tiveram como autores três sindicalistas: Nelson Procópio de Sousa, Sebastião Luis de Oliveira e Odilon Furtado de Oliveira Braga.

<sup>17</sup> TSE, Processo nº 7/47. A sede do partido nesse momento ficava na avenida Rio Branco, nº 14, 1º andar. Segundo a lei eleitoral de 1945, um partido, para registrar-se, precisava de 10 mil assinaturas distribuídas em pelo menos cinco estados. É fato conhecido que o PTB não conseguiu sozinho esse total e que o número exigido pela lei foi preenchido com listas tiradas do processo de registro do PSD, por sugestão do futuro deputado Barreto Pinto, sobrinho do presidente do TSE, ministro Barros Barreto, e graças também à atuação de Osvaldo Aranha. Ver a esse respeito Talarico, 1982, 1985 e 1987; e Viana, 1983 e 1987.

<sup>18</sup> Para uma identificação dos fundadores oficiais do PTB, bem como dos membros de seu primeiro Diretório Nacional Provisório, ver quadro 1.

<sup>19</sup> TSE, Processo nº 7/47. A autoria do programa foi atribuída a Gurgel do Amaral Valente, Paulo Baeta Neves, Antônio José da Silva, Antônio Francisco Carvalho e ainda a Gilberto Crockatt de Sá e Segadas Viana, os dois últimos altos funcionários do Ministério do Trabalho e não integrantes do Diretório Nacional.

## QUADRO 1

### “FUNDADORES” DO PTB

Os fundadores do PTB, como consta nos registros do Tribunal Superior Eleitoral, foram:

- ❑ *Luís Augusto França*, presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional do Trabalho.
- ❑ *Antônio Francisco Carvalho*, fundador e presidente do Sindicato dos Empregados em Moinho do Rio de Janeiro, deputado classista de 1935 a 1937, membro da Comissão do Imposto Sindical e presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Rio de Janeiro. Em 1946, seria um dos organizadores da Confederação dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e, posteriormente, juiz classista no Tribunal do Trabalho.
- ❑ *Paulo Baeta Neves*, bacharel e sindicalista mineiro, secretário da Federação das Uniãos dos Vendedores e Viajantes Comerciais do Brasil durante o Estado Novo e também membro da Federação dos Sindicatos dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Foi eleito deputado federal em 1945.
- ❑ *Nelson Procópio de Sousa*, marítimo.
- ❑ *Moisés Coutinho*, presidente da Federação Nacional dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares.
- ❑ *Aldemar Beltrão*, membro do Conselho da Federação Nacional dos Marítimos.
- ❑ *Sebastião Luis de Oliveira*, portuário, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador.
- ❑ *Calixto Ribeiro Duarte*, do Sindicato dos Comerciais, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Rio de Janeiro. Entre 1946 e 1951 ocupou a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).
- ❑ *Odilon Furtado de Oliveira Braga*, presidente do Sindicato e da Federação dos Vendedores Viajantes do Rio de Janeiro. Faria carreira no PTB/DF.
- ❑ *Luís França Costa*, médico de sindicatos.
- ❑ *Manuel Antônio Fonseca*, do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro.
- ❑ *Francisco Gurgel do Amaral Valente*, advogado de sindicatos. Foi eleito deputado federal em 1945 e assumiu a liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

*continua*

- ❑ *Sindulfo de Azevedo Pequeno*, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Carris Urbanos do Leste do Brasil.
- ❑ *Antônio Francisco dos Santos de Sousa*.
- ❑ *Célia Garrido*, funcionária do Ministério do Trabalho.
- ❑ *Eliezer Cruz*, presidente do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro e um dos organizadores do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores em Comércio (Iaptec).
- ❑ *Carlos Nery*, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos.
- ❑ *Romeu José Fiori*, advogado sindicalista de São Paulo, onde se filiaria inicialmente ao PSD.
- ❑ *Hilda Leite*, trabalhadora no ramo de fiação e tecelagem.

Todos eles iriam integrar o primeiro Diretório Nacional Provisório do PTB, integrado ainda por: *Antônio José da Silva*, padeiro e presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação do Rio de Janeiro, eleito deputado federal em 1945; *Francisco Pinto de Almeida*; *Jovelino Fernando Alves*, estivador; *Antônio de Oliveira Aguiar*, da Federação dos Estivadores do Rio de Janeiro; *Alcides Tenório Leite*; *Antônio de Sousa*; *Luís Ribeiro Duarte*, funcionário do Ministério do Trabalho; *Manuel Barbalho de Oliveira*, presidente do Sindicato dos Barbeiros do Rio de Janeiro; *Euclides de Sousa*; e *Paulo Morrot*.

Fonte: Registros do PTB no TSE, Processo nº 7/47. A identificação foi feita pela autora a partir de consultas a petebistas históricos e a documentos e noticiários variados.

Enquanto se providenciavam o registro e a organização do partido, Luís Augusto França seguia para o Paraná a fim de promover a candidatura presidencial do general Dutra, lançada pelo PSD.<sup>20</sup> Começava aqui o fim de seu curto reinado, pois a defesa da candidatura Dutra não se coadunava com a orientação queremista do partido, nem com a dos que viam no general o responsável pelos constrangimentos impostos à continuidade de Getúlio no poder. Além disso, havia no PTB uma vertente liderada por Baeta Neves e por Segadas Viana que pregava o apoio ao candidato Eduardo

<sup>20</sup> *O Radical*, 4 e 12-8-1945 e *Correio da Manhã*, 4-8-1945.

Gomes, da UDN, caso se confirmasse ser impossível o continuísmo de Vargas. A definição em torno dos candidatos presidenciais foi, assim, fator importante para as definições e mudanças internas do partido no início de sua existência.

Segundo o Departamento de Estado norte-americano, que acompanhava atentamente todo o relacionamento das forças políticas brasileiras, o PTB, o PCB e o movimento queremista dividiam as preferências eleitorais dos trabalhadores. O PTB era visto como um organismo semigovernamental, formado por situacionistas dispostos a sustentar a candidatura de Getúlio Vargas, com ativa organização em vários estados. Seu Comitê Central era composto, segundo os referidos registros, por cabeças de federações de sindicatos e, por isso, o partido não seria influente junto às massas. Seu grande fator de sucesso e de coesão era a candidatura de Getúlio Vargas.<sup>21</sup>

Por todas as evidências, a questão que mais mobilizava a cúpula partidária era a definição em relação às eleições presidenciais. Se o presidente provisório, Luís Augusto França, era defensor da candidatura Dutra, outros próceres petebistas encontravam aí motivo suficiente para quebrar a hierarquia e desrespeitar os recém-aprovados estatutos do partido. E foi exatamente o que aconteceu. À revelia de Luís Augusto França, membros do Diretório, liderados por Segadas, convocaram, para fins de agosto, a I Convenção Nacional, para tratar do pronunciamento do partido quanto à sucessão presidencial. Nada de novo foi decidido a esse respeito, pois o partido manteve sua posição equidistante em relação ao tema. O ponto-chave desse demorado encontro foi a escolha de um novo Diretório Nacional, com caráter definitivo, e de uma nova Comissão Executiva Nacional.<sup>22</sup> Nessas substituições foram incorporados representantes de diversos estados do país, numa tentativa clara de nacionalização do PTB, mantendo-se contudo a predominância de trabalhadores e dirigentes sindicais e uma nítida preocupação em evidenciar que todos os ramos de atividade sindical estavam ali representados. A par disso, confirmava-se a tendência anti-Dutra, liderada por Segadas, agora membro formal da elite dirigente petebista, ocupando o importante cargo de primeiro-secretário.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Carta do vice-cônsul Donald Larm a Adolf Berle, de 30-7-1945, e carta de Vinton Chapin ao secretário de Estado em Washington, em 27-8-1945 (FGV/CPDOC, Coleção Departamento de Estado). Segundo esses e outros relatórios, são apresentados como mentores do PTB, além de Marcondes Filho, o presidente do Conselho Nacional do Trabalho, Filinto Müller, e o chefe de Polícia, João Alberto.

<sup>22</sup> TSE, Processo nº 7/47. Sobre a Convenção ver também *O Radical*, 28-8-1945 e 2, 9 e 11-9-1945. A primeira Convenção Nacional do PTB ocorreu entre os dias 26 de agosto e 5 de setembro de 1945. No decorrer de sua existência o partido realizaria ainda outras 14 convenções nacionais.

<sup>23</sup> Sobre a nova composição dos órgãos dirigentes do partido, ver quadro 2.

## QUADRO 2

### **DIRETÓRIO NACIONAL DO PTB** **Escolhido na I Convenção Nacional, realizada entre** **26 de agosto e 5 de setembro de 1945**

*José Mansueto da Silva* (Maranhão, industrial)

*Severino da Silva Melquíades* (Parafba., industrial)

*Fiuzza Lima* (Pernambuco, bancário)

*Herosílio Baraúna* (Bahia, bancário)

*Antônio Jacob Paixão* (Espírito Santo, comerciante)

*Paulo Baeta Neves* (Distrito Federal, vendedor praticista)

*Salvador Gulizza* (São Paulo, comerciante)

*Maximino Zanon* (Paraná, industrial)

*Aristides Largura* (Santa Catarina, advogado)

*Sílvio Sanson* (Rio Grande do Sul, comerciante)

*Sinval Siqueira* (Minas Gerais, jornalista)

*Trabalhadores na indústria:* Ilacir Pereira Lima, Luis Menocci e Antônio Francisco Carvalhal.

*Trabalhadores no comércio:* Calixto Ribeiro Duarte, Nelson Fernandes e Luís Augusto França.

*Trabalhadores em transportes terrestres:* Sindulfo Alves Pequeno, Armando Afonso Costa e Leandro M. Mota Júnior.

*Trabalhadores em transportes marítimos:* Jelmirez Belo Conceição, Milton Soares Santana e Severino Ramos de Farias.

*Trabalhador em empresa de crédito:* Aristóteles Ferreira.

*Profissional liberal:* José de Segadas Viana.

*Funcionário público:* José Artur da Frota Moreira.

*Trabalhador rural:* Antônio Jacobina Filho.

*Representante da mulher trabalhadora:* Hilda Leite.

*Livre escolha do Diretório:* Francisco Gurgel do Amaral Valente, Alexandre Fonseca, Frederico Faulhaber, Antônio Érico Figueiredo Alves, Milton Viana, Aparício Batalha, Conrado Mira, Romeu José Fiori, José Ramos Penedo e Santa Cruz Lima.

*Comissão Executiva Nacional:* presidente, Paulo Baeta Neves; vice-presidente, Salvador Gulizza; primeiro-secretário, José de Segadas Viana; segundo-secretário, Ilacir Pereira Lima; terceiro-secretário, Maximino Zanon; primeiro-tesoureiro, Romeu José Fiori; segundo-tesoureiro, Aristides Largura.

Fontes: TSE, Processo nº 7/47 e Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.00.00/10.

Sintomaticamente, enquanto se reunia a Convenção, grandes manifestações queremistas eram realizadas no Rio de Janeiro,<sup>24</sup> intensificavam-se os apelos para que Getúlio continuasse à frente do governo, assim como ganhavam fôlego as conspirações civis e militares para a sua derrubada. Em meio a isso, a decisão do PTB de não se pronunciar acerca dos candidatos presidenciais era entendida pelos opositores da ditadura como uma evidência das tendências continuísta. A derrubada de Vargas em 29 de outubro e a manutenção do calendário eleitoral não foram, de imediato, fatores decisivos para um pronunciamento partidário favorável a candidaturas. A 15 de novembro, ou seja, a menos de um mês das eleições, por pequena margem de votos — 17 a 13 —, o Diretório Nacional continuou sustentando que o partido deveria se abster no pleito presidencial. Quanto às eleições legislativas, solicitava aos trabalhadores que votassem no PTB.<sup>25</sup>

As controvérsias e a escassa maioria obtida pela tese abstencionista para a eleição presidencial de 1945 indicavam tensões internas expressivas. Parte dos sindicalistas que integravam o PTB era favorável a entendimentos políticos com outros setores da política nacional, enquanto parte propugnava uma postura isolacionista.<sup>26</sup> Este seria um dos principais problemas que o partido teria que enfrentar nos anos seguintes. E, com Vargas aliado do poder, para que o PTB servisse a seu chefe, era necessário que este revelasse seus planos e desse diretrizes ao partido.

## SINDICALISTAS E MINISTERIALISTAS NO PTB

Os dirigentes sindicais alocados para integrar o PTB não foram agentes passivos das manobras do Ministério do Trabalho. Diante da decisão abstencionista em relação à sucessão presidencial e em função das disputas internas que se iniciavam, Luís Augusto França, aliado do empresário paulista Hugo Borghi, que financiara grande parte do movimento queremista para depois apoiar a candidatura Dutra,

---

<sup>24</sup> Concentrações e comícios queremistas foram realizados no Rio de Janeiro em 20 e 30 de agosto e em 3 de outubro de 1945.

<sup>25</sup> Arquivo Marcondes Filho, AMF 45.10.23/3; *O Radical*, 8 e 17-11-1945; e *Correio da Manhã*, 16-11-1945.

<sup>26</sup> Uma situação clássica de isolacionismo de um partido operário em relação ao governo se deu no caso alemão. Ver a respeito Roth, 1979; e Schorske, 1983.



moveu ação judicial contra o partido, inaugurando uma das características mais marcantes do petebismo: o apelo aos tribunais.

Em longo documento ao TSE, França questionava a legalidade da nova diretoria eleita na I Convenção e reclamava seu lugar de presidente, denunciando as manobras realizadas durante o encontro: “O que houve foi uma trama em torno do Partido Trabalhista Brasileiro, tanto mais quanto os senhores Paulo Baeta Neves e Antônio Francisco Carvalhal, que eram, como o suplicante, membros da mesma Comissão Executiva, apossaram-se violentamente dos arquivos do partido, mancomunados com o sr. José de Segadas Viana, que, pela posição que ocupava de diretor do Departamento Nacional do Trabalho, estava fazendo grande pressão sobre as classes trabalhistas, através dos sindicatos de todo o país, para se guindar à Diretoria Central do Partido, com o beneplácito do Governo, que também procurava tirar proveito de tal situação, o que, aliás, é público e notório”. Segundo França, a convenção realizada em agosto fora uma demonstração de que os “trabalhadores estavam debaixo do cutelo do diretor do Departamento Nacional do Trabalho”. Concluindo, declarava: “Assim se escreve a história do Partido Trabalhista Brasileiro, que, fundado por legítimos representantes das classes trabalhistas, foi traído pelos srs. Paulo Baeta Neves e Antônio Carvalhal, que, desonrando a classe dos trabalhadores e subjugados ao diretor do Departamento Nacional do Trabalho e até a pessoas estranhas ao partido”, portaram-se “como aventureiros”.<sup>27</sup> Estabeleceu-se com isso uma dualidade de diretórios que seria resolvida em novembro, quando o TSE concedeu o registro definitivo ao PTB, reconhecendo como diretoria legalmente eleita aquela presidida por Baeta. Abandonando o partido, França, juntamente com um dissidente pessedista do Maranhão, Vitorino Freire, iria dedicar-se à criação do Partido Proletário Brasileiro, que se transformaria depois no Partido Social Trabalhista.

A posição neutralista do PTB não resistiu aos apelos dirigidos a Vargas, nem a seu cálculo político. Às vésperas das eleições, num gesto surpreendente, Vargas fez divulgar através do empresário paulista Hugo Borghi<sup>28</sup> uma mensagem aos tra-

---

<sup>27</sup> TSE, Processo nº 7/47.

<sup>28</sup> Hugo Borghi, empresário ligado ao comércio de algodão, era acusado de procurar facilidades do governo para seus negócios. Foi importante fonte de auxílio financeiro e de aliciamento para o PTB e um dos principais responsáveis pelo apoio do partido a Dutra. Sua liderança na agremiação tornou-se fonte de conflito, o que motivou sua expulsão do partido em 1947, seu retorno em 1951 e novo afastamento em 1956.

balhadores recomendando o voto no PTB e o apoio a Dutra. O manifesto, conhecido pelo *slogan* “Ele disse, vote em Dutra”, foi decisivo para a definição das eleições e a vitória do general. Mas era principalmente uma demonstração da força do getulismo, capaz de orientar o voto de milhares de eleitores. Esse apoio foi produto de um acordo de última hora entre Dutra e o PSD, de um lado, e o PTB, de outro, e estipulava o tipo de parceria que se esperava do governo. Formalizado em 22 de novembro, o acordo Dutra-PTB estabelecia que o Ministério do Trabalho seria entregue ao PTB, que as pastas civis seriam distribuídas proporcionalmente entre os partidos que apoiassem o candidato, que as interventorias seriam distribuídas pelo mesmo critério proporcional e, finalmente, que Dutra apoiaria o programa do PTB e reconheceria e aperfeiçoaria as “atuais leis trabalhistas e de amparo social”.<sup>29</sup>

O PTB saiu das eleições de 1945 como o terceiro partido nacional em votação e em cadeiras alcançadas no Congresso Nacional — 22 deputados —, graças ao prestígio de seu patrono e ao fato de Getúlio ter-se candidatado a deputado federal por sete estados e a senador por três (ver tabelas 1 e 2, às páginas 36 e 39). Nascia bem do ponto de vista eleitoral, mas seu sucesso dependia fundamentalmente da popularidade de Vargas, que funcionara como um exemplar “puxador de legenda”. Terminada a eleição, portanto, o PTB era um dos principais responsáveis pela vitória do novo presidente, mas era ainda uma incógnita do ponto de vista organizacional. Havia o desafio de dar ao partido uma estrutura formal consistente que lhe permitisse ser um instrumento estável e eficaz na sustentação do líder e de suas diretrizes. Para Vargas e seu discreto mas poderoso conselheiro José Soares Maciel Filho, essa não seria uma tarefa fácil. Um partido de massas era imprescindível no país, mas fazia-se necessário dar-lhe uma organização mais consistente. Na impossibilidade disso, chegava-se a aventar a hipótese de fundi-lo com um partido como o PSD, que tinha a vantagem de ser francamente getulista.<sup>30</sup>

Apesar de tudo, o PTB tinha boas razões para insistir em uma consolidação. Primeiro, porque era o partido que Vargas usava para tentar incorporar os trabalhadores e ao mesmo tempo promover sua carreira política. Segundo, porque era o porta-voz oficial dos trabalhadores na defesa dos direitos trabalhistas já conquistados.

---

<sup>29</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.11.14.

<sup>30</sup> Ver a esse respeito Arquivo Getúlio Vargas, GV 45.12.11/2 e GV 45.11.12/2; *Diretrizes*, 14-12-1945; memorando de Reginald S. Kazajiam a Vinton Chapin em 17-12-1945 (FGV/CPDOC, Coleção Departamento de Estado).

TABELA 1

### BANCADAS DOS PRINCIPAIS PARTIDOS NA CÂMARA FEDERAL, 1945-62

Anos	Total de cadeiras	PSD	%	UDN	%	PTB	%	PSP	%	Outros	%
1945	286	151	(52,8)	77	(26,9)	22	(7,7)	–	–	36	(12,6)
1950	304	112	(36,8)	81	(26,6)	51	(16,8)	24	(7,9)	36	(11,8)
1954	326	114	(35,0)	74	(22,7)	56	(17,2)	32	(9,8)	50	(15,3)
1958	326	115	(35,3)	70	(21,5)	66	(20,2)	25	(7,7)	50	(15,3)
1962	409	118	(28,9)	91	(22,2)	116	(28,4)	21	(5,1)	63	(15,4)

Fontes: TSE. *Dados estatísticos*; Hippolito, 1984.

### O PTB DIVIDIDO FRENTE AO GOVERNO DUTRA

O apoio do PTB a Dutra foi motivo de cisões internas, principalmente no nível das cúpulas, o que acabou forçando Segadas Viana, o poderoso secretário, a abandonar temporariamente o cargo.<sup>31</sup> Para seu lugar foi indicado o dirigente sindical paulista Nelson Fernandes, ligado ao empresário Hugo Borghi, e portanto ao grupo dutrista. José Junqueira, petebista de São Paulo e queremista de primeira hora, resume assim a situação do partido nos dias que se seguiram à eleição presidencial de 1945: “É profundamente desolador observar que aquilo que no início era um arremedo de partido é hoje uma colcha de retalhos miúdos, formando um conjunto disparatado e grotesco. Não é outra a fisionomia do PTB, no qual depositávamos tantas esperanças [...] Faltaram-nos os homens de sólida têmpera e sobraram-nos os pusilânimes e os negociistas”.<sup>32</sup>

Os problemas do PTB após as eleições ligavam-se basicamente à orientação a ser adotada em relação ao governo federal. Liderados por Borghi, e seguindo o que fora deliberado no acordo Dutra-PTB, alguns setores defendiam um alinhamento

<sup>31</sup> *O Radical*, 1-1-1946; *Diretrizes*, 2-1-1946; cartas de Nelson Fernandes e Segadas Viana a Getúlio, Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.01.01/1 e GV 46.01.03.

<sup>32</sup> Carta a Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.01.06.

imediatamente, enquanto outra corrente, liderada por Segadas Viana e Baeta Neves, considerava que o partido deveria manter sua independência e passar para a oposição. Nessa dualidade de visões não se pode, contudo, falar em traição ao chefe. Ambas as correntes queriam se firmar como representantes legítimas dos interesses partidários. Uns defendendo o acordo, outros a idéia de que o PTB não deveria se deixar contaminar pelos “traidores” de Getúlio. Na defesa de cada visão há o intuito de firmar lideranças secundárias estáveis. E, nessas circunstâncias, a saída para um partido de recorte personalista era a centralização das decisões. Seguindo o que fora firmado no acordo, os dutristas levaram a Comissão Executiva Nacional a iniciar no PTB uma linha de atuação interna naquela direção. Em nota divulgada em janeiro de 1946, determinava-se que: “1) somente a Comissão Executiva Central poderá ter entendimentos com o novo governo da República e partidos políticos; 2) que os ditos entendimentos sejam feitos através de uma Comissão de Coordenação Política que fica então criada”.<sup>33</sup> Integrada por dirigentes favoráveis à manutenção do acordo, a nova comissão confirmava um estilo petebista de atuação que ignorava as bancadas e as bases partidárias.<sup>34</sup> Ainda em fevereiro de 1946, a Comissão Executiva iniciou a divulgação de boletins internos, estabelecendo, por exemplo, que qualquer contato com diretórios locais e com parlamentares só poderia ser feito através da sede nacional do partido. Os boletins recomendavam também a organização de Comissões de Coordenação Política nos estados, para encaminhar entendimentos políticos entre os governos federal e estaduais, e mencionavam a necessidade de expansão do partido nos municípios, exigindo-se rigoroso controle na filiação de novos membros, por ser o partido alvo de “elementos inimigos”.<sup>35</sup> A palavra de ordem era disciplina.<sup>36</sup> Mas o descontentamento com os rumos da organização persistiam no próprio Getúlio. Em carta a Marcondes Filho, ele notava que “apesar da demonstração de força eleitoral e da evidente simpatia com que fui recebido pelo povo em geral, não tenho boa

---

<sup>33</sup> *Diretrizes*, 12-1-1946.

<sup>34</sup> Para presidir essa nova comissão foi escolhido o sindicalista Nelson Fernandes e, para integrá-la, foram indicados Benjamin Farah, deputado federal pelo Distrito Federal, o próprio Hugo Borghi, deputado federal por São Paulo, e Jarbas Levy Santos, deputado federal por Minas Gerais. Ver a esse respeito cartas de Nelson Fernandes e de Paulo Baeta Neves a Getúlio Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.01.17/1.

<sup>35</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.03.01.

<sup>36</sup> A divisão do PTB transparece também na escolha de Segadas Viana para liderar o partido na Assembleia Nacional Constituinte. Buscando conciliar as tendências em choque, Getúlio imediatamente apoiou a eleição de Marcondes Filho, ligado a Borghi, para vice-líder. A escolha dos líderes do PTB na Constituinte foi objeto de intensas discussões e avaliações, que ficam bem expressas na correspondência entre Getúlio, Segadas e a Comissão Executiva do PTB constante do Arquivo Getúlio Vargas sob os códigos GV 46.01.22/4; GV 46.01.29; GV 46.01.00/3; GV 46.00.00/2 e GV 46.02.12.

impressão da atual situação dos trabalhistas. Falta-lhes organização e disciplina. Todos mandam e ninguém obedece. Os diretórios local e nacional não são atendidos nas suas solicitações. Os deputados também não os acatam, pleiteando pessoalmente nomeações de seu interesse, para fazer prestígio próprio, em detrimento da autoridade do partido e favorecendo a política personalista, feita pelo governo no Ministério do Trabalho. Assim, vai mal”.<sup>37</sup>

O Ministério do Trabalho, cujo titular deveria sair dos quadros do PTB, foi outro motivo de discórdia no início do governo. Borghi triunfou mais uma vez, garantindo a nomeação de Otacílio Negrão de Lima, que se tornou em seguida presidente de honra do PTB de Minas Gerais.<sup>38</sup> As relações de Negrão com o partido deterioraram-se rapidamente, e sua atuação no Congresso Sindical de setembro de 1946 foi a gota d’água para consumir sua queda.<sup>39</sup> O Congresso foi iniciativa do próprio ministério e recebeu a adesão de vários integrantes do Diretório Nacional do PTB.<sup>40</sup> Segundo Segadas Viana, o que o ministro pretendia com essa reunião era uma definição do movimento sindical a favor de Dutra (Viana, 1983 e 1987). O Congresso acabou se dividindo, contrapondo-se os ministerialistas aos comunistas e trabalhistas hostis ao ministro. Apesar de minoritários, os sindicalistas que se opunham ao ministério conseguiram sucesso, esvaziando as propostas dos setores ligados ao governo. A reação do ministro foi dissolver o Congresso. A principal cisão dentro do Congresso Sindical se deu entre os aliados de Borghi (ministerialistas) e os de Segadas (antiministerialistas). A derrota dos ministerialistas foi, assim, uma vitória daqueles que se opunham a um compromisso com o governo. Para Segadas, “houve uma grande cisão durante os trabalhos do Congresso. Com Negrão ficaram apenas cento e poucos dirigentes dos dois mil e quatrocentos presentes. Orientei todos os nossos companheiros, mantendo constante contato com os líderes nos estados. Parece que nos saímos bem, pois nossa turma agiu brilhantemente”.<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.05.03.

<sup>38</sup> Sobre o assunto ver Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.01.14; GV 46.01.18/3; GV 46.02.26/4; GV 46.01.28/1; GV 46.02.10/2; GV 46.01.27.

<sup>39</sup> O Congresso Sindical de setembro de 1946 foi objeto de várias análises, entre as quais se destaca a de Vianna, 1976.

<sup>40</sup> Ver Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.08.00/1, e *Diretrizes*, 10-10-1946.

<sup>41</sup> Carta a Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, GV 46.09.26. Sobre a participação de Borghi no Congresso ver, no mesmo arquivo, carta de Borghi a Vargas, GV 46.08.31/2. Também o jornal *Diretrizes* noticia que alguns presidentes de federações estavam a serviço de Negrão de Lima, citando nominalmente Sindulfo Pequeno, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Carris Urbanos do Leste do Brasil; Antônio Francisco Carvalho, da Federação de Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Rio de Janeiro, e Calixto Ribeiro Duarte, da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Rio de Janeiro. Ver *Diretrizes*, 23-9-1946.

TABELA 2

**BANCADAS REGIONAIS DO PTB NA  
CÂMARA FEDERAL, 1945-62**

	1945	1947	1950	1954	1958	1962
AC	—	—	1	1	1	3
AL	—	—	—	1	2	3
AM	1	1	1	4	3	4
BA	1	—	4	3	3	10
CE	—	—	—	1	2	7
ES	—	—	—	—	2	2
GO	—	—	—	—	1	2
GB	9	—	8	6	5	10
MA	—	—	1	—	—	—
MT	—	—	1	1	1	1
MG	2	—	5	5	5	6
PA	—	—	—	—	—	2
PB	—	—	—	—	2	2
PR	1	—	3	3	6	9
PE	—	—	1	4	6	11
PI	—	—	—	1	1	3
RJ	1	—	5	5	4	7
RN	—	—	—	—	1	2
RS	1	—	10	11	14	14
SC	—	—	1	—	1	2
SP	6	1	9	8	5	12
SE	—	—	1	1	—	2
AP	—	—	—	—	—	—
RO	—	—	—	—	1	1
RR	—	—	—	1	—	1
Totais	22	2	51	56	66	116

Como resultado do congresso, as correntes em luta criaram duas centrais sindicais. De um lado, a Confederação Geral dos Trabalhadores, liderada pelos comunistas, e, de outro, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, que pretendia ser um braço auxiliar do Ministério do Trabalho, sem vinculação com o getulismo. A vida breve dessas duas entidades deveu-se à repressão sindical desencadeada pelo governo Dutra, para a qual foi decisiva a contribuição de Negrão de Lima. Foi em sua gestão, aliás, que através do Decreto nº 9.070, o governo cerceou a liberdade sindical instaurada no país desde o início da redemocratização.

Negrão de Lima saiu do ministério ainda em setembro de 1946 e, para substituí-lo, foi nomeado Morvan Dias Figueiredo, empresário que emprestara apoio ao partido embora não pudesse ser classificado como petebista. Com a saída de Negrão, iniciou-se o processo de sua expulsão do PTB de Minas Gerais a pedido do presidente da seção local, Ilacir Pereira Lima, que o acusava de querer apoderar-se dos cargos regionais de direção.<sup>42</sup> Outra derrota de Borghi foi a dissolução, em abril de 1946, da Comissão Nacional de Coordenação Política, recém-criada para controlar os entendimentos com o governo federal. Finalmente, o alinhamento do partido com o governo ficou ainda mais comprometido quando, no mês seguinte, Segadas foi reconduzido à secretaria geral do PTB. Segadas Viana, nessa ocasião, reclamava que o partido estava adormecido, sem rumos e sem orientação, devido à inoperância da Comissão Executiva Nacional. Era preciso reorganizá-lo para que não fosse fragorosamente derrotado nas eleições estaduais. Além do mais, a bancada de 22 membros na Constituinte pouco se pronunciava, segundo ele, inclusive quando se tratava de defender o próprio Getúlio.<sup>43</sup>

Essa indefinição entre ser ou não ser governo, marca de origem do PTB, seria no futuro uma de suas características básicas. Se de um lado precisava do amparo da máquina estatal para os contatos com a rede sindical, de outro precisava firmar uma linha de autonomia na defesa dos interesses políticos do chefe. Doutrina e personalismo eram precariamente balanceados nesses arranjos partidários internos.

---

<sup>42</sup> *Diretrizes*, 7-8-1946. Sobre a ação de Paulo Baeta Neves, presidente do PTB, contra Negrão, ver por exemplo *A Noite*, 11-2-1945.

<sup>43</sup> Arquivo Alexandre Marcondes Filho, AMF 46.00.00/3. O comentário de que o PTB não defendia Vargas apareceu em várias ocasiões. Ver, por exemplo, arquivo particular de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, carta da titular a Getúlio em 22-7-1949. Por outro lado, elementos próximos a Vargas criticavam também frequentemente a falta de preparo da bancada para assumir responsabilidades parlamentares.

Pelo que foi visto até agora, diferentemente de outras experiências históricas, o PTB não surgiu do esforço e do planejamento de lideranças sindicais. Foi um projeto gestado dentro do governo, a partir de 1942, quando se começou a estudar formas de transição para a democracia. O que se nota é que os dirigentes sindicais cederam ao apelo do governo e se incorporaram ao partido. Mas, embora o modelo inspirador do PTB fosse o Labour Party inglês, não se cogitou, como no caso britânico, da filiação indireta, ou seja, da filiação partidária através do próprio sindicato.<sup>44</sup>

Se num primeiro momento o partido ficou sob o comando formal dos trabalhadores, poucos meses depois figuras expressivas do Ministério do Trabalho e outros tipos de militantes, inclusive empresários, passaram a assumir explicitamente as funções de chefia. O vínculo com o sindicato, contudo, nunca se perdeu e foi em função dele que, mais tarde, lideranças de esquerda, particularmente do PCB, a ele aderiram para facilitar seu trabalho de mobilização política junto aos trabalhadores. Além disso, como iria acontecer nos anos 60, nos seus primeiros anos o PTB combinou a mobilização direta (o queremismo) com a via institucional e viveu uma intensa disputa no que concerne à definição de seu papel no sistema político, particularmente no tocante a seu alinhamento com o governo. Não obstante a orientação inicial de Vargas, os dirigentes partidários se dividiram entre uma proposta de composição com o governo e outra isolacionista. Esta última acabou vencedora, quando, em julho de 1947, por orientação do próprio Getúlio, o partido rompeu formalmente com o governo federal. Com um pé dentro e outro fora do poder, o PTB começava seu ambíguo padrão de convivência com a nova ordem política. Do ponto de vista interno, outros problemas precisavam de ajustes. Entre eles, a definição acerca de quais líderes secundários iriam comandar a agremiação e de qual o futuro papel dos sindicatos dentro do partido. A par de tudo isso, não é demais lembrar que as lealdades a Getúlio estavam também bem firmadas em outro grande partido emergente, o PSD. Vargas não poderia descuidar desse aspecto, ainda que implicasse sacrifícios para o próprio PTB. O apoio à candidatura Dutra fora um exemplo da sustentação que procurava dar a seus aliados pessedistas. O getulismo fazia do PTB seu veículo oficial, mas sua força e influência tinham outras ramificações no sistema partidário, cujos reflexos sobre o PTB não seriam desprezíveis.

---

<sup>44</sup> Duverger, 1970:42-5. Sobre a atração do Labour Party sobre o trabalhismo brasileiro, ver “O programa do Partido Trabalhista inglês e a legislação social brasileira” no Arquivo Marcondes Filho, AMF 45.07.12.



## AS ELITES VÃO AO PTB

### O PARTIDO SE APROXIMA DAS ELITES

O equilíbrio de forças dentro do PTB foi seriamente ameaçado pelos primeiros testes eleitorais após dezembro de 1945. O desempenho do partido nas eleições de 19 de janeiro de 1947 foi decepcionante. Embora tenha feito dois dos 19 deputados federais então eleitos, no que toca às eleições estaduais não fez nenhum governador.<sup>45</sup> A situação foi especialmente delicada em São Paulo, onde Hugo Borghi, candidato derrotado ao governo do estado, não obteve o apoio formal do partido, mas manteve a seu lado amplos setores do PTB paulista, evidenciando problemas internos de disciplina e de convivência entre sindicalistas e empresários.

Quando a II Convenção Nacional do PTB foi convocada para os dias 5 a 10 de março de 1947, o assunto Borghi era um dos principais temas em pauta.<sup>46</sup> Em sessão secreta, a Convenção decidiu por sua expulsão e, conseqüentemente, pela desarticulação de diretórios em São Paulo. O PTB paulista fora uma obra pessoal de Borghi, que, ao sair do partido, carregou consigo a maior parte dos diretórios municipais (D'Araujo, 1988). A Convenção aprovou também a reforma dos estatutos, ampliando o Diretório Nacional de 30 para 50 membros, e elegeu nova Comissão Executiva. Nessa ocasião, a preocupação era, mais uma vez, congregar as diferentes regiões do país e também incorporar novos setores sociais. O número de trabalhadores foi nitidamente reduzido e os cargos de direção começaram a ser ocupados por políticos de *status* sócio-econômico mais alto. A rigor, apenas dois componentes da nova Executiva tinham ligações com o movimento sindical: Ilacir Pereira Lima e Romeu José Fiori. Os demais eram profissionais liberais, industriais e políticos de tradição, a exemplo de Salgado Filho e Landulfo Alves, membro de tradicional família

---

<sup>45</sup> O desempenho do PTB nessas eleições em comparação com as de 1954 e 1955 é analisado em Soares, 1973.

<sup>46</sup> Sobre a II Convenção Nacional do PTB ver TSE, Processo nº 7/47; *Diretrizes*, 10-3-1947; *Democracia*, 5. 11 e 18-03-1947; *O Jornal*, 4 a 6-2-1947 e *Correio da Manhã*, 6-3-1947.

oligárquica da Bahia.<sup>47</sup> Visando expurgar o partido do adesismo de Borghi, a Convenção decidiu ainda criar comissões estaduais de coordenação encarregadas de realizar assembléias nos estados para eleger novos diretórios regionais. Nessa complicada convivência entre sindicalistas, empresários e burocratas ficou decidida também a criação de 18 comissões técnicas, para funcionarem como órgãos consultivos.

Consolidando a tendência anti-Dutra, em julho de 1947 o PTB oficializou seu rompimento com o governo federal através de carta circular reservada, assinada pelo presidente da Comissão Executiva Nacional e enviada a todos os diretórios regionais. Argumentava-se que, apesar da contribuição do partido para a eleição do presidente da República, este vinha tomando decisões impopulares, contrárias à classe trabalhadora e a Getúlio, sem atentar para a gravidade da situação econômica. Dizia a carta: “Recomendamos, portanto, que esse diretório oriente sua ação e a de seus congressistas no sentido de manter constante vigilância sobre os atos governamentais, fazendo a crítica justa dos que forem julgados inconvenientes ou errados para que o eleitorado verifique que estamos cumprindo nossos deveres e nossos compromissos para com a nação”. Assim, colaborar e apoiar o governo “seria atraiçoar nosso programa e colaborar para o sacrifício do povo e especialmente dos trabalhadores”.<sup>48</sup>

Apesar desses esforços na orientação a ser seguida pelo partido, o processo interno de institucionalização continuava tumultuado. Alzira Vargas, por exemplo, mostrava-se descrente quanto à possibilidade de vê-lo crescer de forma ordenada e sob a liderança de Vargas. Segundo ela, o partido não devia se envolver na luta municipal que seria travada em novembro de 1947. Como escreveu a seu pai, é “tarde demais para o PTB tomar decisões municipais. Não tem organização, nem

---

<sup>47</sup> A Comissão Executiva ficou assim composta: presidente, Paulo Baeta Neves; vice-presidente, Joaquim Pedro Salgado Filho, advogado e ex-ministro da Aeronáutica; secretário-geral, José de Segadas Viana; primeiro-secretário, Landulfo Alves, engenheiro agrônomo e oligarca da Bahia; segundo-secretário, Ilacir Pereira Lima, industrial de Minas Gerais; tesoureiro-geral, Romeu José Fiori, industrial de São Paulo; primeiro-tesoureiro, Othon Silva Sobral, advogado do Ceará; segundo-tesoureiro, Maximino Zanon, industrial do Paraná. Para o Conselho Fiscal foram escolhidos o sindicalista Calixto Ribeiro Duarte e José Junqueira, do Distrito Federal, e ainda Vivaldo Lima, do Amazonas. A Convenção também deliberou eleger o sindicalista Herosílio Baraúna, da Bahia, e o político e advogado Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, como vice-presidentes de honra, e manteve como presidente de honra Getúlio Vargas. TSE, Processo nº 7/47.

<sup>48</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 47.07.10.

dinheiro, nem gente para colocar nos cargos”.<sup>49</sup> Dias depois, em nova carta a Vargas, Alzira seria ainda mais incisiva: “Por favor, manda dar um banho de creolina no PTB ou então desliga-te dele [...] continuar como está é impossível, é suicídio lento e certo [...] Não quero que penses que estou tentando dar razão a outros partidos contra o PTB, nem ao menos dizer que nos outros só há anjinhos. Apenas os outros partidos fazem sujeira por conta própria, e o PTB o faz em teu nome”.<sup>50</sup>

Assim como os burocratas não conseguiam controlar completamente os sindicalistas, a política interna do PTB e as contínuas disputas pelas posições de mando escapavam ao controle do próprio Getúlio. De outro lado, ficava clara a ambivalência da família Vargas entre fortalecer o PTB ou o PSD. Para alguns, como Euzébio Rocha, de São Paulo, Alzira não foi uma petebista: “Ela não foi ‘babá’ do PTB, foi sempre ‘babá’ do PSD [...] Jamais serviu ao PTB, jamais foi membro do PTB e jamais se identificou com o PTB. Representou realmente a grande ‘babá’ do PSD dentro das estruturas do PTB para manter a hegemonia do PSD” (Rocha, E., 1984). Já para Segadas Viana, o próprio Getúlio nunca se empenhou de fato em consolidar a máquina do partido, posto que nunca aceitou assumir na prática funções de direção, apesar dos constantes apelos para que o fizesse, temeroso de tomar posição hostil aos interesses do PSD, do qual também era presidente de honra (Viana, 1983, 1985 e 1987). Um exemplo de como eram tênues os laços partidários ocorreu no Rio Grande do Sul. Patrono dos dois partidos, Getúlio acabou sendo expulso do PSD gaúcho em 5 de dezembro de 1945, basicamente por ter-se declarado favorável ao candidato petebista ao governo local, Alberto Pasqualini, contra o pessedista Walter Jobim (Bodea, 1979 e 1984).

Foi em meio a essas incertezas e como partido de oposição que o PTB participou das eleições municipais de novembro de 1947, em que mais uma vez as atenções se voltaram para São Paulo. Getúlio, que representava o único fator concreto de identidade partidária, acabou se envolvendo diretamente nas eleições paulistas para a vice-governança, apoiando Cirilo Júnior contra Novelli Júnior, candidato de Dutra, do governador de São Paulo, Ademar de Barros, e de Borghi. Segundo Maciel Filho, um dos mais influentes conselheiros de Vargas, essa eleição assumiu o caráter de desforra do 29 de outubro de 1945, com nítido sentido de afirmação getulista. “Estamos tentando um empreendimento único na história bra-

---

<sup>49</sup> Carta de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Vargas, arquivo particular da remetente, 12-9-1947.

<sup>50</sup> Idem, 2-10-1947.

sileira: derrotar ao mesmo tempo o governo estadual e o governo federal no estado mais forte do Brasil. E a derrota não será discutível, será apenas esmagadora.”<sup>51</sup>

Vargas participou ativamente da campanha, dando-lhe caráter plebiscitário, a fim de que a eleição paulista expressasse uma avaliação da administração Dutra.<sup>52</sup> Os resultados frustraram suas expectativas. O candidato de Vargas perdeu as eleições, e esse fato teve reflexos negativos sobre o partido. A avaliação de Vargas era desalentadora: “Minha opinião é que o pleito de São Paulo fortaleceu o governo. Deixei de ser o bicho-papão. Já não faço medo num pleito eleitoral. Isto os deixou tranquilos e satisfeitos. É preciso agora reorganizar o PTB. Tão cedo não teremos eleições, exceto, talvez, as vagas dos comunistas. É conveniente aproveitar esse tempo para trabalhar numa obra de organização e limpeza”.<sup>53</sup>

As notícias de que Vargas resolvera abandonar o PTB tornaram-se correntes no início de 1948, quando Dutra entabulou conversações para um acordo interpartidário tendo em mira o apoio à sua administração e as eleições presidenciais. Vargas se opôs ao ingresso do PTB no acordo, usando para tanto sugestiva argumentação: “Quando o PTB estava no auge de sua força e com ela assegurava a vitória do candidato à presidência nas eleições de 2 de dezembro, foi posto à margem da coalizão e hostilizado, depois, através do próprio Ministério do Trabalho. Hoje ele está fraco, roído pelas dissensões internas, sem poder dar ao governo, com o apoio que este pretende, a segurança que espera, e é procurado”. Um partido fraco como o PTB seria, nos dizeres de Vargas, tirado do ostracismo para apoiar medidas “reacionárias”, na medida em que Dutra estaria desejando criar para si uma “unanimidade nacional” à custa da população.<sup>54</sup>

O acordo interpartidário, de cunho conservador, foi firmado em janeiro de 1948, reunindo o PSD, a UDN e o PR. Confirmando a disposição de Vargas, o PTB não o endossou e, pelo menos formalmente, ficou na oposição, legitimando as tendências internas que propalavam uma postura de independência e de isolacionismo. Para essa decisão contou também o cálculo político de capitalizar a falta de apelo popular de que se revestia a administração Dutra. Apesar de fraco e inconsistente, o PTB ainda

---

<sup>51</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 47.10.23/1.

<sup>52</sup> Sobre o assunto, ver D’Araujo, 1992.

<sup>53</sup> Carta de Getúlio a Alzira em 29-11-1947, arquivo particular desta.

<sup>54</sup> Correspondência entre Vargas e Baeta Neves, Arquivo Getúlio Vargas, GV 48.05.05 e 48.06.10. Sobre o acordo partidário, ver D’Araujo, 1992.

era o principal recurso de que dispunha o trabalhismo getulista para disputar futuros pleitos. Entre eles, o alvo maior era fazer de Vargas o próximo presidente.

## AJUDANDO A CASSAR O PCB

Em 1945, era visível a crescente influência do Partido Comunista Brasileiro, principalmente nos grandes centros urbanos. A campanha pela anistia do líder comunista Luís Carlos Prestes, e a participação deste nos comícios em prol da redemocratização projetaram Prestes e Vargas como os principais líderes populares. Prestes, que passara todo o período do Estado Novo atrás das grades, voltava à militância política para apoiar a redemocratização do país encaminhada por Vargas. Juntamente com outras correntes populares, o PCB defendeu a tese de que a transição democrática, ao invés de tratar da substituição de Getúlio, deveria dar prioridade à feitura de uma nova Constituição. Essa postura cautelosa frente aos poderes constituídos refletiu-se, na prática, na defesa da “Constituinte com Getúlio”. Expressava ainda a subordinação do partido à linha internacional de apoio aos esforços de “união nacional” nos países que se colocassem contra o nazi-fascismo.

A afinidade de posições entre comunistas e getulistas era apenas aparente. Para os comunistas, tratava-se de usar a figura do ditador como foco da propaganda antinazista e com isso fortalecer o papel do partido na política nacional. Para o queremismo, tratava-se de defender a ação e os planos do governo e pleitear sua continuidade. Getúlio deveria continuar governando, independentemente da forma de governo. O golpe de 29 de outubro representou assim uma derrota do queremismo e do PCB. Prestes chegou mesmo a sugerir a Vargas que reagisse ao golpe com armas. No seu entender, Vargas “não resistiu porque não quis”, preferindo ficar ao lado de seus interesses de classe.<sup>55</sup>

As tensões entre os trabalhadores getulistas, reunidos no PTB, e os comunistas eram claras no que diz respeito à disputa pelo movimento sindical e pelo voto. Entre o fim do Estado Novo e a cassação do PCB, ambas as correntes disputaram avidamente posições no meio sindical, em meio a forte movimento grevista, que levou o governo Dutra a decretar nova lei de greves (Decreto nº 9.070) e a proibir por um ano as eleições em todos os sindicatos do país.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Moraes & Viana, 1982:111. Sobre o PCB nesse período, ver também Pandolfi, 1994.

<sup>56</sup> Sobre as greves do período ver os estudos clássicos de Francisco Weffort, particularmente sua tese de livre docência (1972).

No plano eleitoral, o PCB saiu das eleições de 1945 como um grande partido nacional, tendo obtido 9% dos votos proporcionais e eleito 14 deputados e um senador. Além do PSD e da UDN, foi o único dos 12 partidos que apresentou candidatos em todos os estados. A exemplo de Vargas no PTB, Prestes também funcionou no PCB como um excelente “puxador de legenda”. Elegeu-se senador pelo Distrito Federal, cargo pelo qual optou, e deputado federal por São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal.

Sem contar com benesses governamentais, os comunistas fizeram uma bancada constituinte equivalente a 2/3 da bancada petebista. Depois de anos de clandestinidade, era visível o impulso do partido, quer do ponto de vista eleitoral, quer junto ao movimento operário. Nas eleições de 19 de janeiro de 1947 elegeram mais dois deputados federais — pela legenda do PSP — e 46 deputados estaduais, distribuídos por 15 estados. No Distrito Federal, fez a maior bancada na Câmara Municipal, elegendo 18 vereadores. Segundo um jornalista e atento observador político, como resultado das eleições de 1945 e 1947, “comunistas recém-saídos dos cárceres” sentaram-se ao lado de seus “implacáveis inimigos”. Passaram a ser chamados de “excelência” e a receber honrarias e continências reservadas às autoridades. Alguns deles chegaram a ocupar cargos legislativos importantes, como a primeira secretaria da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Essa convivência, no entanto, não era facilmente assimilável pelas elites nacionais (Rocha, H., 1981:10).

Desde o início de 1946, pessoas ligadas a Vargas informavam-no constantemente sobre os avanços do comunismo na capital. Alguns, como José Soares Maciel Filho, justificavam, através de extensos relatórios, a conveniência de cancelar o registro do PCB. Segundo essas apreciações, o PTB não possuía suficiente disciplina e organização para constituir uma alternativa viável, que impedisse os trabalhadores de emigrar para o comunismo.<sup>57</sup> Entretanto, como em 1935, foi necessário um fato concreto para incriminar judicialmente o partido. Prestes propiciou essa situação quando, ao ser várias vezes provocado, inclusive no Congresso, a respeito de que atitude tomaria frente a uma guerra entre Brasil e URSS, deu respostas que ofereciam provas de “impatriotismo”. Foi com base nesse argumento que em março de 1946 o advogado e ex-procurador do recém-extinto Tribunal de Segurança Nacional, Himalaia Virgulino, encaminhou ao TSE o pedido de can-

---

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, no Arquivo Getúlio Vargas, cartas e relatórios de José de Segadas Viana, Maciel Filho, André Garrazoni e Abelardo Mata ao titular: GV 46.01.00/7; GV 46.01.00/14; GV 46.02.17; GV 46.03.00.

celamento do registro do partido. A iniciativa foi apoiada pelo deputado petebista pelo Distrito Federal Barreto Pinto, e o jornal *Brasil-Portugal*, na ocasião o principal porta-voz do PTB, iniciou imediatamente ampla campanha contra Prestes e o comunismo “apátrida”, “fora-da-lei” e “sanguinário”.

Embora o PTB atuasse no Congresso, através de suas lideranças, contra a cassação do PCB, havia por parte de certos getulistas a convicção de que o medo do comunismo precisava aumentar para que o PTB pudesse crescer. Segundo Alzira, “enquanto este perigo não for bastante, eles (os petebistas) não obterão nem dinheiro para organizar o partido, nem apoio do governo para obter posições”.<sup>58</sup> Maciel Filho era categórico quanto à posição a ser adotada. O PTB deveria se colocar contra o PCB, e foi exatamente com esse objetivo que aceitou integrar a direção nacional do partido.

Como lembra Hildon Rocha, o processo de cassação foi articulado pelos homens do governo, principalmente pelo PSD, mas gradativamente os liberais lhes deram as mãos num processo “contagante de entorpecimento” (Rocha, 1981:10). Quando o registro foi cancelado, em maio de 1947, a surpresa ficou restrita ao próprio PCB. Vários comunistas, e mesmo Prestes, reconheceram terem subestimado essa possibilidade. A opinião de Prestes na ocasião era de que o movimento em favor da cassação partia de um “inexpressivo grupelho fascista” e não refletia as inclinações da burguesia brasileira.<sup>59</sup>

Por três votos a dois, o TSE decidiu pelo cancelamento do registro do partido. Iniciava-se aí nova polêmica, desta feita em torno dos mandatos dos comunistas, e coube ao PSD encaminhar a tese da cassação. A UDN fazia a defesa da liberdade partidária e de organização, mas, na prática, acabou em parte se alinhando ao PSD. O PTB não foi menos ambíguo. Suas lideranças na Câmara e no Senado, respectivamente Gurgel do Amaral Valente e Salgado Filho, discursaram em defesa da legalidade dos mandatos dos comunistas, mas ao mesmo tempo deixavam claro os problemas que a ideologia comunista representava para a estabilidade das instituições. Enfatizadamente registravam que, ao contrário de outros partidos favoráveis à cassação, o PTB jamais fizera qualquer aliança com os comunistas. Uma aliança desse teor teria sido, na opinião de Salgado, uma traição aos trabalhadores.<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> Correspondência de seu arquivo particular de 30-4-1946.

<sup>59</sup> Gorender, 1987:20; Basbaum, 1976. Prestes reconhece a mesma falha em seu depoimento a Denis de Moraes e Francisco Viana (1982:115).

<sup>60</sup> *Brasil-Portugal e Democracia*, jul. 1947.

Em 29 de outubro de 1947, em segunda votação, o Senado aprovou a cassação dos mandatos, decisão ratificada na Câmara em 7 de janeiro de 1948. As sessões foram tensas. “No ardor do debate, foram sacadas armas — revólveres e punhais. [...] Lembro-me do comunista Gregório Bezerra sacando o revólver enquanto o padre Arruda se coçava levantando a batina para pegar sua peixeira” (Franco, 1965:119). Em meio a um clima de paixões, a cassação foi aprovada por larga maioria de votos: 35 a 19 no Senado (num total de 63 senadores) e 169 a 74 na Câmara (num total de 304 deputados). A votação final na Câmara e no Senado foi uma demonstração da força dos partidos conservadores, particularmente o PSD, que destinou 70% dos votos de sua bancada a favor da cassação dos mandatos. A UDN se dividiu na votação. Também dividido, o PTB destinou menos da metade de seus votos contra a cassação.

A tabela 3 descreve o comportamento dos partidos na Câmara acerca desse episódio.

TABELA 3

**DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS NA CÂMARA  
DOS DEPUTADOS, POR PARTIDO  
Na votação para a cassação  
dos mandatos parlamentares comunistas**

Partido	A favor	Contra	Abstenções e ausências	Total
PSD	119	18	21	158
UDN	28	24	27	79
PR	7	3	0	10
PTB	6	11	7	24
PSP	5	3	0	8
PTN	2	0	0	2
PDC	2	0	0	2
PCB	0	12	2	14
PSB	0	3	0	3
Não identificados	0	0	4	4
Total	169	74	61	304

Fontes: TSE. *Dados estatísticos*, 1945 e 1947; Hippolito, 1984.



De qualquer forma, o PTB foi ator fundamental para o desfecho do caso. Embora suas lideranças defendessem da tribuna a legitimidade dos mandatos, o PTB ajudou a engrossar o coro do anticomunismo. Nos bastidores, a ação de homens intimamente ligados a Vargas, como Maciel Filho, foi importante para que se chegasse àquele resultado. Finalmente, vale lembrar que a ilegalidade do PCB não era uma hipótese desprezível para o PTB. Não havendo partidos expressivos disputando o voto dos trabalhadores, o PTB tornava-se potencialmente o partido mais bem colocado para captar a massa de eleitores que vinha até então votando com os comunistas. Se o comunismo era encarado como um inimigo nacional, no caso do PTB ele era, acima de tudo, um inimigo eleitoral.

## A GESTÃO SALGADO FILHO

Oficialmente, desde julho de 1947 o PTB era um partido de oposição ao governo Dutra, posição confirmada em janeiro de 1948, quando se recusou a participar do acordo interpartidário. Mas internamente eram fortes as pressões para que aceitasse continuar em composição com o governo, e os que defendiam essa tese recusavam-se a obedecer ao comando da direção partidária. Nesse tocante, era particularmente evidente a pressão e a rebeldia do PTB de São Paulo em relação ao Diretório Nacional.

Em meio a esse quadro, formou-se uma articulação em torno de Salgado Filho, visando o afastamento do presidente nacional do PTB, Paulo Baeta Neves, e a promoção da pacificação interna. Em função desse arranjo, em meados de junho de 1948 toda a Executiva renunciou e procedeu-se à escolha de uma Comissão Provisória, da qual Vargas participava formalmente como presidente efetivo, tendo como vice Salgado Filho.<sup>61</sup> Na verdade, Vargas, que pela primeira vez deixava de receber um cargo de honra para ser presidente de fato, jamais chegou a exercer aquela função. À frente do partido ficou Salgado Filho, político da confiança de Vargas, que iniciou então uma série de viagens por todo o país, visando a expansão e a articulação nacional do PTB.<sup>62</sup>

Salgado Filho era um político de estatura nacional, dado importante para conseguir impor-se a seus correligionários e demais partidos, principalmente porque a sucessão presidencial entrava na ordem do dia. Gaúcho como Getúlio, Salgado

---

<sup>61</sup> Além do presidente e do vice-presidente, a Comissão foi ainda integrada por Landolfo Alves, secretário, e Romeu Fiori, tesoureiro-geral. Baeta Neves foi escolhido presidente de honra.

<sup>62</sup> A ata da reunião encontra-se no Arquivo Getúlio Vargas, GV 48.06.30. Ver ainda *O Jornal*, 1-7-1945.

era um advogado que havia participado ativamente do movimento revolucionário de 1930. Nessa época foi nomeado delegado de polícia do Distrito Federal e em 1932 passou a chefiar o Ministério do Trabalho, em substituição a Lindolfo Collor. Anos mais tarde, em 1941, seria nomeado primeiro titular do recém-criado Ministério da Aeronáutica e, em 1947, seria eleito senador pelo PTB/RS. Salgado era um homem de reconhecida vida pública e de sabida experiência nos atalhos da política e da burocracia. Era por isso mesmo um político renomado e temido pelos outros partidos, na medida em que se tornava mentor de uma agremiação com poder de fogo, baseado no carisma de Vargas.

A recomposição interna que acabou levando Salgado à presidência era uma tentativa de tirar o PTB do cotidiano de disputas pessoais e lançá-lo na política nacional, visando a sucessão-presidencial. Era a “virada” ansiada por grande parte dos getulistas, que queriam transformar o partido em interlocutor válido dos setores dominantes da política brasileira. Com a ida de Salgado Filho para a chefia nacional, o PTB abandonava suas aspirações de ser um partido dirigido por líderes sindicais. Três anos de vida partidária haviam demonstrado que era impossível mantê-lo sob a administração de líderes classistas sem experiência política, convivendo com políticos, burocratas e empresários treinados nos meandros da competição dentro do poder. Para muitos, os sindicalistas haviam-se transformado em massa de manobra para políticos como Segadas, Borghi e Ademar de Barros, chefe do PSP e governador de São Paulo.

A partir de 1948 intensificou-se um duplo movimento no PTB. De um lado, procurou-se fortalecê-lo nacionalmente, ampliar seus diretórios e dinamizá-los através da atuação de Salgado Filho. De outro, buscou-se unir os getulistas em torno da campanha de Vargas e do queremismo. As disputas internas não desapareceram, mas o objetivo de fazer Getúlio presidente da República era irreversível frente a outras ambições internas. Como o PTB se apresentava coeso em torno desse objetivo, tornava-se também maior seu poder de barganha. É essa a avaliação de José Soares Maciel Filho: “O ambiente político está muito apreensivo com a solução de crise do PTB. Todos sentem que nas próximas eleições o PTB representa o fator decisivo para a sucessão presidencial. Verifica-se certo nervosismo em todos os setores, e as tendências, quer da UDN, quer do PSD, são para uma aproximação. Examinando o panorama nacional, volto a repetir o que disse desde o primeiro dia: quem decidirá a sucessão presidencial será Getúlio Vargas”.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Carta a Getúlio Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, GV 48.07.03. Ver ainda GV 48.07.07 e GV 48.08.31/2.

O momento era de euforia com a campanha de Vargas. As disputas internas foram relegadas a segundo plano, enquanto se promovia um trabalho lento de organização de diretórios. O impulso da campanha queremista chegava a ser, para Eptácio Pessoa, um fenômeno surpreendente de difusão: “O movimento, inteiramente desarticulado, sem chefe e sem orientação, surge nos quatro cantos do Brasil, natural, espontâneo, mas com um sentido e uma força que surpreendem os mais dedicados dos seus amigos e levam o pânico ao adversário. Não lhe sei dizer onde está mais forte, se na Bahia, se em Pernambuco, se no Ceará, mas o que posso lhe dizer é que hoje o queremos é muito mais compacto, muito mais forte, muito mais resistente do que em outra qualquer época. Deixou de ser um movimento de afeição, de amizade, de continuísmo, para se tornar realmente uma grande força. E, já agora, não se circunscreve apenas à massa mas ganha terreno na classe média e já atinge as elites”.<sup>64</sup>

A ida de Salgado para a presidência deu forte impulso ao partido. Maciel Filho, Eptácio Pessoa e Napoleão de Alencastro Guimarães empenharam-se numa campanha por recursos financeiros na qual se incluía a criação de uma empresa de jornalismo, que, numa alusão direta à derrota do brigadeiro em 1945, chamou-se Sociedade Anônima Indústria Gráfica o Marmiteiro (Saigom). Essa sociedade passou a ser responsável pela impressão dos jornais *Diretrizes* e *O Radical*. Paralelamente, estudava-se o retorno de *A Democracia*. O partido insistia na necessidade de uma imprensa própria para a divulgação da doutrina trabalhista, criando um canal de comunicação para os setores getulistas.

A preocupação com a doutrina não era nova, mas ganhou maior vigor após a gestão de Salgado Filho, convencido da necessidade de dar ao PTB um tom doutrinário similar ao do Partido Trabalhista inglês. Segadas Viana também havia se inspirado na mesma fonte, mas as diferenças entre os dois países eram gritantes. Na Inglaterra isso só foi possível, por exemplo, após os trabalhadores terem obtido representação no Parlamento.<sup>65</sup> Se o modelo britânico fracassou entre nós, sobreviveu no partido forte tendência doutrinária, que procurava aproximar o PTB de seu similar inglês no tocante aos princípios programáticos. Isso foi tentado enfaticamente por Alberto Pasqualini e, em menor escala, pelo próprio

---

<sup>64</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 48.10.10/4.

<sup>65</sup> A bibliografia sobre o trabalhismo inglês é extensa. A título de exemplo, podemos citar: Webb & Webb, 1920; Wertheimer, 1930; Pelling, 1965; Mackenzie, 1967; Attlee, s.d.; *A social democracia e o trabalhismo inglês* (1982).

Salgado. Logo após sua eleição para a Executiva, Salgado escreveu a Clement Attlee, primeiro-ministro inglês, comunicando estar na presidência do PTB e solicitando que lhe enviasse cópia de todas as publicações e informações pertinentes sobre o Partido Trabalhista britânico, especialmente o relatório de sua conferência anual.<sup>66</sup>

O novo presidente do PTB acompanhava com interesse a política internacional, particularmente os avanços dos partidos trabalhistas e democráticos em países como a Inglaterra e os Estados Unidos. Como se sabe, a participação dos sindicatos na campanha de Truman em 1948 foi fundamental para sua vitória, e isso era visto pela American Federation of Labor como sinal dos novos tempos, com amplas possibilidades para o movimento sindical norte-americano.<sup>67</sup> Para Salgado Filho, aí estava a evidência de que o “mundo todo marcha para o trabalhismo, o qual realiza o ideal da revolução sem sangue, da evolução progressiva. A era do capitalismo privatista já morreu e não volta nunca mais”.<sup>68</sup>

## ÀS ORDENS DE VARGAS

Em meio às articulações sucessórias e às tentativas de imprimir novas diretrizes ao partido, ganhou relevo a figura de outro ator, que desempenharia papel crucial na vida do PTB nos anos seguintes e rapidamente viria a substituir o próprio Salgado Filho. Era Danton Coelho, antigo auxiliar e amigo pessoal de Vargas, que durante a campanha presidencial foi o “pombo-correio” entre Vargas e as Forças Armadas.

Danton Coelho era também gaúcho, revolucionário de 30. Após a revolução paulista de 1932, fora nomeado para a chefia de polícia em São Paulo. Entre 1940 e 1947 esteve afastado do país ocupando cargos em delegações econômicas e diplomáticas, não tendo participado do esforço inicial de criação do PTB. Voltou ao Brasil em 1948 para assumir o cargo de oficial do Imposto de Consumo e logo se colocou a serviço da campanha de Vargas. A partir de então seria figura central no PTB. Suas críticas seriam constantes, atingindo

---

<sup>66</sup> Carta de 23-7-1948, Arquivo Salgado Filho, Arquivo Nacional, caixa 6, pasta 7.

<sup>67</sup> Sobre o trabalhismo norte-americano ver, por exemplo, Greenstone, 1970; Laslett, 1970; Pelling, 1960; Puddington, s./d.

<sup>68</sup> *O Dia* (Curitiba), 13-2-1949.

o próprio Salgado. A seu ver, o partido carecia de liderança com capacidade de organizar a massa getulista. O queremismo estava composto apenas de “soldados”, e sua “oficialidade” continuava ausente, trabalhando apenas para satisfazer suas ambições pessoais.<sup>69</sup> “O Brasil mostra-se como um imenso arquipélago formado por um sem-número de ilhas e ilhotas queremistas, independentes umas das outras — e por vezes até rivais — animadas e unidas pelo culto à sua memória. De quanto tenho podido observar em São Paulo, Minas e aqui (Rio de Janeiro), o PTB é fator nulo na criação e manutenção deste espírito.”<sup>70</sup>

Com a entrada de Danton, repetia-se o ciclo: cada liderança que procurava se afirmar no PTB defrontava-se imediatamente com outra, instalando-se o conflito entre pessoas com ligações muito estreitas com Getúlio Vargas. Na opinião de Salgado Filho, o PTB se comportava como um “partido em que os seus elementos, em lugar de combater os adversários políticos, visam só os companheiros, numa luta fratricida, que só não o enfraquece pela mística getulista”.<sup>71</sup> Com estas palavras, Salgado relembra um aspecto central para o PTB. A sigla não comportava a popularidade do chefe, que podia por isso mesmo se valer de outros recursos de poder para respaldar seus projetos. Era esta certeza de que o mito se manteria para além do partido que levava algumas correntes a sugerir sua incorporação a outros partidos existentes. No final de 1949, Nelson Fernandes, juntamente com Danton, entrou em entendimentos com o PSP em São Paulo visando celebrar uma proposta de fusão entre os dois partidos para vigorar após as eleições. Em meados de março de 1950 foi selado um pacto secreto entre Danton Coelho, pelo PTB, e Erlindo Salzano, em que os dois partidos acertavam os termos do apoio a Vargas no próximo pleito presidencial.<sup>72</sup> É sintomático que tenha sido Danton, e não Salgado, o patrocinador desses entendimentos. De fato, enquanto Salgado Filho buscava dar novo fôlego ao PTB, expandindo-o por todo o país, Danton dava continuidade à estratégia de fortalecimento da liderança pessoal de Getúlio,

---

<sup>69</sup> Ver carta de Danton a Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, GV 49.01.30/2.

<sup>70</sup> Carta a Getúlio Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, GV 48.10.11/2.

<sup>71</sup> Carta a Getúlio Vargas de 15-9-1949, Arquivo Salgado Filho, AP 49, cx. 69, pasta 1.

<sup>72</sup> Sobre o assunto, ver correspondência entre Nelson Fernandes e Getúlio no Arquivo Getúlio Vargas, GV 49.12.14/1; e cartas de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a seu pai de 22 e 26-3-1950, arquivo da remetente. A íntegra do “pacto” encontra-se em D’Araujo, 1992:82.

propondo a união das duas principais figuras populistas da época, Vargas e Ademar.

No dia 19 de abril de 1950, data do aniversário de Getúlio, Ademar de Barros lançou a candidatura do ex-ditador.<sup>73</sup> No domingo, 17 de julho, a candidatura foi oficialmente lançada no Palácio Tiradentes.<sup>74</sup> Começava a marcha para o Catete, que se tornava prioritária em relação à organização partidária. Na reunião do Diretório Nacional de 26 de julho, Salgado Filho foi substituído pelo articulador eleitoral Danton Coelho e nova Executiva foi escolhida.<sup>75</sup> Nas palavras de Vargas, com “algum custo e forçando a nota”, ele afastara Salgado Filho e Landulfo Alves, pois “eles precisavam desencarnar da Executiva, onde estavam inativos, para irem trabalhar pelas suas candidaturas nos estados”.<sup>76</sup>

Por uma irônica coincidência, Salgado Filho faleceu três dias depois, vítima de um desastre aéreo, quando viajava de Porto Alegre para Itu num avião fretado pela campanha do PTB. Com essa morte o partido perdia um grande articulador, mas desaparecia também a única liderança em condições de atuar com alguma independência dentro do PTB. A liderança de Vargas, agora, não teria rivais. Graças à sua intervenção, num único dia Danton Coelho foi eleito membro do Diretório

---

<sup>73</sup> Como qualquer decisão sobre candidatos deveria ser submetida à apreciação da Convenção Nacional, havia para o partido a necessidade urgente de legalizar a situação de sua Executiva Nacional, posto que desde junho de 1948 encontrava-se em exercício uma Comissão Provisória. Pelos estatutos, a duração do mandato do Diretório Nacional era de três anos, e a última eleição se dera em março de 1947. Como medida de emergência, a Executiva Provisória obteve o apoio dos diretórios estaduais para alterar os estatutos, fixando o mandato do diretório em três anos e meio. O Diretório Nacional teve seu mandato prorrogado ainda mais duas vezes. Além desta, em 13 de abril de 1950, na IV Convenção de 16 de junho de 1950 foi prorrogado para quatro anos e, por decisão da Executiva Nacional de 28 de fevereiro de 1951, foi estendido por mais seis meses. A rigor, o Diretório Nacional eleito em março de 1947 sofreu alterações substantivas, mas permaneceu em vigor até setembro de 1951 pela impossibilidade política do partido de promover uma eleição que renovasse os 50 membros estatutariamente previstos.

<sup>74</sup> Nessa Convenção foram preenchidas nove vagas no Diretório Nacional. Os novos integrantes do Diretório eram Vivaldo Lima Filho, do Amazonas; Abilon de Souza Naves, do Paraná; Leodegário Ludgero de Souza, da Bahia; João Emílio Falcão, do Piauí; João Lima Guimarães, de Minas Gerais; José Barbosa, de São Paulo, e Lourival Fontes, por Sergipe. Ver TSE, Processo nº 7/47, e carta de Alzira a Vargas de 16-6-1950, arquivo da titular.

<sup>75</sup> A Executiva ficou assim composta: presidente, Getúlio Vargas; primeiro vice-presidente, Danton Coelho; segundo vice-presidente, Baeta Neves; secretário-geral, Lourival Fontes; primeiro-secretário, Epitácio Pessoa; segundo-secretário, Ilacir Pereira Lima; tesoureiro-geral, Romeu José Fiori; primeiro-tesoureiro, Eurico Souza Gomes; segundo-tesoureiro, Álvaro Binuti. Sobre as articulações para a eleição da nova Executiva, ver carta de Salgado Filho a Getúlio de 12-7-1950 no Arquivo Salgado Filho, AP 49, cx. 69, e correspondência entre Vargas e Alzira datada de 12, 14, 24 e 26-7-1950, no arquivo da última.

<sup>76</sup> Carta de 28-7-1950, arquivo de Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

Nacional e presidente da Executiva Nacional do PTB. Nesse momento eleitoral, Danton, a serviço de Vargas, passou a ser o homem forte no partido.

## O PTB E AS ELEIÇÕES DE 1950

Sob o comando de Danton Coelho e com a colaboração decisiva de Newton Santos, major gaúcho colocado por Vargas na chefia da seção paulista, o PTB atirou-se às eleições de 3 de outubro de 1950, tendo por objetivo fundamental a eleição de Getúlio. Danton foi encarregado dos contatos nas áreas militares e com Ademar de Barros, enquanto ao major Newton Santos coube a tarefa de articular alianças de bastidores em várias unidades da Federação.

O partido relegou a segundo plano as disputas pelos governos estaduais, ganhando flexibilidade para estabelecer negociações locais em torno das eleições presidenciais. Aparentemente caminhava coeso no apoio a Vargas, mas a pacificação interna estava longe de se concretizar. A eleição de Danton para a presidência nacional do PTB fora uma imposição de Vargas, visando as eleições e não a organização partidária, e foi recebida com reservas por outros concorrentes. Além do mais, as disputas locais para a composição das chapas de candidatos aos cargos proporcionais foram traumáticas em várias seções, e as cisões petebistas nos estados se acentuavam, particularmente em São Paulo.<sup>77</sup>

A estratégia do partido de liberar suas seções para composições locais que fortalecessem a coalizão presidencial foi eleitoralmente bem-sucedida. A vitória de Getúlio foi assegurada com 48,7% dos votos. Em segundo lugar vinha o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN, com 28,4%, seguido por Cristiano Machado, do PSD, com 20,5%, e João Mangabeira, do PSB, com 0,1%. Getúlio foi vitorioso em 18 das 24 unidades da Federação, perdendo no Pará, Piauí, Ceará, Minas Gerais e nos territórios do Acre e do Amapá. Ou seja, perdeu apenas em um grande estado, Minas Gerais, onde a votação ficou equitativamente distribuída entre os três principais candidatos, com uma ligeira vantagem para o brigadeiro. Vargas ganhou também nas grandes cidades, numa demonstração de força do trabalhismo getulista junto aos eleitores urbanos, os principais beneficiários da legislação social implantada a partir de 1930. O PTB aumentou sua bancada federal de 22 para 51 deputados. Nas assembleias estaduais, de um total de 85 cadeiras

---

<sup>77</sup> O exemplo mais clássico foi o do Distrito Federal, onde Segadas Viana conseguiu obstruir a indicação de Ivete Vargas. Ver D'Araujo, 1988.

obtidas em 1947, passou para 148. O PSP também estreou nacionalmente nas urnas com brilhantismo, obtendo, sem coligações, 22 das 304 cadeiras da Câmara Federal.<sup>78</sup>

Quando, após as eleições, a UDN, inconformada com a vitória de Vargas, levantou a tese da “maioria absoluta”, coube a Danton Coelho sair em campo para dismantlar as manobras contrárias à posse do presidente eleito. Seguindo a mesma estratégia do Estado Novo, Danton promoveu manifestações populares “espontâneas”, com o apoio de setores militares e de sindicatos. Segundo ele, havia tomado “providências de ordem material, política e psicológica. Alertei os ferroviários e ameacei com a greve dos transportes; fiz a ameaça de forma velada através do Góes [Monteiro], que a transmitiu ao Dutra”.<sup>79</sup>

Assegurada a vitória de Vargas, nada indicava que o PTB saíra das eleições fortalecido internamente. Ao contrário, vencera o personalismo e o grande derrotado fora a institucionalização do PTB e do próprio sistema partidário. Para os antigetulistas, mais do que isso havia sido perdido, pois o país teria se rendido à sedução do discurso demagógico e a promessas messiânicas. Segundo importante revista da época, “no dia 3 de outubro [de 1950], no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos, tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da democracia berrada das janelas e automóveis, para votar na última esperança que lhes restava: naquele que se proclamava ‘pai dos pobres’, o messias charlatão”.<sup>80</sup>

Importante fator para a vitória de Vargas fora o apoio do PSD, que em vários estados relegou seu candidato em favor de Getúlio, e também o suporte de Hugo Borghi, que fora expulso do PTB em 1947, mas que mantivera fortes laços com o partido, particularmente em São Paulo. Esse apoio renderia ao empresário o retorno ao PTB, iniciativa contestada por parte do Diretório paulista, tendo à frente Newton Santos e Ivete Vargas, que logo passaram a liderar campanha pela deposição de Danton, o quarto presidente nacional do PTB.

A vitória de Vargas e as compensações aos que para ela haviam concorrido acirraram ainda mais as lutas internas. O partido tinha agora condições de par-

---

<sup>78</sup> TSE. *Dados estatísticos*.

<sup>79</sup> Arquivo Getúlio Vargas. GV 50.11.07.

<sup>80</sup> Editorial. Revista *Anhembi*, 1(1), dez. 1950, apud Weffort, 1978:22.



ticipar do poder, e, embora os quadros fossem escassos, tornavam-se vorazes as disputas pela distribuição de cargos. A dimensão dessa contenda pode ser avaliada pelas sucessivas convenções que o partido realizou nesse período. Entre junho de 1951 e maio de 1952, ou seja, em menos de um ano, foram realizadas três convenções nacionais, todas dedicadas a examinar o controle das posições de mando. A par de tudo isso, Getúlio não governaria como um presidente de partido, nem o PTB se comportaria como um partido de governo. Aí estavam, em germe, as condições que levariam à desastrosa instabilidade do segundo governo Vargas.

A organização e a disciplina partidárias foram sacrificadas em favor da mobilização direta das massas e, nesse momento eleitoral, o partido acabou por atuar como um apêndice do quererismo, uma experiência de mobilização direta que se repetiria 10 anos mais tarde, quando das campanhas reformistas. A estratégia de concentração de esforços para reunir os petebistas em torno da campanha presidencial foi bem-sucedida. Em contrapartida, o partido relegou a segundo plano a apresentação de candidatos para as sucessões estaduais, buscando acomodar acordos locais e impedir que a máquina getulista dispersasse suas energias. Assim, o PTB foi a força majoritária na aliança que elegeu o presidente da República, mas não o foi na coalizão governamental. Com pequenos percalços, funcionara como elemento de sustentação de Getúlio e cumpriria sua “missão histórica” de devolver-lhe o poder. Internamente, o desafio da construção institucional continuaria. Para um partido que formalmente chegava ao governo, este não deveria ser um aspecto a menosprezar. Por outro lado, a intimidade com o poder lhe daria novos motivos para acelerar as disputas internas em torno da proximidade com o líder. O que se verá durante o governo Vargas, em relação ao PTB, não difere muito do que foi até aqui traçado. Para melhor entendermos o desenho que o partido vinha assumindo, será necessário fazer um recorte para examinar mais detidamente a sua dinâmica interna e as formas pelas quais se foi formando sua coalizão dominante. É o que veremos no próximo capítulo.

## A OLIGARQUIZAÇÃO PARTIDÁRIA

### A CENTRALIDADE DAS CHEFIAS

Marcado pelo personalismo de Vargas, o PTB, em seu processo de estruturação, não conseguiu institucionalizar mecanismos internos que permitissem a participação de correntes oposicionistas, nem a consolidação de lideranças secundárias. A dissidência não era tolerada, e sim encarada como ameaça à figura do fundador e, portanto, à razão de ser do partido. Essa dinâmica resultou no incentivo a uma tendência centralizadora e autoritária, uma das características de um partido de origem carismática e personalista. O processo de consolidação de lideranças foi mais grave no plano regional. Aí também ficou patente a ausência de participação popular de que fala Almino Afonso (1981). Mais do que isso, o controle do partido deu-se inicialmente pela rotatividade nos cargos superiores de direção, até que João Goulart fosse galgado à presidência do partido em 1952, cargo que acumulou sucessivamente com os de ministro do Trabalho, vice-presidente e presidente da República. Isso indica que o PTB só obteve alguma estabilidade interna a partir do momento em que uma figura “ungida” pelo chefe foi instituída na direção na qualidade de “escolhido”. O controle pessoal e direto foi a forma pela qual o partido engendrou sua estratégia de atuação interna. Assim foi com o PTB nacional e assim foi com as seções do Distrito Federal e de São Paulo, que passaremos a examinar, no intuito de demarcar as diferenças organizacionais do PTB em relação aos outros partidos que lhe foram contemporâneos no país.

### O PTB E SEUS INIMIGOS NO DISTRITO FEDERAL

Não se pode pensar no PTB do Distrito Federal sem levar em conta três importantes fatores. Em primeiro lugar, estava sediado na capital do país, onde se concentravam os organismos da administração federal e eram altos os graus de urbanização e alfabetização. Em segundo lugar, o PTB carioca, nos primeiros anos, foi a seção que mais se empenhou numa linha abstencionista em relação ao governo Dutra. Apesar das profundas ligações com a política varguista, o PTB carioca, sob o co-

mando centralizado de Segadas Viana, demonstrou também certa independência em relação ao ex-ditador, e isto é evidenciado pelo processo lento e conflituoso com que a chefia de Segadas foi substituída pela de Lutero Vargas, o segundo e último “mandarim” do PTB/DF. Em terceiro lugar, esta seção não pode ser desvinculada, em seus primórdios, da direção nacional do partido. O controle mais direto e imediato de Segadas Viana sobre toda a agremiação explica em muito o contraste com São Paulo, onde a dispersão de lideranças e de comandos foi mais acentuada.

Outro fator importante de diferenciação entre São Paulo e Rio de Janeiro diz respeito ao tipo de arranjo político encontrado em cada região. São Paulo demonstrou, através do tempo, tendência pluripartidária e facilidade de convivência com diferentes lideranças populistas. As clivagens políticas no estado não geraram necessariamente uma superposição dos interesses corporativos de empresários e trabalhadores com interesses partidários ou com lideranças personalistas. Clivagens não-cumulativas davam, portanto, à política estadual paulista um tom de maior independência e de maior vigor na pluralidade de preferências. Isso levou o PTB local a diferentes composições, conforme o âmbito das eleições que estivessem em jogo e os arranjos para o controle de posições na política local e nacional. A seção paulista caracterizou-se principalmente por cisões internas decorrentes das constantes manifestações de rebeldia de suas facções em relação às direções local e nacional, envolvendo a disputa por benefícios político-eleitorais.<sup>81</sup>

Ao contrário de São Paulo, na cidade do Rio de Janeiro o PTB sempre teve interlocutores bem definidos e adversários solidamente constituídos. De início, a principal bandeira do petebismo carioca foi o anticomunismo. Não se tratava obviamente de um inimigo forjado, posto que o Partido Comunista demonstrava, desde a anistia de 1945, vigor eleitoral e sindical. Outro partido de visibilidade na cidade era a UDN, marcadamente antigetulista. Após a cassação do PCB, a UDN, juntamente com o PTB, figurou como o segundo mais importante partido local. Comunismo e udenismo foram as principais forças que mobilizaram a competição dentro do PTB carioca, uma seguindo a outra, e depois as duas em conjunto, a partir de fins da década de 50.

---

<sup>81</sup> Sobre o PTB em São Paulo, ver Benevides, 1989; Pelegrini, 1989; e D'Araujo, 1988.

A extensão territorial abrangida pela seção carioca, incomparavelmente menor que a das outras seções, facilitou uma estrutura organizacional bem mais propícia à observação direta dos dirigentes. Esse é um dos fatores explicativos de como o partido conseguiu manter por tanto tempo uma modalidade peculiar de disciplina, de participação e de centralização.

A força do comando de Segadas Viana, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, na constituição do PTB nacional e carioca fica clara pela superposição dos membros do Diretório Nacional e do Diretório do Distrito Federal.<sup>82</sup> Em ambos os casos os dirigentes foram escolhidos em função do exercício de algum mandato sindical ou de alguma representatividade junto aos trabalhadores. Para dar aos diretórios um cunho moderno e democrático, tornava-se praticamente obrigatório incluir mulheres e negros. Tudo era pensado para que o novo partido pudesse chegar ao trabalhador com a “cara do povo”, liderado por trabalhadores que espelhassem as profissões mais populares e as cores étnicas do país.

Seguindo essa orientação, a primeira presidência da seção carioca coube a um trabalhador negro, o presidente do Sindicato dos Padeiros, Antônio José da Silva, membro do Diretório Nacional Provisório e tesoureiro da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Rio de Janeiro. Em 2 de dezembro de 1945 ele integrou a chapa de candidatos à Câmara Federal e recebeu 592 votos. Não obstante a baixa votação, foi eleito deputado constituinte em função dos votos que a legenda do PTB recebeu através da candidatura de Vargas, graças a quem o partido fez uma bancada de nove membros na capital.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Dos 29 membros que integraram o primeiro Diretório Regional do Distrito Federal, 16 constavam da lista de assinaturas de fundadores do Diretório Nacional.

<sup>83</sup> No Distrito Federal, Getúlio obteve cerca de 90% dos votos dados ao PTB, isto é, 116.712, enquanto os votos dos nove empossados somaram cerca de 14.500. Para as bancadas do PTB do Distrito Federal e Guanabara na Câmara Federal, Câmara dos Vereadores e Assembléia Legislativa no período 1945-62, ver tabelas 4, 5 e 6.

TABELA 4

**DISTRITO FEDERAL-GUANABARA: BANCADAS  
NA CÂMARA FEDERAL, 1945-62**

Ano	PCB	PTB	UDN	PSD	PSP	PRT	PDC	Alianças	Total
1945	3	9	3	2	—	—	—	—	17
1950	—	8	4	3	1	1	—	—	17
1954	—	6	—	2	2	1	—	6	17
1958	—	5	6	—	4	—	—	2	17
1962	—	—	6	—	—	—	1	14*	21

\* O PTB integrou a Aliança Social Trabalhista com o PSB e elegeu 10 deputados.

Fonte: Picaluga, 1980.

TABELA 5

**DISTRITO FEDERAL: BANCADAS  
NA CÂMARA DOS VEREADORES, 1945-58**

Ano	PCB	PTB	UDN	PR	PSD	PSP	PSB	PRT	Aliança	Outros	Total
1947	18	9	9	5	—	—	—	—	6	3	50
1950	—	15	10	3	7	5	1	3	—	6	50
1954	—	9	9	5	7	6	2	2	—	10	50
1958	—	7	8	4	7	5	4	4	—	11	50

Obs.: Pela Constituição da Guanabara de 27-3-1961, o governo do novo estado passou a ser composto por Assembléia Legislativa, governador, tribunais e juízes. Foi extinta, portanto, a Câmara de Vereadores.

TABELA 6

**GUANABARA: BANCADAS NA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1960-62**

Partido	1960	1962
UDN	9	14
PTB	6	13
PSD	4	4
PSB	2	3
PTN	2	2
PR	2	3
PRT*	2	—
PRT**	—	3
PDC	1	3
PL	—	2
PST	—	4
MTR	—	1
PSP	2	3
Total	30	55

\* Partido Republicano Trabalhista.

\*\* Partido Rural Trabalhista.

Na composição da bancada já se evidenciava uma contradição. Enquanto a direção regional constituía-se predominantemente de sindicalistas, dos nove representantes eleitos apenas três podem ser identificados como tais, embora todos fossem candidatos de pouca expressão eleitoral. Além de Antônio José da Silva, os outros dois sindicalistas eleitos foram Manoel Benício Fontenelle, empregado na indústria têxtil e presidente do Sindicato de Mestres e Contramestres da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, e Paulo Baeta Neves, antigo líder sindical dos vendedores praticistas em Minas Gerais que se tornara presidente da Federação dos Sindicatos dos Empregados no Comércio do Rio

de Janeiro.<sup>84</sup> Nenhum dos três conseguiu se reeleger. Foram representantes de um mandato único, embora Baeta tenha retornado ao Congresso entre 1964 e 1966, no momento das cassações, na condição de suplente.

Não obstante os mentores do partido insistirem em que, em contraposição aos partidos de “notáveis” do tipo PSD e UDN, o PTB deveria se pautar por uma presença marcante de trabalhadores, ficou claro de imediato que isso seria problemático. Segadas Viana traça um retrato peculiar da situação, afirmando que Getúlio nunca se empenhou em apoiar a organização do PTB, pois tinha fortes raízes no conservadorismo do PSD e sobretudo sabia que o PTB não poderia escapar de sua alçada. De outro lado, Segadas ressalta a incapacidade “daquela gente” — dos sindicalistas então incorporados ao partido — de formar lideranças. “Eram todos acomodados. Eram pelegos.” Em contraposição, o PCB, no seu juízo, sempre tivera líderes atuantes, formados nas lutas: “O mal para o trabalhismo brasileiro e sobretudo para o sindicalismo é que Getúlio antecipava as reivindicações dos trabalhadores. Como não havia nada para reivindicar, não havia líderes. Líderes se formam com a luta. Os dirigentes sindicais não tinham ligação com a massa. Não tinham interesse em lutar contra o governo. Queriam sobretudo obter comissões e empregos e por isso foram chamados de pelegos” (Viana, 1983, 1985 e 1987).

O crescimento eleitoral do partido dependeu do prestígio eleitoral de Getúlio em 1945 e em 1950, e também da capacidade dos dirigentes petebistas de diversificar alianças e incorporar elementos não vinculados aos interesses dos trabalhadores. Isso ficou claro não só em São Paulo, pelas alianças com empresários, com Borghi e Ademar, mas igualmente no Distrito Federal. Aí, porém, além de aceitar a colaboração de políticos de outra extração social, o PTB desenvolveu contornos ideológicos que lhe permitiram melhores condições de identificação junto ao eleitorado. O PTB carioca deixou de ser um partido assentado e comandado pelos sindicatos, mas preservou uma identidade de partido trabalhista getulista, em contraposição inicialmente ao comunismo e depois ao udenismo.

---

<sup>84</sup> Os demais deputados federais eleitos nessa ocasião foram Rui Almeida (3.201 votos), militar, antigo vereador pelo DF de 1934 a 1937, integrante, ao fim do Estado Novo, da Comissão de Mobilização Econômica; Benjamin Farah (2.035 votos), médico; Manuel Vargas Neto (1.750 votos), sobrinho de Getúlio e procurador da Prefeitura; Francisco Gurgel do Amaral Valente (1.022 votos), getulista e advogado de sindicatos; José de Segadas Viana (795 votos) e Edmundo Barreto Pinto (537 votos), advogado, ex-deputado classista em 1935.

## O “CENTRALISMO DEMOCRÁTICO” DO PTB CARIOCA

O formato adotado pelo PTB no Distrito Federal, revelando uma estrutura integrada com as bases, já estava delineado em 1946, quando a seção carioca passou a ser composta de 35 membros efetivos e respectivos suplentes. Esse total correspondia ao número de diretórios paroquiais que integravam a estrutura do partido. Este foi, aliás, o formato que vigorou no PTB/DF até a extinção do partido em 1965.

Entre as finalidades do Diretório Regional, além das de supervisão e direção, constavam a assistência médica e odontológica aos membros do partido, tarefas educativas e de doutrinação e ainda “serviços beneficentes”. Os membros do diretório eram candidatos natos aos cargos eletivos e estavam formalmente obrigados a participar das reuniões semanais previstas no regimento. Faltar a três reuniões seguidas constituía motivo para perda do mandato. Além de dispor sobre critérios para a composição dos órgãos usuais a qualquer partido, como Comissão Executiva, Conselho Fiscal e outros, o regimento continha um artifício para prover o partido de uma autoridade adicional à da Comissão Executiva. Nas disposições gerais havia um dispositivo criando as secretarias Política e de Propaganda e Divulgação Cultural. Essas secretarias seriam integradas por membros escolhidos pela Comissão Executiva *ad referendum* do Diretório, e a elas caberia na prática papel fundamental.

A Secretaria Política, chefiada por Segadas, foi a mais importante das secretarias então propostas. A ela cabia o trabalho de coordenação política, o que, por definição, dava a seu dirigente papel fundamental na preparação e seleção dos quadros partidários e na montagem do partido. Esse arranjo permitia aparentemente manter a definição de partido integrado por trabalhadores. Na prática, abria-se a possibilidade de que uma elite atuasse como representante “esclarecida” de uma massa tida como despolitizada, e portanto desprovida de condições para orientar e comandar o partido na defesa dos objetivos que lhe deram origem e no trabalho de expansão eleitoral.<sup>85</sup>

Até o início de 1948, portanto, em termos de organização formal, o partido carioca compunha-se de um Diretório Regional com 35 membros, de uma Executiva de três membros, assessorada por essas duas secretarias, de 35 diretórios paroquiais

---

<sup>85</sup> A primeira Comissão Executiva regional do PTB carioca foi assim composta: o presidente era o sindicalista e padeiro Antônio José da Silva, o secretário era Carlos Nery, ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos, e o tesoureiro era Calixto Ribeiro Duarte, ex-presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e membro da Comissão do Imposto Sindical.



e de dois diretórios profissionais — Servidores Municipais e Empregados da Central do Brasil —, além de diretórios de bairro. Tal como organizado, o partido dependia inteiramente dos diretórios paroquiais, e estes por sua vez eram organizados por elementos selecionados de acordo com sua lealdade aos dirigentes. Dessa forma tornava-se praticamente impossível a formação de um movimento dissidente duradouro na burocracia partidária, uma vez que qualquer novo quadro dirigente teria que se submeter ao crivo “basista” que expressava na verdade o domínio de Segadas Viana. Hugo Borghi tentou com algum sucesso furar esse cerco local, mas foi rapidamente empurrado para fora da agremiação. Com essa estratégia centralizadora, Segadas, que também acumulava a secretaria do Diretório Nacional e escrevia regularmente no jornal *Brasil-Portugal* uma coluna intitulada “Noticiário do PTB”,<sup>86</sup> conseguiu montar uma estrutura para o partido que o capacitou a ter representação por toda a cidade.

Oficialmente, o padreiro Antônio José da Silva deixou a presidência do PTB/DF no início de 1948, quando o novo Diretório Regional — então escolhido, ainda que mantendo uma forte proporção de sindicalistas — passou a ser presidido por Segadas.<sup>87</sup> Fato notório nessa fase de recomposição foi a presença de Lutero Vargas, filho do ex-ditador, que pela primeira vez passou a integrar o Diretório na qualidade de presidente da paróquia de Irajá. O PTB/DF, no entanto, continuou se orientando ainda por algum tempo pela linha segadista. Até o aluguel da sede do partido corria por conta de Segadas, com a ajuda de Baeta e de Barreto Pinto.<sup>88</sup>

Como novo presidente regional, Segadas fornecia regularmente a Getúlio detalhados informes de suas atividades, revelando o tipo de vínculo que procurava manter com o eleitorado. Os exemplos são variados: “Entendendo que o PTB deve prestar serviços permanentes aos trabalhadores, organizei um serviço de assistência social que está em pleno funcionamento [...] Nosso trabalho de propaganda não cessa. Todas as semanas levo meu aparelhamento de cinema para os subúrbios e morros”. Ou ainda: “O PTB do Distrito Federal é um só bloco [...] continua intenso o trabalho de propaganda no seio do povo. Cinema, boletins, visitas a fábricas, morros [...] Iniciamos a organização de diretórios profissionais. Por meio desses diretórios [...] asseguraremos nas chapas de deputados e vereadores a representação de legítimos trabalhadores, para

---

<sup>86</sup> O jornal *Brasil-Portugal* era de propriedade de Viriato Vargas, irmão de Getúlio.

<sup>87</sup> TSE, Processo nº 1.400/48; TRE-RJ, Processo nº 1.813/48.

<sup>88</sup> Ver correspondência de Maciel Filho, Baeta e Segadas a Getúlio, Arquivo Getúlio Vargas, GV 48.04.30; GV 48.07.07; GV 49.09.21; GV 49.09.15/4.

manter o espírito e o sentido trabalhista do PTB”. Nos serviços que prestava, o partido contava, segundo esses relatos, com 18 médicos e seis assistentes sociais. O número de inscrições crescia, e Segadas explicava isso também pelo “trabalho muito grande entre estudantes e profissionais liberais” e até mesmo entre “oficiais e sargentos”.<sup>89</sup>

Ivete Vargas, à época uma jovem jornalista no Rio, tinha avaliação diferente. O PTB/DF era um “fracasso”: o líder do PTB na Câmara Federal, o carioca Gurgel do Amaral Valente, era apresentado como elemento hábil, “mas tão hábil que quase não trabalha [...] O Antônio José da Silva e o Benício Fontenelle não estudam, não se aplicam. Os comunistas elegiam operários mas eles estudavam, procuravam esclarecer suas dúvidas e nunca fizeram papel feio. O Antônio José da Silva agora não quer mais ser padeiro. Faz questão de ser confeitoiro [...] O Salgado pouco pode fazer com essa turma”.<sup>90</sup>

Segadas e Ivete, contudo, concordavam quanto às dificuldades para criar na época um partido que tivesse por base dirigentes sindicais. E, nos diagnósticos que faziam, eram mencionados vários fatores impeditivos, entre os quais, a falta de um aprendizado político anterior, o vício paternalista do trabalhador brasileiro, sua preguiça e a falta de motivação para se dedicar a uma causa política em prol de sua classe. A ascensão social através do partido era também condenada por ambos. Em suma, esses balanços indicavam uma miopia do trabalhador brasileiro, que não teria sabido aproveitar a oportunidade excepcional oferecida por um partido de recorte sindicalista.

## A MARCHA DA PARENTELA

Com o avanço da campanha queremista visando a sucessão presidencial de 1950, o poderio e o personalismo de Segadas no Distrito Federal passaram a ser alvo de atenções especiais por parte da família Vargas. Segundo Alzira, “toda a nossa luta aqui no Distrito tem sido derrubar a igreja do Segadas, que só trabalha de escoteiro e em proveito próprio”.<sup>91</sup> Na prática, o que se observa no Rio, em São Paulo e no Rio Grande do Sul é que o partido deveria caminhar comandado por alguém da família ou por alguém a ela ligado por afinidades pessoais. Acionando o recurso da parentela, o que se começou a pro-

---

<sup>89</sup> Cartas de Segadas a Getúlio. Arquivo Getúlio Vargas, GV 49.03.00/1; GV 49.04.28; GV 48.10.19; GV 49.03.03; GV 48.09.21.

<sup>90</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 49.05.00.

<sup>91</sup> Ver cartas de Alzira a Getúlio no arquivo da remetente, de 8-7, 28-9 e 5-10-1949.

videnciar com muita cautela no Rio foi a substituição de Segadas por Lutero, filho de Getúlio. Ou seja, em plena campanha para a sucessão presidencial, na qual o papel do getulismo era crucial, Vargas recorre a parentes e a elementos de sua confiança para reafirmar seu papel de líder incontestado, o único a quem o partido deveria servir. Inibindo o processo de formação de lideranças secundárias e evitando a dispersão do carisma, Getúlio começava o cerco ao partido. No Rio, coube a Lutero e a Alzira fazer a política de Getúlio, em São Paulo esse papel foi preenchido pelo gaúcho Newton Santos, e, no plano nacional, Danton Coelho tornou-se, como vimos, a principal eminência parda, vindo a tornar-se o primeiro ministro do Trabalho do governo então eleito.

Acompanhando a vitória de Vargas, seu filho Lutero foi eleito em 1950 para a Câmara Federal com 85.645 votos — a maior votação em todo o país. Segadas alcançou a segunda posição no Rio, recebendo 15.061 votos. A partir de então, Lutero começaria a ser alçado ao comando da seção carioca, ao mesmo tempo em que, no plano nacional, João Goulart chegava à presidência do partido.

Em 1950 o PTB/DF fez oito das 17 cadeiras da bancada regional na Câmara Federal e 15 das 50 cadeiras da Câmara Municipal, perdendo um deputado e ganhando seis vereadores em relação aos eleitos em 1945, e ainda elegeu um senador, Napoleão de Alencastro Guimarães. Na votação para a presidência da República, pela única vez nas quatro eleições presidenciais realizadas entre 1945 e 1960, ganhou na cidade do Rio de Janeiro um candidato apoiado pelo PSD e pelo PTB. Getúlio não só foi o vencedor como obteve 62% dos votos cariocas, a maior votação alcançada no Distrito Federal por um candidato a esse cargo naquele período.<sup>92</sup>

Apesar das críticas de Getúlio e Lutero aos métodos de recrutamento de Segadas,<sup>93</sup> a bancada federal que se elegeu em 1950 tinha um perfil plasmável a um PTB getulista. Não havia trabalhadores sindicalistas, mas em compensação toda a bancada, integrada por profissionais liberais, estava de alguma forma vinculada a um passado de colaborações técnicas e políticas com o Ministério do Trabalho e com o Estado Novo. Quanto à bancada de vereadores, predominavam lideranças

---

<sup>92</sup> Nas eleições presidenciais de 1945 o brigadeiro Eduardo Gomes foi o mais votado na cidade, com 38% dos votos; em 1955 foi a vez de Ademar de Barros, com 39%, e em 1960 ganhou Jânio Quadros, com 42%. Dados eleitorais sobre a cidade do Rio de Janeiro são encontrados em Couto, 1966.

<sup>93</sup> Nas palavras de Vargas, em carta a Alzira de 22-6-1950, arquivo da destinatária, enquanto Ivete era expelida para São Paulo, o PTB/DF indicava para os cargos eletivos “uma porção de salafários, de traidores, de bajuladores de todos os governos”.

clientelistas locais, não sindicalistas, que em sua maioria haviam feito carreira nos diretórios paroquiais controlados por Segadas.

Nota-se também que, nessa ocasião, o recurso à parentela e a velhas clientelas se fez acompanhar no plano do discurso político por uma escalada nacionalista e reformista. A ascensão de Lutero é exemplar nesse sentido. Após haver apresentado no Congresso um projeto polêmico e radical proibindo os bancos estrangeiros de receberem quaisquer depósitos em conta corrente,<sup>94</sup> Lutero foi, por exemplo, enaltecido no subúrbio carioca de Marechal Hermes, bolsão segadista, por seu empreguismo. Através de um volante distribuído por um teco-teco, divulgavam-se suas iniciativas: “Confiei na vitória: o comandante Lutero Vargas já operou façanhas mais difíceis. Nomeou o professor Migueis diretor da assistência social do Iaptec; dona Eugênia chefe de assistência social do IAPC; o professor Acyoli, outra vez diretor do ensino secundário de âmbito nacional; nomeou o sr. Cecílio Marques presidente do Iaptec. [...] Se o comandante Lutero operou tudo isso, por que não há de vos libertar, a todos vós, desse bolsão? Confiai, pois, no comandante”.<sup>95</sup>

Em meio à disputa pelo controle da seção carioca, Segadas foi nomeado em setembro de 1951 para a pasta do Trabalho, tornando-se em seguida presidente da Comissão do Bem-Estar Social, órgão recém-criado por Vargas, e passando no ano seguinte a acumular também a função de presidente da poderosa Comissão de Imposto Sindical. As novas atribuições recebidas por Segadas lhe conferiam um poder substancial no governo, mas seu afastamento da rotina da Comissão Executiva regional abriu um novo espaço para que outros grupos pudessem consolidar alianças, particularmente junto às bases paroquiais, que eram o elemento-chave para a definição de forças dentro da seção.

Outro fator explicativo da operação que levou Segadas para o ministério ultrapassa a lógica do controle do poder dentro do PTB. Após a gestão de Danton Coelho nessa pasta, o governo necessitava de uma aproximação maior com a estrutura sindical. Não se tratava de um projeto político de mobilização, e sim de uma nova investida ao estilo do Estado Novo para integrar a máquina sindical à estrutura do Estado, após os hostis anos de Dutra em relação ao sindicalismo.

---

<sup>94</sup> Projeto nº 1.152 apresentado ao Congresso Nacional em 17-9-1951. *Diário do Congresso Nacional*, 18-9-1951. O projeto, que tantas polêmicas gerou, acabou sendo engavetado. A íntegra do projeto pode ser encontrada também em Vargas, L., 1988.

<sup>95</sup> *O Jornal*, 12-8-1952.

Para essa tarefa ninguém mais adequado do que Segadas, que fora o grande artífice das ligações entre sindicato e Estado nos últimos anos da ditadura.

No ministério, Segadas foi acusado de demitir quase três centenas de pessoas ligadas a Lutero, o que dá bem a idéia do clientelismo de então, uma prática em que todos eram ao mesmo tempo estilingue e vidraça. Já no Diretório carioca, foi acusado de sabotar a reorganização do partido.<sup>96</sup> Em meados de 1952, com o beneplácito de João Goulart, então presidente nacional do partido e interessado em resolver os “casos” estaduais, foi formada uma Comissão Executiva provisória para o PTB/DF, tendo Lutero na presidência, e que, pela primeira vez, não incluía, ainda que disfarçadamente, o nome de Segadas.

A nova Executiva passou a planejar e a divulgar as novas tarefas e prioridades do partido no Distrito Federal. Falava-se em “limpar os tumores” e afastar os *profiteurs* que haviam tomado conta da seção, reconduzir os elementos que haviam sido alijados em 1950 por força da escolha dos candidatos às eleições daquele ano e atrair intelectuais. De forma figurativa, um articulador da época dizia ser ainda possível que o PTB/DF deixasse de se assemelhar a uma “centopéia”, bicho com muitas pernas mas que anda no rumo incerto, pois lhe falta o essencial, isto é, “massa cinzenta”.<sup>97</sup> Fazia parte também dos planos de trabalho da nova Comissão Executiva a criação de uma Mocidade Trabalhista, a implantação de comissões técnicas no partido, tudo isso associado a uma proposta nacionalista defendida por Lutero no Congresso Nacional e à criação de uma imagem relacionando a “saúde” do PTB às gestões de Jango e Lutero. Com este manancial de intenções, o partido procurava ampliar o apoio popular, recorrendo a um caldo de proposições que tentava somar uma postura ideológica nacionalista ao caudilhismo de Lutero, à organização racional do partido e à disputa por colocações e empregos.

## O MANDONISMO DE LUTERO VARGAS

A seção carioca do PTB acabou submetida ao controle de Lutero Vargas. Isso foi obtido de duas maneiras. De um lado, garantindo-se maior autonomia na atuação de seus parlamentares na defesa de posições e projetos e, de outro, estabelecendo-se um criterioso controle dos cargos dentro da agremiação. Desde 1953 várias reformulações foram em-

---

<sup>96</sup> *O Jornal*, 10. 17 e 23-5-1952.

<sup>97</sup> O comentário é do jornalista Abelardo Romero em *O Jornal*, 13-8-1952.

preendidas no Diretório Regional. O primeiro grande atingido foi o vice-presidente do PTB/DF, senador Napoleão Alencastro Guimarães, que mais tarde, após o suicídio de Vargas, foi nomeado ministro do Trabalho de Café Filho. Crítico da aproximação do PTB com os comunistas, foi substituído por um general, amigo de Lutero, José Ferrugem de Mello Bastos, que se tornou no ano seguinte presidente do Diretório Regional. Nas mudanças efetuadas por Lutero, outros nomes de pouca notoriedade, mas de sua confiança, passaram a controlar a seção, contrariando às vezes as bancadas federal e municipal e levando à redução de sua representação parlamentar.<sup>98</sup>

Com as alterações de comando, cerca de 10 parlamentares — vereadores e deputados federais — ameaçaram deixar o partido em 1954. Entre eles Rui Almeida, deputado federal e amigo de Getúlio, que passou para o PSP. Ao comunicar a Vargas sua decisão, Rui Almeida apresentou ao presidente um curioso exame da situação geral do PTB. A seu ver, por motivos meramente personalistas o partido não conseguira capitalizar a votação de 1950 e vinha “desde muito dando mostras de profunda decomposição interna”, especialmente no Distrito Federal e em São Paulo. No parlamento, “primou pela mais deplorável dispersão de esforços, alheio ao cumprimento de nosso programa de partido”. Rui Almeida salientava “que um dos motivos mais constantes e ponderáveis de minhas fundas discrepâncias com o PTB residiu na maneira de proceder de sua seção carioca [...] tomada de assalto por um grupo de audaciosos e primários mandões”. Desconhecendo, segundo Rui Almeida, a dinâmica do partido, Lutero desagregou e desmoralizou o PTB, “o que o levará a uma derrota histórica apesar da ‘cabala’ que fez e manda fazer nos institutos, autarquias e na Prefeitura”.<sup>99</sup>

No afã de criar um partido antilacerdista, getulista e nacionalista, Lutero controlou esses diretores até 1965 e abriu espaço para que setores nacionalistas e de esquerda vissem no PTB/DF uma legenda adequada a seus ideais. Com essas adesões, o partido ganhou nas legislaturas seguintes nova visibilidade política no parlamento.

Quando do suicídio de Vargas, Lutero já se apoderara de todos os cargos do Diretório e da Executiva Regional e se tornara, de fato e de direito, o chefe absoluto do PTB carioca. Do ponto de vista eleitoral, a seção apresentava problemas de crescimento, confirmando a opinião de Rui Almeida. Em contraposição a uma bancada de oito membros eleitos em 1950, o PTB/DF elegeu seis deputados em

---

<sup>98</sup> Além de vereadores, deputados de prestígio como Gurgel do Amaral Valente e Frota Aguiar opuseram-se às orientações de Jango e Lutero no que tocava aos métodos de comando no partido e à política trabalhista.

<sup>99</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.04.30/6.

1954 e sofreu perdas ainda mais significativas na Câmara Municipal, onde a bancada foi reduzida de 15 para nove cadeiras. No que toca às eleições para a Câmara Federal, Lutero foi o grande eleito do PTB, obtendo o primeiro lugar no partido, com 120.913 votos contra 10.315 do segundo colocado, João Machado.

Os métodos e o estilo de Lutero, assim como os rumos que a seção tomou a partir de então, são ilustrativamente descritos por dois conhecidos petebistas cariocas que tiveram importantes divergências no partido — José Gomes Talarico e Sérgio Magalhães. Segundo o primeiro, Lutero era um “homem introvertido” e de “difícil trato”. Não se dispôs a fazer uma “política popular” ou a ter “contatos com os trabalhadores”. Ainda na opinião de Talarico, por ser filho de Vargas, Lutero fixou o PTB/DF na linha “paternalista”, na “base do favor”, e o “PTB se movia mais pelo esforço que cada um de seus deputados e vereadores fazia na defesa dos interesses populares do que por um plano, por um esquema ou equação armada pelo partido” (Talarico, 1982, 1985 e 1987).

Essa visão de como o partido foi controlado pessoalmente por Lutero é corroborada por Sérgio Magalhães. Para este, o PTB não existia como partido. Quando entrou para o PTB, em 1954, não havia trabalhadores em seus quadros e, “na realidade, o que me ficou na memória é que não havia vida partidária. O deputado tratava de estudar, via o que era melhor defender, saía defendendo sem vinculação com o partido”. Essa crítica, Sérgio a estende à atuação de Jango na presidência nacional e à de Fernando Ferrari na liderança do partido na Câmara Federal (Magalhães, 1978 e 1985).

Os dois depoimentos coincidem num ponto importante. Isto é, enquanto se formava por todo o Brasil uma poderosa rede de comando vinculada a Jango, Lutero, Brizola e Ivete, os dirigentes, por contarem com a consolidação de sua força interna, podiam na prática dar liberdade de atuação parlamentar aos eleitos pelo partido. Para o PTB, o estilo de atuação parlamentar referendava a prática do mandato livre sempre e desde que os parlamentares se ativessem às questões nacionais. Em outros termos, enquanto não ameaçassem o comando administrativo e eleitoral do partido, tudo seria permitido. Estava vedado, portanto, imiscuírem-se nas questões internas, assunto que dizia respeito tão-somente aos donos da agremiação e a seus pares de confiança. Esse modelo foi seguido à risca, e seria cada vez mais fácil observar, a partir de então, a realização de acordos e alianças com setores de esquerda preocupados com as “grandes políticas” e as “grandes reformas”. Ao mesmo tempo, o partido, devidamente controlado pela cúpula, podia também ampliar suas alianças com os setores conservadores.

A estratégia que visava o controle do partido por um pequeno grupo dava força descomunal aos dirigentes. Como donos da agremiação, eles eram inter-

locutores legítimos para barganhar parcelas de recursos nas administrações federal e regional. Se isso corroborava o prestígio dos chefes, permitia ao mesmo tempo que o PTB continuasse ampliando suas redes de clientelismo. Nada podia ser mais complementar a essa estratégia do que a insistência crescente na formulação de um discurso articulado, que, acompanhando as tendências ideológicas da época, dava como prioridade e como marca primeira do PTB a defesa da soberania nacional, do nacionalismo econômico, da estatização e das reformas.

No Distrito Federal, Lutero conservou assim a chefia absoluta da seção, mesmo no momento em que o PTB carioca fornecia os quadros parlamentares que mais se notabilizaram pela reivindicação de reformas estruturais na política e na economia. Convivendo com os parlamentares notáveis do partido — Sérgio Magalhães, Eloy Dutra, Rubens Berardo —, consolidou-se na seção o monopólio de posições de mando por um grupo leal a Lutero, que nunca ou raras vezes se submeteu ao crivo das urnas.<sup>100</sup> Este grupo controlou a seção carioca mesmo em momentos marcantes, como as eleições estaduais de 1960 e de 1962, quando o PTB local era a expressão maior da luta nacionalista e antilacerdistas. Apesar de algumas perdas eleitorais significativas, como a de 1960 para o governo da Guanabara, o PTB carioca esteve sempre no centro dos acontecimentos e, sintomaticamente, era Lutero quem ocupava a presidência nacional do partido quando da cassação de João Goulart.

## **SÃO PAULO — PELEGOS, EMPRESÁRIOS E LIVRE-ATIRADORES**

Entre todas as seções do antigo PTB, a de São Paulo foi a que mais atraiu as atenções do Diretório Nacional e a que mais instabilidade apresentou na composição de seus quadros dirigentes. Até 1958, quando da eleição de Ivete Vargas para a direção local, nenhum diretório conseguira cumprir seu mandato por completo. Até essa data a seção paulista teve oito executivas estaduais e viveu sete de seus 13 anos sob intervenção do Diretório Nacional.<sup>101</sup> Por outro lado, a seção paulista foi também uma das mais importantes do país, tanto por sua capacidade de mobilizar

---

<sup>100</sup> Ao lado de Lutero permaneceram pessoas como Roberto Gonçalves Lima, Dermeval Galgione, Roberto Acyoli, Geraldo Calmon Costa, Fernando Abelheira e outros, sem atuação parlamentar, mas que tinham a seu favor a lealdade ao chefe e à família Vargas. As composições do Diretório do PTB carioca a partir dos anos 50 encontram-se registradas no TRE-RJ, Processos nºs 139/58; 94/62; 335/62.

<sup>101</sup> Estas informações e as que se seguem foram extraídas de D'Araujo, 1988.



recursos financeiros, quanto por sua versatilidade em estabelecer alianças eleitorais dentro e fora do estado. São Paulo teve ainda o Diretório Regional que mais ameaçou a direção nacional e que recebeu por parte desta o tratamento mais intolerante no tocante ao convívio com as dissidências.

Embora minoritário no estado, o PTB paulista foi sempre palco de grandes lances e de várias articulações com o governo estadual e setores empresariais. Isso nos remete ao fato de que, durante o Estado Novo, Vargas consolidara importantes laços com setores da burguesia industrial, particularmente em São Paulo, onde a indústria nacional ganhara maior vigor. Roberto Simonsen e Morvan Dias Figueiredo são alguns exemplos de empresários industriais paulistas que defenderam a política econômica de Vargas e de alguma forma ficaram vinculados à sua proposta de desenvolvimento econômico e social. Com o processo de redemocratização aberto em 1945, alguns desses empresários ajudaram a financiar o PTB. Paralelamente, organizou-se em São Paulo um forte movimento queremista, que contava com as simpatias do interventor Fernando Costa (Cabral, 1974).

Não obstante esse leque de alianças, o PTB paulista foi também formalmente fundado com base em dirigentes sindicais ligados ao governo, como Nelson Fernandes — o “Nelson Botinada” —, dirigente do Sindicato dos Comerciários e presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), Ícaro Sidow, dirigente do Sindicato dos Empregados Vendedores Viajantes, e Armando Gomes, ex-diretor do mesmo órgão.<sup>102</sup>

Na versão do paulista Pedroso Júnior, o PTB foi uma iniciativa do Departamento Nacional do Trabalho, ou, mais precisamente, de seu diretor Segadas Viana, e teve boa aceitação em vários estados do país. Em São Paulo, no entanto, o “movimento sindicalista, por demais numeroso, era rebelde à submissão. Dominava o peleguismo (líderes impostos), e cada qual reivindicava para si a liderança do movimento” (Pedroso Júnior, s.d.). Os contatos para a organização da seção ficaram a cargo do delegado do Ministério do Trabalho no estado, Fernando de Almeida Nobre, auxiliado por Frota Moreira, procurador desse mesmo órgão. Para

---

<sup>102</sup> Da fundação do PTB paulista participaram ainda Luís Fiúza Cardia, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Vestuário, e José Correia Pedroso Júnior, jornalista e presidente do Sindicato dos Ferrovieiros da Zona Mogiana. Foi também notável a participação dos órgãos ligados à Justiça do Trabalho e do movimento queremista, sob o comando de Valdy Rodrigues.

tanto, recorreu-se até a sindicalistas que haviam sido destituídos de suas funções durante o Estado Novo. Entre eles, o próprio Pedroso Júnior, que, reconduzido à presidência do Sindicato dos Ferroviários, narra sua participação nesses episódios de modo muito semelhante ao descrito por Orlando de Carvalho e Benedito Valadares acerca da criação do PSD mineiro: “Residindo em Campinas, promovi uma concentração de representantes sindicais de todo o estado àquela cidade, com a presença de mais de cem, e, num almoço de confraternização, realizado no Bosque dos Jequitibás, no dia 14 de junho de 1945, selávamos o compromisso de fundação do Partido, elegendo a sua primeira diretoria, e da própria ata constando a transferência para São Paulo” (Pedroso Júnior, s.d.).

Outro aspecto importante desses primórdios da seção paulista foi a solução adotada pelo empresário Hugo Borghi no recrutamento das bases partidárias. Segundo Jorge Duque Estrada, um getulista de família tradicional, futuro deputado estadual e diretor do Iaptec, “as bases eram os desempregados, evadidos das fábricas, que Borghi remunerava para que se dedicassem à atividade política. Essa massa do PTB é que dava o grande sabor de origem mais humilde do PTB” (Estrada, 1977). Sob o controle de Borghi, a seção paulista se modernizou. Ali foi fundado um Diretório Profissional de Jornalistas, chefiado por José Barbosa, que criou uma empresa jornalística para o partido, a qual Borghi teve o cuidado de registrar em seu nome pessoal. O empresário, com planos de chegar ao governo do estado em 1947, ainda adquiriu outros jornais. *O Trabalhista*, por exemplo, foi criado em meados de 1946 e era dirigido pelo queremista Valdy Rodrigues. Além disso, Borghi conseguiu o controle de *O Radical*, era dono da popular Rádio América e de outros importantes órgãos da imprensa paulista.

A par dessas iniciativas, como candidato ao governo estadual, Borghi fazia ainda vasta distribuição de alimentos e desenvolvia contatos junto aos setores sindicais, ganhando o apoio de sindicalistas como Deocleciano de Holanda Cavalcanti, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, e Luís Fiúza Cardia, que passaram a integrar o Diretório do PTB paulista. Um dos apoios mais visados por Borghi em 1947 era o do próprio Getúlio, que naquele momento desaprovava o lançamento de candidatos petebistas ao governo dos estados. Contra as pretensões de Borghi estavam também os que condenavam as ligações do empresário com o governo Dutra. A candidatura Borghi foi lançada pela Convenção Estadual em dezembro de 1946 e dias depois foi impugnada pela Comissão Executiva Nacional. Ato contínuo, o Diretório Nacional promoveu

uma reorganização no Diretório Regional de São Paulo e excluiu os elementos *borghistas*.

Borghi acabou concorrendo ao governo pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e perdeu para Ademar de Barros numa eleição em que o PTB ficou oficialmente sem candidato. Parte do partido apoiou Ademar e outra ficou com Borghi, que ao deixar o PTB transferiu para o PTN a maior parte dos diretórios petebistas que organizara. Acompanhando Borghi deixaram o Diretório Regional 17 membros, e a Executiva Estadual teve que ser reformulada para contornar o problema das evasões.

No mesmo momento em que o partido era abalado pela expulsão de Borghi, logo após as eleições de 1947, nova força surgiu na agremiação para marcá-la para sempre. Tratava-se agora do governador Ademar de Barros, que, na qualidade de interventor, havia formado uma das mais poderosas clientelas da época. A fusão entre o PSP de Ademar e o PTB foi, a partir de então, várias vezes cogitada. Em torno de Ademar, Borghi e Dutra foi que o PTB/SP se movimentou nesses primeiros anos, e cada uma dessas correntes procurava arrastar consigo os dirigentes sindicais. Relatório do Diretório Regional de meados de 1947 enfatizava a influência de Borghi, que continuava sendo a maior força eleitoral de São Paulo, e ressaltava que a seção estava controlada pelo Sesi e pelo Sesc e sobrevivia graças a uma sala cedida por Ademar. Sem quadros e sem recursos, conclui o relatório, a seção de São Paulo “vegeta”.

A seção paulista, a exemplo do que ocorria no plano nacional, não consolidou lideranças sindicais em seus quadros dirigentes. Mais do que isso, ficou desde cedo atrelada a figuras políticas de grande expressão local e nacional, que, como Borghi e Ademar, eram donas de legendas próprias. Mais tarde, iria ligar-se também a Jânio Quadros. Essas influências externas teriam fortes repercussões. Em primeiro lugar, estavam diretamente vinculadas às disputas pelo controle da política paulista e, em segundo, tinham fortes conexões com os rumos da política nacional.

Já nos primeiros anos, o PTB/SP definiu-se como um apêndice estratégico nas alianças eleitorais para os cargos de governador e de prefeito da capital e para as eleições presidenciais. Para tanto, foi importante a orientação geral dada ao partido de que não deveria concorrer com candidatos próprios aos cargos executivos. Em São Paulo, mais do que em qualquer outro estado, o PTB foi um partido coligado e, dentro dessa orientação, teve liberdade para a troca de aliados no tocante à política doméstica.

A seção foi sempre um aliado potencial para as pretensões das lideranças locais, e cada uma delas, a seu modo, procurou fixar suas bases dentro do partido. Desde cedo, a lógica que passou a mover a seção foi a de ganhos eleitorais a curto prazo e a do bom relacionamento com os governos federal e estadual. A intensidade da competição entre as correntes do PTB paulista e a centralidade desse estado no conjunto da política nacional são fatores indispensáveis para o entendimento das múltiplas alianças eleitorais que ali foram feitas e desfeitas.

Outra característica importante do PTB paulista logo após os primeiros anos foi a ação intervencionista da direção nacional, sempre pronta a desestabilizar comandos locais que ali se notabilizassem na busca de autonomia. A prática de intervenções constantes, inaugurada nos primeiros embates da direção nacional contra Hugo Borghi, impediu por muito tempo que qualquer grupo firmasse sua hegemonia sobre os demais.

A seção paulista não foi facilmente domesticável por Vargas ou pelos burocratas do partido. Por isso mesmo, a estratégia adotada por Vargas foi a de impor delegados de sua confiança, que garantissem a execução dos acordos firmados no plano nacional, e liberar a seção para os arranjos locais. Danton Coelho e o major Newton Santos, dois gaúchos, foram os exemplos maiores da ingerência de Vargas na seção. Sua tarefa era garantir a unidade do partido para a eleição de Vargas em 1950, o que se conseguiu mediante aliança com Ademar e Borghi. Para o governo estadual, contudo, esses dois políticos paulistas corriam em campos opostos. No plano estadual, portanto, cada corrente do PTB negociava seus acordos e estabelecia suas alianças, enquanto nas questões nacionais, envolvendo o nome do chefe, era exigida uma posição unânime.

A rigidez da disciplina imposta pelos dirigentes nacionais quando das eleições presidenciais de 1950 teve como consequência dois desdobramentos. De um lado, expurgos e expulsões retalharam as tendências locais que, em princípio, tinham autonomia para entendimentos na política paulista. De outra parte, essa ingerência da cúpula produzia fortes descontentamentos em relação ao Diretório Nacional. Não foi por acaso que, ainda durante o governo Vargas, surgiu em São Paulo a Ala Autonomista, liderada por Ivete Vargas e Newton Santos, que patrocinou, em 1952, a queda de Danton Coelho da presidência nacional do partido, o que possibilitou, pouco tempo depois, a ascensão de João Goulart.

O PTB/SP, por várias razões, pode ser caracterizado, desde seus primórdios, como uma “legenda de aluguel” no que toca aos cargos majoritários no estado. Essa disponibilidade para compor alianças locais intensificava disputas e rivali-

dades, mas o facciosismo interno não impediu que partissem dali as principais investidas contra a direção nacional. O que parecia ser a fraqueza da seção paulista, isto é, as divisões e a “confusão” ali reinantes, era ao mesmo tempo sua força. Isso porque, dada a centralidade da política paulista, qualquer decisão local implicava necessariamente amplas negociações com correntes solidamente estabelecidas na política nacional. Lembre-se que, além de Borghi, cuja força eleitoral era inquestionável, São Paulo era principalmente o estado de dois importantes presidenciáveis: Jânio Quadros e Ademar de Barros. Como presidenciáveis e como postulantes ao governo do estado e à prefeitura da capital, eles negociavam, via PTB, seu apoio a candidaturas petebistas em outros estados. Isso ficou claro, por exemplo, no apoio que a maioria do PTB/SP deu a Ademar para a prefeitura da capital em 1957.

Não parece fora de propósito aceitar, como quer Euzébio Rocha, que a direção nacional tivesse boicotado a seção paulista, temerosa de que seu sucesso pudesse inibir a chefia gaúcha. Há que lembrar, contudo, que a dinâmica das várias facções impediu o surgimento de um partido mais coeso e unificado. O PTB era em São Paulo uma federação de facções frequentemente ameaçada por uma disciplina rígida imposta de cima, principalmente por ocasião das eleições presidenciais.

Até fins da década de 50 foi impossível a formação de uma oligarquia interna em São Paulo que sobrepujasse as demais. Frequentemente são lembrados os métodos clientelísticos de Ivete para chegar a essa condição. Isso explica muito pouco. O mais importante é que, mantendo independência no nível local, o grupo de Ivete Vargas soube acatar as decisões nacionais do partido para os pleitos presidenciais. Apoiou Getúlio em 1950, Juscelino em 1955 e Lott em 1960. Ou seja, demonstrando disciplina nesse plano, obteve o reconhecimento da cúpula nacional. Outro fator importante para sua força política foi o apoio que Ivete recebeu do governo Juscelino.

No plano interno, para tomarmos apenas alguns exemplos, o grupo de Ivete apoiou Jânio contra Ademar e contra o candidato do PTB, Toledo Piza, na eleição para o governo do estado em 1954; apoiou Ademar para a prefeitura da capital em 1957; e novamente ficou contra Ademar para o governo do estado em 1958, quando emprestou seu apoio a Carvalho Pinto, da UDN. Vale lembrar ainda que essa independência na composição de alianças *ad hoc* no plano estadual nem sempre se adequava aos interesses da cúpula nacional petebista. No entanto, obedecendo

à direção central nas questões nacionais e impondo soluções próprias para a política estadual, o grupo de Ivete forçou o reconhecimento de seu poderio.

As duas tumultuadas convenções regionais ocorridas em São Paulo em fevereiro e março de 1958, que resultaram na consagração de Ivete, foram uma demonstração da força da parentela e da capacidade do PTB/SP de articular alianças intrapartidárias.<sup>103</sup> Nesse ano de 1958, nas eleições de outubro, o partido teve em São Paulo o pior desempenho em eleições parlamentares de toda a sua história.<sup>104</sup> Recompôs-se gradativamente apelando para todas as alternativas e valendo-se sobretudo do discurso radical reformista que marcava a política da época. Em 1962, obteve expressiva vitória, desta feita aliando-se ao Partido Socialista. Paradoxalmente, em composição com Ivete, os socialistas foram, ao fim do regime da Carta de 1946, a alma do PTB paulista.

TABELA 7

**SÃO PAULO: BANCADAS NA CÂMARA FEDERAL, 1945-62**

Ano	PSD	UDN	PTB	PSP	PTN	PDC	Outros	Total
1945	16	7	6	—	—	1	5	35
1950	7	6	9	13	5	—	—	40
1954	10	4	8	11	5	—	6	44
1958	11	4	5	6	7	4	7	44
1962	8	7	9	9	6	9	11	59

Fonte: TSE. *Dados estatísticos*.

<sup>103</sup> Num primeiro momento a convenção optou pela escolha do empresário Mário Aprile para a direção regional do partido. Embora Goulart apoiasse a candidatura de outro empresário, Olavo Fontoura, Ivete impôs seu nome e derrotou a indicação do presidente nacional do partido.

<sup>104</sup> Para as bancadas do PTB de São Paulo na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, no período 1945-62, ver tabelas 7 e 8.

TABELA 8

**SÃO PAULO: BANCADAS  
NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1947-62**

Partido	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	26	9	11	7	—
UDN	9	10	7	9	11
PTB	14	12	8	6	12
PCB	11	—	—	—	—
PRP	1	2	3	5	7
PSP	9	19	17	16	—
PR	3	3	7	7	13
PDC	2	5	4	11	12
PTN	—	9	7	10	—
PSB	—	2	4	6	2
PST	—	1	3	6	10
PRT*	—	2	3	6	—
PL	—	1	1	2	—
PSD/PSP	—	—	—	—	20
PTN/MTR	—	—	—	—	19
PRT**	—	—	—	—	9
Total	75	75	75	91	115

\* Partido Republicano Trabalhista.

\*\* Partido Rural Trabalhista.

Fonte: TSE. *Dados estatísticos*.

A profunda ligação com o empresariado, as tensões e a rebeldia em relação à direção nacional, a intervenção de que foi alvo e a conformação de várias tendências internas, na maioria das vezes com repercussão nacional, foram características da seção paulista. Em comum com todo o partido, a seção apresentou imensa capacidade de ampliar suas bases eleitorais e de consolidar posições junto

à Previdência Social e à estrutura sindical. Foi sobretudo uma seção que levou ao limite o pragmatismo e que se utilizou do discurso mobilizatório e nacionalista como recurso eleitoral. O PTB/SP tirou sua força dos compromissos que firmou visando o envolvimento da seção nas coalizões articuladas pela direção nacional nas sucessões presidenciais.

Resumindo essas observações sobre a dinâmica interna do PTB no plano regional, cabe lembrar que o Distrito Federal e São Paulo, juntamente com o Rio Grande do Sul foram as seções mais importantes do PTB e, nos dois casos analisados, pode-se detectar paralelos importantes. Seguiram uma orientação excludente, recorreram ao carisma de Vargas e à parentela como elementos aglutinadores e aliaram uma prática clientelista e autoritária do ponto de vista interno a uma política em defesa das grandes questões nacionalistas. Há que ressaltar ainda o esforço inicial para enquadrar os dirigentes sindicais e o fato de o partido acabar sendo dirigido, nas duas seções, por familiares de Getúlio Vargas.

Apesar das semelhanças, o Distrito Federal e São Paulo viveram situações distintas no que toca à dinâmica das relações entre o partido e o governo e das relações de poder dentro do partido. O PTB de São Paulo sempre demonstrou maior propensão a alinhar-se com os governos federal e estadual. Esse foi um problema central desde os primeiros momentos da seção paulista, e iria se repetir ao fim do regime. Quanto à dinâmica interna, existiu um pacto mínimo entre São Paulo e o Diretório Nacional no sentido de a seção paulista colaborar com a direção nacional na coalizão presidencial em troca de autonomia para entendimentos locais. São Paulo teve um PTB mais instável e menos domesticado pela direção nacional, enquanto o Distrito Federal era uma espécie de apêndice aliado do Diretório Nacional. São Paulo foi o quartel-general da desobediência interna no PTB, e o Distrito Federal foi o centro ideológico do partido. Em nenhum deles, contudo, a figura do chefe nacional foi jamais questionada. Era este princípio aglutinador que sempre permitia a unidade de contrários.



## O PARTIDO E O GOVERNO

### A ESTRUTURA INTERNA DO PTB

Formalmente, a estrutura interna do PTB era similar à dos demais partidos do pós-1945, quando se instituíram os partidos políticos nacionais. Algumas diferenças, contudo, merecem exame, porque espelham o arcabouço legal pelo qual foi possível consolidar, antes e depois da morte de Getúlio, uma coalizão dirigente oligárquica e centralizadora típica de partidos com o recorte do PTB.

Desde logo observa-se que o PTB não era, a exemplo do PSD e mesmo da UDN, um partido de corte federativo. Era, ao contrário, uma organização centralizada, quer da perspectiva formal, quer do ponto de vista de sua prática corrente. Isso fica demonstrado pelos dispositivos constantes em seus regulamentos, pela prática, sutil ou não, com que os dirigentes tentavam contornar os textos legais, pela forma como eram compostos os órgãos dirigentes do partido, responsáveis por todas as decisões importantes na agremiação, e, principalmente, pela ausência de regras explícitas sempre que se tratava de referendar interesses ou as ordens do chefe.

Embora os estatutos sejam o instrumento pelo qual se pode apreciar a organização interna de um partido, no caso do PTB há que fazer duas ressalvas. Em primeiro lugar, seus estatutos sofreram contínuas alterações. Em praticamente todas as 15 convenções nacionais que o PTB realizou durante sua existência, foram aprovadas ou discutidas mudanças estatutárias. Em segundo lugar, na maioria das vezes em que uma decisão drástica precisou ser tomada pela cúpula partidária, ela o foi, mesmo que lhe faltasse amparo legal, modificando-se a seguir os estatutos para adequá-los à realidade partidária. Essa prática prevaleceu nos primeiros anos de vida do partido, e foi dominante nas relações que a direção nacional estabeleceu com algumas seções estaduais, notadamente São Paulo. Consta desses estatutos um conjunto de cláusulas que permitiram o estabelecimento de um comando fechado, capaz de impor soluções *ad hoc* sempre que disputas internas ameaçassem as chefias estabelecidas. Esses dispositivos, na verdade, estimulavam a intolerância no trato dos membros que discordavam das orientações traçadas pelos dirigentes. Mais do que qualquer outro dos grandes partidos nacionais, o PTB caracterizou-

se pelo comando de uma coalizão dominante extremamente fechada e de corte nitidamente michelsiano (Michels, 1982).

A instância decisória máxima era a Convenção Nacional. Esta devia reunir-se ordinariamente a cada três anos para a prestação de contas e a eleição dos membros do Diretório Nacional, seis meses antes das eleições presidenciais, no início de cada legislatura, ou a qualquer tempo, em convocação extraordinária. Na verdade, esse calendário nunca foi cumprido, e as 15 convenções foram quase sempre realizadas em situações emergenciais, para referendar alianças eleitorais ou resolver questões internas graves relativas a prazo de mandatos ou cisões.

O que chama a atenção no tocante à Convenção Nacional é sua composição. Era integrada por delegados estaduais, em número de dois por estado ou território, indicados pelos diretórios regionais. Esses, por sua vez, tinham que ter sua composição reconhecida pelo Diretório Nacional. Além disso, as credenciais dos delegados deviam ser examinadas caso a caso, quando instalada a Convenção. Isto é, só chegavam como delegados à Convenção Nacional aquelas pessoas efetivamente da confiança da cúpula nacional do partido.

Em comparação com a UDN e o PSD, o centralismo do PTB era gritante. No caso da UDN, a Convenção Nacional, impreterivelmente realizada a cada dois anos, era composta pelos representantes do partido no Congresso Nacional, pelos delegados dos diretórios municipais (na razão de um para cada 5 mil votos obtidos pelo partido nas eleições federais) e ainda por um delegado de cada departamento especializado do partido.<sup>105</sup> O PSD era ainda mais generoso. Participavam da Convenção Nacional todos os parlamentares com assento no Congresso Nacional, os governadores eleitos pelo partido, a direção nacional e representantes de todos os municípios onde houvesse diretório organizado (com direito a um voto para cada 5 mil votos obtidos pela legenda no município na última eleição para a Câmara Federal).<sup>106</sup> Nas convenções pessedistas, portanto, reuniam-se de 2 a 3 mil pessoas, enquanto nas do PTB esse número nunca ultrapassou 50.

Grande parte dos estatutos cuidava exatamente de regulamentar e detalhar possíveis situações de litígio e formas de resolução. Mais de um terço dos quase 100 artigos dos estatutos do PTB — os da UDN tinham pouco mais de 40 — eram dedicados a pormenores relativos à renúncia ou à deposição de diretórios

---

<sup>105</sup> Estatutos da UDN, 1946 (FGV/CPDOC, Coleção *Correio da Manhã*); Benevides, 1981.

<sup>106</sup> Peixoto, E., 1986; Oliveira, 1973; Hippolito, 1984.

municipais e regionais e à nomeação de comissões executivas provisórias. A osatura legal do PTB revela, desde o início, um partido preparado para a aniquilação de facções internas. Não por acaso, foi, durante o período de 1945 a 1964, o partido que mais recorreu à Justiça Eleitoral.<sup>107</sup>

As bases do PTB às vezes se insurgiam contra essa estrutura fechada e excludente, mas ela se manteve intacta até mesmo nos anos 60, período de intensa mobilização partidária. Prevaleceu o controle da cúpula nacional, sobretudo na medida em que o partido crescia e novas lideranças apareciam em cena, confirmando não só a rotinização como a dispersão do carisma.

A estruturação partidária determinava a organização em três níveis: o nacional, o regional ou estadual, o municipal, e, dentro deste, o distrital. Em todas essas instâncias existiam dispositivos destinados a permitir a ingerência da direção nacional. O Diretório Nacional (DN) reconhecia os diretórios regionais, mas podia também destituí-los. A par disso, cabia à Comissão Executiva Nacional (CEN), escolhida pelo DN, autorizar os acordos e alianças partidárias regionais, bem como indicar parte dos candidatos a cargos legislativos. A CEN também reconhecia os órgãos subordinados e deliberava sobre a prorrogação de mandatos de diretórios regionais. Cabia-lhe ainda designar direções regionais provisórias sempre que um diretório fosse dissolvido por iniciativa do DN ou por renúncia de metade de seus componentes.

Do ponto de vista da longevidade das chefias, o PSD estava mais próximo do PTB. Em ambos tiveram longos mandatos pessoas ligadas a Vargas — Amaral Peixoto e João Goulart. No entanto, os dois partidos diferiam no tocante à dinâmica interna. O PSD, assim como a UDN, sempre esteve mais inclinado a respeitar as divergências dos grupos regionais e a resolver, via negociação, os problemas internos de gestão e disciplina. O PTB, ao contrário, adotou uma forma intervencionista e foi comandado por uma rígida cúpula nacional. Além disso, o getulismo o converteu em uma organização afeita ao culto da personalidade, fosse ela Getúlio, João Goulart ou Brizola. Centralização decisória, chefias pessoais e intolerância com os adversários internos são marcas de um partido de origem carismática e têm no PTB um exemplo sofisticado.

---

<sup>107</sup> Isso é facilmente constatado na massa de processos e decisões relativos ao PTB no acervo do TSE em Brasília, desproporcionalmente maior que a dos outros partidos.

## O PARTIDO CHEGA AO PODER

A chegada do PTB ao poder, com Vargas na presidência da República, representou mais um esforço para sedimentar as relações entre o partido e o movimento trabalhista. O período foi marcado por uma tentativa de adequar o sindicalismo à via partidária, o que se procurou fazer mediante uma dupla estratégia: incentivo à estrutura corporativa, através de Segadas Viana, e à mobilização sindical, através de João Goulart. Vargas formou seu governo com os quadros getulistas do PSD e da UDN, cabendo ao PTB a pasta do Trabalho, para a qual foi nomeado Danton Coelho, então na presidência da Comissão Executiva Nacional do partido (D'Araujo, 1992). Nessa dupla condição, este buscou imprimir uma linha partidária de composição com os setores responsáveis pela eleição de Vargas e, menos de um mês após a posse do governo, promovia uma reunião da Executiva Nacional para exigir a domesticação do diretório paulista e permitir o reingresso do empresário Hugo Borghi.<sup>108</sup> Na IV Convenção Nacional do PTB, realizada no Rio de Janeiro nos dias 8 a 10 de junho de 1951, essa admissão foi autorizada, sob os protestos da seção paulista de Segadas Viana, presidente do PTB/DF, e dos que temiam a capacidade do empresário em termos de mando e controle dentro da organização.<sup>109</sup>

Com a intervenção em São Paulo e a reincorporação de Borghi, que nessa mesma convenção foi eleito para o Diretório Nacional do PTB, Danton passou a ser alvo de críticas dentro e fora do partido. Em 5 de setembro, formalizou sua saída do ministério, sendo substituído por Segadas Viana, presidente do PTB carioca. Se a nomeação de Segadas aparentemente contrariava interesses da família Vargas, que reiteradamente criticava seu centralismo e mandonismo no PTB/DF, era no entanto salutar para os desígnios do chefe. Tratava-se do ex-diretor do Departamento Nacional do Trabalho durante o Estado Novo, que conhecia mais do que ninguém os meandros da política sindical. Mergulhado em disputas internas, o PTB dificilmente se converteria num canal eficaz de comunicação com o mo-

---

<sup>108</sup> A reunião decidiu pela intervenção no diretório paulista, sendo nomeado para presidi-lo o deputado nacionalista Euzébio Rocha.

<sup>109</sup> Na ocasião foi eleito o novo Diretório Nacional e uma nova Executiva, com Getúlio na presidência e Danton na primeira vice-presidência e no comando de fato do partido. Para o estratégico cargo de secretário-geral foi escolhido Frota Moreira, de São Paulo. Deliberou-se ainda que dentro de oito meses nova convenção seria realizada para aprovar as alterações programáticas e estatutárias. TSE, Processo nº 2.712/51; Arquivo Getúlio Vargas, GV 51.06.10 e GV 51.07.02.

vimento sindical e com os trabalhadores. O presidente da República, assim, optou por uma estratégia de contato direto com os sindicatos, e ninguém melhor que Segadas para esse papel. Enquanto parte da nova bancada parlamentar eleita em 1950 pelo PTB passava a veicular programas doutrinários para a política trabalhista e nacionalista, Getúlio recorria aos métodos clássicos do Estado Novo para controlar o movimento sindical. A novidade dessa conjuntura era a democracia representativa, e por mais que o PTB pudesse ser supérfluo para a política sindical getulista, uma organização partidária trabalhista se fazia necessária. Por isso Vargas não podia descartar o PTB, embora pudesse eleger linhas auxiliares para preservar seus vínculos com os trabalhadores.

A perspectiva de benesses governamentais, associada aos recorrentes problemas internos de organização, desorganizou por algum tempo a direção nacional. Danton se licenciara da função de presidente em exercício da Executiva Nacional ainda em junho de 1951, passando o cargo a seu sucessor hierárquico, Ernesto Dornelles, outro representante da parentela. As disputas internas, no entanto, faziam do PTB um barco sem comando. A V Convenção Nacional, realizada em fevereiro de 1952 e que consumou o afastamento de Danton, é um indicador claro dessa situação. Entre os petebistas, e no noticiário da época, tornaram-se célebres as observações de Getúlio de que a Convenção escapara ao seu controle, apesar de ter buscado uma solução conciliatória.<sup>110</sup> Segundo Getúlio, os convencionais não só depuseram Danton como ainda aprovaram novos estatutos e criaram o cargo de presidente do Diretório Nacional sem que ele tivesse prévio conhecimento dessas medidas. Dessa forma, os “convencionais deliberaram em desacordo com o que eu havia aconselhado e opinado [...] Por outro lado não posso deixar de reconhecer democraticamente que a Convenção é soberana”. Certa ou errada, a decisão tivera, na opinião de Vargas, um caráter de renovação nos hábitos políticos e “não posso repudiar o filho que atingiu a maioridade e se emancipa pelo pensamento”.<sup>111</sup> A maioridade a que se referia o presidente era, na verdade, o reconhecimento de que lideranças secundárias começavam a ganhar fôlego na agremiação, ainda que várias delas fossem ligadas à parentela.

Por mais instável que fosse, o partido era imprescindível a Vargas para assegurar-lhe um canal paralelo aos órgãos governamentais que desse legitimidade

---

<sup>110</sup> As atas da Convenção encontram-se no TSE, Processo nº 2.715/51.

<sup>111</sup> Declarações de Vargas publicadas em *O Radical*, 15-2-1952.

a suas proposições de governo. Nas palavras do petebista baiano Joel Presídio, Dinarte Dornelles, o novo presidente do partido, precisava assumir o comando do PTB, pois, desde a eleição de Vargas e a gestão de Danton no Ministério do Trabalho, quase nada fora feito “para fortalecer seus quadros, [pois] os responsáveis pela direção do Partido deixaram os companheiros desamparados e os compromissos e os ideais partidários relegados a segundo plano, cada qual cuidando e defendendo seus próprios interesses. [...] Somente depois que Dinarte Dornelles assumiu [interinamente] a presidência do Partido e Segadas Viana o cargo de ministro do Trabalho, os interesses do PTB começaram a ser levados em conta”.<sup>112</sup>

Desencadeava-se, com força inédita dentro do PTB, uma disputa por cargos e privilégios em nome da valorização do partido.<sup>113</sup> Os processos judiciais entre Danton e Dornelles na Justiça Eleitoral, para aferir a quem de direito cabia a presidência, deixou o partido durante alguns meses em situação precária do ponto de vista legal. Além do mais, Danton, desprestigiado, aliou-se a uma efêmera dissidência partidária denominada Frente Trabalhista Brasileira ou Partido Trabalhista Brasileiro Independente.<sup>114</sup> Este foi um momento importante para a configuração de futuras tendências, pois alguns parlamentares eleitos em 1950 formaram ao lado de Danton, menos por afinidades eletivas do que por oposição aos métodos excludentes do grupo vitorioso. Importantes parlamentares como Lúcio Bittencourt (MG), Euzébio Rocha (SP), Frota Aguiar (DF), Alberto Pasqualini (RS) e Vieira Lins (PR), constituíram um grupo de destaque no parlamento, fora do controle da direção nacional. Assim, ao lado das disputas pelos postos de comando, cristalizava-se uma clivagem entre a base parlamentar e a direção partidária na qual superpunham-se divergências ideológicas e ambições de poder.

A estratégia de Danton foi bem-sucedida, conseguindo que a Justiça Eleitoral indeferisse a eleição de Dornelles. Vargas entrou em ação, reordenando o partido

---

<sup>112</sup> TSE. Processo nº 2.715/51.

<sup>113</sup> Para Toledo Piza, um “lorde” petebista de São Paulo ligado a Danton, o PTB fora “assaltado por um grupo que quer usar o partido para ter acesso aos cofres bancários e às autarquias. O senhor Dinarte Dornelles, depois de alguns meses de direção petebista, já é diretor de duas empresas comerciais, muito embora sem nenhuma credencial técnica ou econômica. A ele ligaram-se Borghi, o maior devedor do país, Frota Moreira, citado recentemente como um dos defraudadores do Fundo Sindical, e Newton Santos, modesto funcionário público e atualmente devedor de mais de quarenta mil contos ao Banco do Brasil” (*O Estado de S. Paulo*, 17-2-1952).

<sup>114</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 52.02.12/4; *O Tempo*, 21-2-1952; TRE/DF, Processo nº 375/52.

e oferecendo uma proposta conciliatória. A escolha recaiu em João Goulart, um jovem parlamentar ligado pessoalmente a Getúlio. Por unanimidade, a VI Convenção Nacional, de 20 de maio de 1952, referendou essa escolha e regularizou a composição do Diretório e do Conselho Fiscal.<sup>115</sup>

João Goulart, gaúcho como Getúlio, era então um parlamentar inexpressivo e um rico fazendeiro. Suas relações com a família Vargas remontavam ao Estado Novo. No processo de redemocratização de 1945/46, Getúlio o lançou na vida pública e apoiou sua candidatura para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 1950 participou ativamente da campanha de Getúlio, ocasião em que se elegeu deputado federal. Íntimo de Vargas, era um desconhecido na política nacional e por isso mesmo os petebistas de vários matizes viram na sua indicação para a presidência do PTB apenas mais uma solução transitória. Foi recebido por todos como um presidente de partido fraco e portanto passível de ser manobrado. Não se deu então a devida importância ao fato de ter sido ele o “escolhido”.<sup>116</sup> Era a primeira vez que Vargas declinava publicamente suas preferências, e, não por acaso, Jango jamais deixaria o cargo, até que fosse cassado em 1964.<sup>117</sup> Pela primeira vez, com o respaldo integral de Getúlio, um dirigente nacional conseguia impor-se à agremiação por um longo período, cimentando uma rede de lealdades internas e no governo que lhe assegurou o domínio no partido. Goulart foi o profeta “ungido” pelo carisma.

## O PTB DE JOÃO GOULART

O sucesso eleitoral do PTB em 1950, alimentado pela eleição de Getúlio, levou ao Congresso uma bancada integrada por políticos identificados com o nacionalismo e com a proposta de mudanças na estrutura econômica. As teses nacionalistas não foram, contudo, privilégio desse grupo de parlamentares, assim como as disputas por cargos não ficaram restritas apenas aos grupos mais fisiológicos. Nacionalismo e reformismo representaram, na verdade, um ponto de convergência das várias facções do partido, dando-lhe visibilidade política e eleitoral. Os parlamentares mais

---

<sup>115</sup> TSE, Processo nº 2.853/52.

<sup>116</sup> Ver, por exemplo, Vargas, I., 1978 e 1979; Talarico, 1982. 1985 e 1987; e Viana, J., 1983, 1985 e 1987.

<sup>117</sup> Danton Coelho fora escolhido anos antes por Vargas para presidir o PTB, mas sua função era mais de coordenador da campanha presidencial do que de dirigente partidário.

ideológicos pregavam a necessidade de o PTB acentuar seu papel de líder das grandes transformações nacionais, mesmo que fosse necessário atacar o tom conciliador e moderado das propostas de Vargas. Um exemplo foi a questão do projeto da Petrobras, quando Euzébio Rocha e Lúcio Bittencourt, este último vice-líder do PTB, desafiaram o projeto inicial de Vargas de constituição de uma companhia mista e se posicionaram a favor do monopólio estatal.

Nacionalismo e trabalhismo tiveram difícil convivência no partido. Alberto Pasqualini cobrava maior coerência doutrinária na política trabalhista, enquanto outros exigiam do presidente uma postura mais agressiva quanto à política nacionalista e às reformas econômicas. O decreto de janeiro de 1952, limitando a remessa de lucros ao exterior, foi bem aceito, mas em seu rastro novas iniciativas foram solicitadas, como o congelamento de preços, a taxação de lucros e a reforma agrária.<sup>118</sup>

O ano de 1952 foi decisivo para os destinos do PTB. Não só João Goulart assumiu a presidência do partido com a difícil missão de reunificá-lo, como também Getúlio assumiu a imagem de um governo disposto a ampliar o diálogo e os entendimentos com os setores trabalhistas. Um fator importante foi a decisão do Partido Comunista de voltar a participar da estrutura sindical oficial.<sup>119</sup> A mudança de linha do PCB colocava na ordem do dia a questão da direção do movimento trabalhista. No seu tradicional discurso do Dia do Trabalhador, Getúlio anunciou que passaria a direção dos institutos da Previdência Social para as mãos dos trabalhadores. Com efeito, dois dos seis institutos então existentes passaram a ser presididos por representantes sindicais.<sup>120</sup>

Visando o controle da política trabalhista, o governo apoiou-se no Ministério do Trabalho, nas vantagens oferecidas pela estrutura sindical corporativa e na consolidação de Jango no PTB como canal adicional de diálogo com os dirigentes sindicais. A estratégia janguista, fundamental para o crescimento da máquina partidária, privilegiou dois aspectos principais. De um lado, reduziu o conflito interno

---

<sup>118</sup> Ver manifesto dos trabalhadores do Distrito Federal de janeiro de 1952 intitulado "Para a libertação econômica do povo brasileiro", Arquivo Getúlio Vargas, GV 52.01.00/3.

<sup>119</sup> A bibliografia sobre a atuação dos comunistas no movimento sindical a partir de 1952 é extensa. Ver, por exemplo, Chilcote, 1982; e Erickson, 1979.

<sup>120</sup> Para o laptec foi nomeado o motorista José Cecílio Marques, e para o IAPI, o industrial Afonso César.



no partido, fortalecendo direções partidárias locais e referendando a liberdade de atuação da bancada no Congresso. De outro, intensificou os contatos com o movimento sindical e costurou alianças com os comunistas onde estes eram mais fortes, para assegurar a presença do PTB nos sindicatos. Simultaneamente, Vargas fortalecia o corporativismo sindical e intensificava a mobilização em torno do trabalhismo. A política desenvolvida por Jango, particularmente no que diz respeito ao relacionamento com os dirigentes sindicais comunistas, foi alvo de sérias críticas por parte dos setores de oposição — a UDN e os militares — e da própria bancada do PTB. A ala antijanguista do partido começava a estruturar-se, mas a direção partidária concentrava-se nas mãos daqueles que eram fiéis a João Goulart. O controle dos cargos de direção permitia, portanto, espaço para a crítica, sem que a força de Jango fosse questionada. Afinal, a última palavra era sempre do Diretório Nacional, que passara a ser o reduto de Jango.

A escolha de Jango para presidir o partido e seus métodos de ação criaram expectativas otimistas entre os que procuravam projetar uma imagem de unidade partidária. Além da intensa atividade na sede do partido, o presidente do PTB percorria todo o país em caravanas. Segundo Doutel de Andrade, secretário-geral do partido de 1961 a 1964, “não parece haver dúvida de que, sob a presidência do senhor João Goulart, deixou o PTB de ser aquele saco de gatos de tão triste memória, para tornar-se uma agremiação séria, respeitável, uma agremiação à altura de seus próprios destinos”.<sup>121</sup>

A corrente favorável a Jango ganhava força, e esforços foram feitos para fortalecer o novo presidente. O primeiro passo foi referendar seu prestígio na seção do Rio Grande do Sul, visando a reconstrução partidária no estado, e isso foi feito com o apoio de Leonel Brizola, jovem deputado estadual que, confirmando a tradição da parentela, era cunhado de Goulart. Assim, às vésperas da VII Convenção Nacional, realizada em 21 e 22 de março de 1953, Jango foi reconduzido à presidência do PTB gaúcho. Esse evento marca também a dependência de Jango em relação a Brizola. Nos momentos críticos de sua vida política, como na renúncia de Jânio Quadros em 1961 e no plebiscito que reinstaurou o presidencialismo em 1963, foi decisiva a presença de Brizola. Essa dependência revestia-se de algumas características: Brizola ajudou a sustentar o apoio da seção gaúcha a Goulart, prin-

---

<sup>121</sup> *O Jornal*, 19-1-1953. Sobre a nova fase que o PTB estaria inaugurando com Jango ver, no mesmo periódico, os artigos de Murilo Marroquim e Doutel de Andrade nos anos de 1952 e 1953.

principalmente nos momentos de grandes decisões nacionais, confirmando a premissa básica de que o político tem que ser apoiado em seu próprio estado, e Goulart cedeu a Brizola ampla autonomia para suas campanhas de mobilização popular. Brizola sempre foi o petebista mais ousado e radical na defesa dos direitos de Goulart, o que lhe deu uma base de legitimidade no partido. Nesse ritmo, o prestígio e a popularidade de Goulart tinham como contrapartida o crescimento da liderança de Brizola. A atuação deste político foi crucial para garantir, dentro do PTB, uma sólida base janguista.

Isso ficaria claro na Convenção Nacional de 1953. Nela evidenciou-se que o PTB idealizado por seus dirigentes era um partido sob o domínio dos grupos aliados a Goulart, resistente a tentativas de democratização interna e infenso a demandas de rotatividade nos cargos de direção. As decisões da Convenção indicaram o propósito de estabelecer o controle sobre a máquina partidária e preparar o partido para as eleições de 1954 — governos estaduais, Câmara e Senado —, assim como para as eleições presidenciais de 1955. As decisões mais importantes foram as seguintes:

- ❑ reeleição de Jango (por unanimidade) para a presidência do Diretório Nacional e escolha de novo Diretório Nacional com maioria janguista;
- ❑ ampliação do prazo dos mandatos do Diretório Nacional e de todos os órgãos de direção partidária de dois para três anos. Com isso, assegurou-se o comando de Jango sobre o partido nas eleições de 1954 e 1955;
- ❑ ampliação do número de membros do Diretório Nacional de 51 para 80. Dessa forma, o diretório existente, composto por 51 representantes, escolheu os outros 29, fortalecendo a presença janguista na cúpula do partido;
- ❑ adoção da bandeira definitiva do PTB;
- ❑ delegação de poderes ao Diretório Nacional para rever os atos punitivos das direções regionais, fortalecendo seu papel no controle das cisões e oposições locais;
- ❑ autorização para que as comissões executivas nacional e regionais prorrogassem os mandatos dos diretórios regionais e municipais sempre que estes expirassem nos 12 meses que antecedessem a data fixada para eleições federais, estaduais e municipais. Com isso, procurava-se evitar que facções rivais tentassem se impor à direção partidária realizando alianças para eleições estaduais e municipais;
- ❑ criação de departamentos auxiliares, como os da Mocidade, Assistência Parlamentar e Sindical. Esta medida foi combatida dentro e fora do partido, pois

entendia-se que a criação de um departamento sindical fortalecia o sindicalismo janguista;

- ❑ delegação, ao Diretório Nacional, do poder de designar executivas regionais quando da dissolução de diretórios regionais. Abria-se assim a chance para que, em casos de impasses locais, o próprio diretório pudesse renunciar, permitindo a intervenção da direção nacional. Esse recurso foi usado em São Paulo, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia e em outros estados;
- ❑ prorrogação por um ano dos mandatos dos diretórios regionais que terminassem nos 12 meses anteriores às eleições municipais. Buscava-se, mais uma vez, evitar a disputa interna nos momentos eleitorais, assegurando o controle da direção nacional;
- ❑ finalmente, perda automática do cargo de direção para qualquer membro que declarasse publicamente pertencer a uma dissidência partidária.<sup>122</sup>

Dessas medidas, vale destacar dois pontos. Em primeiro lugar, assegurou-se o controle da ala janguista e, em segundo, deixou-se claro que, entre os dirigentes partidários, os descontentes que ameaçassem a liderança do chefe não teriam lugar. As reações contra dissidências eram importantes, pois parte da bancada petebista alarmava-se com a rapidez com que Jango consolidava sua influência no partido, no movimento sindical e entre os comunistas. Ante essas investidas parlamentares, a direção do PTB precisava estar coesa em torno de seu presidente, ainda que à custa de expurgos.

Em meio a esse cenário, Vargas saudava os convencionais pela demonstração de maturidade e unidade partidária e salientava o papel do PTB: “A responsabilidade da salvaguarda de nossas instituições democráticas pesa sobre os vossos ombros, pois, desmoralizados os velhos métodos dos falsos arautos da política individualista, o vosso programa de socialismo sadio é a única força de gravitação capaz de evitar que os trabalhadores se deixem seduzir pelas promessas falazes do extremismo conservador”.<sup>123</sup>

Em março de 1953, quando essas decisões foram tomadas, tiveram início amplos movimentos grevistas em São Paulo e no Rio de Janeiro (Moisés, 1976). Isso, por sua vez, foi o maior desafio trabalhista da administração Vargas, com forte impacto sobre o governo. Goulart defendeu, nesses episódios, a negociação

---

<sup>122</sup> TSE, Processo nº 2/53.

<sup>123</sup> *Última Hora*. 23-3-1953.

e a concessão dos aumentos solicitados pelos trabalhadores, enquanto Segadas Viana, o ministro do Trabalho, saiu em defesa de medidas clássicas de controle e de cumprimento da CLT. Getúlio cedeu à argumentação de Goulart, desautorizou Segadas e com isso fez de Goulart seu porta-voz informal e oficial junto aos trabalhadores e aos sindicatos, a exemplo do que já fizera dentro do PTB. Era a rotinação do carisma que se confirmava.

Segadas foi substituído por João Goulart na pasta do Trabalho, acentuando os temores da oposição antigetulista quanto aos planos do governo no tocante à questão sindical, temores esses também partilhados por alguns parlamentares petebistas. A ida de Jango para o ministério acirrou a escalada de acusações contra o governo. A principal era que ele pretendia amparar-se no prestígio de Vargas entre os trabalhadores e no controle do movimento sindical para viabilizar planos continuístas e instaurar no Brasil uma “república sindicalista”, de inspiração peronista. Soava como possibilidade o fortalecimento da política sindical, a ponto de se chegar à criação de uma central operária que se tornasse um poder paralelo ao Ministério do Trabalho e, portanto, uma linha auxiliar de Goulart e de Getúlio. Por tudo isso, a ida de Goulart para essa pasta teve dois desdobramentos importantes: fortaleceu o trabalhismo getulista e com igual intensidade indispsôs as oposições.

O governo entrava em sua fase crítica. O projeto getulista e petebista de incorporação da massa sindical foi veiculado pelos udenistas como uma rota para a instauração de um poder paralelo, que se consubstanciaria em uma “república sindicalista”. Se não era uma fantasia udenista dizer que o governo fazia da estrutura sindical uma fonte de legitimidade, era no entanto difícil conceber que o país pudesse ir além do corporativismo e apresentar outra proposta viável e minimamente consensual de incorporação dos trabalhadores ao processo político. Ficava claro também que aquela estrutura sindical centralizadora continuava compatível com as novas regras de participação política e que a forma de incorporação política e o tipo de controle para trabalhadores e sindicatos estariam no cerne da política brasileira a partir de então.

O PTB teve sem dúvida papel capital na transformação do sindicato em ator político visível e na definição de uma política que queria fazer do sindicato uma fonte de poder. Mas as crises, a instabilidade e o sucesso do PTB não decorreriam apenas de suas relações com os sindicatos. O partido se projetava de forma personalista, associando o chefe a grandes questões nacionais e fazendo das conquistas trabalhistas um subproduto da defesa da soberania nacional. Foi como um partido de “libertação nacional” que o PTB passou a interpelar o eleitorado nos anos seguintes.

## O PARTIDO DEIXA O GOVERNO

A intensificação das mudanças políticas nas hostes do PTB a partir da ascensão de Goulart à presidência do partido e de sua ida para o Ministério do Trabalho foi um sintoma de que o trabalhismo getulista ganhava vigor, ainda que em meio a um processo crescente de desconfiança entre os militares e a classe política. Embora o PTB estivesse claramente procurando alianças com o PCB nos meios sindicais, é sabido que os comunistas não poupavam críticas ao governo, atacando suas posições conciliatórias e “imperialistas”, tal como ficara expresso no manifesto de agosto de 1950. À esquerda e à direita, o governo era alvo de críticas. Os setores conservadores temiam a radicalização da mobilização popular e sindical, e a esquerda cobrava do governo medidas nacionalistas e reformistas mais ousadas. Tornava-se evidente que o país demandava mudanças institucionais para adaptar-se à realidade de uma nação crescentemente urbano-industrial e marcada por fortes desigualdades sociais e regionais. Enquanto essas questões eram pensadas, criava-se amplo espaço para forjar um movimento de opinião comprometido com reformas e com a participação popular. O caminho da radicalização ideológica estava traçado.

O papel do PTB foi importante na construção de um discurso em prol de mudanças. Esse discurso mostrou-se também uma excelente forma de ampliar ganhos eleitorais. Nesse sentido, embora fossem necessárias mudanças estruturais, era muitas vezes difícil precisar quem de fato concordava com elas ou quem as usava para obter ganhos políticos. Mas a realidade é que o PTB consolidou a imagem de partido reformista e popular. Por outro lado, a preocupação da direção partidária em estreitar seus laços com o movimento sindical era evidente, embora houvesse divergências quanto aos meios a serem adotados. Essas divergências vieram à tona em meados de 1953, quando foi eleita nova Executiva Nacional, na qual se procurou uma composição com os setores parlamentares não-janguistas. Os cargos estratégicos ficaram, contudo, em mãos dos seguidores de Goulart. O comando de fato da Executiva coube a Abilon de Sousa Naves, presidente do Ipase, enquanto o cargo de secretário-geral era entregue a São Paulo, na pessoa de Frota Moreira, que procurava estreitar os laços do partido com os comunistas.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> A Executiva Nacional, eleita pelo Diretório Nacional em 16 de julho de 1953, ficou assim constituída: presidente — Getúlio Vargas; primeiro vice — Alberto Pasqualini; segundo vice — Abilon de Sousa Naves; terceiro vice — Baeta Neves; quarto vice — Maciel Filho; secretário-geral — Frota Moreira; primeiro-secretário — Aluísio de Andrade Moura; segundo-secretário — Edson Pitombo Cavalcanti; tesoureiro geral — Gomes de Oliveira; primeiro-tesoureiro — Romeu Fiori, e segundo-tesoureiro — Ilacir Pereira Lima.

Frota Moreira fez, nesse momento, a inusitada declaração de que a partir daquela data o governo daria uma “virada à esquerda” e passaria a se apoiar nas forças comunistas. O assunto foi objeto de três notas oficiais do PTB, desmentindo que o partido e o governo houvessem mudado de orientação,<sup>125</sup> mas persistiu a desconfiança quanto à aproximação entre PTB e PCB. Nessa mesma ocasião, Goulart substituiu por uma junta o presidente do IAPM, João Batista de Almeida, o Laranjeiras, nomeado por Segadas; demitiu o presidente da Federação dos Marítimos, que se opusera à greve da categoria que levaria à queda de Segadas; e nomeou para a Delegacia Regional do Trabalho, em São Paulo, Mário Pimenta de Moura, ligado a Ivete e apoiado pelos comunistas.<sup>126</sup> Tal procedimento demonstrava sua preocupação em ocupar espaços dentro do movimento sindical, dentro do PTB, e de colocar no ostracismo os concorrentes.

Tudo isso facilitou a campanha político-militar que levou ao afastamento de João Goulart da pasta do Trabalho em fevereiro de 1954, mas convém lembrar que parte da reação antijanguista veio do próprio PTB, onde algumas correntes colocavam-se contra uma proposta trabalhista que envolvesse a ampliação de compromissos à esquerda.<sup>127</sup> No centro dessas divergências estavam diferentes percepções acerca das relações entre o partido e a estrutura sindical corporativa. Três posições dominavam o debate. Um setor (Segadas, Danton) postulava que o partido atuasse como porta-voz dessa estrutura e achava que o PTB deveria ser um instrumento político de representação de entidades sindicais. O que se procurava era reeditar a prática das bancadas classistas, a exemplo do que ocorrera em 1934. O partido seria trabalhista porque na esfera da representação política seria o porta-voz do trabalhador organizado.

Outro setor (João Goulart, Brizola) entendia que o partido, além de se apoiar na estrutura corporativa, deveria ser um agente de mobilização popular. Partido e sindicatos deviam atuar simultaneamente junto aos trabalhadores, visando o cres-

---

<sup>125</sup> Sobre o episódio, ver correspondência entre Danton e Getúlio no Arquivo Getúlio Vargas, GV 53.07.28/2. Ver também *O Jornal*, 5-8-1953; *Folha da Manhã*, 14 e 15-8-1953; *O Tempo*, 15-8-1953; e *O Radical*, 15-8-1953.

<sup>126</sup> Sobre essas mudanças, ver referências em Erickson, 1979:95; *Diário Carioca*, 20 e 21-8-1953; e *O Tempo*, 16-8-1953.

<sup>127</sup> Nesse momento declaram-se dissidentes vários parlamentares, entre eles Napoleão de Alencastro Guimarães, Benedito Mergulhão, Frota Aguiar, Gurgel do Amaral Valente e Danton Coelho.

cimento eleitoral e a formação de ampla base de apoio para programas reformistas e nacionalistas. Para tanto era importante estabelecer alianças com a esquerda, a fim de dar credibilidade às propostas trabalhistas. Um terceiro setor (Pasqualini, Lúcio Bittencourt e Roberto da Silveira) entendia que um partido trabalhista deveria se impor por seu programa, e não pela forma de recrutamento de seus quadros. Seria uma opção partidária para quem se inclinasse por uma “proposta mais humana de capitalismo”. O partido não precisaria, portanto, fazer da estrutura sindical e previdenciária sua fonte de poder. Ele se imporia pelos princípios e não pelos meios. Goulart impôs sua visão, e o PTB o seguiu, participando dos movimentos grevistas junto com o PCB e atuando como mediador no plano governamental. Esse duplo papel foi responsável tanto pelo sucesso do partido quanto pela derrocada de Goulart.

O partido foi coerente na insistência com que reclamou por reformas, e a pauta reformista estava bem articulada quando da demissão de Jango do Ministério do Trabalho. Em nota oficial, a Comissão Executiva Nacional solidarizava-se com Vargas e com o ministro, em vista da campanha que o governo vinha sofrendo, defendendo as reformas. Dizia a nota:

“O PTB prosseguirá na sua luta contra a usura social e os desmandos do poder econômico, debatendo-se: a) pela adoção de novas tabelas de salário mínimo; b) pelo congelamento dos gêneros e utilidades e pela fiscalização desse congelamento através dos órgãos sindicais dos trabalhadores; c) pela extensão da legislação social ao trabalhador rural; d) pela reforma agrária; e) pela aposentadoria integral; f) pela unidade e liberdade sindical e contra a assiduidade integral; g) pela participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; h) pela libertação econômica nacional e contra a agiotagem internacional.”<sup>128</sup> Posteriormente, seriam agregadas as propostas de reforma urbana, bancária, universitária e tributária, mas o núcleo do pensamento reformista estava já firmado nessa ocasião.

A gota d’água para a demissão de Jango, em 22 de fevereiro de 1954, fora sua proposta de aumento de 100% no salário mínimo, que gerou protestos entre a oficialidade, traduzidos no Manifesto dos Coronéis, divulgado em 20 de fevereiro. Essas críticas eram reforçadas por denúncias de ligação antinorte-americana com os governos argentino e chileno (Pacto do ABC).<sup>129</sup> Jango foi substituído no mi-

---

<sup>128</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.02.22/1.

<sup>129</sup> Cruz et alii (orgs.). 1983. Parte do PTB e da esquerda viu com bons olhos uma alternativa sindicalista, assim como uma aliança continental contra os EUA. Ver a esse respeito os números de *Cadernos do Nosso Tempo* desse período.

nistério por um técnico, Hugo de Faria, que continuou a política de seu antecessor até o suicídio de Vargas, em agosto de 1954. A Carta Testamento deixada por Getúlio, eivada de nacionalismo, foi o seu legado. O mito substituiu o homem. Tomados de surpresa pelo suicídio, os petebistas ou reconheciam em Goulart o herdeiro de Vargas ou abdicavam de sua sobrevivência institucional. A Carta Testamento foi um novo elemento agregador para o PTB e tornou-se importante recurso de mobilização popular e eleitoral nas eleições seguintes, realizadas em outubro de 1954. Nessas eleições, o PTB manteve estável sua percentagem de cadeiras na Câmara. Mas sofreu perdas no Distrito Federal. A insistência com que a UDN, no decorrer de 1955, exigiu o expurgo do getulismo forjou novas perspectivas para o PTB, que se juntou ao grupo dos “legalistas” e oficialmente rompeu com o governo Café Filho. A partir daí persistiriam as desconfianças em relação às intenções de Jango.

Em agosto de 1954 o PTB saía do governo e perdia seu chefe. A máquina partidária, contudo, já estava consolidada o suficiente para resistir aos tempos. A parentela — Lutero, Ivete, Brizola, Jango — havia se imposto à agremiação, controlando de fato ou de direito seus postos e suas decisões e confirmando a dispersão do carisma em líderes secundários. Para melhor entender esse processo, convém retomar, ainda que ligeiramente, a discussão inicial sobre carisma e suas implicações sobre as organizações.

## A DISPERSÃO DO CARISMA

A literatura sociológica sobre o carisma inaugurada por Max Weber (1968) tem chamado particularmente a atenção para a dicotomia que existe entre situações regidas por esse princípio e aquelas que se baseiam em instituições rotineiras e racionais. O carisma, por definição, reveste-se de características de excepcionalidade, diferentes, portanto, dos princípios organizativos e burocráticos das modernas organizações sociais. Está usualmente associado a uma personalidade individual, dotada de poderes e qualidades excepcionais, de virtudes raras, muitas vezes compreendidas como supranaturais ou como produto da graça divina. Por seus atributos reconhecidos, o líder carismático exerce excepcional influência sobre as pessoas isoladamente ou sobre as multidões, que o seguem numa relação emocional assimétrica regida pela paixão, pela obediência passiva e pelo reconhecimento de suas qualidades heróicas. Por outro lado, como lembra Shils (Oct. 1958/July 1959), não basta acreditar que o líder tenha tais características. Como personagens in-



fluentes, corajosos, com capacidade de decisão, autoconfiança etc., as lideranças carismáticas se constroem na medida em que suas qualidades estejam conectadas com a solução de problemas centrais das sociedades em que vivem. Mais precisamente, estão associadas a uma idéia de sucesso no enfrentamento de certos problemas. Isso nos leva a outra idéia central da sociologia weberiana: a de que esse tipo de fenômeno aparece mais facilmente em situações sociais e econômicas de crise, de anomia. Entretanto, ainda segundo Shils, o carisma pode ser também entendido como um elemento central no processo secular de institucionalização, na medida em que está diretamente relacionado com a construção da ordem.

Por suas características excepcionais, o carisma individual seria passageiro em termos macro-históricos, podendo, como vimos, dar lugar a uma dominação tradicional ou a uma organização racional, mediante um processo conhecido como rotinização do carisma. Ou seja, mediante a sucessão do chefe, quando este desaparece, indivíduos dispersos e apenas ligados emocionalmente ao líder se transformam em uma comunidade independente e organizada. A partir daí, o desafio weberiano<sup>130</sup> foi e continua sendo entender como se daria esse processo, ou seja, como o carisma se relacionaria com a construção de instituições.

A rotinização do carisma, ou seja, a transferência do poder excepcional do chefe para uma instituição estável e racional, ou mesmo para outra pessoa ou família, não é tema passível de generalizações. De toda forma, algumas tentativas têm sido feitas nessa direção. O próprio Weber apontou para algumas possibilidades, entre elas a hereditária, a revelação dos oráculos, a designação do sucessor pelo próprio chefe. Modernamente, a rotinização tem sido pensada em termos institucionais, ou, mais precisamente, a partir do surgimento de uma organização, que, através de uma doutrina, dê prosseguimento às realizações do líder fundador. Segundo Madsen e Snow (1991), o primeiro passo no sentido da rotinização seria o aparecimento de certas regras no movimento e de certos papéis na intermediação do líder com a massa. Essas mediações dariam lugar a uma estrutura embrionária de organização com o surgimento de outros líderes secundários, que se enraizariam na sociedade e no próprio governo. E, como em toda estrutura organizacional, esses intermediários podem atuar por motivos próprios, dando lugar a um processo de competição e de afirmação entre novas lideranças. No momento em que o mo-

---

<sup>130</sup> Ver, por exemplo, a introdução de Eisenstadt ao livro de Weber (1968).

vimento se organiza, seu centro carismático começa a erodir, pois o chefe perde o controle pessoal e direto sobre seus liderados.

Num segundo momento, a rotinização se afirma através do que esses autores chamam de dispersão do carisma. Ou seja, quando figuras subordinadas ao chefe passam a aparecer aos olhos da massa como fontes independentes de poder e prestígio e quando os seguidores passam, portanto, a percebê-las como seres políticos capazes de atender às demandas das bases. Esses líderes secundários que se afirmam buscando autonomia no movimento, o fazem se apresentando como herdeiros legítimos do chefe. É nessa condição que procuram autonomia na ação. Por isso mesmo, nas organizações de origem carismática, ou seja, naquelas que se formam exclusivamente em torno da figura de um líder, as disputas internas são sempre intensas e a competição entre os líderes secundários emergentes tem sempre como razão principal a intenção de ser o único e o mais fiel seguidor do chefe. Este, por sua vez, pode retardar a dispersão controlando o aparato institucional ou revezando freqüentemente as pessoas nos cargos de direção. De todo modo, para os autores, isso retardaria mas não impediria a transferência de poder, embora a figura do chefe continue sendo o eixo central na relação emotiva com as bases e o resíduo estrutural para a organização. É por isso também que quando o chefe morre a sucessão é sempre problemática e as competições internas se acirram.

A continuidade do movimento carismático representa um desafio e um dilema para o chefe. Se opta pela institucionalização, corre o risco da dispersão e da perda de controle. Se mantém o movimento desorganizado, corre o risco da confusão e da desintegração na relação com seus seguidores. Essa é mais uma das razões para que a dominação carismática, baseada na figura de um líder, seja percebida pelos clássicos como uma forma transitória que acaba cedendo lugar a outros tipos de arranjos e a novas formas de institucionalidade.

Contemporaneamente, chefes carismáticos — entre eles De Gaulle, Hitler, Perón —, têm tendido a garantir a continuidade e a influência futura de sua liderança através da construção de uma estrutura partidária. Assim, segundo Eisenstadt (Weber, 1968), o sucesso do líder não dependeria apenas de sua capacidade de criar fatos notáveis, mas também de sua capacidade de transferir para uma estrutura institucional o impacto de suas realizações, a fim de dar-lhe continuidade. Nessa linha de raciocínio, o efeito disruptivo do carisma deveria ser relativizado em benefício de uma abordagem que privilegiasse também seu papel na construção de novas formas de solidariedade social.

Pelo que se viu até aqui, o PTB foi um caso bem-sucedido de rotinização e de dispersão do carisma e teve papel central na construção da nova ordem institucional instaurada em 1945. O sucesso do partido, nos termos em que foi proposto, esteve associado a um princípio de natureza “revolucionária” e até mesmo “extra-econômica”, ou seja, à figura do líder como cimento de um movimento de adesão e de adoração. Sua força era tirada dos laços pessoais que envolviam os discípulos com o chefe numa relação que se embasava na idéia de “missão”. Daí extraiu força para superar constrangimentos internos impostos pela fragilidade institucional. A ausência de regras claras e estáveis, de padrões de carreira e de uma clara divisão de tarefas fazia do PTB um improviso institucional, assentado na delegação de autoridade pelo chefe, o que, como vimos, foi fator importante para o surgimento de disputas internas. Essas competições envolviam ambições de ficar mais próximo do chefe na hierarquia partidária, mas nunca um movimento de oposição ao líder fundador.

Três fatores devem ser enfatizados aqui, ainda que ligeiramente, para que se compreenda o perfil do PTB na ordem política brasileira. Em primeiro lugar, embora o carisma não tenha conotações econômicas imediatas, remete, como vimos, a uma situação de crise, e sua durabilidade e eficácia estão associadas à capacidade de oferecer, se não as melhores soluções, pelo menos respostas convincentes para problemas centrais do ponto de vista econômico e social. No caso de Getúlio, assim como no de Perón, esse papel foi cumprido. Ao eleger o desenvolvimento e o trabalhismo como alvos prediletos de sua atuação pública, Vargas objetivou o conteúdo de sua “missão” e ofereceu aos discípulos uma agenda mínima de justificativas plausíveis para referendar a adesão. Ou seja, havia um legado a ser respeitado pelos seguidores que se propunham a dar-lhe continuidade. Esse legado estava, sem dúvida, associado, para o bem ou para o mal, a uma idéia de construção nacional e de identidade para os trabalhadores. Uma frase de um trabalhador argentino expressa bem esse ponto de vista: “Antes de Perón eu era pobre e não era ninguém. Agora sou apenas pobre” (Madsen & Snow, 1991:150).

Em segundo lugar, a dispersão do carisma para líderes secundários foi um processo tenso mas eficaz, se considerarmos a trajetória integral do partido. Ao delegar a pessoas a tarefa de falar em nome do getulismo e do trabalhismo, e isso mesmo antes de sua morte, Vargas garantiu a formação gradual de uma vida burocrática, ainda que instável e precária. Por isso mesmo o partido pôde sobreviver à morte do líder, cuja influência continuou no centro da política brasileira. Isso porque a dispersão do carisma foi além da delegação de poder dentro do PTB.

Do ponto de vista do trabalhismo, houve a dispersão desse legado por outros partidos, pelos sindicatos e institutos de previdência. O mesmo pode ser dito em relação à sua pregação econômica e desenvolvimentista. De todo modo, o PTB foi o órgão “eleito” para ser o representante privilegiado da herança e dos desígnios do chefe. E dentro do partido, Goulart foi a figura a merecer a indicação de delegado-mor. Em decorrência disso é que se pode entender a longevidade de seu reinado no partido e a associação que perdurou através dos tempos entre essas duas figuras.

Finalmente, ao se impor como partido cujo critério de autoridade era a legitimação da figura do chefe, o PTB contribuiu para emprestar um viés antipartidário à política brasileira, e isso ocorreu de duas maneiras. Primeiro, pela nítida preferência que esse tipo de arranjo desperta para soluções de caráter bonapartista, princípio que Vargas bem soubera adotar desde os anos 30. Segundo, pela ênfase dada na relação direta entre líder e massa. Essa foi uma marca da política getuliana e, ao fim da vida do PTB, a tônica principal de sua atuação.

## A OPÇÃO ELEITORAL E REFORMISTA

### OS PETEBISTAS NAS ELEIÇÕES DE 1955

A eleição presidencial de 3 de outubro de 1955 foi a terceira desde a queda do Estado Novo e ocorreu em circunstâncias diferentes das anteriores. O sistema partidário estava em processo de consolidação, e a conjuntura política se revelava mais polarizada do ponto de vista ideológico. Além do mais, as transformações econômicas eram um fator adicional de conflitos, pela concentração da economia no eixo Rio-São Paulo e pelas divergências em torno de qual seria a melhor estratégia de desenvolvimento. Ganhava vigor então uma linha nacionalista que pregava um governo intervencionista e planejador em contraposição a outra vertente, defensora de um projeto liberal que estimulasse a concorrência do mercado e a colaboração internacional.

Outro fator relevante dessa conjuntura era a presença militar, solicitada por setores udenistas com o objetivo de permitir o fortalecimento das forças que se opunham ao crescente sucesso da máquina petebista em aliança com a esquerda. O PTB, com sua feição getulista, nacionalista e sindical, era o partido mais visado pelos setores conservadores, em função do trato fácil com os comunistas, sendo apontado como responsável pelo fracasso da economia nacional. Nessa condição, participou das articulações sucessórias presidenciais, deparando-se internamente com duas questões básicas. Em primeiro lugar, apesar da unidade de sua cúpula dirigente, estava de fato cindido com as bases parlamentares. A grande maioria de seus 17 senadores demonstrava claramente sua insatisfação com o domínio e os métodos de João Goulart.<sup>131</sup> Na Câmara Federal o mesmo podia ser observado em deputados como Danton Coelho, Segadas Viana, Alencastro Guimarães, entre outros. Em segundo lugar, a cúpula janguista, ciente da força do PTB para o re-

---

<sup>131</sup> Os senadores que se posicionaram contra Jango foram: Lourival Fontes (SE), Lúcio Bittencourt (MG), Carlos Gomes de Oliveira (SC), Vivaldo Lima (AM), Caiado de Castro (DF), Moura Vieira (AM), Alberto Pasqualini (RS), Saulo Ramos (SC), Tarcísio Miranda (RJ) e Cunha Melo (AM). Essas informações foram tiradas do *Diário do Congresso*.

sultado das eleições, optava por não lançar candidato próprio à sucessão presidencial e por negociar “a peso de ouro” seu apoio a outros partidos.

Além de um PTB cindido, havia também um PSD dividido e uma UDN desconcertada, e todas as facções negociaram alternativas que iam do lançamento de um candidato de “união nacional” à indicação de candidaturas eminentemente partidárias. Ao fim predominou a eleição competitiva.<sup>132</sup> O primeiro partido a se pronunciar foi exatamente o PSD, ainda em fins de 1954. Era o partido que mais tinha a perder caso o processo sucessório não fosse encaminhado para uma solução que lhe permitisse manter a soma de recursos de poder que detinha até então e que ficara ameaçada com o governo de Café Filho. A direção nacional pessedista conseguiu impor o nome do governador mineiro Juscelino Kubitschek, apesar das dissidências em Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que motivou um ensaio de intervenção do Diretório Nacional, prática tão comum no PTB, mas não entre os pessedistas.<sup>133</sup> Foi em torno dessa candidatura que se desenrolaram as principais negociações do PTB, num momento em que o governo federal procurava atrair os petebistas descontentes. Dois deles foram levados para o ministério de Café Filho: Alencastro Guimarães e Alexandre Marcondes Filho ocuparam, respectivamente, as pastas do Trabalho e da Justiça. Embora o Diretório Nacional do PTB declarasse em nota oficial que essas nomeações não alteravam a “absoluta independência” do partido em relação ao governo,<sup>134</sup> o certo é que elas eram uma forma de atrair setores do PTB para uma candidatura não-getulista.

Uma tendência forte no partido era reeditar a aliança com Ademar de Barros. A favor da reedição da Frente Populista de 1950 posicionavam-se vários parlamentares petebistas, entre eles Danton Coelho e Lúcio Bittencourt. Outros eram favoráveis ao lançamento de um candidato próprio ou até mesmo a uma aliança com o general Juarez Távora, candidato errante que acabou sendo apoiado pela UDN e por Jânio Quadros, governador de São Paulo. Os argumentos no PTB contra a aliança com o PSD, com Jango na vice-presidência, eram uma ressonância das apreensões gerais. A maioria da bancada petebista no Congresso ponderava ser essa chapa uma imprudência que ajudaria a criar um clima propício a um golpe

---

<sup>132</sup> Sobre as eleições de 1955, ver Riedinger, 1988; Cruz et alii, 1983; Hippolito, 1984; e Benevides, 1976.

<sup>133</sup> Detalhes da escolha da candidatura de JK pelo PSD encontram-se em Peixoto, E., 1986.

<sup>134</sup> *O Jornal*, 10 e 11-2-1955.

militar. Além do mais, questionavam a força eleitoral de Jango, em função de sua derrota em outubro de 1954, quando se candidatara ao Senado pelo Rio Grande.

Jango soube explorar essas dissensões internas para negociar junto aos outros partidos o apoio de sua agremiação. Para tanto fazia exigências de cargos (bem a gosto dos dirigentes) e apresentava um programa mínimo em que eram expostas as teses de uma política trabalhista e nacionalista (bem de acordo com a feição ideológica que o partido vinha adotando). Dentro do PTB, a chapa JK-Jango tinha a oposição da maioria dos senadores, de grande parte dos deputados federais, da maioria do Diretório de São Paulo e de grande parte da seção mineira controlada por Lúcio Bittencourt. Ou seja, nos estados de maior eleitorado — Minas e São Paulo — o apoio do PTB a Jango era o mais delicado. A seu favor, contudo, Jango tinha todos os convencionais do PTB e a seção do Rio Grande do Sul. Mais uma vez ficava evidente que o mais importante não era o controle da bancada — senadores e deputados não eram convencionais —, e sim a escolha dos delegados que participariam da Convenção Nacional e que portanto aprovariam as decisões partidárias.

Às vésperas da VIII Convenção Nacional do PTB, realizada entre 18 e 20 de abril de 1955 no Rio de Janeiro, os arranjos com o PSD estavam finalmente consumados. A direção pessedista, liderada por Amaral Peixoto e pelo próprio Juscelino, conseguiu neutralizar as reações anti-Jango dentro do PSD. O candidato presidencial se comprometia com Jango a oferecer ao PTB as pastas do Trabalho e da Agricultura, assim como todos os cargos atinentes à Previdência Social. Os nomes seriam da livre escolha de Juscelino, à exceção das nomeações para o Rio Grande, que seriam feitas por indicação de Goulart.<sup>135</sup> O PSD se comprometia ainda a aceitar o programa mínimo do PTB para o futuro governo. Nesse programa — elaborado por Fernando Ferrari, Pasqualini e outros petebistas “doutrinários” —, estavam expressos os seguintes pontos:

- “Defesa das liberdades, garantia ao trabalho e combate aos *trusts*.” Aqui se incluía o direito de expressão e de religião, a defesa constante dos direitos dos trabalhadores e da economia nacional, particularmente no tocante à manutenção do monopólio do petróleo, à criação da Eletrobrás e ao combate aos *trustes*. Quanto à legislação social, esta teria de ser integralmente mantida, e ampliada

---

<sup>135</sup> Peixoto, E., 1986; e Riedinger, 1988.

a fim de conceder outros direitos aos trabalhadores, tais como aposentadoria integral, participação nos lucros das empresas e reforma da Previdência Social.

- ❑ “Guerra à inflação e reforma agrária.” Propunha-se um plano global da economia, com reformas no sistema de crédito visando a estabilização da moeda, diminuição dos gastos públicos, tributação dos lucros excessivos, reforma agrária com extinção do latifúndio improdutivo, assistência ao pequeno produtor e, finalmente, extensão da legislação social ao campo.
- ❑ “Reforma eleitoral e restabelecimento dos tiros de guerra nos municípios rurais.” O objetivo era anular o poder econômico nas eleições e valorizar as populações do interior.
- ❑ “Estímulo à educação e à cultura do povo.” Propunha-se a defesa e o estímulo à educação básica e universitária pela distribuição de bolsas de estudo, pela extensão do ensino gratuito ao nível secundário e pelo desenvolvimento científico, técnico e artístico.
- ❑ “Defesa da saúde e da medicina pública.” Aqui se pleiteava uniformizar os serviços de medicina prestados pelos municípios, estados e governo federal, prover os hospitais de mais recursos, garantir a produção nacional de medicamentos para distribuição gratuita entre as populações carentes, assim como a assistência à maternidade e à infância.
- ❑ “Viação e obras públicas contra a seca — amparo e proteção à indústria nacional.” A meta era planejar obras contra as secas, reequipar os portos, as ferrovias e a navegação marítima e incentivar a construção de rodovias, de forma a amparar a indústria nacional. Ainda se estabelecia a ampliação do comércio exterior do Brasil com todos os povos soberanos e a salvaguarda dos interesses nacionais.<sup>136</sup>

O programa foi aceito pelo presidente do PSD, Amaral Peixoto, que afirmava estar ele expressando “quase que a ação parlamentar dos pessedistas nestes últimos anos”.<sup>137</sup> Na verdade, este não era um programa com proposições alheias às demandas da época, mas em sua maior parte não foi cumprido. De qualquer forma, o PTB exercia seu papel de partido programático e podia, portanto, partir para uma aliança eleitoral mantendo sua identidade.

---

<sup>136</sup> *Última Hora*, 15-4-1955.

<sup>137</sup> *O Jornal*, 16-4-1955.



A Convenção “consagradora” transcorreu sem surpresas. A maioria dos convencionais era composta de delegados da confiança da direção nacional, sendo os não-credenciados impedidos de assisti-la. Houve o cuidado de deixar patente o prestígio popular do presidente do PTB, e logo no início foram lidas “numerosas mensagens de populares e líderes sindicais sugerindo à Convenção o nome do companheiro João Goulart para candidato próprio do partido à presidência da República”. Em seguida foi lida “carta do sr. Luís Carlos Prestes propondo a formação de uma frente popular que aliasse trabalhistas e comunistas na disputa das eleições presidenciais”.<sup>138</sup>

Além da chapa JK-Jango, a Convenção aprovou o programa mínimo do partido, exigindo que fosse assinado pela Executiva Nacional do PSD e pela bancada petebista. Além disso, os convencionais delegaram à Comissão Executiva Nacional poderes para concluir ou reexaminar acertos relacionados à coligação. O encontro revelou ainda outras posições que estavam longe de comprometer o prestígio de Goulart. Frota Moreira, delegado por São Paulo, defendeu a tese comunista de um candidato próprio, e Georges Galvão, do Distrito Federal e diretor de *O Radical*, fez a defesa da aliança populista (com Ademar), argumentando que o PSD não deixaria Juscelino cumprir o programa petebista. O mesmo foi feito pelo único senador a participar da Convenção, Carlos Gomes de Oliveira. Em defesa da aliança com o PSD foi decisiva a argumentação do gaúcho Rui Ramos, segundo a qual Juscelino era um fiel seguidor da política de Vargas, e o lançamento de um candidato próprio melhor servia aos interesses dos comunistas e dos inimigos do getulismo. O argumento central era a unidade do PTB em torno do getulismo.<sup>139</sup>

Em nome dessa unidade e da disciplina partidária começava nesse momento um processo de coação dos dissidentes que se acentuaria nos meses seguintes e ainda o desligamento dos membros do Diretório que haviam assumido compromissos com outros partidos.<sup>140</sup> Em seguida foram escolhidos 38 nomes para completar as vagas existentes. Entre eles figuravam Fernando Ferrari, Leonel Brizola,

---

<sup>138</sup> Ata da VIII Convenção do PTB. TSE, Processo nº 383/55.

<sup>139</sup> TSE, Processo nº 383/55. Sobre a retórica do PTB acerca do apoio a JK, ver Lima, 1955.

<sup>140</sup> Foram expulsos José Diogo Brochado da Rocha, Abelardo Mata, Gurgel do Amaral Valente, Hildebrando Falcão, Hugo Borghi, João Falcão da Costa, Othon Sobral, Joel Presídio, Paulo Ramos e Marcos Pinheiro. Ao todo eram 10 defecções num total de 49 membros que integravam o Diretório naquele momento.

Newton Santos, Porfírio da Paz e outros, que se haviam notabilizado na defesa da aliança PSD-PTB nos moldes em que fora aprovada.<sup>141</sup>

Consumada a aliança com o PSD, parte dos descontentes engrossou o coro das denúncias de ligações de Jango e do PTB com o comunismo e se voltou para uma opção alternativa: Osvaldo Aranha.<sup>142</sup> No Congresso, Leonel Brizola fazia a defesa da candidatura Jango, enquanto novo manifesto de 28 parlamentares petebistas anunciava a dissidência no partido e solicitava o reexame da situação. Entre eles estava Lúcio Bittencourt, candidato ao governo de Minas Gerais, que fora preterido pelo PTB mineiro em função das alianças locais em torno da candidatura de Juscelino. Lúcio, que se revelava uma forte personalidade dentro do partido, faleceu em setembro de 1955, antes, portanto, das eleições, mas sua atuação contrária à política janguista de alianças foi crucial para a definição de uma corrente anti-Jango no PTB.

A opção majoritária dos dissidentes foi apoiar Ademar de Barros. Uma pequena parte, principalmente em São Paulo, voltou-se para a candidatura de Juarez, o que motivou a expulsão de 17 petebistas da seção paulista.<sup>143</sup> Era certo que a maioria das dificuldades dentro do PTB e do PSD decorria da atuação e das pretensões de Jango, que passou cada vez mais a ser alvo das atenções de seus adversários. No Ministério do Trabalho, Napoleão de Alencastro Guimarães abriu 186 processos para investigar a atuação de Jango nessa pasta, inclusive no tocante à administração do Fundo Sindical. No Congresso, Danton Coelho, que aceitara concorrer à vice-presidência da República em chapa com Ademar, denunciava oficialmente o acordo firmado em São Paulo por Baeta Neves e Frota Moreira com os comunistas. As suspeitas acerca dessas ligações seriam fortalecidas quando da criação do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT), entidade criada no meio sindical que contou com o apoio de alguns petebistas de São Paulo, como Frota Moreira e Leônidas Cardoso.

Em junho de 1955, o MNPT lançava manifesto apresentando uma pauta de reivindicações a serem acatadas pelos candidatos presidenciais que desejassem o apoio do movimento sindical. Nesse manifesto era patente a postura nacionalista

---

<sup>141</sup> TSE, Processo nº 383/55.

<sup>142</sup> Segundo *O Jornal*, nos dias que se seguiram à Convenção, 40 petebistas, entre deputados e senadores, assinaram o manifesto em prol da candidatura de Osvaldo Aranha.

<sup>143</sup> *O Jornal*, 11-9-1955.

e estatizante, bem como a defesa da reforma agrária e de maiores liberdades para o movimento sindical. O presidente do MNPT era Ari Campista, sindicalista “pelego”, braço direito de Deocleciano de Holanda Cavalcanti na CNTI, mas a direção efetiva do movimento cabia ao comunista Roberto Morena. Os dirigentes ligados ao PCB e ao PTB defendiam o apoio à chapa JK-Jango, enquanto Campista defendia o apoio a Ademar. O MNPT optou oficialmente pela chapa JK-Jango, o que levou Campista a abandonar a direção do movimento, que ficou assim sob a hegemonia dos comunistas.<sup>144</sup>

Logo após sua criação, o MNPT começou a ser fechado pela polícia, enquanto na Câmara Ivete Vargas, Brizola e outros se empenhavam em desmentir a aliança do PTB com os comunistas.<sup>145</sup> Convém lembrar que grande parte dessas acusações contra Jango partia de petebistas descontentes, particularmente Danton Coelho, que concorria ao cargo de vice-presidente da República na chapa de Ademar de Barros.

Para domesticar o partido, o Diretório Nacional promoveu novas degolas. Em setembro de 1955 foram expulsos oito de seus membros, entre os quais Danton Coelho e o então líder do PTB, Vieira Lins, que foi substituído nessa função por Fernando Ferrari.<sup>146</sup> Além disso, dois outros membros do Diretório pediram afastamento por se considerarem incompatibilizados. Ainda nesse mês de setembro de 1955 o Diretório Nacional decidiu pela expulsão de quatro membros do Diretório Regional do Paraná e um do Diretório de Santa Catarina. Seguindo a trilha da apuração de indisciplina, foram examinados nessa ocasião 26 processos oriundos de São Paulo, o que resultou na expulsão de 28 membros do Diretório paulista, além da expulsão de outros 12 dirigentes municipais do estado sob acusação de apoiarem Ademar ou Juarez.<sup>147</sup>

Os resultados eleitorais mostram que a vitória de Juscelino foi estreita. A abstenção eleitoral atingiu 40%, enquanto a de 1945 fora de 17% e a de 1950, 28%. Juscelino vencia com 33,8% dos votos, em contraposição aos 52% obtidos

---

<sup>144</sup> Sobre o MNPT, ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984; e Amorim, mar. 1968:152-60.

<sup>145</sup> As suspeitas em relação a Jango renderam-lhe nova denúncia de articulações com Perón, num episódio conhecido como “Carta Brandi”. Ver Lacerda, 1978.

<sup>146</sup> Lúcio Bittencourt constava também dessa lista, mas sua morte ocorreu antes da expulsão.

<sup>147</sup> O processo completo desses expurgos encontra-se nas atas das reuniões do Diretório Nacional de 10, 12 e 30-9-1955. TSE. Processo nº 529/55.

por Dutra, aos 48% alcançados por Getúlio e aos 48% que Jânio iria obter em 1960. A diferença era pequena em relação aos outros candidatos: Juarez chegou a 28,7% e Ademar a 24,4%. Além do mais, Juscelino perdia para Ademar em São Paulo e no Distrito Federal. Goulart, por sua vez, obteve 39,5% da votação, derrotando Milton Campos, da UDN, que ficou com 37,2%, e Danton Coelho, que alcançou 12,5%. Ficava claro que para a vice-presidência houvera uma disputa mais polarizada, opondo o principal dirigente petebista a um dos principais líderes udenistas.<sup>148</sup>

O PTB saía dessas eleições com dezenas de expurgos em São Paulo, no Distrito Federal e no Diretório Nacional. A vitória nas urnas era não só uma promessa de que o programa do partido seria implementado num governo não-petebista, mas, sobretudo, um excelente instrumento para negociar a recomposição do partido. Jango na vice-presidência da República iria dispor de uma proximidade com o poder que lhe garantiria facilidades para negociar cargos e posições. No plano militar, os resultados eleitorais renderam um golpe frustrado e aproximaram grande parte do PTB da “ala legalista” do Exército, que faria do general Lott seu expoente representativo. Os desdobramentos dessa aproximação são cruciais para o entendimento da radicalização que tomaria conta da política brasileira nos anos seguintes.

No governo JK, o PTB teve acesso inédito à administração pública, num momento em que o projeto desenvolvimentista abria novos espaços para o debate de propostas de desenvolvimento, de mudança e de reformas. Juscelino conviveu bem e até apoiou esse debate, mas relegou a segundo plano o acordo programático firmado durante a campanha com o PTB. Impôs o Plano de Metas e driblou os ímpetus reformistas do PTB para poder assegurar o apoio dos setores mais conservadores.

A partir dessa eleição, o PTB se firmava como partido nacional e auxiliar do governo, mas cada vez ficava mais evidente o distanciamento entre os métodos da direção e os objetivos de grande parte de sua bancada.

## **CONTROLE INTERNO E ATUAÇÃO PARLAMENTAR REFORMISTA**

Em 1956, o PTB precisava recompor a máquina avariada pelos expurgos ocorridos na campanha presidencial. Pressões dentro do partido, a exemplo de Fernando Fer-

---

<sup>148</sup> Sobre os resultados das eleições presidenciais de 1955, ver Riedinger, 1988.

rari, propugnavam que a Convenção Nacional mantivesse todos os atos de expulsão, enquanto outros setores pediam anistia para os rebeldes. A situação era delicada. Se o PTB optasse pela confirmação dos expurgos, perderia chances de futuras alianças. Além disso, muitos dos que haviam rejeitado a candidatura de JK em 1955, contrariando a orientação nacional do partido, haviam feito a campanha de Goulart para a vice-presidência. Se todas as expulsões regionais fossem referendadas, a bancada federal paulista, por exemplo, ficaria reduzida a um dos oito deputados eleitos em 1954. De outra parte, se a direção optasse pela revisão dos processos, estaria desautorizando aliados estratégicos, que nos estados haviam-se batido pelo apoio do PTB à chapa JK-Jango.

A Convenção reunida em 18 de fevereiro de 1956 teve como tarefa resolver essa questão, o que foi feito através de artifícios legais. Por orientação de Goulart, a maioria do Diretório Nacional renunciou a seus mandatos e, com um *quorum* de 50 convencionais, foi eleito outro Diretório, tendo Goulart na presidência. Caberia a esse novo Diretório estudar caso a caso os enquadramentos e os expurgos. Dias depois, foi escolhida nova Comissão Executiva Nacional, que introduziu novidades em sua composição, no intuito de agregar tendências. Nessa ocasião, o paulista Frota Moreira, ligado ao PCB, deixou a secretaria-geral, que passou a ser ocupada pelo fluminense Roberto da Silveira. Pela primeira vez esse importante cargo era entregue a um petebista da nova geração. Dos históricos que integravam a Executiva permaneceram apenas Baeta Neves e Newton Santos, contemplados com cargos de vice-presidentes. No novo Diretório permaneceram dois dos antigos descontentes — Pasqualini e o senador Carlos Gomes de Oliveira —, e foram incluídos quatro membros da família Vargas. O controle de Goulart sobre o partido estava assegurado sem que as feridas tivessem sido sanadas.<sup>149</sup>

Pressões internas, particularmente da parte de Fernando Ferrari, instigavam o PTB a definir seu programa ideológico e a se despir do personalismo que tanto o caracterizara. Foi essa a razão de ser da X Convenção Nacional, realizada em outubro de 1957. O objetivo era dar uma estrutura ideológica ao partido e analisar a proposta de programa elaborada por Ferrari, que claramente disputava com Jango a liderança do partido. Se não tinha condições de ganhar essa disputa, tentava pelo menos obstruir os poderes de Goulart. Era isso o que buscava ao propor uma reforma no estatuto que permitisse criar um Conselho Político para supervisionar

---

<sup>149</sup> Ata da IX Convenção Nacional do PTB, TSE, Processo nº 643/56.

e zelar pelos princípios trabalhistas. O presidente petebista conseguiu não só provar a ilegalidade dessa proposta perante a Lei Eleitoral, como ainda dominar de tal forma a Convenção que a proposta de programa nem chegou a entrar em pauta.

O tom da Convenção de 1957 foi distinto dos anteriores. Mesmo sem a discussão ou aprovação de um novo programa, o reformismo ganhou corpo e visibilidade. Assim, além das habituais saudações e homenagens a Vargas e aos trabalhadores, a Convenção aprovou várias moções, entre elas a que recomendava o voto do analfabeto, outra elogiando a atuação nacionalista e legalista do general Lott nas Forças Armadas, e outra ainda defendendo a sindicalização rural. O discurso de Goulart no encerramento dos trabalhos foi uma peça radical de nacionalismo e reformismo, que se coadunava com a indicação ali aprovada de sua candidatura pelo PTB à presidência da República em 1960.

Nos novos estatutos então aprovados, ficava clara a preocupação com a disciplina interna. Novos mecanismos de controle foram criados visando munir a presidência de recursos suficientes para poder neutralizar as oposições. Decidiu-se também convocar para 1958 o I Congresso Mundial Trabalhista, com a presença de membros do Labour Party e de partidos trabalhistas e socialistas de todos os continentes.

Outra importante decisão dessa Convenção foi a criação de um Conselho Sindical, definido como um dos três órgãos auxiliares do partido. A criação desse conselho ajudava a alimentar os comentários de que o partido defendia uma república sindicalista, mas era indicativa de que o PTB, além do proselitismo junto ao movimento trabalhista, estava disposto a disputar o monopólio da representação da massa trabalhadora.

As pressões antijanguistas no partido forçaram o PTB a se posicionar em termos programáticos e acabaram favorecendo a posição dos dirigentes. Isto porque, graças a seus quadros mais rebeldes, liderados por Ferrari, que faziam da questão doutrinária o alvo de seus ataques, o PTB ia ganhando visibilidade como partido de idéias. Foi nesse período também que o PTB começou a se notabilizar no Congresso pela defesa de várias medidas que integravam a agenda reformista. Enquanto o governo Juscelino passava praticamente alheio aos compromissos reformistas assumidos na campanha, a bancada do PTB tinha uma atuação intensa e agitada a favor da Petrobras e da criação da Eletrobrás, e iniciava uma trajetória marcante na defesa dos direitos sociais. Neste caso incluíam-se o projeto de legislação social para o trabalhador rural, de autoria de Ferrari, a regulamentação do direito de greve e a revogação do Decreto nº 9.070, bem como várias iniciativas de apoio a rei-

vindicações salariais e à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e nos órgãos de governo. Outras propostas exigiam a estabilidade do trabalhador e o aprimoramento da lei de acidentes de trabalho.

De todas essas medidas, a que mais gerava polêmica era a vinculada ao trabalhador rural. Por causa dela começaram a se deteriorar as relações entre o PSD e o PTB. Oficialmente, o PSD, ainda em agosto de 1958, tomou posição contrária ao projeto nº 4.264, do PTB, conhecido como Estatuto do Trabalhador Rural. Na visão do PSD, conforme declarações de seu líder José Joffily, era impossível aplicar uma lei desse teor tendo em vista as grandes disparidades regionais existentes no Brasil.<sup>150</sup> Era, aliás, devido a esse argumento que, desde 1953, vinham sendo protelados os estudos e as decisões nesse sentido. Ainda durante o governo Vargas, por iniciativa do presidente, fora criada uma comissão encarregada de estudar o assunto, mas o projeto acabou engavetado sob a justificativa de não considerar a diversidade do mundo rural.<sup>151</sup> Desde então a questão rural foi sabidamente a mais polêmica, e seria por causa dela, principalmente, que as relações do PTB com os setores conservadores iriam se deteriorar.

## **PTB E MILITARES: A FRENTE DE NOVEMBRO**

A partir do início da década de 50 o debate nacionalista ganhara vigor inédito. Não se tratava mais de construir uma nacionalidade brasileira, questão que tanto marcara o pensamento social nos anos 20.<sup>152</sup> Tratava-se, dizia-se então, de preservar uma nação constituída, mas ameaçada em sua soberania pela força política e econômica do capitalismo norte-americano. Esse debate invadiu amplos setores da sociedade e sedimentou-se nas Forças Armadas. A partir de 1952 as eleições do Clube Militar passaram a ser um termômetro dessas tensões, e cada vez mais se fazia a associação entre nacionalismo, democracia e legalismo. Abria-se uma nova forma de politização nos meios militares.

Para o petebismo, o fim do governo Getúlio ficara associado à tragédia de um líder nacionalista em sua luta pelo desenvolvimento autônomo do país, re-

---

<sup>150</sup> *Folha da Manhã*, 9 e 10-8-1956 e 25-12-1957.

<sup>151</sup> Os relatórios dessa comissão, composta por Alzira Vargas, Nério Battendieri, Arnaldo Sussekind e Humberto Grande, encontram-se no Arquivo Getúlio Vargas, GV 53.04.18/1.

<sup>152</sup> A respeito deste arquivo, ver Oliveira, 1990.

gistrada naquilo que se tornaria o “documento bíblico” do PTB, ou seja, a Carta Testamento. Atores importantes nesse drama foram os militares, que, segundo o discurso getulista, não teriam sabido entender a necessidade da política nacionalista. Nesse embate, getulistas e nacionalistas, além de um mito, ganharam um mártir. De outra parte, os antigetulistas, sem mitos e sem heróis populares, tentavam demonstrar, racionalmente ou pela força, o que seria o engodo da demagogia getulista e os perigos dessa forma de populismo para a democracia. No Exército, uma ala permaneceu fiel à corrente nacionalista, enquanto outros setores se mostraram mais sensíveis a uma composição com a UDN.

Foi em meio a essa tensão que tiveram lugar os episódios de novembro de 1955, quando se tornou patente a disposição de correntes civis e militares de impedir a posse de JK. Daquela série desastrosa de golpes emergiu a figura do ministro da Guerra, general Teixeira Lott, que, apesar de ter assinado um manifesto em 1954 pela deposição de Vargas, aparecia, em novembro de 1955, como o baluarte maior da campanha civil e militar pela legalidade. Isto posto, foi quase ato contínuo transformar o anódino Lott em símbolo da soberania nacional. Este fato torna-se importante na medida em que o PTB soube utilizá-lo para ganhar terreno nos círculos militares.<sup>153</sup> Mais do que isso, procurou, a partir de então, estabelecer uma relação direta entre a postura da facção militar nacionalista e o trabalhismo petebista. Lott estaria representando o “Exército democrático”, o que implicava necessariamente dizer que havia *outro* Exército não-democrático. O “Exército democrático” era composto pelo “soldado trabalhador”, em contraposição ao Exército dos “gorilas” e dos entreguistas. Definitivamente, após os incidentes de novembro de 1955, o PTB ganhou uma oportunidade única de competir com a UDN no proselitismo dentro das Forças Armadas.

Em março de 1956, logo no início do governo JK, foi criada a Frente de Novembro, uma organização integrada por militares, dirigentes petebistas, sindicalistas e comunistas. Visando “dar conteúdo político ao movimento de 11 de novembro de 1955”, contava ainda com a adesão de 15 parlamentares nacionalistas.<sup>154</sup> Liderada pelo coronel Nemo Canabarro Lucas e tendo o vice-presidente da Re-

---

<sup>153</sup> Após a “novembrada”, o PTB se pronunciou várias vezes em nota oficial, prestando apoio ao general Lott e ao governo de Nereu Ramos, que governou sob estado de sítio até a posse de JK. Ver notas do partido em *O Jornal*, 12 e 17-11 e 11-12-1955.

<sup>154</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984.



pública João Goulart como presidente de honra, a organização representou um dos fatos mais importantes da política nacional daquele ano e, segundo Juscelino, gerou a crise mais séria de seu governo (Kubitschek, 1976, v. 2). Para o general Lira Tavares, ela veio intensificar os abalos à disciplina militar provocados em novembro de 1955 e está na origem direta da intervenção militar de 1964 (Tavares, 1977, v. 2).

Objetivamente, ao conclamar a atuação dos trabalhadores ao lado do “bom soldado”, a organização insinuava a existência do “mau soldado”. Ao propor uma força popular nacionalista integrada por trabalhadores e soldados visando a emancipação econômica do país, a Frente atingia a corporação militar em seus valores de disciplina. Várias homenagens foram prestadas ao general Lott em manifestações públicas às quais compareceram o ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, e Goulart, “sempre pronto a prestigiar qualquer movimento de massas” (Kubitschek, 1976, v. 2:89). A meta era demonstrar aos setores militares derrotados em 1955 a força popular do militarismo legalista. O PTB nada ficava devendo à UDN no que toca à corrida à caserna.

O ponto crítico dessa iniciativa foram as comemorações programadas para o primeiro aniversário do 11 de Novembro, que receberam a desaprovação de vários parlamentares petebistas. Com a participação ativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), foi entregue nessa ocasião uma espada de ouro ao ministro da Guerra em frente ao seu ministério, numa manifestação que reuniu cerca de 15 mil pessoas. Vários oficiais, entre eles Castelo Branco, se recusaram a participar do evento, e outros passaram a cobrar do governo medidas enérgicas contra o movimento. O líder Canabarro deu, na ocasião, declaração à imprensa dizendo que o Brasil, como o Exército, estava dividido em dois grupos: um democrata e nacionalista, expresso nas forças vitoriosas do 11 de Novembro, e outro conservador e reacionário. O conflito só terminaria com o “aniquilamento do inimigo”, e cabia aos democratas armar os trabalhadores contra as forças da reação.<sup>155</sup> Canabarro foi preso por indisciplina e uma forte onda de protesto emanou dos círculos militares. A crise foi resolvida com a decisão presidencial de acabar com a Frente ainda no mês de novembro de 1956, e fechar um núcleo de proselitismo udenista conhecido como Clube da Lanterna.

Esses fatos são um importante indício de como se constituíram as bases do movimento nacionalista e da política janguista no Exército. Ao lidimar a idéia de

---

<sup>155</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1984.

que o bom Exército era o do soldado-trabalhador, Jango conseguiu ampliar seus aportes e o número de seus inimigos. A política janguista, a partir de então, ficaria cada vez mais marcada por essa busca de adesões nas Forças Armadas, e o PTB, tanto quanto a UDN, faria dos militares um aliado estratégico. A candidatura de Lott em 1960, encampada pelos nacionalistas do PTB, foi uma demonstração de que, na visão do partido, a marcha para o nacionalismo precisava de farda. Num momento em que a UDN tentava despir o uniforme gasto de Eduardo Gomes e corria atrás do populismo lacerdista e janista, o PTB se rendia à tese de que sem o apoio dos quartéis não faria reforma alguma. Se o objetivo apregoado para a busca do apoio militar era a necessidade de um aliado poderoso para garantir a factibilidade das reformas, no rastro dessa aliança acentuavam-se clivagens militares que acabariam fazendo do PTB o inimigo privilegiado para os conspiradores de 1964.

## O PARTIDO E AS ELEIÇÕES DE 1958

As eleições de 1958 representaram a primeira grande manifestação da nacionalização da política populista. Novas lideranças foram consagradas nesse pleito, e até a UDN, sempre avessa aos apelos populares, adotou uma estratégia de ampliação do apoio eleitoral. Nas palavras de Juraci Magalhães, a UDN tinha que ser “popular sem ser populista” (1982). Naquele ano estavam em jogo 11 governos de estado, um terço do Senado e as 362 cadeiras da Câmara Federal e, pela primeira vez, o PTB empenhou-se na vitória de seus candidatos aos governos estaduais. As articulações eleitorais começaram a ganhar fôlego nas eleições para a prefeitura de São Paulo, em março de 1957. Nessas eleições, a direção nacional referendou o apoio a Ademar de Barros em troca do apoio do PSP, no ano seguinte, às candidaturas petebistas aos governos do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná, e à candidatura de Lutero Vargas ao Senado pelo Distrito Federal. A aliança PSP-PTB, ainda que informal, dava prosseguimento à chamada Frente Populista.

No Rio Grande do Sul, Brizola opôs-se à candidatura de Loureiro da Silva, apoiada por Fernando Ferrari, e buscou até mesmo o apoio dos integralistas para sua eleição ao governo do estado. Ferrari, na ocasião, renunciou à liderança do PTB na Câmara e converteu-se no símbolo da corrente petebista que questionava o personalismo do partido (Goulart e Brizola), exigindo definições programáticas. Essa pregação ideológica era, de fato, uma estratégia para a corrente anti-Jango e, se não teve êxito dentro do partido, foi vitoriosa junto à imprensa e ao eleitorado.

Nas eleições parlamentares de 1958 Ferrari obteve o maior número de votos atribuído a um deputado federal em todo o país. De outro lado, Brizola era eleito governador.

No estado do Rio de Janeiro, ganhou expressão a figura de Roberto da Silveira, secretário-geral da Comissão Executiva Nacional do PTB e vice-governador do estado, que alcançava agora o mandato de governador. Mas uma das mais intensas disputas dessa eleição ocorreu no Distrito Federal, opondo a UDN e o PTB. A UDN procurava se popularizar através da “caravana da liberdade” e do “caminhão do povo”, técnicas eleitorais introduzidas na realização de comícios populares, constituindo-se em um dos principais fatores da vitória de Afonso Arinos para o Senado (Lacerda, 1978; e Vargas, L., 1983, 1985 e 1988).

Nessas eleições o PTB conquistou finalmente cinco governos estaduais, o maior número em toda a sua história. Foi vitorioso no Piauí, elegendo Francisco Chagas Rodrigues, no Rio de Janeiro — em ambos os casos com o apoio da UDN — e ainda no Ceará, com o ex-ministro do Trabalho de Juscelino, Parsifal Barroso, no Amazonas, com Gilberto Mestrinho, e no Rio Grande do Sul, onde Brizola se elegeu com o apoio dos integralistas.

Enquanto o PTB ganhava cinco dos 11 governos em disputa, a UDN conquistava quatro e o PSD apenas dois. A UDN ainda ganhou na capital da República, fazendo o senador e a maior bancada para a Câmara Federal. A vitória do PTB na escolha dos governadores foi na verdade a grande novidade dessa eleição, pois até então o partido conseguira eleger apenas um governador — no Amazonas. Na Câmara e nas assembleias legislativas o crescimento do partido foi de 3% em número de cadeiras, enquanto a mesma percentagem de senadores era mantida no Congresso. No geral, o crescimento eleitoral do PTB não foi significativo nessas eleições, o importante foi ter alcançado o maior número de cargos executivos de sua história. Além do mais, o PTB que saía das eleições de 1958, além de ser um parceiro executivo do governo federal, colocava em administrações estaduais os dois expressivos líderes petebistas filiados então à facção de Goulart: Leonel Brizola e Roberto da Silveira. A política brasileira ficaria profundamente marcada pela presença desses dois governadores, com nítida vantagem para o governador gaúcho, não só pela audácia de suas decisões no governo estadual, mas sobretudo devido à morte precoce do governador fluminense em 1961.

Nesse período, novos quadros foram incorporados ao PTB, refletindo a estratégia de ampliar suas bases. San Tiago Dantas filiou-se ao partido pelas mãos de Goulart (Gomes, 1994), que, na Paraíba, valeu-se das cisões domésticas da UDN

para promover a filiação de Argemiro Figueiredo, um poderoso chefe político do Nordeste com quem mantinha relações de amizade.<sup>156</sup> Em São Paulo, o chefe petebista promoveu uma aproximação com Renato Costa Lima, empresário ligado ao setor agrícola, à exportação de café e ao grupo Rockefeller no Brasil. Costa Lima foi cogitado para ser o candidato do PTB ao governo de São Paulo em 1958 e, a partir dessa ocasião, estaria sempre próximo de Goulart e do governo, chegando a ocupar o Ministério da Agricultura em 1962.

O recrutamento de novos quadros estimulado por Goulart recebeu críticas dos antijanguistas do Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo e Minas, que denunciaram em manifesto as distorções do PTB e a invasão de “negociatas e oportunistas” na agremiação. Finalmente, no bojo dessas críticas, Fernando Ferrari foi escolhido líder do PTB na Câmara, numa demonstração de que Goulart controlava a estrutura do partido mas, como sempre, não as bancadas. A disjunção entre a direção e a bancada não impediu o partido de crescer. Esse crescimento se deu pelo fato de o PTB ter-se aproximado do governo, por apresentar lideranças populares dispostas a defender um discurso reformista e nacionalista, e por se comportar, ainda, como pólo das críticas à timidez reformista do governo.

Finalmente, foi nesse ano de 1958 que os setores reformistas ganharam mais notoriedade, passando inclusive a ser conhecidos como Grupo Compacto. A exemplo do que ocorria no PSD, com a formação da Ala Moça, e na UDN, com a Bossa Nova, um grupo de parlamentares aparecia dentro do PTB como porta-voz de uma postura mais agressiva em termos programáticos. Em que pese à importância desse grupo em termos de forjar uma maior discussão ideológica dentro do partido, ele não representou de fato uma cisão. Suas propostas foram absorvidas pelos dirigentes, pelo menos em termos formais, e sua atuação parlamentar não foi restringida ou censurada. O que de fato comprometia a unidade partidária era o reconhecimento da chefia de Goulart. O chefe petebista soube absorver as demandas reformistas e os que acompanharam Fernando Ferrari no cisma do MTR, poucos anos depois, o fariam não por motivações ideológicas mas principalmente por uma disputa interna de poder que atingiu limites insuportáveis para um partido com as características do PTB.

---

<sup>156</sup> O discurso de Argemiro justificando sua entrada no PTB pode ser encontrado em *O Estado de S. Paulo*, 4-3-1958.

## DAS REFORMAS AO GOLPE

### PARTIDO DE GOVERNO E DE OPOSIÇÃO

Com a eleição do vice-presidente da República, em 1955, o PTB teve sua trajetória marcada por três fatores. Primeiro, saíra das eleições presidenciais vitorioso, porém combatido por conflitos internos e perdas significativas de quadros. Um reordenamento interno fazia-se urgente, tendo em vista suas funções de governo e os preparativos para as eleições estaduais de 1958. Segundo, era preocupação constante dos dirigentes, muitas vezes pressionados por lideranças concorrentes, definir uma linha programática e ideológica que alimentasse a identidade do partido. Terceiro, o PTB tinha um papel definido no governo e preparava-se para assumir posições crescentes de mando no cenário nacional.

Como partido do governo, acolheu as diretrizes do presidente e de seu principal aliado, o PSD, e assumiu uma postura de realismo político, procurando ampliar suas bases dentro do próprio governo. Do ponto de vista ideológico e eleitoral, contudo, optou por uma estratégia de mobilização direta das massas e de crítica ao governo. Essa dualidade permitiu que fosse ao mesmo tempo, e com sucesso, partido de governo e de oposição. Assim, enquanto usufruía as benesses do governo, reforçava seu discurso reformista através da ação parlamentar e de alterações em seu programa. Além da mobilização popular, a coalizão dominante incentivou a formação de um amplo conjunto de alianças, ditas populares, envolvendo principalmente os sindicatos, o Partido Comunista, o movimento estudantil e as Forças Armadas.

A dualidade não pode ser explicada simplesmente pelas ambigüidades ou pela plasticidade do partido. O mérito do PTB neste caso resultou de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses “imperialistas” da América do Norte. Nesse diagnóstico que definia o inimigo a ser combatido havia uma aprovação implícita das medidas nacionalistas e estatizantes.

Ao abraçar esse discurso, o partido ampliava de forma irreversível seu campo de ação propagandística. Não se tratava mais de defender apenas a manutenção e a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores, como inicialmente proposto. Chegava-se à conclusão de que esses direitos só seriam plenamente atingidos se o país tivesse condições de impor sua autonomia e conquistar sua liberdade econômica. Nesse sentido, os direitos sociais, embora fossem uma meta-base do partido, tornavam-se agora o subproduto de uma tarefa histórica maior — a libertação econômica do país. O discurso ideológico do PTB revestia-se assim de um economicismo com boa acolhida nas urnas e em grande parte da opinião pública.

O governo Juscelino representou um período de estabilidade política, de desenvolvimento econômico e de relativa calma nos meios militares.<sup>157</sup> Procurou imprimir ao país um estatuto de nação moderna, capaz de conviver com as regras da democracia formal e de superar o subdesenvolvimento. Foi, acima de tudo, um governo de otimismo. Paralelamente ao desenvolvimentismo que o caracterizou, foi também um período de intensificação das reivindicações de reformas e iniciativas de cunho nacionalista. Estabilidade política, reformismo e nacionalismo deram a tônica do debate ideológico. Foi um período marcado ainda por esforços de racionalidade, pela industrialização acelerada e pela integração nacional, na medida em que o sistema de transportes permitia a ampla comunicação por todo o país. Esses fatores, associados ao rompimento com o Fundo Monetário Internacional, à criação da Operação Pan-Americana — sem qualquer importância prática —, ao prestígio concedido pelo governo ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros e à ala legalista do Exército, forneciam os ingredientes necessários para se pensar uma “grande nação independente”, capaz de vencer desafios e criar uma base nacional para seu desenvolvimento.

Mesmo com uma política de incentivo ao capital estrangeiro, o desenvolvimento constituía importante contribuição para a formação de uma consciência ufanista e nacionalista. Mas também era possível perceber os efeitos perversos dessa estratégia. Além da concentração de renda, a integração nacional reduzia-se a estradas cravadas por todo o país, que não interiorizavam o “progresso”. O Brasil pobre ficava alheio aos benefícios das mudanças, mas a perspectiva de mudança ajudava a formação, pela primeira vez, de um movimento trabalhista no campo. As ins-

---

<sup>157</sup> O governo JK foi objeto de várias análises. Entre elas, destacam-se: Benevides, 1976; Maranhão, 1981; Carvalho, M. L., 1977; Lafer, 1970.

tuições políticas permaneciam sob o controle das mesmas elites, que não dispunham de tempo ou condições para se reciclar a fim de fazer face ao mudancismo da época.

Outra característica importante desse governo foi a ascendência do Executivo sobre os demais poderes e o fortalecimento da tecnocracia. Nessas circunstâncias, conforme relato do próprio Juscelino e do deputado nacionalista-petebista do Distrito Federal, Sérgio Magalhães, a figura do presidente se impunha à classe política e ao Congresso. De acordo com Juscelino, a aliança PSD-PTB fizera com que chegasse ao governo “de mãos e pés atados”, mas, já no segundo ano de mandato, ele, presidente, conseguira impor de tal forma sua autoridade política e administrativa que a *entente* PSD-PTB deixara de funcionar como um regulador de suas decisões (Kubitschek, 1977, v. 3:108). Sérgio Magalhães, em outros termos, reflete a mesma imagem desse processo. Segundo ele, com JK, o Legislativo passara a ser um órgão voltado à análise das medidas e das propostas do presidente, sobrando-lhe pouco tempo para exercer um papel de maior autonomia e de centro formulador de políticas (Magalhães, S., 1978 e 1985).

A estabilidade do governo JK decorria em grande parte da aliança entre UDN, PSD e PTB no Congresso e do acordo eleitoral firmado entre estes dois últimos partidos em 1955. No tocante à distribuição de cargos o acordo foi substancialmente cumprido, mas a lógica da distribuição, principalmente dos ministérios, obedeceu a uma conjugação de interesses do governo federal nos planos regional e partidário. Eis por que o Ministério da Agricultura, pasta reservada ao PTB juntamente com a do Trabalho, permaneceu a maior parte do tempo — três anos e cinco meses do total de cinco anos de governo — nas mãos do PSD gaúcho com o consentimento dos petebistas.<sup>158</sup>

---

<sup>158</sup> Esse ministério foi entregue ao pessedista Mário Meneghetti, irmão do governador Ildo Meneghetti, principal adversário do PTB gaúcho, e que derrotara Brizola em 1951 para a prefeitura de Porto Alegre e Alberto Pasqualini em 1954 para o governo do estado. A direção partidária estabeleceu que a pasta da Agricultura ficaria reservada ao PTB do Rio Grande do Sul, estado natal da dupla Brizola-Jango, mas o Rio Grande tinha um PSD rebelde em relação ao governo federal, e o apoio desse estado era crucial para a estabilidade do governo. Além disso, o PTB gaúcho estava dividido internamente em duas fortes facções de ressonância nacional. De um lado, a ala Brizola-Jango e, de outro, a de Fernando Ferrari-Loureiro da Silva. A escolha de Mário Meneghetti, que às pressas se inscreveu no PTB, teve portanto um duplo objetivo. Primeiro, evitar que a escolha de um petebista gaúcho para o ministério pudesse obscurecer o brilho de qualquer uma das facções no estado e, segundo, obter a boa vontade do PSD rio-grandense para com o governo federal.

Nesse particular, mais do que atender a interesses partidários, a distribuição dos ministérios teve como alvo apaziguar querelas da política local. Por essa razão, apenas com a reforma ministerial de 1960, isto é, no calor da sucessão presidencial, é que petebistas expressivos chegaram ao ministério através da nomeação de Barros de Carvalho para a Agricultura e de João Batista Ramos para o Trabalho.<sup>159</sup>

Ao ocupar pela primeira vez a pasta da Agricultura, o PTB abriu uma importante frente de penetração em setores até então cativos do PSD. Não se pode, contudo, afirmar que tenha sabido se valer desse cargo para criar fatos políticos concretos em relação à reforma agrária. Da mesma forma, no Ministério do Trabalho, o PTB não teve uma linha agressiva pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Estas eram importantes bandeiras do partido em sua ação legislativa, mas, junto ao Executivo, seu papel reformista era mais brando e havia, às vezes, a preocupação de conter o avanço do movimento social. Isso ocorreu, por exemplo, quando, em maio de 1960, às vésperas de deixar o Ministério do Trabalho, o ministro Fernando Nóbrega baixou decreto prorrogando os mandatos dos dirigentes sindicais até 1962, tentando evitar maiores mobilizações nos setores sindicais. A medida foi sustada pelo ministro seguinte, João Batista Ramos.<sup>160</sup>

Durante o governo JK, a atuação do partido no tocante a reformas ficou restrita à ação parlamentar e, nesse caso, só logrou êxito em um aspecto da reforma da Previdência, mediante a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social em 1960. No mais, as reivindicações reformistas e nacionalistas ficaram no papel e nos comícios. Não tiveram acolhida no parlamento ou no Executivo. Isso permitia ao PTB realimentar-se em sua pauta ideológica, denunciando o conservadorismo dominante no país. O partido tinha, portanto, um discurso articulado e em processo de ampliação a ser levado a seu público. Afirmava possuir um consistente programa

---

<sup>159</sup> Foram sete os ministros, todos em princípio petebistas, que ocuparam as pastas do Trabalho e da Agricultura durante o governo JK. Pela pasta da Agricultura passaram, pela ordem, Ernesto Dornelles, Mário Meneghetti — ambos gaúchos — e Barros de Carvalho, de Pernambuco. Dos três, apenas o último, que entrou no ministério em junho de 1960, tinha um perfil afinado com as teses nacionalistas do PTB. Pelo Ministério do Trabalho passaram Parsifal Barroso, do Ceará, até 1957, o ex-udenista Fernando Nóbrega, da Paraíba, o paulista Batista Ramos, ex-líder do partido em 1957 e expoente do nacionalismo, e Alírio Sales Coelho, funcionário de carreira do ministério. Sobre a escolha de Meneghetti, cuja nomeação constitui o primeiro ato do governo em Brasília, ver Kubitschek, 1976.

<sup>160</sup> Sobre a gestão de Fernando Nóbrega, ver Benevides, 1976; Ryff, 1982; e Faria, 1983.



de reformas a ser implementado, mas dizia-se impedido de fazê-lo porque não tinha controle suficiente sobre o governo.

O PTB partilhava dos dividendos dos acertos do governo JK, porque era seu parceiro, mas, ao mesmo tempo, criticava sua inépcia reformista. Isso fica bem claro quando, em março de 1959, o deputado San Tiago Dantas cobrou da tribuna da Câmara o cumprimento, por parte do governo, do conjunto de medidas acordadas em 1955.<sup>161</sup> Nesse discurso, peça brilhante de oratória, San Tiago alertava para os limites da política desenvolvimentista então implementada, pois faltava-lhe aquilo que o partido propunha: as reformas de base, particularmente a reforma agrária.

## O MTR E O GRANDE CISMA NO PTB

Ao fim do governo JK, o PTB iria deslocar sua ação em dois sentidos. No nível interno, o problema era a competição entre as lideranças de João Goulart e de Fernando Ferrari. No plano externo, começou a posicionar-se para o embate eleitoral, denunciando a timidez da política reformista de Juscelino.

Para a sucessão presidencial havia basicamente quatro alternativas dentro do PTB. Enquanto o grupo liderado por Brizola e Roberto da Silveira insistia no lançamento de candidato próprio, o grupo de Ferrari propugnava o apoio a Jânio Quadros. Goulart, por sua vez, mostrava-se disposto a examinar a possibilidade de apoio ao udenista Juraci Magalhães, cuja candidatura era articulada por Juscelino. Ao mesmo tempo, parlamentares filiados à Frente Parlamentar Nacionalista postulavam a indicação do marechal Teixeira Lott. A unificar o partido estavam as demandas para que o PTB definisse uma agenda de proposições reformistas que o situasse como porta-voz da mobilização política que se iniciava de forma ímpar na história brasileira, envolvendo pela primeira vez contingentes de trabalhadores rurais organizados nas Ligas Camponesas.<sup>162</sup> Essa agenda reformista compunha-se basicamente de quatro grandes itens: a questão do Nordeste, o investimento

---

<sup>161</sup> Ver o brilhante discurso de San Tiago Dantas de 30 de março de 1959. *Discursos parlamentares* (1983).

<sup>162</sup> As demandas reformistas do partido estão bem delineadas em entrevistas de San Tiago Dantas e Fernando Ferrari a *O Jornal*, 12 e 17-4-1959, e a *O Estado de S. Paulo*, 30-4-1959. Sobre as Ligas Camponesas, ver Camargo, 1973.

estrangeiro, o voto e o processo eleitoral, e, finalmente, a reforma agrária. Ferrari foi o principal autor do programa de reformas que o partido aprovou antes de se comprometer com a sucessão presidencial.

A XI Convenção do PTB, instalada em 1º de maio de 1959, constituiu uma demonstração de vigor partidário. Nas ruas do centro do Rio de Janeiro, comícios e festividades marcaram o evento e atestaram o poder de mobilização de Roberto da Silveira, o jovem governador fluminense que há pouco se convertera num dos principais dirigentes partidários.<sup>163</sup> No Teatro João Caetano, Goulart comandou pessoalmente os trabalhos da Convenção, composta por 48 delegados, num esforço concentrado para conter a facção ferrarista.<sup>164</sup>

O tom nacionalista mais uma vez deu a tônica do encontro e as moções aprovadas então dão a noção do tipo de preocupações que ocupavam os petebistas. Entre elas, condenava-se a internacionalização da Amazônia, a timidez reformista de JK e a pressão dos capitais estrangeiros sobre a economia nacional. Reivindicava-se, por outro lado, a cédula única, o voto do analfabeto, a sindicalização rural e, além disso, a candidatura de Goulart em 1960.<sup>165</sup>

O ponto alto da Convenção foi a aprovação do Plano de Ação Política do PTB, elaborado em sua maior parte por Ferrari. Esse plano, roteiro de recomendações a serem observadas pelos dirigentes e parlamentares petebistas no tocante às possíveis articulações do PTB com outros partidos, dispunha o seguinte:

- “1. Extensão do direito de voto aos analfabetos e a todas as classes sociais. Instituição da cédula única. Elegibilidade dos subtenentes, suboficiais e sargentos das Forças Armadas.
2. Reforma agrária, mediante a desapropriação por interesse social, e formação da pequena propriedade pelo crédito especializado.
3. Apoio à construção de Brasília para a interiorização da Capital Federal a 21 de abril de 1960.

---

<sup>163</sup> A programação das festividades populares que antecederam a Convenção do PTB em 1959 pode ser conferida em *O Jornal*, 28 e 30-4-1959, e em *O Estado de S. Paulo*, 1-5-1959.

<sup>164</sup> TSE, Processo nº 1.592/59; TSE, fev. 1960.

<sup>165</sup> Outros problemas de ordem prática também foram examinados. Houve nova reforma estatutária alterando basicamente artigos referentes à disciplina interna e ampliando o número de membros do Diretório e da Executiva Nacional. TSE, Processo nº 1.592/59, e *Folha da Manhã*, 5 e 6-5-1959.

4. Elaboração de estatuto disciplinando a entrada, aplicação e saída de capitais estrangeiros.
5. Efetivo amparo ao municipalismo, mediante novo critério de distribuição das cotas da receita federal.
6. Irrestrito apoio à Petrobras e imediata aprovação da Eletrobrás. Monopólio estatal do petróleo, inclusive na distribuição e comercialização, bem como das fontes básicas de energia. Proibição da propriedade de glebas do território nacional por entidades estrangeiras. Colonização preferencial de terras devolutas pelos órgãos do poder público. Proibição da concessão de terras públicas, em grandes áreas, às empresas particulares de fins especulativos.
7. Luta em favor da Operação Nordeste e da Operação Pan-Americana. Operação mundial pela libertação de todos os países subdesenvolvidos.
8. Aperfeiçoamento da legislação do trabalho e da Previdência Social. Revisão dos níveis salariais. Salário mínimo da família. Salário profissional. Legislação do trabalhador rural. Regulamentação do direito de greve. Efetiva fiscalização da legislação trabalhista. Melhoria da habitação. Modernização do serviço social e da assistência à saúde das populações marginais da cidade e do campo. Regulamento especial e fiscalização das condições de trabalho na obra de construção de Brasília. Participação indireta dos trabalhadores nos lucros das empresas e criação de um Fundo Nacional de Proteção ao Trabalhador.
9. Estabelecimento de uma nova política do trabalho, do crédito rural, da agricultura em geral e da colonização, de maneira a dinamizar os diversos órgãos executivos entregues ao PTB no governo federal.
10. Aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualizado pelo Ministério da Educação e Cultura, mantida a predominância da escola pública. Proteção ao teatro e ao cinema nacionais, às artes e às letras e à cultura artística popular.
11. Revisão da legislação federal relativa aos territórios no sentido de facilitar o seu processo econômico.
12. Pagamento pelo governo de seu débito para com os institutos da Previdência Social, sem elevação das quotas de contribuição dos trabalhadores.”<sup>166</sup>

---

<sup>166</sup> TSE, Processo nº 1.592/59.

Enquanto avançava no seu reformismo programático, o partido incorporava pessoas moderadas nos seus quadros dirigentes. Foi o que aconteceu com a Executiva escolhida em outubro de 1959, que incorporou Argemiro Figueiredo, por exemplo, e colocou Doutel de Andrade na secretaria-geral, até então ocupada por Roberto da Silveira.<sup>167</sup> Finda a Convenção de maio, o partido conseguiu acentuar sua posição ideológica, mas Fernando Ferrari, o mais importante rival de Jango, fracassou em sua investida para barrar o personalismo janguista. A rigor, começava aqui seu afastamento do partido, que se consumaria com sua expulsão em 1961, junto com outros petebistas que não apoiaram Goulart.

Acuado no PTB, Ferrari articulou seu Movimento Trabalhista Renovador, o MTR, a única nova organização partidária criada no Brasil desde os anos de transição.<sup>168</sup> Enquanto os outros partidos conseguiram domesticar ou conviver com tendências internas rebeldes — a Bossa Nova na UDN e a Ala Moça no PSD —, o PTB não foi capaz de absorver essa dissidência. Isso, por várias razões. O que não pode ser supervalorizado é o fato de que Ferrari estivesse promovendo a formação de “um trabalhismo autêntico”.<sup>169</sup> Dado o fechamento oligárquico do partido, a cisão de Ferrari deve ser encarada como um conflito de lideranças, tão mais agudo na medida em que ele pertencia à seção regional do PTB em que Jango e Brizola eram os principais donatários. Essa hipótese pode ser confirmada pelo fato de todas as propostas programáticas apresentadas por Ferrari acabarem sendo acatadas pelo PTB e de ele próprio ter sido várias vezes líder do partido. Nesse tocante, o PTB foi capaz de absorver suas propostas ideológicas, mas jamais pôde suportar uma liderança concorrente que pretendia se firmar pela crítica ao chefe-mor do petebismo. Ferrari, em suma, competia pelo controle do partido, exemplificando um caso típico de disputa interna pelo poder e de rivalidade entre chefias inadmissível num partido com as origens do PTB. Perdedor

---

<sup>167</sup> A Executiva Nacional eleita em 24 de outubro de 1959 ficou assim constituída: presidente — João Goulart; vice-presidentes — Abilon de Souza Naves, Baeta Neves, San Tiago Dantas e Argemiro Figueiredo; secretário-geral — Doutel de Andrade; secretários — Wilson Fadul, Frota Moreira, Bocayuva Cunha, Ary Pitombo; tesoureiro-geral — Rui Ramos; tesoueiros — Carlos Jereissati e Eduardo Catalão. TSE, ago. 1961.

<sup>168</sup> Sobre o MTR, o trabalho mais conhecido ainda é Bastos, 1981. Ver também Delgado, 1989.

<sup>169</sup> Esta é, por exemplo, a opinião de Skidmore, 1969.

nessa disputa, assumiu rumo próprio e partiu para criar *seu* partido, tão personalista e tão centralizador quanto o PTB.<sup>170</sup>

Derrotado na Convenção de 1959, Ferrari, o deputado federal mais votado nas eleições de 1958, e um dos que conseguiram maior número de nomeações para empregos no governo Juscelino (Peixoto, E., 1986; e Vargas, I., 1978 e 1979), assumiu publicamente que se propunha a organizar um novo partido que interpretasse os “anseios do povo”.<sup>171</sup> O móvel para a construção desse partido seria sua candidatura à vice-presidência da República, logo encampada pelo PDC e por setores janistas. Em função disso, penderia seu posto de líder do PTB, ao mesmo tempo em que a bancada petebista no Congresso lançava nota reafirmando plenos poderes a Jango para que negociasse a posição do partido frente às eleições.<sup>172</sup> Efetivamente, em junho de 1959 Ferrari foi deposto da liderança do partido — sendo substituído por Oswaldo Lima Filho, um nacionalista que acabara de ingressar no PTB — e imediatamente expulso da seção gaúcha.

Diferentemente de 1955, Goulart e a maioria dos parlamentares se uniram em torno da sucessão, e a grande voz destoante foi a de Ferrari, que mostrou liderança suficiente para criar bases próprias, ao contrário do que ocorrera com os dissidentes. Bancada e dirigentes se unem nessa ocasião, de forma inédita, para preservar a unidade partidária ameaçada com o aparecimento de outra legenda concorrente. E, para isso, Goulart precisava ser reverenciado como chefe incontestado.

## A SUCESSÃO DE 1960

Na sucessão presidencial de 1960, Brizola e Roberto da Silveira, defensores de um candidato próprio para o petebismo, tiveram, juntamente com Jango, que ceder às pressões de vários grupos nacionalistas que de há muito vinham investindo na candidatura de Lott. A Ala Moça do PSD, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista e com setores civis e militares nacionalistas — a facção novembrista —, fez da candidatura Lott um fato consumado a ser absorvido pelas raposas do PSD. Assim, a 12 de dezembro de 1959, por 2.387 votos contra

---

<sup>170</sup> Os estatutos do MTR são em grande parte uma cópia dos do PTB, principalmente no que concerne à centralização e aos métodos excludentes dos órgãos decisórios. Ver TSE, fev. 1963.

<sup>171</sup> *Folha da Manhã*, 14-5-1959.

<sup>172</sup> *Folha da Manhã*, 27-5-1959.

49 abstenções, a Convenção do PSD aprovou a indicação de Lott, em torno do qual o PTB iria também se compor. Para tanto, venceu a argumentação de que era necessário manter intacto o conjunto de forças até então vitoriosas na coalizão presidencial, isto é, a aliança PSD-PTB.

A novidade da Convenção de 1959 foi o impulso radical oriundo de dois líderes do partido — Brizola e Roberto da Silveira —, reticentes quanto à aliança com o PSD e que se batiam por uma investida mais agressiva do PTB, que deveria, segundo eles, encaminhar-se para o lançamento da candidatura do próprio Jango. A bancada do PTB, composta em sua maioria por deputados da corrente nacionalista, emprestava solidariedade a Goulart se este apoiasse a candidatura de Lott, cuja campanha crescia por todo o país sob a égide dos nacionalistas e da esquerda. Para os setores mais agressivos do nacionalismo, Lott refletia a “reunificação dos soldados e do povo”,<sup>173</sup> e sua campanha ganhava adesões barulhentas em todo o país. Mais uma vez o PTB, seguindo sua estratégia de ganhos eleitorais, adotou a solução de aderir a esse movimento popular, ao mesmo tempo em que firmava aliança com o PSD e com setores militares. A adesão ao PSD ficou condicionada ao empenho desse partido na aprovação das seguintes medidas legislativas: Lei Orgânica da Previdência Social, lei de greve, lei de remessa de lucros, nacionalização de depósitos bancários e reclassificação do funcionalismo público (Delgado, 1989).

Lott, entretanto, condicionava sua candidatura à plena liberdade em relação aos partidos para constituir seu governo. Recusava a idéia de que sua administração viesse a se transformar num “conglomerado de feudos políticos, de zonas de influência, de propriedades partidárias”.<sup>174</sup> Além do mais, era o candidato do movimento nacionalista, mas sustentava uma posição completamente avessa ao diálogo e ao entendimento com posições de esquerda, quer no plano nacional, quer no plano internacional. Em suma, o PTB optou por uma solução eleitoral que destoava da prática e dos princípios políticos que o partido se propunha representar, e que se opunha a seus planos de expansão.

O nome de Lott foi homologado pelo PTB na XII Convenção Nacional realizada de 17 a 19 de fevereiro de 1960, ocasião em que foi também aprovada a indicação de João Goulart para a vice-presidência. Integrada por 42 convencionais

---

<sup>173</sup> *O Semanário*. 16 a 22-1-1960.

<sup>174</sup> Entrevista à *Folha de S. Paulo*, 2-2-1960.

e sem a presença de Fernando Ferrari, já em campanha eleitoral como vice de Jânio Quadros, a Convenção foi, como a anterior de 1959, marcada por manifestações populares e pela presença de dirigentes sindicais convidados. A CNTI, através de convencionais, apresentou mensagem sugerindo ao partido posições firmes quanto à defesa do direito de greve, à reforma da Previdência e à liberdade sindical, e solicitando ainda as providências cabíveis para que os sindicatos pudessem ter participação ativa nos partidos políticos. Um memorial assinado por 127 sindicalistas pedia o lançamento da chapa Lott-Jango, e várias outras mensagens mencionavam que o partido e os sindicatos seguiam lado a lado partilhando objetivos comuns. O “grupo compacto”, representado por Sérgio Magalhães, apresentou manifesto definindo posições idênticas às da CNTI e adicionando uma série de medidas econômicas de caráter nacionalista. O documento do grupo foi subscrito por todos os convencionais, numa alusão à unidade do partido quanto à sua agenda de princípios.

Na Convenção, presidida por Roberto da Silveira, Goulart apresentou um extenso relatório sobre as atividades do partido nos últimos anos. Chamava atenção para o crescimento ocorrido nas eleições de 1958, e as atividades em prol do sindicalismo eram exemplificadas pela realização de duas conferências nacionais de trabalhadores, além de vários “congressos proletários”, e pela concessão, num período de quatro anos, de mais de 6 mil audiências sindicais.

Apesar do destaque político e sindical, o partido ainda estava, nas palavras de Jango, atrelado a um tipo obsoleto de estruturação, a um “tipo de organização burguesa” conservadora, não propícia aos propósitos das reformas. Estava, contudo, no caminho certo, e prova disso eram os ataques constantes que sofria dos setores mais retrógrados da sociedade. Goulart fazia a defesa da candidatura Lott, como um “nacionalista” disposto a cumprir o “programa de reformas de base na estrutura social e econômica do país”, mas, numa das críticas de efeito a JK, dizia-se pessoalmente impedido de aceitar concorrer novamente à vice-presidência da República para não ter que voltar à praça pública e prometer as mesmas coisas que prometera em 1955 e que fora incapaz de realizar.

As moções aprovadas tratavam de questões privilegiadas pelos petebistas, cabendo mencionar as seguintes: condenação do MTR; cobrança ao presidente da República para apurar os setores do governo que estariam “mancomunados” com os adversários do regime; proibição da exportação de manganês; proibição das “nacionalizações suspeitas”, como aquelas propostas para a Standard Oil e a Light and Power; proibição ao capital estrangeiro de atuar no setor farmacêutico; defesa

da Petrobras; solidariedade ao primeiro-ministro cubano e repúdio à ingerência estrangeira em Cuba (moções apresentadas por Ivete Vargas); aprovação da lei de remessa de lucros e do projeto de Lutero Vargas sobre funcionamento dos bancos estrangeiros; apoio à decisão do governador gaúcho de encampar as concessionárias de luz e energia elétrica de Porto Alegre; defesa do comparecimento do Brasil à conferência de Havana, “irmanando-se na luta contra o imperialismo”, e defesa das reivindicações da CNTI.

A Convenção homologou a chapa Lott-Jango, que, nas palavras de San Tiago Dantas, reunia o líder das Forças Armadas com o líder dos trabalhadores, numa expressão viva de que “tropa e sindicatos” estavam unidos falando a mesma língua na defesa da emancipação nacional e do bem-estar do povo brasileiro. A aliança entre o povo e as Forças Armadas, entre “soldado e trabalhador, entre quartéis e sindicatos” foi também lembrada por Goulart, enquanto o marechal Lott comparecia à Convenção para afirmar que não era candidato de partido, e sim de toda a nação e de todos os brasileiros. O candidato marcava sua posição favorável ao patriotismo e ao nacionalismo e definia que seu governo manteria relações comerciais e diplomáticas apenas com aqueles países que respeitassem a democracia. Nessa definição, Lott excluía claramente a abertura do Brasil para os países socialistas, ponto forte da campanha do candidato Jânio Quadros. O marechal se comprometia finalmente a levar a cabo uma reforma agrária em terras da União e a manter os direitos dos trabalhadores.<sup>175</sup>

Em que pese ao verniz nacionalista de Lott, ficava claro nesses pronunciamentos que o PTB e seu candidato estavam seguindo cartilhas diferentes. Para o partido, contudo, essa era uma oportunidade inédita para firmar-se junto aos setores nacionalistas das Forças Armadas, mesmo que isso implicasse lançar um marechal anticomunista.

O PTB pregava então uma estranha forma de democracia. Buscava a democracia militarizada, através da aliança entre quartéis, sindicatos e partido, o que, em outros termos, pode ser entendido como uma tentativa de partidizar as Forças Armadas e transformá-las em agentes estratégicos de apoio às reformas de base. Se o partido buscava uma via militar partidizada, o certo é que Lott privilegiava a unidade de sua corporação, como ficou comprovado poucos anos depois quando

<sup>175</sup> TSE, Processo nº 1.592/59. Uma boa cobertura dessa convenção foi feita pela *Folha de S. Paulo*, 18 e 19-2-1960.



da conspiração militar para depor o governo Goulart.<sup>176</sup> Também neste aspecto havia, portanto, um hiato a separar o PTB de seu candidato.

Após a Convenção, o PTB preocupou-se em redefinir sua imagem junto ao governo. A medida para tanto foi a substituição dos titulares do Trabalho e da Agricultura, que, embora fossem pastas cativas do PTB, tinham sido até então ocupadas por pessoas da confiança do presidente Juscelino. Para a pasta do Trabalho foi escolhido João Batista Ramos e para a da Agricultura o pernambucano nacionalista Barros de Carvalho, após o veto dos nacionalistas à indicação de San Tiago Dantas, considerado até então um dos expoentes dos setores vinculados ao capital internacional.

Às vésperas do pleito, o PTB procurava imprimir uma imagem mais destacada no governo. No entanto, não se pode dizer que a unidade do partido em torno da sucessão tivesse tomado rumos certos. Motivado pelo impulso e pelo oportunismo nacionalista e, mais ainda, buscando aliar-se ao PSD e aos militares, o partido optara por Lott contra a vontade daqueles que pleiteavam um candidato próprio. Roberto da Silveira e Brizola, os que mais defenderam essa tese, foram derrotados pela pressão dos nacionalistas da Frente Parlamentar Nacionalista. Ambos demoraram a engajar-se na campanha por problemas regionais, e também por entenderem que o PTB já tinha amadurecido o suficiente para não ser mais caudatário do PSD.<sup>177</sup>

A campanha eleitoral de 1960 ficou conhecida no anedotário político. Para isso contribuíram a *performance* de Lott e as chapas alternativas que surgiram em vários pontos do país. Em maio, a chapa Jan-Jan, isto é, a dobradinha Jânio-Jango, já estava estabelecida em diversos comitês, distribuídos por São Paulo, Pernambuco e Paraná.<sup>178</sup> Esta chapa alternativa reflete a estratégia eleitoral adotada. O importante era fazer de Goulart o vice-presidente, e diante do mau desempenho de

---

<sup>176</sup> Sobre as críticas militares a Lott, ver por exemplo, D'Araujo, Soares & Castro (orgs.), 1994.

<sup>177</sup> Esta foi a posição do governador Roberto da Silveira em seu discurso na Convenção de 1960. Brizola, por sua vez, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, em 15-5-1960, declarou que não faria campanha para nenhum candidato e se comportaria como um “magistrado”.

<sup>178</sup> Este arranjo eleitoral foi uma iniciativa de Goulart e contou em São Paulo com a colaboração decisiva de Roberto Gusmão, delegado do Ministério do Trabalho, e dos delegados do Iaptec e do IAPC. Além deles, houve a participação de Paulo Marzagão, secretário do Trabalho do governador Carvalho Pinto, e de Antônio Maria Rodrigues, que, nos dizeres de Marzagão em entrevista à autora, era um “aventureiro político” amigo de Goulart. Sobre o assunto ver *O Semanário*, particularmente o mês de junho de 1960.

Lott os petebistas ficaram liberados para outras composições: Jânio-Goulart ou Ademar-Goulart. O que interessava era o apoio ao presidente do partido, e nesse caso a “traição” a Lott era bem-vinda. Não o foi, contudo, quando certos petebistas decidiram apoiar outro candidato a vice, mesmo mantendo o apoio a Lott. Para estes, o caminho foi a expulsão.

Nas eleições de 1960, dois candidatos à presidência da República eram nitidamente figuras antipartidárias — Jânio e Lott —, enquanto o terceiro — Ademar — era um chefe personalista que dominava um partido próprio. Um clima propício ao surgimento de lideranças apartidárias, num desafio evidente ao processo de institucionalização democrática.

Foi evidente a adesão do movimento sindical à chapa Jan-Jan e, mais do que isso, foi notória a divisão do PCB em relação ao pleito. Este partido se definira a favor de Lott, mas expressivas lideranças, como Dante Pelacani, presidente da Federação dos Gráficos, optaram por outras alternativas.<sup>179</sup> No plano regional, as eleições para governador davam também o tom de radicalização, de alianças *ad hoc* e de fraqueza das “heróicas” soluções nacionalistas e progressistas. O caso mais notório foi a derrota na Guanabara de Sérgio Magalhães, que perdeu por escasso número de votos para Carlos Lacerda.<sup>180</sup>

Nessas eleições, o PTB ampliou alianças, elegendo Goulart juntamente com Jânio Quadros. A gravidade dessa solução só ficou evidente quando da renúncia de Jânio.

## O PTB NO GOVERNO JÂNIO QUADROS

O governo Jânio Quadros, instaurado em janeiro de 1961, não primou por zelar pela ordem democrática. Atores políticos da época, de diferentes matizes, dão evidências de que havia um plano, liderado pelo presidente, visando instaurar um governo de exceção.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> Mota (org.), 1981; Afonso, 1988.

<sup>180</sup> Bom trabalho sobre a política na Guanabara nesse período é o de Mário Grynszpan (1982).

<sup>181</sup> A tese de que Jânio preparava uma solução autoritária envolvendo o fechamento do Congresso e a decretação de um governo de caráter excepcional é mencionada em diversas fontes, entre elas: Lacerda, 1978; Peixoto, E., 1986; Afonso, 1988; Ernanny, 1988; Franco, 1983; Franco & Quadros, 1987, v. 6. Entre as obras de analistas cabe citar, entre outras, Benevides, 1984; e Jaguaribe, 1961.

O PTB participou desse governo com três dos 10 ministros civis (Agricultura, Justiça e Trabalho) e teve com ele fortes afinidades no que toca à proposta de uma política externa independente. Jânio, ainda como candidato, fizera uma visita à Cuba de Fidel Castro e propalava que o Brasil devia definir soberanamente os países do mundo com os quais seria conveniente estabelecer relações políticas e econômicas. Apesar de Jânio ser apoiado pela UDN, este ponto era considerado pelos petebistas nacionalistas, dentro da perspectiva antiimperialista, a boa política externa para o país.

O apoio a Jânio neste aspecto levou ao rompimento entre o PTB e o PSD, já em março de 1961 (Santos, 1986). De outra parte, apesar de apoiarem o reformismo janista, os petebistas tiveram também, desde muito cedo, motivos para descontentamento. Isso ocorreu principalmente devido aos métodos usados pelo governo para apurar irregularidades político-administrativas anteriores, refletindo, segundo o líder do PTB, Almino Afonso, uma atitude extremamente hostil em relação à classe política. Mais de 30 comissões de sindicância foram criadas na época, a maioria presidida por militares. Duas delas, por exemplo, envolviam diretamente a ação de João Goulart junto ao IAPB e ao Saps. Em função disso, em maio de 1961, o PTB declarava rompidas suas relações com o governo, apesar de simpatizar com os rumos da diplomacia brasileira.<sup>182</sup>

Em seu curto período e em meio a um processo político-partidário extremamente frágil como o observado a partir da eleição de 1960, o governo Jânio, por várias razões, conseguiu descontentar a maior parte dos setores políticos sem obter a confiança dos militares. O PTB, que ajudara a eleger o novo presidente, deixou seu lugar de parceiro no poder e passou formalmente à oposição.

Do ponto de vista interno, as eleições de 1960 haviam dado ao partido expressivas demonstrações de que, apesar do apelo popular, populista e esquerdista, o PTB não conseguia vitórias eleitorais em alguns dos estados mais importantes. Foi o que ocorreu nas eleições para a prefeitura de Porto Alegre em novembro de 1959, quando o candidato de Brizola perdeu para Loureiro da Silva, candidato da dissidência comandada por Fernando Ferrari. O PTB fora também derrotado em 1960 na Guanabara, ocasião em que apresentou como candidato Sérgio Ma-

---

<sup>182</sup> Afonso, 1988. Em discurso na Câmara, transcrito em *O Semanário*, 14 a 21-7-1961, Ivete Vargas fez um longo ataque às comissões de sindicância instauradas por Jânio Quadros e ao fato de o presidente ter delegado aos coronéis a tarefa de comandar essas apurações

galhões, um dos mais importantes líderes das correntes nacionalistas. Em São Paulo, a situação corria por conta de Ivete Vargas, que desde 1956 era uma interlocutora privilegiada de Juscelino, que procurava apoiar as pretensões dessa parlamentar em detrimento da maior influência de Goulart no estado. Algo similar acontecera no Rio Grande do Sul, posto que ali Juscelino nitidamente procurou favorecer as pretensões de Ferrari. A par desses problemas, a dissidência Ferrari obtinha boa repercussão em todo o país, mediante a propagação do “trabalhismo das mãos limpas”, expressão cunhada para denunciar o clientelismo de Jango.

A XIII Convenção Nacional do PTB, realizada em Brasília nos dias 1 e 2 de julho de 1961, menos de dois meses antes da renúncia de Jânio, foi a primeira convenção partidária realizada na nova capital do país. Contando com a presença de 40 convencionais, refletiu os dois tipos de tensão que envolviam o partido. Primeiro, tratou-se da disciplina interna, em função principalmente dos procedimentos de Fernando Ferrari, que foi então expulso do partido. Em seguida, examinaram-se as posições que o PTB deveria tomar frente à situação política nacional.<sup>183</sup> A exemplo das últimas convenções, esta apresentou também um amplo repertório de iniciativas aguerridas, além de, mais uma vez, referendar a liderança de Goulart como chefe partidário. Definindo-se categoricamente como membros de um partido de oposição, os convencionais aprovaram uma agenda de recomendações composta de 18 pontos, a ser seguida por todos os parlamentares. Resumidamente, o partido decidia que sua bancada deveria atuar de acordo com a seguinte orientação:

1. Fiscalizar todos os atos do Executivo, particularmente no que concernia às “tendências ostensivas ou disfarçadas para soluções autoritárias” por parte do governo.
2. Protestar contra qualquer limitação à liberdade de imprensa e promover gradativamente a nacionalização das telecomunicações.
3. Manifestar reiterado respeito aos trabalhos do Legislativo.
4. Combater a inflação e os abusos do poder econômico e promover a tributação severa dos lucros extraordinários.

---

<sup>183</sup> Por unanimidade, a Convenção deliberou acatar as decisões das seções locais e homologou não só a expulsão de Fernando Ferrari como decidiu expulsar Alaim de Mello, da Bahia, e Hermano de Sá, da Paraíba, que haviam aderido ao MTR.

5. Defender o poder aquisitivo das classes médias e populares.
6. Promover uma revisão salarial imediata.
7. Garantir a liberdade sindical, a unidade, a autonomia e a unificação do movimento operário.
8. Lutar pelas reformas de base e para que o Congresso as enfrentasse corajosamente.
9. Fortalecer a indústria nacional.
10. Incentivar o crédito rural.
11. Lutar pela reforma agrária.
12. Corrigir as desigualdades regionais.
13. Garantir o direito de greve, a disciplina para o capital estrangeiro e para a remessa de lucros, a legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, o reaparecimento do Ministério do Trabalho, a participação dos trabalhadores na administração das empresas, a nacionalização dos depósitos bancários e a expansão do ensino público.
14. Apoiar a política externa independente, as lutas anticoloniais e os países subdesenvolvidos.
15. Condenar mudanças na Lei Eleitoral que prejudicassem a vontade popular e o voto proporcional ou que propusessem adiamentos eleitorais.
16. Lançar sempre que possível candidatos próprios.
17. Garantir o direito de voto aos analfabetos e aos praças de pré.
18. Promover a organização do trabalhador rural.

Em função disso, o partido garantia seu apoio ao projeto de Aurélio Viana sobre o direito de greve, ao de Sérgio Magalhães sobre remessa de lucros, ao de Temperani Pereira sobre reavaliação do ativo das empresas de produção de energia elétrica, ao de Rui Ramos sobre o voto do analfabeto, ao de Lutero Vargas sobre nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos, ao de Agamenon Magalhães sobre abuso do poder econômico, ao de revisão do Código Nacional de Telecomunicações e ao de Diretrizes e Bases na Educação, na versão apresentada por Nogueira da Gama.

Além dessas medidas, a Convenção decidiu apoiar todas as formas de organização do trabalhador rural, o direito à autodeterminação do povo cubano e a alteração da CLT, para que fosse garantida a estabilidade do trabalhador após cinco anos de trabalho, além da indenização proporcional e progressiva. Decidiu apoiar também a adoção no Brasil de um “Gabinete Executivo”, ou seja, uma forma de parlamentarismo que o partido tanto iria combater no mês seguinte. Outra importante decisão foi a criação, por sugestão de Brizola, de uma comissão partidária encarregada de estudar uma proposta de reforma constitucional que consubstanciasse as reformas de base, cujos trabalhos deveriam ser avaliados numa próxima convenção a ser realizada dentro de cinco meses.

Apesar dessas demonstrações de unidade nacionalista, alguns parlamentares aproveitaram a ocasião para exigir que as regras do partido fossem alteradas, a fim de garantir uma participação mais ampla das bases partidárias na Convenção Nacional. Pediam, entre outras coisas, que fosse assegurado aos parlamentares, aos governadores e a cada um dos representantes das diversas categorias profissionais assento e voz nas convenções. A exemplo do que se fazia no PSD, solicitavam também que fosse assegurada ao partido, nesses encontros, a presença de convencioneiros que representassem proporcionalmente os votos obtidos pela legenda em cada estado. Sintomaticamente, essa medida não foi aprovada, mas submetida a estudos para posterior avaliação. Ou seja, em meio a um processo crescente de radicalização partidária em termos da adoção de medidas econômicas e sociais, o partido se recusava a promover sua democratização interna.

Em suma, passados os primeiros meses do governo Jânio, o PTB definia-se claramente como um partido de oposição e a cada dia radicalizava mais seu discurso, tentando acompanhar o movimento sindical e nacionalista. Radicalizando, chegava mais perto das bases de esquerda e sugeria a essas mesmas bases posições mais ousadas. Paralelamente a isso, não se pode descuidar da concorrência interna entre lideranças. A condição de prestígio de cada líder era avaliada pela capacidade de se antecipar constantemente a seus pares e ao movimento social e de pleitear medidas cada vez mais ousadas. Foi como partido de oposição, ideologicamente radicalizado, que o PTB chegou ao poder em 7 de setembro de 1961.

## ASCENSÃO E QUEDA DO PTB

### O 7 DE SETEMBRO DO PTB

As pressões militares e as tensões políticas que cercaram a posse de Goulart na Presidência da República em 7 de setembro de 1961, sob o sistema parlamentarista, foram objeto de um conjunto diversificado de análises. A crise de seu governo constitui certamente um dos temas mais discutidos na historiografia brasileira, mormente porque com sua queda instaurou-se no Brasil um poder militar que se estenderia por duas décadas.

Um dos pontos que instigam os analistas prende-se às razões do esgotamento do sistema representativo e partidário que se inaugurou no Brasil em 1945. Outras facetas dessa crise institucional são vastamente exploradas. Assim, além das análises que remetem à fragilidade das instituições representativas brasileiras, outras interpretações destacam o papel dos militares na política nacional e atentam para a ingerência norte-americana nos negócios internos do país, e outras ainda chamam atenção para a capacidade de veto dos setores econômicos vinculados ao capital estrangeiro e para a crise econômica. De outra perspectiva, a ênfase recai na crescente influência do movimento comunista brasileiro e na escalada anárquica e subversiva que comprometeria o bom desempenho da economia, as ligações históricas do país com o mundo ocidental, a segurança nacional e, principalmente, a disciplina nas Forças Armadas.

Por todas essas razões, o golpe de 1964 pôde ser enquadrado, por muito tempo, numa visão dual, que acentuava seu caráter antidemocrático, ditatorial e entreguista, ou seu caráter salvacionista e disciplinador. Análises mais recentes demonstram a insuficiência dessa dicotomia, desvendando aspectos ainda pouco explorados da dinâmica do sistema de poder no Brasil. O golpe de 1964, à luz dessas interpretações, tem sido visto dentro de um amplo espectro de limitações e imposições do sistema político nacional.<sup>184</sup> A ênfase na esfera do político ganhou, por isso,

---

<sup>184</sup> Referimo-nos especialmente aos trabalhos de Santos, 1986, e Figueiredo, 1993. Em relação aos trabalhos que enfatizam a perspectiva econômica ou a internacional, ver por exemplo Dreifuss, 1981; Morel, 1965; Parker, 1977; Weiss, 1993. Há ainda uma série de publicações importantes, que relatam depoimentos e memórias de vários dos atores estratégicos em 1964, a exemplo de Cordeiro de Farias, compilado por Aspásia Camargo e Walder de Góes (1981); e D'Araujo, Soares & Castro (orgs.), 1994. Uma retrospectiva do golpe e do regime militar pode ser vista também em D'Araujo & Soares (orgs.), 1994.

um valor explicativo diferenciado em relação às outras análises, embora, é claro, o debate continue em aberto. Seja como for, tem razão Argelina Figueiredo quando afirma que o golpe que “instaurou o regime militar em 1964, no Brasil, não foi resultado de uma toda-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos, alguns dos quais já atuavam quando, em 1961, um golpe militar foi abortado” (Figueiredo, 1993:22).

Nosso objetivo aqui não é tanto fazer um balanço de todas essas teses, e sim chamar a atenção para o papel do trabalhismo petebista na crise do regime em 1964, e isso por várias razões. Primeiro, porque o PTB é recorrentemente apontado como o alvo do movimento militar. Esse partido reunia uma série de postulados e de figuras políticas que sintetizavam o inimigo a ser combatido. Ou seja, o golpe era contra o trabalhismo janguista e contra as alianças e os compromissos que o PTB fazia com a esquerda civil e militar. Segundo, por ser o PTB, formalmente, o partido do governo no momento do golpe. Terceiro, por ser este, entre os partidos com representação legal, o que mais se empenhou em fazer dos trabalhadores um sustentáculo privilegiado do poder. Quarto, porque procurou, por vários meios, compor alianças com setores militares, contribuindo bastante para o fortalecimento de clivagens internas nas Forças Armadas e, finalmente, porque subestimou a representação formal, lançando mão, com velocidade crescente, de vias de participação direta que se confrontavam com os canais representativos que ajudara a construir.

Por todas essas razões, a atuação do PTB foi crucial para alimentar o conflito e para acentuar a radicalização. Do ponto de vista de seus opositores, esses eram argumentos mais do que suficientes para procurarem o apoio da opinião pública e de outros setores militares a um plano conspiratório. Conspiração essa que se dava em meio ao clima de Guerra Fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor em relação ao avanço da esquerda e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso não se efetuasse uma intervenção rápida e eficaz.

Nenhuma sociedade industrial moderna obteve estabilidade democrática sem ter sido bem-sucedida na tarefa de incorporar os trabalhadores ao processo político.<sup>185</sup> O PTB, no entanto, diluiu seu caráter de partido de classe, tal como fora postulado em sua criação em 1945, para transformar-se num partido de toda a nação, posição tanto mais enfatizada na medida em que colocava como questão

---

<sup>185</sup> Esta é a tese de Schweinitz Jr., 1964.



primordial o combate ao imperialismo. Enquanto, no mundo inteiro, a social democracia optava por um papel minimalista do Estado nas áreas não-lucrativas que fossem fundamentais para a economia e para a regulação das distorções do mercado, o PTB dos anos 60 marchava para uma posição de crescente intervencionismo estatal (Przeworski, 1989). Quando da renúncia de Jânio em agosto de 1961, os problemas para a posse de Goulart estavam em grande parte ligados a essa preocupação, que, por sua vez, se reportava às desconfianças socializantes do vice-presidente e do PTB. A situação era agravada pelo fato de ser exatamente o chefe petebista a figura central dos acontecimentos.

Como chefe que se impunha a seu partido de maneira personalista e centralizadora, e que compunha com todas as posições, Goulart não conseguia merecer a devida confiança, quer das forças conservadoras quer dos progressistas. Apesar das desconfianças, o partido alinhou-se com o vice-presidente na defesa de sua posse como substituto legal de Jânio Quadros. Almino Afonso na Câmara, como líder do partido, e Leonel Brizola no governo do Rio Grande do Sul atestam, com métodos diferentes, a luta pela preservação da ordem constitucional. A seu lado estavam as várias correntes nacionalistas e sindicais e a União Nacional dos Estudantes, além de setores das Forças Armadas, e, do Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola comandou a Campanha da Legalidade com o apoio do comando do III Exército.<sup>186</sup>

A saída parlamentarista foi a condição imposta pelas Forças Armadas, pressionadas internamente por cisões e ameaças de golpe, e contou com o consentimento do novo presidente. Esta solução evidenciou, contudo, que Goulart chegava ao poder sem o apoio seguro de sua bancada, que não concordou com a mudança na forma de governo. Mais do que isso, sua posse significou uma derrota para os setores militares que se opunham à política do novo presidente. A posse pode ser lida, do ponto de vista dos ativistas que queriam o golpe, como um fracasso que indicava a necessidade de se ganhar uma adesão maior da opinião pública, a fim de poder sensibilizar mais setores da corporação para uma solução de força. Dessa forma,

---

<sup>186</sup> Detalhes sobre a Campanha da Legalidade são dados por Bandeira, 1979; Silva, J. W., 1987; Castello Branco, 1975. Segundo Bandeira (1979:80), a população gaúcha fora armada pelo governador, que distribuíra “2.000 revólveres calibre 38, cada um com uma caixa de balas”. Os riscos de uma guerra civil corriam, contudo, por conta das divergências entre os militares, o que acabou sendo resolvido com a solução parlamentarista.

como lembra o general Octávio Costa, 1964 teria sido a revanche de 1961.<sup>187</sup> O episódio da posse assumia assim um aspecto muito delicado, ao contrapor o Congresso, ou seja, a ordem institucional, ao poder de veto dos ministros militares. Apesar dessa tentativa de veto expressa através de um manifesto, prevaleceu a tese da legalidade e com isso saíram fortalecidos aqueles grupos que se posicionaram ao lado do vice-presidente. Se para os perdedores a derrota era dupla, para os vencedores a vitória era instável, a menos que conseguissem desestabilizar o potencial de conspiração que se desenhava então. Essa seria uma tarefa árdua para qualquer partido e foi especialmente difícil para o PTB, pouco habituado a bem gerir seus conflitos internos e que desde suas origens havia sido dirigido de forma centralista, fazendo do carisma de Vargas um instrumento de autoridade para referendar cargos e posições.

## GOULART PERDE O CONTROLE DO PTB

Goulart conservava a direção do partido desde 1952 e fora a única pessoa nesse posto a imprimir-lhe estabilidade. Até o momento, o cargo fora ocupado por uma série de pessoas que jamais cumpriram seus mandatos. Goulart, além disso, consolidara internamente uma estrutura de poder em torno de sua liderança. O crescimento e a visibilidade do PTB não podem ser dissociados da figura e da ação de Jango, quer por suas qualidades de negociador e de intermediário do movimento sindical com o governo, quer pelos temores que seu populismo sindicalista e suas alianças com os comunistas causavam.

Novas lideranças surgiram no partido, mas só se mantiveram na agremiação quando respeitaram o esquema janguista. Controlar os concorrentes e expurgar os dissidentes petebistas fora até então uma tarefa, se não fácil, pelo menos factível. O problema novo para o governo Goulart foi o fato de a competição intra-oligárquica, no âmbito do PTB, começar a se esboçar no bloco janguista. E como o partido carecia de maior participação interna, grande parte desses conflitos passou à arena eleitoral.

A chegada de Jango à presidência corresponde na verdade ao primeiro grande desafio do chefe petebista para controlar seu partido. O primeiro teste ocorrera com a cisão, em 1960, do trabalhista gaúcho Fernando Ferrari, resolvida pelos mé-

---

<sup>187</sup> Costa, 1992, publicado em D'Araujo, Soares & Castro, 1994.

todos ortodoxos da expulsão. Ferrari deixou o PTB e criou seu próprio partido — o Movimento Trabalhista Renovador —, postulando um “trabalhismo de mãos limpas”. O MTR, embora não tivesse tido tempo hábil para testar seu prestígio eleitoral, foi uma importante peça na veiculação de uma proposta partidária concorrente ao petebismo e que centrava suas críticas no chefe petebista.

Em 1960, o atrito na cúpula janguista aflorara em torno da sucessão presidencial, quando parte do partido demandou o lançamento de um candidato próprio e Goulart acabou optando pelo apoio ao general Henrique Teixeira Lott, apresentado pelo PSD com o apoio da maioria dos nacionalistas. O reformismo da bancada petebista, que começava a escapar do controle de Goulart, foi responsável, ainda nesse ano, pelo veto dos nacionalistas à indicação de San Tiago Dantas para a pasta da Agricultura. Finalmente, quando de sua posse, evidenciou-se que a maior parte dos petebistas (30 contra 19) era contrária à solução parlamentarista acordada entre Goulart e os demais partidos.<sup>188</sup> Por todas essas razões, ficou claro que, embora Goulart continuasse simbolizando a unidade do partido e a mística getulista, se havia chegado a um descompasso na cúpula partidária, num momento em que era crucial apresentar coesão em torno das grandes reformas estruturais que tanto ocupavam o discurso petebista. Na formação do primeiro gabinete ficou também evidente que o partido e o presidente marchavam em lados opostos. O PTB apoiou a candidatura de Auro Moura Andrade, presidente do Congresso, por considerá-lo a grande figura cívica a defender naquela Casa a ordem constitucional quando da renúncia de Jânio. Mais uma vez Goulart cedeu aos benefícios de uma aliança com o PSD, em nome da “unidade nacional”, e articulou a eleição de Tancredo Neves. O nome de Moura Andrade, da forma como era defendido pelos petebistas, longe de espelhar uma opção nacionalista, pretendia ser uma demonstração de força contra todos os que tentavam obstruir a ordem legal.<sup>189</sup> Com um nome conservador, os petebistas procuravam dar uma resposta radical.

Quando da formação do segundo gabinete, em junho de 1962, o presidente mais uma vez se articulou com o PSD, desta feita para vetar o nome de San Tiago Dantas, ungido agora como candidato dos petebistas radicais.<sup>190</sup> San Tiago, o po-

---

<sup>188</sup> A Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo, foi aprovada no Congresso Nacional por 253 contra 55 votos. Dos votos contrários, a maior parte (30) veio, portanto, do PTB.

<sup>189</sup> Afonso, 1988; Figueiredo, 1993.

<sup>190</sup> Idem. Ver também Ernanny, 1988.

lítico preterido pelos nacionalistas em 1960 para a pasta da Agricultura, era alçado então à condição de candidato alternativo das esquerdas para denunciar a política de conciliação do presidente. Sua derrota levou a nova eleição, onde mais uma vez os cálculos momentâneos se sobrepujaram à coerência. Goulart emprestou seu apoio à indicação de Moura Andrade, enquanto o PTB se articulava com o Comando Nacional de Greve para, através de uma greve geral, exigir a formação de um gabinete nacionalista.

Apesar desses desencontros constantes, o PTB e Goulart se uniram com o objetivo de restaurar o presidencialismo. Para tanto, contaram com o apoio das principais lideranças sindicais da época, majoritariamente ligadas ao PCB. A notória instabilidade do governo, no que concerne à composição de sua equipe executiva,<sup>191</sup> foi fator importante para que a proposta de restauração do presidencialismo comesse a ser considerada, inclusive por setores militares. A ameaça de greve geral, as reiteradas manifestações presidencialistas e a pressão dos petebistas contra a política conciliatória do presidente levaram finalmente à escolha de Brochado da Rocha para o cargo de primeiro-ministro. Brochado era um político inexpressivo na política nacional, mas pertencia ao circuito dos homens de confiança de Brizola, de quem fora secretário de Estado no Rio Grande do Sul. Assim, o PTB radical chegou ao poder em julho de 1962, graças às consecutivas crises em torno da formação do gabinete.

A instabilidade ministerial contribuiu para dar ao PTB radical duas importantes vitórias. Primeiro, passou a comandar o gabinete, ao qual tentou imprimir um caráter executivo mais amplo, chegando mesmo a obter do Congresso a delegação de alguns poderes. Segundo, tornou possível, a partir daí, intensificar a campanha pelo retorno do presidencialismo. A vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963 não foi, contudo, suficiente para dar maior organicidade às relações entre o presidente e seu partido. A lei de remessa de lucros, uma das principais bandeiras nacionalistas, aprovada pela Câmara em novembro de 1961, continuou sem receber a sanção presidencial. Já no gabinete Hermes Lima, instalado em setembro de 1962, Goulart fora levado a demitir seu ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, em função das críticas que este fizera ao embaixador Lincoln Gordon, a Octavio Gouvêa de Bulhões e a Roberto Campos no sentido de estarem submetendo o Brasil aos

---

<sup>191</sup> A instabilidade ministerial do governo Goulart, numa perspectiva comparada, foi objeto de criteriosa análise por parte de Wanderley Guilherme dos Santos (1986).

ditames da política econômica internacional. As acusações de João Pinheiro Neto em nada destoavam do que o partido e o movimento reformista vinham apregoando há vários anos. Além do mais, à frente da pasta do Trabalho, Pinheiro Neto desenvolvera um trabalho inédito, voltado para a intensificação do sindicalismo rural, que era também uma das principais reivindicações das propostas petebistas.<sup>192</sup>

Novo embate com o PTB pode ser detectado na formação da Frente de Mobilização Popular liderada por Brizola. Tratava-se de uma frente suprapartidária, de cunho nacionalista e reformista, que sucedeu a Frente de Libertação Nacional, criada em 1961 como um recurso de propaganda para as eleições de 1962. A FMP não era um instrumento eleitoral, e sim, claramente, uma organização concorrente do PTB janguista fora do Congresso, sendo, por isso, uma evidência de que a liderança de Jango perdia terreno entre os radicais, que, via oposição sistemática, procuravam forçar o governo para posições mais claras quanto ao nacionalismo econômico. Ponto alto das tensões do governo com seu partido foi a oposição petebista ao Plano Trienal, que em sua origem e intenções se propunha a ser um plano de estabilização econômica que garantiria o crescimento econômico e a minimização das desigualdades sociais e regionais. Brizola e sua FMP também se opuseram aos termos dos entendimentos dos governos brasileiro e norte-americano para a compra da American Foreign Power (Amforp) e da International Telegraph Telephone (ITT), como contrapartida para os empréstimos americanos ao Brasil. Seguindo o que realizara durante seu governo no estado gaúcho, Brizola pregava uma política agressiva de encampações nesses setores estratégicos.

Após a revolta dos sargentos, em Brasília, em setembro de 1963, em função da decisão da Justiça Eleitoral contra a legalidade dos mandatos de alguns sargentos eleitos em 1962, a situação política nacional ganhou contornos mais difíceis. Sem o consentimento de seu partido, o presidente decidiu pedir ao Congresso o estado de sítio. O PTB, a UDN e o CGT se uniram nas críticas a essa iniciativa, e o governo teve que recuar. Cada um desses atores que se empenhavam em dismantelar a idéia do estado de sítio tinha razões objetivas para isso, o que evidenciava o tamanho da crise de confiança em relação ao governo. Cada um temia, por razões diversas, que o governo pudesse lançar mão desse instrumento excepcional para atingi-lo. Para a UDN, era um indicativo dos planos ditatoriais do governo, e o PTB e o CGT tinham desconfianças quanto ao uso que o governo faria dessa si-

---

<sup>192</sup> A esse respeito ver Camargo, 1981, t. 3, v. 3; e Pinheiro Neto, 1993.

tuação para deter o avanço do movimento social e das lideranças sindicais no campo e nas cidades. Do ponto de vista militar, esse era um recurso bem-vindo, visto que através dele seria possível começar a restaurar a disciplina nas Forças Armadas (Stepan, 1985). Finalmente, em fins de 1963, o presidente tomou outra iniciativa que o colocaria no campo oposto ao dos radicais do PTB. Em meio às críticas e ao impasse gerado pelas controvérsias quanto à política econômica a ser seguida pelo governo, os radicais pediam a nomeação de Brizola para o Ministério da Fazenda em substituição a Carvalho Pinto. Goulart mais uma vez cedeu ao esforço conciliador e nomeou o empresário Ney Galvão.

De uma situação inicial de descompasso, as relações entre o partido e o governo evoluíram para o confronto. Goulart estava isolado à esquerda e à direita. Brizola seguiu sua política mobilizadora e passou a organizar o “grupo dos onze companheiros”, uma espécie de “corrente” cívica para defender as reformas “na lei e na marra”, conforme o *slogan* cunhado por seu rival Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas. Nessas circunstâncias, o governo teve que renegociar e redefinir seus apoios. Dentro da lógica petebista, o caminho mais fácil fora sempre o das composições ampliadas, e foi por ele que Jango se guiou. Em inícios de 1964, o presidente do PTB e da República procurava reafirmar suas alianças com os setores progressistas, num momento em que o partido saía de seu controle. Na verdade, o PTB crescera confundindo-se com o movimento reformista, e o sindicalismo corporativista que lhe dera sustentação continuava corporativista, porém mobilizado. Isso significa dizer que a mobilização popular estava cada vez mais próxima do Estado e que o projeto de reformas era indissociável de uma tomada do poder estatal pelos setores radicais. Por tudo isso não parece plausível supor que o PTB, tanto quanto o sindicalismo brasileiro, tenha evoluído no sentido de uma maior autonomia em relação ao Estado.<sup>193</sup> O PTB sempre fora capaz de ampliar cada vez mais seus ganhos eleitorais. Seu crescimento foi, no entanto, inversamente proporcional à sua capacidade de estabelecer alianças parlamentares sólidas para a consecução de seus objetivos. No fim do governo Goulart, passara a privilegiar a estratégia da participação popular via ação direta, escapando, assim, ao controle que o presidente da República pudesse ter sobre seu partido. Pelas próprias características partidárias, a disputa entre lideranças petebistas concorrentes não podia

---

<sup>193</sup> Sobre a dependência do sindicalismo em relação ao Estado, ver Boito, 1991. Sobre as relações do PTB com os sindicatos, ver Benevides, 1989; Delgado, 1989.

ser testada dentro da agremiação. Por isso mesmo observava-se a freqüente formação de frentes, que, por serem extra ou suprapartidárias, permitiam a autonomia de certos líderes, sem comprometer o reinado do chefe partidário.

## **A DUPLA ESTRATÉGIA DO PTB**

A crise do regime coincidiu com o retorno do PTB ao poder no momento em que o partido se definia por uma postura reformista radical e optava por uma política de mobilização popular crescente. Pode-se argumentar que o PTB não era um bloco monolítico e comportava setores expressivos que não se enquadravam na rubrica de radicalismo. Se esse contraponto é verdadeiro, é certo também que, apesar das diferentes orientações internas, o PTB foi a agremiação que maior coesão apresentou no Congresso no que diz respeito às votações ocorridas naquele período (Santos, 1986). Essa coesão em torno do reformismo mostrou-se oportuna para comandar o crescimento do partido e referendar seu prestígio eleitoral. Ampliar a margem de poder era uma questão que interessava indistintamente a todos os setores. Esse realismo político estava, portanto, na base da unidade partidária em sua atuação no Congresso.

Sob a égide dos nacionalistas-reformistas, o PTB estabeleceu durante o governo Jango uma dupla estratégia de atuação, cujos desdobramentos são imprescindíveis para explicar a instabilidade do governo. De um lado, optou pela via parlamentar, isto é, investiu grande parte de suas forças e recursos nas eleições de 1962, com o objetivo de fazer do sistema de representação um instrumento adequado à promoção das reformas. Paralelamente, aderiu a uma estratégia de ação direta. Ou seja, enquanto buscava ampliar sua influência junto ao Legislativo e ao Executivo, mobilizava sindicatos, soldados, sargentos, estudantes e trabalhadores para fazerem pressão sobre o governo. Em ambos os casos, verifica-se a existência de frentes políticas com nítidas características de fontes alternativas de poder para o reformismo. Em ambos os casos também ficava cada vez mais claro que os reformistas precisavam de canais adicionais de atuação para dar seguimento à sua ambição de se converterem nos porta-vozes das grandes questões nacionais.

As eleições de 1962 atestaram o empenho do partido na busca de apoio junto às urnas. O objetivo era eleger o maior número possível de representantes comprometidos com a aprovação do programa de reformas. Para tanto, fora criada, em outubro de 1961, a Frente de Libertação Nacional, destinada a divulgar as teses nacionalistas no pleito de 1962, que renovaria a Câmara dos Deputados e elegeria

ainda dois terços do Senado e 11 governadores estaduais. A Frente não foi uma iniciativa exclusiva do PTB. Dela participou o pessedista e governador de Goiás, Mauro Borges, que viria a ser o secretário-geral da entidade, enquanto Brizola ocuparia o cargo de presidente. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, do PSD, e Aldo Arantes, presidente da UNE, entre outros, passaram a integrá-la, dando-lhe um caráter de movimento suprapartidário, nacionalista e reformista. Num documento intitulado “Declaração de Goiânia”, lançado por ocasião da inauguração do movimento em Goiás, o governador Mauro Borges afirmava o empenho da nova entidade em promover a eleição de líderes populares para o Congresso, “pois este que aí está mostrou-se incapaz de solucionar os problemas básicos do país”.<sup>194</sup>

As críticas à morosidade do Legislativo não eram novidade naquela ocasião. O Congresso era freqüentemente citado como principal fonte de obstrução das tendências “avançadas” e “progressistas” da sociedade e do Executivo. Essa percepção ganhou a academia, que a partir de então se empenhou em demonstrar a tese de que um grave problema institucional brasileiro era a difícil convivência entre um Executivo dinâmico e progressista e um Legislativo conservador.<sup>195</sup> Radicais, nacionalistas e reformistas apontavam essa contradição quando propalavam a necessidade de uma ampla campanha eleitoral que, por todo o país, sensibilizasse a população para que votasse em candidatos progressistas.

O programa da Frente era uma réplica de tudo o que o PTB e o movimento nacionalista vinham afirmando até então. Nele se pleiteava a nacionalização das companhias estrangeiras, o controle da remessa de lucros, a reforma agrária, tudo isso visando a criação de uma “democracia nacionalista”, mediante a aprovação das reformas de base. Ambicionava-se ainda a formação de um Congresso popular que pudesse alterar a Lei Eleitoral de forma a que não continuasse a favorecer os setores conservadores e mais atrasados do latifúndio.<sup>196</sup>

Paralelamente aos interesses meramente eleitorais, com esta plataforma os reformistas faziam a opção de conquistar o poder pela via representativa. O objetivo era angariar uma parcela maior de poder e a partir daí promover as mudanças

---

<sup>194</sup> Citado em Delgado, 1989:360.

<sup>195</sup> Celso Furtado foi um dos pioneiros dessa tese. Ver Furtado, 1977.

<sup>196</sup> Verbete “Frente de Libertação Nacional”. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. (1984).



segundo as regras parlamentares. Mesmo contando com membros de outros partidos, o certo é que o PTB foi o grande beneficiário nas eleições de 1962. No entanto, essa vitória precisa ser qualificada. O PTB elegeu 116 deputados e se transformou no segundo partido nacional em termos de cadeiras no Congresso, superando de muito as 66 cadeiras obtidas nas eleições de 1958. Há que lembrar, contudo, que esse crescimento, em termos proporcionais, não foi tão expressivo. A partir de 1962, o número de cadeiras na Câmara Federal passou de 326 para 409, isto é, sofreu um aumento de 25,5%. Proporcionalmente, portanto, o partido teve sua participação aumentada nessa Casa de 20 para 28%, não superando a taxa de crescimento registrada em 1950, quando dobrara sua participação de 8 para 17%. Ao mesmo tempo, a UDN crescia 5% e o PSD perdia 5% de suas cadeiras.<sup>197</sup>

O partido obteve 12 das 45 cadeiras então disputadas no Senado e ainda elegeu três dos 11 governadores de estado (Acre, Amazonas e Rio de Janeiro), além de ter ganho a vice-governança na Guanabara. A exemplo de outras eleições, o PTB fez as mais variadas alianças, inclusive com a UDN, com o PR e o PRP em vários estados. A mais conhecida, entretanto, ficou sendo a coligação na Guanabara, na qual se uniu ao PSB, formando a vitoriosa Aliança Social Trabalhista, que fez de Brizola o deputado federal de maior votação em todo o país. Graças a essa estratégia, o partido cresceu em todo o território, obtendo índices de crescimento mais altos nos estados de maior contingente eleitoral, como Bahia, São Paulo e Guanabara. Passadas as eleições, a FLN se dissolveu, mas logo em seguida Brizola promoveu a organização de uma nova frente, desta feita sem a presença de figuras expressivas de outros partidos. A Frente de Mobilização Popular teve como principais expoentes Brizola, Almino Afonso e Sérgio Magalhães e contou com a colaboração ativa da Frente Parlamentar Nacionalista, de sindicalistas urbanos e rurais, de estudantes e de lideranças militares entre os soldados e sargentos.

Logo após o esforço eleitoral, a FMP passou a representar a concentração dos esforços partidários rumo à mobilização direta. O objetivo era mobilizar a massa para pressionar o Executivo e o Legislativo a promoverem as reformas. A FMP era nesta altura uma séria concorrente das organizações comunistas junto ao movimento popular e se portou de fato como uma entidade oposicionista. Não poupou

---

<sup>197</sup> Nessas eleições o PR e o PSP, individualmente, diminuíram sua participação na Câmara em 3%. TSE, *Dados estatísticos*. Além dos trabalhos já mencionados sobre a dinâmica eleitoral e partidária brasileira no período 1945-64, ver ainda Souza, M. C., 1976; Lima Junior, 1983; e Santos, 1987.

críticas ao governo em nenhum aspecto. Atacou sua política econômica, sua atuação sindical, a repressão do governo à revolta dos sargentos, enfim, portou-se, tanto quanto a UDN, como uma organização disposta a colocar a população contra o governo no que ele tinha de timidez em relação ao reformismo.

Com a FMP Brizola ganhava cada vez mais destaque na política nacional e tornava-se uma figura central para o petebismo. Em seu radicalismo, não poupava o Congresso, apontado como um “antro de reacionarismo”, e percorria o país em intensa campanha contra o “imperialismo” e contra os “gorilas” (Silva, H., 1978; e Bandeira, 1979). A ação da FMP foi decisiva para o descrédito do Plano Trienal. Juntamente com o CGT e a UNE, a Frente promoveu uma campanha pela ida de Brizola para o Ministério da Fazenda, em fins de 1963. Com a criação da FMP, verifica-se que, além da estratégia da pressão popular direta sobre o governo, os radicais do PTB estavam vivenciando um intenso processo de competição por liderança. Desta feita a competição extrapolava como nunca as hostes do partido e passava a se centrar na rivalidade com os membros atuantes do PCB, o partido que detinha a hegemonia na organização política dos dirigentes sindicais.

A oligarquia petebista, ou seja, o reduzido número de figuras que detinha o efetivo poder de mando no partido, se expunha no confronto com outros setores de esquerda pela liderança do movimento social no campo e nas cidades. Não havia muita diferença entre os projetos dessas organizações, apesar dos métodos diferenciados. O PC do B, por exemplo, posicionava-se contra as reformas de base e defendia a luta armada (Gorender, 1985). Contudo, tanto o PTB radical e fisiológico quanto os demais grupos de esquerda tinham em comum a meta de tomar o controle do Estado para depois ditarem a agenda de prioridades a serem seguidas. Não obstante a legitimidade das demandas reformistas de então, não há a menor dúvida de que, no calor da hora, tanto os radicais reformistas quanto a direita desrespeitaram os procedimentos e as instituições da democracia representativa (Figueiredo, 1993).

## **O PARTIDO E O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

O retorno do PTB ao poder no governo Goulart permitiu ao partido investidas mais ousadas no meio social. A partir de 1962 o Ministério do Trabalho voltou ao centro dos acontecimentos por força do novo *status* de Jango e da escolha de lideranças reformistas para essa pasta. Através dela Goulart foi sendo superado na prática que ele mesmo introduzira, de diálogo fácil com as massas e de acordos

com as lideranças sindicais, quer em questões trabalhistas, quer em negociações políticas. O redimensionamento do papel político do ministério foi uma das principais fontes de conflito no governo, e isso porque não havia limites prefixados para as alianças entre o partido, os sindicalistas e as esquerdas. Até 1962, durante as gestões de Francisco de Castro Neves (PTB/PI — janeiro a agosto de 1961), Franco Montoro (PDC/SP — setembro de 1961 a julho de 1962) e Hermes Lima (PSB/DF — julho a setembro de 1962), a pasta do Trabalho não ocupou o centro das atenções. O movimento sindical crescia em termos reivindicativos e políticos (Rodrigues, 1981), mas não se estabeleceu com esses ministros uma nítida relação entre a organização do movimento e a pasta do Trabalho. A política sindical continuava sendo ainda obra intelectual de Goulart, assessorado por Gilberto Crockatt de Sá.

Com João Pinheiro Neto à frente da pasta, a partir de setembro de 1962 a situação começou a mudar. O tom nacionalista que imprimiu a suas declarações, associado à própria instabilidade ministerial do governo, fez com que ficasse apenas três meses no cargo, tempo suficiente para veicular a premência da sindicalização rural. A par disso, João Pinheiro Neto fez ampla divulgação das intenções do governo de promover e implementar a legislação rural. No repertório, a questão social era apontada como a última grande batalha a ser vencida pelos trabalhadores brasileiros, em sua maioria completamente desassistidos nos meios rurais e sem direitos mínimos de cidadania.<sup>198</sup>

Em fins de 1962, essa proposta ministerial dava o tom reformista-social a um governo que procurava recuperar o presidencialismo. Por essas razões, a gestão de Pinheiro Neto, futuro superintendente da Superintendência de Política Agrária (Supra), foi um marco na recuperação do Ministério do Trabalho como *locus* privilegiado de elaboração de políticas e propostas para o movimento sindical em conexão com a questão nacional.

Com a instauração do presidencialismo em janeiro de 1963, o Ministério do Trabalho passou a ser ocupado por Almino Afonso, ex-líder do partido na Câmara e um dos principais expoentes do “Grupo Compacto” do PTB. Almino procurou desarticular antigas lealdades pelegas e montar uma rede nacional de lideranças mais expressivas na estrutura sindical. Essa estratégia atingia de perto a estrutura

---

<sup>198</sup> Pinheiro Neto, 1993. Ver também seu *Depoimento* (1977). É fato que Franco Montoro tivera uma política aberta nessa pasta, mas há que ressaltar sua preocupação em fortalecer os sindicatos católicos.

de relações que João Goulart montara e tinha como meta fortalecer o movimento sindical com lideranças mais agressivas, que forçassem o presidente a assumir compromissos mais positivos em relação às reformas. Almino conseguiu a adesão do CGT a sua política, tentou dismantelar a máquina clientelista de Ivete Vargas em São Paulo e, segundo Erickson, “apoiou os radicais contra Jango”,<sup>199</sup> impondo-se como competidor do próprio Jango e de Brizola dentro do PTB e no movimento sindical. Segundo esse autor, Almino “procurou usar o poder político para beneficiar os trabalhadores e desfavorecidos [...] e os líderes sindicais aos quais apelou manifestaram uma concepção de interesse e de consciência de classe muito mais clara que seus antecessores” (Erickson, 1979:125).

Em que pese ao mérito da análise de Erickson, a tipologia que estabelece para definir a atuação dos ministros do Trabalho não parece clara. Segundo ela, as gestões Almino e Jango são classificadas como “populistas-radicais”, em contraposição aos estilos populistas clássicos que teriam predominado durante o governo JK, e ainda ao modelo paternalístico-administrativo, típico dos governos autoritários no Brasil (Erickson, 1979:125). Traçando um paralelo entre Jango e Almino, Erickson, no entanto, detém-se em mostrar e comprovar o quanto as duas gestões foram diferentes. Isto porque, segundo ele, Jango mobilizava os setores sindicais, mas, como ministro e presidente, “procurou conceder benefícios aos trabalhadores no estilo paternalista”. Enaltecendo o papel de Almino, Erickson lembra, contudo, que esse ministro fez pleno uso do empreguismo, típico da versão “paternalística-administrativa”, porém conclui que “não usou o empreguismo para fins tradicionais, mas para propósitos de mudar o sistema político”. Ou mais precisamente, que ele infundiu no clientelismo um “conteúdo ideológico”, já que, ao “aumentar seu próprio poder”, as lideranças trabalhistas e sindicais conquistavam benefícios para seus eleitores (Erickson, 1979:118). Essa argumentação parece precária e a tipologia do autor fica prejudicada para se entender qual teria sido, de fato, a dinâmica do Ministério do Trabalho naqueles idos de 1960. A gestão Almino foi uma demonstração de que, ao fim do governo Goulart, muitos recursos eram válidos quando o objetivo era ganhar a vanguarda do PTB e do movimento sindical e reformista. Isso é tão mais importante quando se sabe que não estavam prefixados os limites para essa corrida.

---

<sup>199</sup> Erickson, 1979:123. Este estudo continua sendo a análise mais detalhada sobre a gestão de Almino Afonso à frente da pasta do Trabalho. Ver também Coelho, 1965 e 1987.

A exemplo de várias outras lideranças petebistas, Almino Afonso combateu as políticas do governo, principalmente o Plano Trienal, em conjunto com a FMP, e transferiu recursos do PTB para os sindicalistas radicais. Buscou formar suas bases dando prioridade aos remanejamentos dentro dos institutos de aposentadorias e pensões, particularmente em São Paulo e na Guanabara (Delgado, 1985). Nessa trilha, contrariou seriamente a política sindical de Goulart, na medida em que tentava alterar comandos fiéis ao presidente da República.<sup>200</sup> Assim como todos os ministros que passaram pela pasta do Trabalho, Almino não questionou a estrutura sindical corporativa. Tentou, sim, ocupar os cargos-chaves nessa estrutura com pessoas de sua confiança. Sendo o objetivo ampliar bases e firmar lideranças dentro da cúpula partidária, era recomendável manter o corporativismo sindical, estrutura afeita a um diálogo mais rápido e a um entrosamento mais eficiente entre os detentores dos poderes públicos e as lideranças sindicais.

A gestão Almino apontava, segundo Erickson, para uma alternativa autoritária de esquerda. Esse parecia ser, aliás, o pensamento dominante na época entre os petebistas mais radicais, enquanto, em nome das reformas estruturais e dos interesses nacionais e sociais, outros líderes, particularmente Brizola, pediam o fechamento do Congresso e a instauração pelo alto de uma solução nacionalista.

## A CRISE DO PARTIDO E DO REGIME

A pluralidade de lideranças e de opções políticas é um elemento básico da democracia representativa. Não era este o caso do PTB, onde o surgimento de novas lideranças sempre esteve associado à irrupção de crises internas e à idéia de traição aos donos do partido. Na luta pelo carisma de Vargas, oposição era sinônimo de cisma. Em fins de 1963 verificou-se uma intensa disputa de liderança entre Brizola e Goulart. Segundo os padrões no partido, sempre que uma liderança concorrente se impunha era destroçada e colocada no ostracismo. No caso de Brizola essa matriz não se repetiu, devido às relações de dependência entre os dois líderes, e principalmente pelo fato de esse político gaúcho ter-se tornado o porta-voz avançado da proposta petebista de transformação econômica. Ou seja, Brizola não questionava, como Ferrari, o estilo janguista de dominação partidária. Exigia do pre-

---

<sup>200</sup> A percepção de Goulart em relação ao estilo de Almino na pasta do Trabalho é narrada por Abelardo Jurema (1979).

sidente mais ousadia em sua ação governamental e, enquanto isso, ampliava seu espaço nas bases partidárias. Entre Goulart e Brizola estabeleceu-se uma dependência singular. Para Brizola, a manutenção da presidência da República nas mãos de Jango era condição para ter livre atuação política e assim pressionar as massas contra o imobilismo do governo. Para o presidente, a liberdade dada à política trabalhista e sindical era condição para sua legitimação junto às bases populares. Entre os dois líderes, contudo, solidificava-se uma crescente desconfiança, que se estendia a outros setores de esquerda. Desconfiança quanto à capacidade de cada um de dar o maior lance e conseguir, através da aclamação das massas, a liderança do movimento político. E, nesse caso, tanto valiam os apelos aos eleitores quanto os apelos aos quartéis.

Em fins de 1963, líderes reformistas, falando em nome de uma massa mobilizada, cobravam de Jango uma posição mais definida em relação às reformas de base. O presidente, por sua vez, gradativamente esgotava sua capacidade de composição com os setores de centro. Nessa situação, render vassalagem à estratégia mobilizadora não foi difícil. Após emitir decreto determinando a revisão dos contratos na área de mineração, o presidente, em janeiro de 1964, regulamentou a lei de remessa de lucros, engavetada desde meados de 1962, e passou a dar provas mais visíveis de que estava prestigiando a Supra. Ao mesmo tempo, o presidente não descuidava de suas bases sindicais e acionava seus contatos junto ao PCB, o organismo de esquerda que mais concorria com Brizola pela vanguarda do movimento popular. Juntos empreenderam operações políticas visando o continuísmo de Goulart no poder (Gorender, 1987:60).

O continuísmo de Jango era uma perspectiva alimentada pela esquerda, que superestimou o poder da mobilização popular em torno do presidente e das reformas. Essa mesma euforia envolvia os segmentos brizolistas, em nítida campanha pela eleição de Brizola ou por sua designação para um posto de relevo no governo que lhe permitisse imprimir um caráter mais agressivo às medidas reformistas. Enquanto os setores empresariais vinculados ao capital nacional e internacional, bem como expressivos setores políticos e militares, eram unânimes na desconfiança em relação ao governo e num momento em que o desgaste do governo era patente, a competição entre essas lideranças deu um impulso adicional à crise política que o país enfrentava. Além disso, ao se apoiarem nos setores de esquerda e nos setores sindicais, os dois competidores petebistas davam à oposição conservadora argumentos para os temores, tão característicos da Guerra Fria, de que o país caminhasse

rumo à estação comunista, ou, quando menos, à tão comentada república sindicalista.

O comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, foi um momento especial de congraçamento entre os petebistas. Organizado por líderes sindicais,<sup>201</sup> o evento pretendeu ser uma demonstração da força das diretrizes reformistas do governo e colocou lado a lado líderes comunistas e sindicais, Jango e Brizola. De outra parte, a reação civil e militar ao comício deu a justa medida da fraqueza do governo em seus anseios mobilizadores. Na ocasião, Goulart anunciou a encampação das refinarias particulares de petróleo e assinou o decreto da Supra, que estabelecia a desapropriação de propriedades rurais superiores a 500 hectares situadas numa faixa de 10km à margem das rodovias federais, ou propriedades superiores a 30 hectares localizadas às margens de açudes e obras de irrigação efetuadas pelo governo.<sup>202</sup> Um tom radical foi dado por Leonel Brizola, que em seu discurso conclamou Goulart a pôr fim à “política de conciliação” e a instalar um governo nacionalista e popular. Brizola criticava o Congresso Nacional por ser um “poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro”. O povo, se consultado em plebiscito, votaria, segundo Brizola, contra esse Legislativo e pediria um Congresso popular “de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e os oficiais nacionalistas”. Numa clara alusão às desconfianças políticas da época, Brizola avisava, por fim, que o povo não aceitaria qualquer golpe “venha de onde vier [...] o nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo a seu lado”.<sup>203</sup>

O comício, que reuniu de 100 a 200 mil pessoas, foi uma espécie de senha para movimentar os setores conservadores temerosos do assédio da esquerda e do radicalismo petebista. Poucos dias depois, as ruas de São Paulo eram tomadas por uma massa estimada entre 400 e 500 mil pessoas, que, em passeata, pedia que Deus e os militares “salvassem” o Brasil da “tentação comunista”. Ou seja, se a política de mobilização de massas havia sido o ponto forte da estratégia petebista,

---

<sup>201</sup> Talarico, 1985, 1987. João Pinheiro Neto (1993:86) narra a “ridícula exacerbação de vaidades” que acometeu vários líderes nesse comício.

<sup>202</sup> A bibliografia sobre o comício da Central é vasta. A título de ilustração sugerimos Jurema, 1964; e Dines, 1964.

<sup>203</sup> *O Panfleto*, 16-3-1964.

nessa ocasião o potencial mobilizador ficou por conta dos setores antibrizolistas e antijanguistas.

Dois dias após o comício, Goulart enviou ao Congresso sua última Mensagem Presidencial, uma peça importante para avaliarmos o sinal dos tempos. Nela, o presidente fazia, finalmente, as concessões que lhe eram cobradas pelos reformistas e ao mesmo tempo lançava uma estratégia de revisão constitucional que, se tinha a veleidade de unir os opositores do governo, não dava nenhuma garantia de que a paz fosse imperar entre os setores radicais. Segundo a Mensagem, as reformas seriam efetivadas mediante uma ampla revisão do texto constitucional, mas ao mesmo tempo ficava claro que se pretendia conferir ao Executivo poderes excepcionais no encaminhamento de soluções para problemas essenciais. As reformas diziam respeito a quatro áreas críticas, além de mencionar a imediata reforma universitária. Quanto à atribuição de poderes, o presidente sustentava a necessidade da delegação de poderes pelo Legislativo ao Executivo, mediante a justificativa de que o Brasil, a exemplo dos “países que travam luta pelo Congresso”, precisava de um Estado ágil e eficiente. Com esse argumento solicitava a revogação do princípio da indelegabilidade de poderes, o que significava atribuir novas responsabilidades ao Executivo na arena decisória. As suspeitas quanto aos planos golpistas do governo tinham agora um poderoso fundamento empírico.

Do ponto de vista da mobilização popular, o presidente solicitava que o Congresso aprovasse uma consulta à população, sob a forma de plebiscito, para que esta se pronunciasse em relação às reformas de base. No que toca às reformas políticas, o presidente propunha o direito de voto para os sargentos, praças<sup>204</sup> e analfabetos e pedia a revisão do capítulo sobre inelegibilidade. Com uma simples frase — “são elegíveis os alistáveis” — a mensagem procurava anular os impedimentos da Constituição em vigor quanto à reeleição do presidente da República e dos governadores e ainda abrir caminho para a eleição de parentes consanguíneos ou afins do presidente em exercício. Estas duas últimas alterações favoreciam tanto o continuísmo de Goulart pela via eleitoral quanto a eleição de Brizola, seu cunhado, uma reivindicação que ganhara as ruas sob o lema “cunhado não é parente, Brizola para presidente”.

---

<sup>204</sup> Sargentos, marinheiros e soldados foram interlocutores privilegiados da pregação brizolista. A viagem de Brizola ao Nordeste em maio de 1963 foi uma demonstração do apelo que fez a esses setores contra os “gorilas” e o imperialismo. Ver Silva, H., 1978:268-74.



Essas medidas eram instrumentos complementares para a preservação do poder e alimentavam a hipótese de que estava em andamento um plano continuísta acooplado a um projeto de concentração de poderes excepcionais por parte do Executivo. Do ponto de vista do PTB, a ênfase nas reformas representava aparentemente um benefício momentâneo para janguistas e brizolistas: a presidência estaria potencialmente ao alcance de qualquer um dos dois. Finalmente, a Mensagem apresentava soluções para a tão debatida reforma agrária, sugerindo uma reforma constitucional que suprimia a exigência de pagamento em dinheiro nas desapropriações (artigo 141, parágrafo 160 da Constituição de 1946). Esses pagamentos seriam feitos da seguinte forma: metade em dinheiro e metade em títulos da dívida pública, cujo valor seria reajustado na forma da lei. A mensagem propunha ainda formas de desapropriação para as terras improdutivas ou parcialmente aproveitadas.<sup>205</sup>

Entre as reformas propostas nos anos 60, a reforma agrária foi a que mais mobilizou a opinião pública e a que recebeu um tratamento mais ponderado por parte do governo. O país sempre se mostrou incapaz de implementar qualquer tipo de reforma agrária e, quando a necessidade de uma alteração no campo se fazia urgente, as propostas de mudança passavam a ser comandadas pela esquerda. O governo Goulart sempre manteve reservas em relação ao problema. Apesar da notoriedade do tema, durante todo o ano de 1962 não enviou nenhum projeto ao Congresso. Enquanto isso, os projetos que circulavam nessa Casa não conseguiam forjar acordos que os viabilizassem. Essa questão foi encarada mais agressivamente quando, sob a gestão de Brochado, o Executivo conseguiu obter do Congresso uma delegação de poder que lhe permitiu, entre outras coisas, criar a Supra (outubro de 1962).<sup>206</sup>

À criação deste órgão veio somar-se um esforço legislativo — projeto de outro petebista, Baby Bocaiúva, da Guanabara, líder do PTB na Câmara. Este projeto não diferiu dos outros na obtenção de apoios. Ao contrário, as adesões foram até mais difíceis, na medida em que propunha uma reforma agrária com alterações na Constituição, de forma a suprimir a exigência de pagamento em dinheiro, e estipulava que esse pagamento seria feito “na forma da lei”, ou seja, de acordo

---

<sup>205</sup> O conteúdo integral da mensagem pode ser encontrado em Silva, H., 1978:326-30. Sobre o assunto ver também Hippolito, 1984:242-4.

<sup>206</sup> Para esta autarquia especial, cujo dirigente tinha *status* de ministro, foi nomeado João Caruzo, um petebista gaúcho da órbita de Brizola.

com uma decisão que podia ser tomada pela maioria absoluta do Congresso. Se esse artifício destinava-se a viabilizar o mais rápido possível a solução do problema, a falta de confiança nos radicais impossibilitava um acordo do PTB com os principais partidos. UDN e PSD temiam uma solução que não fosse tomada por dois terços do Congresso, como era exigido no caso de emendas constitucionais. A par do avanço reformista, a UDN retrocedia na sua capacidade de negociar, tal como ficou expresso na Convenção de Curitiba, realizada em abril de 1964, quando, atendendo a consultas aos diretórios locais, o partido decidiu se posicionar contra qualquer reforma na Constituição — “a Constituição é intocável” (Benevides, 1981).

O decreto da Supra, assinado por Goulart no comício da Central, decorreu da falta de entendimento com os partidos. Apesar de seu comedimento, em meio ao clima de radicalização ideológica, representou para os conservadores uma evidência de que o governo começava aí sua escalada contra a propriedade privada. Assim, após o comício e a Mensagem de março de 1964, além das duas estratégias anteriormente mencionadas — a da via liberal democrática e a da mobilização direta —, os petebistas pareciam tentar uma nova via de ação que aterrorizava os conservadores e confundia seus adeptos. Entrava em cena uma terceira estratégia, pautada pela insistência em atribuir poderes legislativos ao Executivo.

Por tudo isso, o projeto petebista não foi modesto. Quanto mais oposição enfrentava, mais insistia em soluções ousadas e contraditórias. Quis a massa como mola do poder contra o reacionarismo desse mesmo poder que ajudava a controlar. Quis fazer do Congresso um *locus* reformista, mas o condenava como um instrumento moroso e incompatível com a dinâmica sócio-econômica do país. Por fim, quis um governo popular, mas atribuía à sua cúpula dirigente um papel vanguardista e de protagonista das mudanças.

## ATO FINAL

### QUANDO A DESCONFIANÇA É A REGRA

A crise do governo Goulart correspondeu a um colapso nas instituições políticas brasileiras. Em meio a esse desgaste estava o PTB, partido do presidente da República e maior partido no Congresso Nacional, graças às adesões que recebera após as eleições de 1962. Mais do que isso, o PTB liderara as principais frentes suprapartidárias do período voltadas para a mobilização popular e nacionalista. Tinha ainda uma sólida aliança com as cúpulas sindicais e comunistas e empreendera uma ousada investida em busca de apoio entre os militares. No partido estavam as principais lideranças populares da época e as mais radicais na pregação das reformas. Igualmente importantes eram as indefinições da agremiação quanto à linha de governo a ser adotada e às estratégias políticas a serem utilizadas.

A isso se somavam as limitações impostas pela natureza carismática do partido, que privilegiava a competição entre líderes em detrimento da institucionalidade política. No topo da liderança, o carisma de Vargas em sua vertente nacionalista passou a ser objeto de uma disputa mais acirrada nos anos 60. Como partido carismático e por natureza instável, o PTB conseguira até então manter o domínio do chefe. As táticas usadas para tanto, isto é, o recurso à mobilização, fortaleceram porém outras lideranças, principalmente Leonel Brizola, impondo novamente ao partido a espinhosa questão de se redefinir em torno de chefias. O exercício do governo não fortaleceu Goulart. Fortaleceu o PTB e Leonel Brizola. O principal caminho para a mobilização foi o reformismo, na maioria das vezes associado à “luta antiimperialista”, que ganhou maior notoriedade a partir das reações ao bloqueio norte-americano a Cuba em 1962.<sup>207</sup>

À medida que crescia a visibilidade do partido como proponente de grandes mudanças, ganhavam corpo as críticas à sua estrutura interna. Demandava-se uma organização mais sólida, que disciplinasse suas atividades e monopolizasse as ma-

---

<sup>207</sup> Demonstrações de solidariedade a Cuba podem ser vistas, por exemplo, no periódico nacionalista *O Semanário*, nos anos de 1962 e 1963.

nifestações nacionalistas.<sup>208</sup> A par dessas críticas, havia também a preocupação de atingir o domínio janguista na direção partidária e de desautorizar o papel de Goulart como herdeiro do getulismo. O governo enfrentava uma crise de confiança generalizada entre os setores conservadores e dessa desconfiança partilhavam também os setores radicais de seu partido. Em artigo intitulado “A autenticidade das lideranças”, Leonel Brizola, por exemplo, afirmava ser o PTB o partido que mais sofria com os falsos líderes populares que usavam a linguagem do povo apenas para se promoverem e depois passarem a fazer parte do “clubes da política”. Cabia ao povo distinguir entre os líderes que se “abastardaram” e os líderes autênticos.<sup>209</sup> Estava em pauta a disputa pela liderança do movimento popular e do PTB, obtida por Goulart graças à associação de virtude e sorte. Conforme avaliação do próprio Goulart, nenhum partido no Brasil tivera habilidade ou visão para criar um verdadeiro departamento trabalhista ou conseguira penetrar no “círculo fechado” dos sindicatos, e nenhum político ou militante sindical havia conseguido se impor como líder autêntico da classe operária. Esse espaço vazio fora por ele ocupado através de uma longa convivência e de um permanente diálogo com os sindicatos e os trabalhadores. Era esse apoio popular que o presidente julgava suficiente para referendar um chefe à frente do PTB e do Executivo federal. Mais do que isso, segundo ele, a massa estava consciente do dinamismo do Poder Executivo e percebia o contraste gritante com o Legislativo “inoperante”. Por isso, podia ir às ruas pedir o fechamento do Congresso se este não desse mostras de vitalidade política e de sensibilidade aos apelos populares.<sup>210</sup>

Na disputa pelo comando da liderança popular e partidária ficou claro, como lembra Argelina Figueiredo (1993), que a questão da democracia não fora privilegiada por nenhuma das correntes então existentes. Os setores radicais do PTB eram também expressão dessa tendência, uma vez que, ao jogarem com a mobilização direta das massas, comprometiam a estabilidade das instituições políticas.

Foi em meio a esse clima de desconfiança generalizada que se reuniu em 20 de março de 1964, em Brasília, a XIV Convenção Nacional do PTB, integrada por 41 delegados. Os motivos para a convocação desta primeira convenção desde a posse

---

<sup>208</sup> *O Semanário* dedica uma série de três artigos ao tema da organização interna do PTB. Ver edições de 8 a 14-8-1963, 29-8 a 14-9-1963 e 5 a 11-9-1963.

<sup>209</sup> *O Panfleto*, 2-3-1964.

<sup>210</sup> *O Estado de S. Paulo*, 8-3-1964.

de Goulart eram muitos. Primeiro, havia por parte dos “compactos” um esforço para galgarem o comando partidário, e isso representava na prática substituir na direção, se não Goulart, pelo menos o presidente Paulo Baeta Neves, linha-auxiliar de Jango. Segundo, colocava-se a questão da sucessão presidencial. Para os radicais gaúchos, o candidato era Brizola, já que o novo presidente deveria ser um “homem de garra”, disposto a “ocupar até as fronteiras a área de atuação do Executivo”.<sup>211</sup> Terceiro, havia a tão candente questão da posição a ser tomada pelo partido e pelo governo quanto às reformas, num momento em que a conspiração militar já estava em seus acertos finais. Na prática, premida pelas circunstâncias excepcionais ocasionadas pelo comício das reformas, a rápida Convenção se deteve na eleição do novo Diretório Nacional e da nova Executiva, o que foi feito mediante acordo com os reformistas. Brizola na ocasião quebrou o tom conciliador e criticou duramente a atuação do PTB e do governo nos últimos anos: “Desde que o sr. João Goulart assumiu a presidência da República, o nosso partido morreu”. Assim, fazia-se necessário revitalizá-lo, para que assumisse “suas responsabilidades diante do povo”, e era preciso também que o presidente do partido consultasse a bancada, coisa que, segundo Brizola, jamais fora feita.<sup>212</sup> Auxiliado por João Caruzo (PTB/RS), Brizola ainda vetou uma moção de apoio ao ministério em exercício, numa nítida desaprovação da política econômica levada a cabo pelo governo.

Como saldo da Convenção, e graças ao controle de Goulart sobre os convencionais, ficou decidido que o PTB lideraria no Congresso a campanha pela aprovação das medidas contidas na Mensagem Presidencial de março, e que o partido não só referendava a ação do presidente da República, como ainda lhe delegava plenos poderes para as gestões em torno da sucessão.<sup>213</sup> Ao fim da Convenção, João Goulart seria reconduzido à presidência do novo Diretório Nacional, acumulando automaticamente, e mais uma vez, a presidência da Executiva Nacional. Goulart mantinha seu poder sobre o PTB mas, como parte do acordo de pacificação, Brizola passava a ocupar formalmente uma das cinco vice-presidências executivas

---

<sup>211</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21-3-1964.

<sup>212</sup> *O Estado de S. Paulo*, 21 e 22-3-1964, e TSE, Processo nº 2.721/64.

<sup>213</sup> Na ocasião também se decidiu pela reorganização do Conselho Sindical, e para tanto foi designada uma comissão integrada por Baeta Neves, Dante Pelacani, Arnaldo Lafayette, Clay Araújo, Benedito Cerqueira, Clodsmith Riani e José Gomes Talarico, os quatro últimos cassados imediatamente após o golpe. TSE, Processo nº 2.721/64.

criadas em 1961. Na primeira vice-presidência, entretanto, continuou Paulo Baeta Neves, um dos fundadores do partido em 1945 e, pela ordem de sucessão, o substituto de Goulart. O controle do presidente sobre a Convenção mais uma vez dava evidências de que os convencionais não podiam tomar decisões que contrariassem o domínio do chefe. Como sempre, os petebistas poderiam continuar tendo uma ampla margem de liberdade de ação nas ruas e no Congresso.

Era evidente, contudo, que novo cisma estava em marcha, uma vez que a crise do regime não comportava mais absorver as crises do partido. Enquanto Goulart tirava sua legitimidade do carisma que lhe fora legado por Vargas, Brizola procurava extrair legitimidade junto às massas para, a seu lado, empunhar o legado trabalhista e nacionalista. Era contudo tarde demais para que houvesse vencedores.

## APELANDO AOS QUARTÉIS

Além do comício da Central do dia 13, ocorreriam dois outros importantes episódios naquele mês de março de 1964 que tocariam de perto a corporação militar e que, por isso mesmo, ajudariam a compor o ato final do regime. Trata-se da rebelião dos marinheiros e da reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, ambas no Rio de Janeiro. A inquietação militar alentada há vários anos por pregações doutrinárias nas Forças Armadas e depois pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), financiado pelos empresários, fornecia evidências de como se dava a influência da política trabalhista e reformista, e até mesmo comunista, na sociedade e nos quartéis. De fato, há muito as eleições bianuais para a diretoria do Clube Militar revelavam disputas ideológicas. Mais do que isso, o movimento de contragolpe, em novembro de 1955, dera, como vimos, um alento especial à ligação da esquerda com os nacionalistas das Forças Armadas. O nacionalismo se associou ao legalismo, embora essas ligações nem sempre ficassem claras (Rouquié, 1986).

Esse aspecto da ligação entre PTB/nacionalistas e militares costuma ser pouco lembrado, não se dando também a devida ênfase às recorrentes tentativas da esquerda de buscar apoio nas tropas. Como lembra Stepan, “também a esquerda procurou os militares a fim de melhorar sua própria posição política e aumentar suas bases no poder” (1985). Ou ainda, como lembra Argelina Figueiredo, já em 1962 se apelava ao Exército para que “restaurasse os poderes do presidente” (1993). Essa capacidade do PTB de influenciar setores militares ou de com eles interagir foi certamente um dos principais fatores para a eclosão do movimento militar. Às vésperas do golpe, os setores mais radicais do PTB, ao perceberem a dimensão

da conspiração militar que se avizinhava, tentaram aderir a uma coalizão proposta pelos setores mais moderados denominada Frente Progressista. Mas a essa altura a mobilização extraparlamentar já era a estratégia mais importante para os radicais, e a determinação dos militares que se opunham a Goulart já se explicitava a favor de uma intervenção. Deflagrado o golpe, o PTB não dispôs da força política nem do apoio militar que tanto preocupavam os chefes na caserna. A avaliação do governo quanto às suas forças militares fora irreal. A avaliação do PTB quanto ao apoio das massas fora igualmente superdimensionada.

O governo chegava ao fim sem que o grupo militar que tomava o poder soubesse exatamente que projeto implantar. O objetivo principal era depor o governo Goulart e isso foi obtido com menos custo do que se imaginava. O golpe, e isto deve ficar bem marcado, não trazia definido um projeto de governo e, muito menos, trazia demarcado que nos próximos anos o país entraria em um de seus piores momentos em termos de liberdades políticas. O que houve a partir de então foi um longo processo de disputas intramilitares e de acirramentos ideológicos que seriam contornados com a concessão de maiores poderes aos “revolucionários” mais radicais de primeira hora, a fim de, com isso, manter a coesão militar.

O PTB foi o alvo privilegiado das conspirações e um fator complicador daquela conjuntura, na medida em que intensificou a política de radicalização. Parafraseando João Pinheiro Neto, a competição entre lideranças “foi aos poucos empurrando o governo para extremos condenáveis” (1993:163).

## O EQUÍVOCO DAS MASSAS

Quando a reação civil e militar ganhou as ruas no dia 1º de abril, trazia em seu rastro uma evidência desconsiderada no âmbito do reformismo petebista: as massas populares haviam sido o objeto privilegiado do discurso reformista, mas não se transformaram em agentes ativos de sua defesa. As massas, reiteradamente nomeadas de quarto poder, ficaram ausentes no momento da resistência. Embora, como querem alguns, a política tenha deixado de ser, durante o governo Goulart, “privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel” (Toledo, 1982:67), o certo foi que na hora do confronto o governo ficou sozinho. Como lembra o ex-ministro da Justiça, Abelardo Jurema, na hora da sublevação militar, as massas estavam imobilizadas. Os líderes operários “não tinham armas nem tampouco qualquer dispositivo de comunicação [...] Do ‘grupo dos onze’, de Brizola, nem fumaça [...]

Da greve geral, nem notícia [...] Da massa na rua para apoio e sustentação ao governo, nem 'protestantes' que não falham nas suas pregações nas praças públicas!"<sup>214</sup> O aprendizado político da mobilização parecia ter sido eficaz apenas entre a classe média e os setores conservadores. Esse fato em si é também uma dura evidência de que o PTB, apesar de sua pregação trabalhista, nacionalista e sindicalista, não foi um instrumento adequado para uma ação política dos trabalhadores autonomamente organizada. Isso já estava claro desde o ascenso dos movimentos grevistas a partir dos anos 50, quando governo e líderes sindicais estabeleceram uma dependência recíproca crescente: os líderes sindicais tiravam seu prestígio do prestígio que obtinham do governo, que, por sua vez, fazia do movimento sindical um indicador de sua força frente aos setores conservadores (Rodrigues, 1981).

De forma correlata ao ocorrido no movimento sindical, o PTB, em nome de uma política de massas, concentrou-se num debate acalorado entre lideranças, num esforço para ungir aquele ou aqueles que seriam, dentro do partido, os mais autênticos representantes dos setores populares. Por tudo isso, o PTB funcionou como um excelente instrumento de mobilização eleitoral, mas pouco contribuiu para a institucionalização das relações de poder, particularmente no que toca à incorporação política da massa trabalhadora. Mais do que isso, ao fazer dela seu público alvo para a propaganda das reformas, e ao insinuar o poder dessas massas para uma solução de força em nome das reformas, o PTB contribuiu para acentuar o *bias* tão presente no país de que os trabalhadores são atores indesejáveis e inconvenientes no processo político.

Outro fator importante para a ausência de participação da massa na resistência ao golpe de 1964 está ligado ao próprio caráter do governo Goulart, marcado por instabilidade, descontinuidades e desorientação. Segundo o ex-ministro Celso Furtado, com Goulart não houve de fato um governo e nem houve condições de governar. Foi um período caracterizado pela transição "para alguma outra coisa", e todos os ministros tinham que se ocupar mais com o que viria depois do que com os assuntos pertinentes às suas pastas. O governo, ainda segundo Furtado, utilizava seus meios não para governar, não para coordenar decisões ou fixar objetivos, mas para dirigir a opinião pública. Primeiro o presidente teve que lutar para obter o

---

<sup>214</sup> Jurema, 1979:253. Sobre as razões ideológicas e políticas que levaram os trabalhadores a se omitir frente ao golpe, e principalmente sobre o apoio dos trabalhadores à intervenção militar, ver Cohen, 1989.



poder contra os vetos militares, depois teve que lutar para recuperar o presidencialismo, e quando o recuperou não tinha mais governo. A par disso, teve que enfrentar precocemente a questão da sucessão presidencial. Dessa forma, “o governo Jango, a rigor, nunca existiu [...] nunca conseguiu sair dessa situação de transitoriedade” (Furtado, 1981:148).

Como legado do governo Goulart, período excepcional para a atuação das lideranças petebistas, ficou o temor ao movimento sindical organizado. A revelação que o golpe nos trouxe foi que esse movimento só era tão forte porque apoiado e consentido pelo governo. De toda forma, perderam os trabalhadores, perdeu a democracia. No campo trabalhista, as organizações sindicais de trabalhadores foram, sem dúvida, as mais atingidas.

Os últimos momentos de existência do PTB revelam a presença de um vigoroso partido eleitoral, desorientado pelo conflito interno quanto às estratégias a serem usadas na sua ação política. Revelam principalmente que a presença entre nós de um partido trabalhista com bases sindicais atuantes, integradas ao sistema político e com uma pauta de valorização da democracia social, econômica e política, continuava sendo uma ilusão: a ilusão trabalhista.

## A QUEDA

Vitorioso o golpe de Estado, o PTB foi o partido mais atingido. Perdeu o governo e figurou em primeiro lugar nas listas de cassações (Kinzo, 1988). Em inícios de junho de 1964, o PTB havia perdido cerca de um quarto dos membros do Diretório Nacional. Num total de 32 cassações estavam incluídos sete dos 21 membros da Comissão Executiva Nacional que acabara de ser eleita dias antes do golpe.<sup>215</sup> Essas perdas atingiram o partido não só pela quantidade como pelo fato de as lideranças mais expressivas terem sido obrigadas a deixar o país, iniciando o que seria um longo exílio.

Instaurado o governo militar, e em meio a perseguições políticas, impôs-se ao PTB um novo dilema. Como em 1945, a grande questão em 1964 era definir que tipo de relação o partido deveria estabelecer com o novo governo. A exemplo do que acontecera na administração Dutra, o PTB passou para a oposição, mas sem o respaldo unânime dos petebistas. Além do mais, a ausência das principais chefias acentuou a disputa pelo controle do partido e o descontentamento em relação aos mecanismos

---

<sup>215</sup> TSE, Processo nº 2.721/64.

internos de participação. Dois grupos emergiram nesse embate. De um lado, os “ortodoxos” (reformistas), como Osvaldo Lima Filho e Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara, que postulavam a oposição do partido ao governo militar e denunciavam o caráter ditatorial do regime. De outro, os “adesistas”, também denominados “dissidência” ou “bigorrilhos”, que defendiam o apoio ao governo Castelo Branco.<sup>216</sup>

Outra clivagem dizia respeito à política interna do PTB, e envolveu uma corrida pelo controle partidário. Um grupo, o dos chamados ortodoxos, representava o domínio janguista, e outro, a ofensiva dos familiares de Vargas. Uma terceira divisão prendia-se às formas de participação, colocando na ordem do dia a questão da democratização interna, contra a qual se erguia a maior parte dos janguistas. A corrida dos Vargas para recuperar a hegemonia no partido ocorreu principalmente na Guanabara, onde Lutero Vargas vetou todas as sugestões de Goulart para a sucessão estadual de 1965.<sup>217</sup> Contra Lutero ficou a maioria dos diretórios paroquiais e da bancada estadual, mas isso não o impediu de impor a candidatura de Lott ao governo estadual, a qual seria logo em seguida impugnada pela Justiça Eleitoral. Quando o PTB/GB, a menos de um mês das eleições de 3 de outubro de 1965, decidiu apoiar Negrão de Lima, isso foi feito com o aval de Lutero, após reafirmar seu domínio sobre a seção.<sup>218</sup>

A Convenção Nacional de 1º de maio de 1965 ratificou o acordo entre “os Vargas” e os “bigorrilhos” na divisão dos cargos de direção. Lutero Vargas foi escolhido presidente da Executiva Nacional e os janguistas perderam posições.<sup>219</sup> O entendimento, no entanto, duraria pouco. Após os resultados das eleições estaduais de outubro de 1965, quando o governo começou a estudar formas de de-

---

<sup>216</sup> Mais uma vez São Paulo liderou um movimento dissidente dentro do PTB visando o apoio ao governo federal. Isso rendeu, em 1965, a expulsão de oito petebistas da seção de São Paulo, liderada por Ivete Vargas. Sobre essas expulsões e as tendências no partido ver *O Estado de S. Paulo*, 2 e 18-4-1965; 12-10-1965 e *O Jornal*, 20-4-1965.

<sup>217</sup> Lutero vetou os nomes de Nelson de Almeida, Doutel de Andrade e Negrão de Lima. Sobre seus esforços para recuperar a direção da legenda, ver o excelente artigo de Carlos Castello Branco em *Jornal do Brasil*, 22-4-1965.

<sup>218</sup> A tensa e tumultuada XII Convenção Regional do PTB/GB, realizada em agosto de 1965, assim como as decisões da Justiça sobre as candidaturas Lott e Negrão estão vastamente documentadas no TRE/RJ sob os processos nºs 119/65, 130/65, 157/65, 172/65 e 184/65.

<sup>219</sup> Na ocasião, além da substituição de Baeta por Lutero e Ermírio de Moraes na presidência do PTB, foram escolhidos 35 novos membros para as vagas do Diretório Nacional, 32 das quais decorrentes de cassações. TSE, Processo nº 2.721/64.

sarticular o sistema partidário existente, os “bigorrilhos”, liderados pelos opositores de Ivete Vargas em São Paulo, tentaram uma última cartada. Ensaíram construir um novo partido trabalhista, reunindo o Partido Republicano Trabalhista, o Partido Trabalhista Nacional e o MTR, contra o domínio de Lutero, Ivete — a parentela — e dos radicais.<sup>220</sup> Nesse mesmo mês de outubro, o Ato Institucional nº 2 dissolveu os partidos existentes no país e impôs o bipartidarismo. O PTB, que majoritariamente aderiu ao partido de oposição então criado, o MDB, acabaria resurgindo 25 anos depois, reeditando entre Ivete e Brizola a velha disputa pela posse do legado getulista. Ou seja, paradoxalmente, este partido, por natureza instável em sua configuração original, foi o que mais raízes deitou em nossa tradição política tão carente de instituições estáveis. Por isso mesmo, excluindo-se o PCB, foi o único caso bem-sucedido de tradição partidária no Brasil.

Vários estudos têm demonstrado a instabilidade e a descontinuidade das instituições partidárias brasileiras e têm apontado ser isso um dos problemas básicos a explicar a fragilidade da democracia no país.<sup>221</sup> Ao contrário de outros países, latino-americanos ou não, que passaram por ditaduras na segunda metade do século XX, o Brasil não apresentou uma estrutura partidária arraigada, capaz de sobreviver aos anos de arbítrio. A exceção ficou por conta do PTB, que demonstrou ter fôlego e sobrevida para além do regime militar. Isto porque, por tudo que foi visto aqui, a par de sua faceta de partido, representou também um movimento que atingiu a população de diversas maneiras. Em seu nome, grandes questões nacionais foram propagandeadas e vários atores políticos, de alguma maneira, se sentiram nele contemplados, especialmente trabalhadores e sindicatos. A par de tudo isso, soube como ninguém hastear a bandeira do nacionalismo e da soberania nacional num momento em que esses temas calavam fundo nos setores metropolitanos progressistas. Com uma agenda tão vasta de questões e princípios, o PTB usou a mística de Vargas como cimento para dar unidade e consistência à sua ação. O PTB foi o lado institucional do carisma de Vargas. Como tal, foi o principal beneficiário da herança popular do ex-ditador, mas essa herança lhe rendeu vários constrangimentos internos e, como seria de esperar, reservas e suspeitas de seus concorrentes eleitorais.

---

<sup>220</sup> Ver por exemplo *O Estado de S. Paulo*, 17, 23, 24 e 26-10-1965.

<sup>221</sup> Entre os autores que têm examinado esse tema destaca-se Bolívar Lamounier. E entre suas obras, chamamos a atenção para um trabalho em co-autoria com Rachel Meneguello. *Partidos políticos e consolidação democrática* (1986).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários trabalhos mencionam o PTB como um partido originado de três correntes políticas: os sindicalistas, os doutrinários-reformistas e os pragmáticos.<sup>222</sup> A primeira seria composta pela elite de dirigentes sindicais que se formou no Estado Novo em todo o país. A segunda, por teóricos trabalhistas, entre os quais Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Salgado Filho e Lúcio Bittencourt, e reformistas como Leonel Brizola e Sérgio Magalhães. A terceira, por uma gama de políticos de extração social variada e com objetivos claros de ascensão política, mas que tinham em comum afinidades com o getulismo, e particularmente com seu filão eleitoral.

Ao fim da década de 60, Guerreiro Ramos, sociólogo e ex-deputado federal pelo PTB, fez um balanço desanimador da atuação do partido e do trabalhismo na política nacional e traçou um perfil que influenciou análises futuras (Ramos, 1971). A eleição de Jânio Quadros em 1960 teria expressado a crise de representatividade dos partidos brasileiros, que se distanciavam cada vez mais do nível de “discernimento das massas”. Essa crise de representação atingia diretamente o PTB, que estaria então encerrando o ciclo beneficiário do carisma de Vargas e promovendo o divórcio entre o paternalismo janguista e uma ala disposta a adaptar o partido à nova consciência nacional.

Para Ramos, as eleições de 1958 e 1960 indicaram o fim do ciclo inicial do trabalhismo, e o PTB, se quisesse se transformar no “órgão de excelência das aspirações da coletividade trabalhadora do país”, teria que livrar-se de quatro “doenças”: o varguismo, o janguismo, o peleguismo e o expertismo. Vargas teria sido “o gênio do empirismo e, por isso mesmo, dócil à resultante dos fatos”, mas o varguismo não se consubstanciou numa doutrina. Continuou sendo um elemento residual importante de crenças e impressões valorativas. O janguismo, por sua vez, seria uma forma de “seguidismo”. Goulart apresentou-se como herdeiro e seguidor de Vargas, e as posições que tomou em defesa de reivindicações salariais e sindicais deram-lhe grande prestígio. Todavia, Goulart pautou sua atuação pela manipulação das cúpulas partidária e sindical e não se dedicou à organização das bases partidárias, isto é, dos trabalhadores.

Assim, o PTB não se transformou num partido de massas, o que, segundo Guerreiro Ramos, abriu espaço para o peleguismo, “irmão siamês do varguismo

---

<sup>222</sup> Este é por exemplo o caso de Bodea, 1984.

e do janguismo”. O “expertismo”, por sua vez, indicava que, em termos doutrinários, o trabalhismo se utilizou de teorias encomendadas a *experts*, não as formulando a partir de suas lutas internas e de sua prática concreta. O PTB constituía, assim, mais uma das invenções do “Brasil legal”. O PTB, sob essa ótica, aparece como uma entidade que se originou de uma doutrina trabalhista, mas que colocou a ideologia a serviço de interesses personalistas. Essa interpretação aparece com nuances diferentes em trabalhos mais recentes, como a rigorosa pesquisa de Benevides sobre o PTB paulista e o livro de Delgado.<sup>223</sup> Benevides confessa sua perplexidade ante o desempenho da seção do PTB em São Paulo. No estado onde a classe operária era mais significativa, o partido não foi eleitoralmente bem-sucedido e o varguismo conviveu sempre com lideranças locais estranhas a seus quadros, como Ademar de Barros e Jânio Quadros. O petebismo em São Paulo teria sido sinônimo de varguismo, ademarismo e janismo, mas não de trabalhismo. A autora destaca a fragmentação, as lutas internas, o fisiologismo, os expurgos, o adesismo e a ambigüidade da seção paulista, onde nem Brizola nem Goulart conseguiu se impor. A desarticulação política, a inconsistência ideológica e a longevidade nos cargos de mando tinham como contrapartida em São Paulo o fracasso nas urnas. Tudo confirmava, segundo a autora, a “originalidade do PTB paulista”. Essa originalidade, no entanto, não vinha do relacionamento com o movimento sindical, pois repetiu-se ali a estratégia de alianças com as cúpulas. A originalidade, portanto, só poderia vir da dinâmica da luta pelo poder dentro do partido. Mas, como procuramos demonstrar, os fatores de instabilidade que estiveram presentes em São Paulo foram, com pequenas variações, os mesmos que atuaram no plano nacional. Ou seja, se existe uma especificidade do PTB paulista, esta não é dada pelo critério regional e sim pelo formato institucional que o partido adotou em seu nascedouro.

Delgado, por seu turno, enfatiza a dualidade do partido, ao mesmo tempo personalista e reformista. O PTB tinha a “dupla face” do pragmatismo e da ideologia no seu nascimento e, a partir de 1952, com a ascensão de Goulart, a corrente reformista teria se tornado hegemônica. Essa corrente seria marcada pela doutrina, pela demanda de uma organização autônoma para os trabalhadores, pelo fortalecimento da agremiação, pela independência do partido frente às estruturas estatais, pela coerência ideológica e por um novo compromisso com os sindicatos. Goulart, por essa razão, teria sido um “marco” na história do PTB, como evidenciado na

---

<sup>223</sup> Ver Benevides, 1989; e Delgado, 1989.

aliança que estabeleceu à época com o PCB. Mas essa posição “hegemônica”, segundo a autora, teve que se render à força do adesismo, do peleguismo, do controle social e da cooptação, práticas que, paralelamente, foram desenvolvidas pelo próprio Goulart.

As dificuldades enfrentadas por Delgado surgem exatamente porque a autora insiste em trabalhar com a clivagem ideológica *versus* pragmatismo, como se isso fosse traço peculiar do PTB ou característica desviante da vida política. Se algo deu ao PTB um perfil específico foi o seu modelo genético e o tipo de luta interna que travou, o que acabou definindo a sua ação política. Luterio Vargas, Ivete Vargas, Leonel Brizola e Fernando Ferrari são exemplos da inverossimilhança dessa clivagem no caso do PTB.

O nacionalismo no PTB *não* foi incompatível com o empreguismo, nem o reformismo foi antítese de clientelismo ou de atrelamento ao Estado. Ao contrário, foi bem-sucedido no partido e nas urnas quem conseguiu unir essas estratégias. A questão central foi o conflito persistente no interior do partido, gerando desarticulação, instabilidade e ausência de procedimentos estáveis. As origens desse conflito remetem às próprias origens do partido e ao formato que consolidou através dos tempos. A par disso, a rotinização e a dispersão do carisma formaram o núcleo central da vida partidária. Foi esse núcleo que deu ao partido a identidade aqui discutida, definiu seus limites e sucessos e, ao mesmo tempo, pavimentou sua rota da desintegração. Para que continuasse existindo como um caso bem-sucedido de rotinização do carisma e como um exemplo de tradição partidária, talvez precisasse de menos radicalização ideológica e de mais estabilidade nas instituições políticas brasileiras. Um partido instável no poder, como ocorreu a partir de 1961, só poderia acelerar a instabilidade institucional de nosso modelo político. E essa instabilidade, como tentamos demonstrar, não derivou das bases sociais do partido ou das disputas ideológicas travadas a seu redor.

Como o conflito interno no PTB se deu da forma discutida neste trabalho, como esse conflito definiu as estratégias de ação do partido e como essas estratégias foram cruciais na definição dos rumos da política nacional, fica, portanto, patente a centralidade do PTB na crise do regime. Fica evidenciado também que, a par de outras alternativas de análise, o enfoque aqui apresentado é uma vertente segura para se estudar a dinâmica e o papel dos partidos políticos e seus reflexos no sistema político. Finalmente, conviria lembrar que novos estudos precisariam ser feitos sobre as origens e a estrutura interna de outros partidos brasileiros para que outras abordagens comparativas fossem realizadas.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

Afonso, Almino. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1978.

———. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1981.

———. *Raízes do golpe*; da crise da legalidade ao parlamentarismo, 1961-1963. São Paulo, Marco Zero, 1988.

Alves, Ciribeli. *Quando surgiu a campanha queremista*. CDA/Queremismo, FGV/CPDOC.

Amorim, Paulo Henrique. Sua excelência, o pelego. *Realidade* (24):152-60, mar. 1968.

Attlee, Clement. *Bases e fundamentos do trabalhismo*. Rio de Janeiro, A Noite, s./d.

Bandeira, Muniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

Basbaum, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

Bastos, Suely. A cisão do MTR com o PTB. In: Fleischer, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília, UnB, 1981.

Benevides, Maria Victória de Mesquita Neves. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

———. *A UDN e o udenismo*; ambigüidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

———. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

———. *O velho PTB paulista*; partidos, sindicatos e governo em São Paulo: 1945-1964. São Paulo, Brasiliense, 1989.

Bodea, Miguel. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Iuperj, 1979.

———. *Trabalhismo e populismo*; o caso do Rio Grande do Sul. São Paulo, USP, 1984. (Dissertação de Mestrado.)

Boito, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1991.

Cabral, Elza Borghi de Almeida. *O queremismo na redemocratização de 1945*. Niterói, UFF, 1974. (Dissertação de Mestrado.)

*Cadernos Trabalhistas* (2), 1980.

Camargo, Aspásia. *Bresil Nordest*. Mouvements paysans et crise populist. École Pratique des Hautes Études, 1973. (Tese de Doutorado.)

———. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1981.

——— & Góes, Walder de (orgs.). *Meio século de combate*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Carvalho, Maria Isabel Valladão de. *A colaboração do Legislativo durante o governo JK*. Rio de Janeiro, Iuperj, 1977. (Tese de Mestrado.)

Castello Branco, Carlos. *Introdução à revolução de 1964; a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

———. *Partidos e políticos*. Rio de Janeiro, JB, 1988.

Chilcote, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro; conflito e integração*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

Coelho, Saldanha. *Um deputado no exílio*. Rio de Janeiro, Leitura, 1965.

———. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1987.

Cohen, Youssef. *The manipulation of consent; the State and working-class consciousness in Brazil*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1989.

Costa, Octávio. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1992.

Couto, Pedro F. do. *O povo e o voto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Cruz, Adelina Novaes et alii (orgs.). *Impasse na democracia brasileira, 1951/1955*. Rio de Janeiro, FGV, 1983.

D'Araujo, Maria Celina. *O PTB de São Paulo; de Vargas a Ivete*. Rio de Janeiro, 1988. (Textos CPDOC.)

———. *O segundo governo Vargas*. São Paulo, Ática, 1992.



——— & Soares, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *21 anos de regime militar; balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

———; Soares, Gláucio Ary Dillon & Castro, Celso (orgs.). *Visões do golpe; a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Delgado, Lucília Mendes de Almeida Neves. *O comando geral dos trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1985.

———. *O PTB; do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1984.

Dines, Alberto. *Os idos de março*. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964.

*Discursos parlamentares*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1983.

Dreifuss, René. *1964. A conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.

Duverger, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Erickson, Kenneth P. *O sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Ernanny, Drault. *Meninos eu vi... e agora posso contar*. Rio de Janeiro, Record, 1988.

Estrada, Jorge Duque. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1977.

Faria, Hugo de. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1983.

Figueiredo, Argelina C. *Democracia ou reformas; alternativas democráticas à crise política 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

Franco, Afonso Arinos de Mello. *A escalada*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

———. *O intelectual e o político; encontros com Afonso Arinos*. Brasília, Senado Federal/Dom Quixote, 1983.

——— & Quadros, Jânio. *História do povo brasileiro*. São Paulo, Culturais, 1987.

Furtado, Celso. Da República oligárquica ao Estado militar. In: *Brasil tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

- . O Brasil não se desenvolveu. In: Mota, Lourenço Dantas. *História vivida*. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981.
- Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.
- . Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- & D'Araujo, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1987.
- Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1987.
- Greenstone, David. *Labor in American politics*. Vintage Books, 1970.
- Grynszpan, Mário. Auto-retrato de uma candidatura, Tenório Cavalcanti e as eleições de 1962 ao governo do Estado do Rio. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1982. mimeog.
- Hippolito, Lúcia. *PSD; de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- Jaguaribe, Hélio. A renúncia do presidente Jânio Quadros e a crise da política brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(1), 1961.
- Jurema, Abelardo. *Sexta-feira 13*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.
- . *Juscelino e Jango; PSD e PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1979.
- Kinzo, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo; gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo, Vértice, 1988.
- . O legado oposicionista do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: Soares, Gláucio Ary Dillon & D'Araujo, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar; balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.
- Kubitschek, Juscelino. *A escalada política: meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro, Bloch, 1976.
- Lacerda, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- Lafer, Celso. *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan — 1956-1961*. Cornell University, 1970. (PhD Thesis.)
- Lamounier, Bolívar & Meneguello, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

- Laslett, John. *Labor and the left; a study of socialism and radical influence in American labor movement, 1881-1924*. New York, Basic Books, 1970.
- Lima, Adamastor. *Da política personalista à política partidária*. Rio de Janeiro, Domingos Olympio, 1955.
- Lima Junior, Olavo Brasil. *Partidos políticos brasileiros, 45-64*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- Mackenzie, Robert. *British political parties*. London, Heinemann, 1967.
- Madsen, Douglas & Snow, Peter G. *The charismatic bond; political behavior in time of crisis*. Cambridge, Harvard University Press, 1991.
- Magalhães, Juraci. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- Magalhães, Sérgio. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1978 e 1985.
- Maranhão, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Michels, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília, UnB, 1982.
- Moisés, José Álvaro. 1953, a greve dos 300 mil em São Paulo. *Contraponto*. 1976.
- Moraes, Denis de & Viana, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- Moraes Filho, Evaristo de. *O socialismo brasileiro*. Brasília, UnB, 1981.
- Morel, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- Oliveira, Lucia Lippi. *Partidos políticos brasileiros; o Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro, Iuperj, 1973. (Tese de Mestrado.)
- . *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1990.
- Pandolfi, Dulce. *Rasgando a fantasia*. Niterói, UFF, 1994. (Tese de Doutorado.)
- Panebianco, Angelo. *Political parties: organization and power*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- Parker, Phyllis R. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

- Pedroso Júnior, José Correia. *As origens do PTB*. São Paulo, s./d.
- Peixoto, Alzira Vargas do Amaral. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1979 e 1981.
- Peixoto, Ernani do Amaral. *Artes da política*; diálogos com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- Pelegrini, Virgínia Maria Cristina. *O PTB em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, PUC/SP, 1989. (Tese de Mestrado.)
- Pelling, Henry. *American labor*. Chicago, University of Chicago, 1960.
- . *Origins of the Labour Party, 1880-1900*. Oxford, Oxford University Press, 1965.
- Picaluga, Isabel. *Partidos e classes sociais*; a UDN na Guanabara. Petrópolis, Vozes, 1980.
- Pinheiro Neto, João. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1977.
- . *Jango*; um depoimento pessoal. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- Pizzorno, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. In: Pizzorno, Kaplan & Castells. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires, Siap, 1976.
- Przeworski, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- Puddington, Arch. O papel do trabalhismo na política americana. *EUA em Foco*, 1(1).
- Ramos, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- Riedinger, Edward A. *Como se faz um presidente*; a campanha de JK. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- Rocha, Euzébio. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1984.
- Rocha, Hildon. *Memória indiscreta*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- Rodrigues, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária. In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1981.

Roth, Guenther. *The social democrats in imperial Germany*. New York, Arno Press, 1979.

Rouquié, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1986.

Ryff, Raul. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1982.

Santos, Wanderley Guilherme dos. *1964: anatomia do golpe*. São Paulo, Vértice, 1986.

———. *Crise e castigo*; partidos e generais na política brasileira. São Paulo, Vértice, 1987.

Schmitter, Philippe. Still the century of corporatism. *The Review of Politics*, 36(1), Jan. 1974.

Schorske, Carl. *German social democracy 1905-1917*; the development of great chism. Cambridge, Harvard University Press, 1983.

Schweinitz Jr., Karl. *Industrialization and democracy*; economic necessities and political possibilities. London, Free Press, 1964.

Shils, Edward. The concentration and dispersion of charism. *World Politics*, 11, Oct. 1958/July 1959.

Silva, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe*. Porto Alegre, LP&M, 1978.

Silva, José Wilson da. *O tenente vermelho*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

Skidmore, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga, 1969.

Soares, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

*A social democracia e o trabalhismo inglês*. Brasília, UnB, 1982.

Souza, Amaury de. *The nature of corporatist representation: leaders and members of organized labor in Brazil*. MIT, 1978. (PhD Thesis.)

——— et alii. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iuperj, ago. 1985. (Série Estudos, 40.)

Souza, Maria do Carmo Campello e. *Estado e partidos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

Stepan, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1985.

Talarico, José Gomes. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1982, 1985 e 1987.

Tavares, A. de Lira. *O Brasil de minha geração*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

Toledo, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). *Boletim Eleitoral*, fev. 1960.

———. *Boletim Eleitoral*, ago. 1961.

———. *Boletim Eleitoral*, fev. 1963.

———. *Boletim Eleitoral* (382), maio 1983.

———. *Dados estatísticos*. Departamento de Imprensa Nacional.

Vale, Osvaldo Trigueiro do. *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

Vargas, Ivete. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1978 e 1979.

Vargas, Lutero. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1983, 1985 e 1988.

———. *Getúlio Vargas; a revolução inacabada*. Rio de Janeiro, Bloch, 1988.

Vecchio, José. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1983.

Viana, José de Segadas. *Depoimento*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1983, 1985 e 1987.

Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Webb, Sidney & Webb, Beatrice. *The history of trade unionism*. London, 1920.

Weber, Max. *On charism and institution building*. Edited by S. N. Eisenstadt. Chicago, University of Chicago Press, 1968.

Weffort, Francisco. *Sindicatos e política*. São Paulo, USP, 1972. (Tese de Livre Docência.)

———. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Weiss, Michael. *Cold warriors and coup d'Etat*; Brazilian-American relations, 1945-1964. Albuquerque, University of Albuquerque Press, 1993.

Wertheimer, Egon. *El laborismo británico*. Madrid, Editorial España, 1930.

# ÍNDICE

## A

Abelheira, Fernando .....	75
Acyoli, Roberto .....	71, 75
Afonso, Almino .....	25, 61, 135, 141, 149, 151-3
Aguiar, Antônio de Oliveira .....	30
Aguiar, Frota .....	73, 90, 98
Ala Autonomista .....	79
Ala Moça .....	120, 128-9
Alberto, João .....	31
Aliança Social Trabalhista .....	64, 149
Almeida, Francisco Pinto de .....	30
Almeida, João Batista de .....	98
Almeida, Nelson de .....	166
Almeida, Rui .....	66, 73
Alves, Antônio Érico Figueiredo .....	32
Alves, Ciribeli .....	26
Alves, Jovelino Fernando .....	30
Alves, Landulfo .....	43-4, 56
American Federation of Labor .....	54
American Foreign Power (Amforp) .....	145
Andrade, Auro Moura .....	143-4
Andrade, Doutel de .....	11, 93, 128, 166
Aprile, Mário .....	81
Aranha, Osvaldo .....	28, 110
Arantes, Aldo .....	148
Araújo, Clay .....	161
Arinos, Afonso .....	119
Arraes, Miguel .....	148
Assembléia Constituinte de 1891 .....	22
Assembléia Legislativa .....	64-5, 82, 91
Ato Institucional nº 2 .....	167
Attlee, Clement .....	54
Automóvel Clube do Brasil .....	162

## B

Baeta <i>ver</i> Neves, Paulo Baeta	
Banco do Brasil .....	90

Bandeira, Moniz .....	11
Baraúna, Herosílio .....	32, 44
Barbosa, José .....	56, 77
Barreto, Barros .....	28
Barros, Ademar de .....	45, 52, 56-7, 66, 70, 78-80, 106, 109-12, 118, 134, 169
Barroso, Parsifal .....	117, 119, 124
Bastos, José Ferrugem de Mello .....	73
Batalha, Aparício .....	32
Battendieri, Nério .....	115
Beltrão, Ademar .....	29
Berardo, Rubens .....	75
Bezerra, Gregório .....	50
Biruti, Álvaro .....	56
Bittencourt, Lúcio .....	90, 92, 99, 105-7, 110-1, 168
Bocaiúva, Baby .....	157
Borges, Mauro .....	148
Borghi, Hugo .....	33-4, 36-8, 40, 43-5, 52, 58, 66, 68, 77-80, 88, 90, 109
Bossa Nova .....	120, 128
"Botinada", Nelson <i>ver</i> Fernandes, Nelson	
Braga, Odilon Furtado de Oliveira .....	28-9
Branco, Carlos Castello .....	13
Branco, Castelo .....	117, 166
<i>Brasil-Portugal</i> .....	49, 68
Brizola, Leonel .....	9-14, 20, 23, 74, 87, 93-4, 98, 100, 109-11, 118-9, 123, 125, 128-30, 133, 135, 138, 141, 144-6, 148-50, 152-7, 159-63, 167-70
Bulhões, Octavio Gouvêa de .....	144

## C

Café Filho, João .....	73, 100, 105
Câmara dos Deputados .....	29, 36, 39, 49-50, 58, 63-4, 68, 70, 74, 81, 86, 94, 100, 105, 118-20, 125, 135, 141-2, 144, 147, 149, 151, 157, 166
Câmara Federal <i>ver</i> Câmara dos Deputados	
Câmara Municipal do Rio de Janeiro .....	48, 64, 70, 74



Câmara, padre Alfredo de Arruda .....	50	Coelho, Danton. ....	54-8, 70-1, 79, 88-90, 98, 105-6, 110-2
Campanha da Legalidade .....	141	Collor, Lindolfo .....	52
Campista, Ari. ....	111	Comando Geral dos Trabalhadores. ....	145, 150, 152
Campos, Milton. ....	112	Comando Nacional de Greve .....	144
Campos, Roberto. ....	144	Comício da Central do Brasil. ....	155-6, 158, 161-2
Cardia, Luís Fiúza .....	76-7	Comissão de Mobilização Econômica .....	66
Cardia, Waldimir .....	23	Comissão do Bem-Estar Social. ....	71
Cardoso, Leônidas. ....	110	Comissão do Imposto Sindical. ....	29, 67, 71
Carta Brandi. ....	111	Comissão Executiva Nacional. ....	27, 31, 34, 37, 40, 43-4, 51, 54, 56-7, 77, 87-9, 97, 99, 109, 113, 119, 126, 128, 161, 165-6
Carta de Lisboa <i>ver</i> Encontro de Trabalhistas do Brasil com Trabalhistas no Exílio		Comissão Executiva Provisória. ....	51, 56, 72
Carta Testamento. ....	11, 20, 99, 116	Comissão Executiva Regional. ....	67, 71, 73, 78
Cartório Alceu Felicíssimo, 5º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro .....	28	Comissão Nacional de Coordenação Política. ....	37, 40
Caruzo, João .....	157, 161	Comissão Provisória Nacional. ....	11
Carvalho, Antônio Francisco. ....	27-9, 32, 34, 38	Conceição, Jelmirez Belo. ....	32
Carvalho, Barros de .....	124, 133	Confederação dos Trabalhadores do Brasil. ....	40
Carvalho, Orlando de .....	77	Confederação Geral dos Trabalhadores .....	40
Castro, Caiado de .....	105	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria .....	29, 111, 117, 131-2
Castro, Fidel .....	135	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio .....	29, 67
Catalão, Eduardo .....	128	Congresso Mundial Trabalhista, I. ....	114
Cavalcanti, Deocleciano de Holanda. ....	77, 111	Congresso Nacional. ....	14, 35, 48, 66, 71-2, 86, 91, 93, 106, 110, 114, 119, 123, 129, 134, 137, 143-5, 147-50, 153, 155-62
Cavalcanti, Edson Pitombo .....	97	Congresso Sindical de 1946 .....	38
Cavalcanti, Sandra. ....	13	Conselho Fiscal. ....	44, 67, 91
CEN <i>ver</i> Comissão Executiva Nacional		Conselho Nacional do Trabalho .....	29, 31
Centros Trabalhistas de Estudos Políticos. ....	27	Conselho Político .....	113
Cerqueira, Benedito. ....	161	Conselho Sindical. ....	114, 161
César, Afonso .....	92	Consolidação das Leis do Trabalho. ....	96, 138
CGT <i>ver</i> Comando Geral dos Trabalhadores		Constituição da Guanabara de 1961 .....	64
Chuhay, Eduardo .....	11	Constituição de 1946. ....	15, 81, 157
Cirilo Júnior. ....	45	Convenção da UDN de 1964. ....	158
CLT <i>ver</i> Consolidação das Leis do Trabalho		Convenção Estadual .....	77
Clube da Lanterna. ....	117	Convenção Nacional. ....	86
Clube Militar .....	115, 162	Convenção Nacional do PTB, I. ....	31-4
CNTC <i>ver</i> Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio		Convenção Nacional do PTB, II .....	43-4
CNTI <i>ver</i> Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria		Convenção Nacional do PTB, IV. ....	56, 88
Código Nacional de Telecomunicações. ....	137		
Coelho, Alfrío Sales .....	124		

Convenção Nacional do PTB. V.....	89
Convenção Nacional do PTB. VI.....	91
Convenção Nacional do PTB. VII.....	93-4
Convenção Nacional do PTB. VIII. . .	107, 109-10
Convenção Nacional do PTB. IX.....	113
Convenção Nacional do PTB. X.....	113-4
Convenção Nacional do PTB. XI.....	126, 128-30
Convenção Nacional do PTB. XII.....	130-3
Convenção Nacional do PTB. XIII.....	136, 138
Convenção Nacional do PTB. XIV.....	160-2
Convenção Nacional do PTB. XV.....	166
Convenção Regional do PTB/GB.....	166
Costa, Armando Afonso.....	32
Costa, Fernando.....	26, 76
Costa, Geraldo Calmon.....	75
Costa, João Falcão da.....	109
Costa, Luís França.....	29
Costa, Octávio.....	142
Coutinho, Moisés.....	29
Cruz, Eliezer.....	30
Cunha, Bocayuva.....	128
Cunha, Melo.....	105

## D

Dantas, San Tiago.....	119, 125, 128, 132-3, 143
Danton <i>ver</i> Coelho. Danton	
De Gaulle, Charles.....	102
Declaração de Goiânia.....	148
Declaração Universal dos Direitos Humanos. . .	11
Decreto nº 2.065.....	13
Decreto nº 9.070.....	40, 47, 114
Delegacia Regional do Trabalho.....	98
<i>Democracia, A.</i> .....	53
Departamento de Estado norte-americano. . .	31
Departamento de Imprensa e Propaganda . . .	26
Departamento Nacional do Trabalho. . . . .	24, 27, 34, 63, 76, 88
Devizate, Antônio.....	23
Dia do Trabalhador.....	92
DIP <i>ver</i> Departamento de Imprensa e Propaganda	
Diretório de Santa Catarina.....	111

Diretório Nacional. . . . .	27-8, 31-4, 38, 43, 51, 56-7, 63, 68, 75, 77, 79, 83, 86-9, 91, 93-5, 97, 105, 109, 111-3, 126, 161, 165-6
Diretório Nacional Provisório.....	28, 30, 63
Diretório Profissional de Jornalistas.....	77
Diretório Regional de São Paulo. . .	76-8, 107, 111
Diretório Regional do Distrito Federal. . . . .	63, 67-8, 72-3
Diretório Regional do Paraná.....	111
Diretrizes e Bases da Educação.....	127, 137
<i>Diretrizes</i> .....	53
DN <i>ver</i> Diretório Nacional	
DNT <i>ver</i> Departamento Nacional do Trabalho	
Dornelles, Dinarte.....	90
Dornelles, Ernesto.....	89, 124
Duarte, Calixto Ribeiro. . .	27, 29, 32, 38, 44, 67
Duarte, Luís Ribeiro.....	30
Dutra, Eloy.....	75
Dutra, Eurico Gaspar. . . . .	30-1, 33-6, 38, 40-1, 45-7, 51, 58, 61, 71, 77-8, 112, 165

## E

Eletrobrás.....	107, 114, 127
Emenda Constitucional nº 4.....	143
Emenda Constitucional nº 11.....	9-10
Encontro de Trabalhistas do Brasil com Trabalhistas no Exílio.....	11-2
Estado Novo. . . . .	20-2, 24, 26-7, 29, 47, 58, 66, 70-1, 76-7, 88-9, 91, 105, 168
Estatuto do Trabalhador Rural.....	115
Estrada, Jorge Duque.....	77
Eugênia, dona.....	71
Exército.....	112, 116-8, 122, 162
Exército, III.....	141

## F

Fadul, Wilson.....	128
Falcão, Hildebrando.....	109
Falcão, José Emílio.....	56
Farah, Benjamin.....	37, 66

Faria, Hugo de .....	99	Fonseca, Manuel Antônio .....	27, 29
Farias, Severino Ramos de .....	32	Fontenelle, Manoel Benício .....	65, 69
Faulhaber, Frederico .....	32	Fontes, Lourival .....	56, 105
Federação das Uniões dos Vendedores e Viajantes Comerciários do Brasil .....	29	Fontoura, Olavo .....	81
Federação dos Empregados no Comércio Hote- leiro do Rio de Janeiro .....	28-9	Forças Armadas. ....	114-7, 118, 121, 126, 132, 139-41, 146, 162
Federação dos Estivadores do Rio de Janeiro. ....	30	França, Luís Augusto .....	27-34
Federação dos Gráficos .....	134	Freire, Vitorino .....	34
Federação dos Marítimos .....	29, 98	Frente de Libertação Nacional .....	145, 147-9
Federação dos Sindicatos dos Empregados no Co- mércio do Rio de Janeiro .....	29, 65	Frente de Mobilização Popular. ....	145, 149-50, 153
Federação dos Trabalhadores na Indústria de Ali- mentação de São Paulo .....	77	Frente de Novembro .....	115-7
Federação dos Trabalhadores na Indústria de Ali- mentação do Rio de Janeiro .....	29, 38, 63	Frente Parlamentar Nacionalista. ....	125, 129, 133, 149
Federação dos Trabalhadores na Indústria de Ves- tuário .....	76	Frente Populista .....	106, 118
Federação dos Trabalhadores no Comércio do Rio de Janeiro .....	29, 38	Frente Progressista .....	163
Federação dos Vendedores Viajantes do Rio de Ja- neiro .....	29	Frente Trabalhista Brasileira .....	90
Federação Nacional dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares .....	29	Fundo Monetário Internacional .....	122
Federação Nacional dos Trabalhadores em Carris Urbanos do Leste do Brasil .....	30, 38	Fundo Nacional de Proteção ao Trabalhador. ....	127
Federação Nacional dos Trabalhadores no Co- mércio Armazenador .....	29	Fundo Sindical .....	90, 110
Fernandes, Nelson .....	32, 36-7, 55, 76	Furtado, Celso .....	164
Ferrari, Fernando. ....	74, 107, 109, 111-4, 118-20, 123, 125-6, 128-9, 131, 135-6, 142-3, 153, 168, 170		
Ferraz, Carlos do Couto .....	11		
Ferreira, Aristóteles .....	32		
Figueiredo, Argemiro .....	120, 128		
Figueiredo, João Batista .....	13		
Figueiredo, Morvan Dias .....	40, 76		
Fiori, Romeu José .....	27, 30, 32, 43-4, 56, 97		
FLN <i>ver</i> Frente de Libertação Nacional			
FMP <i>ver</i> Frente de Mobilização Popular			
Fonseca, Alexandre .....	32		

Gabinete Executivo.....	138
Galglione, Dermeval.....	75
Galvão, Georges.....	109
Galvão, Ney.....	146
Gama, Nogueira da.....	137
Garrido, Célia.....	30
Gomes, Armando.....	76
Gomes, Eduardo.....	30, 53, 57, 70, 118
Gomes, Eurico Souza.....	56
Gordon, Lincoln.....	144
Goulart, João.....	15, 20, 61, 70, 72-5, 79, 81, 87-8, 91-100, 104-7, 109-14, 117-20, 123, 125-6, 128-36, 139, 141-7, 150-66, 168-70
Grande, Humberto.....	115
Grupo Compacto.....	120, 151
Guerra Fria.....	22, 140, 154
Guimarães, João Lima.....	56
Guimarães, Napoleão de Alencastro.....	53, 70, 73, 98, 105-6, 110

Gulizza, Salvador ..... 32  
 Gusmão, Roberto..... 133

## H

Hitler, Adolf..... 102

## I

IAPB *ver* Instituto de Aposentadoria e Pensões  
 dos Bancários

IAPC *ver* Instituto de Aposentadoria e Pensões  
 dos Comerciais

IAPL *ver* Instituto de Aposentadoria e Pensões dos  
 Industriários

IAPM *ver* Instituto de Aposentadoria e Pensões  
 dos Marítimos

Iaptec *ver* Instituto de Aposentadoria e Pensões  
 dos Trabalhadores em Comércio

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ban-  
 cários ..... 135

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Co-  
 merciais..... 71, 76, 133

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Indus-  
 triários..... 92

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marí-  
 timos..... 98

Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Tra-  
 balhadores em Comércio 30, 71, 77, 92, 133

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais... 162

Instituto de Previdência e Assistência dos Ser-  
 vidores do Estado..... 97

Instituto Superior de Estudos Brasileiros... 122

Internacional Socialista..... 13

International Telegraph Telephone (ITT) ... 145

Ipase *ver* Instituto de Previdência e Assistência  
 dos Servidores do Estado

Ipes *ver* Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

Iseb *ver* Instituto Superior de Estudos Brasileiros

## J

Jacobina Filho, Antônio..... 32

Jango *ver* Goulart, João

Jereissati, Carlos..... 128

Jobim, Walter ..... 45

Joffily, José ..... 115

Julião, Francisco..... 146

Junqueira, José ..... 36, 44

Jurema, Abelardo ..... 163

Justiça do Trabalho ..... 76

Justiça Eleitoral..... 87, 90, 145, 166

## K

Kubitschek, Juscelino. . . 80, 105, 107-14, 116-7,  
 119, 122-6, 129, 131, 133, 136, 152

## L

Labour Party..... 41, 53-4, 114

Lacerda, Carlos..... 134

Lafayette, Arnaldo ..... 161

“Laranjeiras” *ver* Almeida, João Batista de

Largura, Aristides..... 32

Lei Eleitoral ..... 114, 137, 148

Lei nº 6.767..... 10

Lei Orgânica da Previdência Social... 124, 130

Leite, Alcides Tenório ..... 30

Leite, Hilda..... 30, 32

Ligas Camponesas ..... 125, 146

Light and Power..... 131

Lima Filho, Oswaldo..... 129, 166

Lima Filho, Vivaldo..... 56

Lima, Fiuzza..... 32

Lima, Hermes ..... 144, 151

Lima, Ilacir Pereira ..... 32, 40, 43-4, 56, 97

Lima, Otacílio Negrão de ..... 38, 40, 166

Lima, Renato Costa..... 120

Lima, Roberto Gonçalves ..... 75

Lima, Santa Cruz..... 32

Lima, Vivaldo ..... 44, 105

Lima Sobrinho, Barbosa ..... 148

Lins, Vieira ..... 90, 111

Lott, Henrique Teixeira. . . 80, 112, 114, 116-8,

125, 129-34, 143, 166

Lucas, Nemo Canabarro..... 116-7

## M

Machado, Cristiano.....57

Machado, João.....74

Maciel Filho, José Soares...35, 45, 48-9, 51-3, 97

Magalhães, Agamenon.....27, 137

Magalhães, Juraci.....118, 125

Magalhães, Sérgio...74-5, 123, 131, 134-5, 137,  
149, 168

Mangabeira, João.....57

Manifesto do Partido Trabalhista Brasileiro...10

Manifesto dos Coronéis.....99

Marcondes Filho, Alexandre..27, 31, 37, 106

Marques, José Cecílio.....71, 92

Marzagão, Paulo.....133

Mata, Abelardo.....109

MDB *ver* Movimento Democrático Brasileiro

Mello, Alaim de.....136

Melquíades, Severino da Silva.....32

Meneghetti, Ildo.....123

Meneghetti, Mário.....123-4

Menocci, Luis.....32

Mensagem Presidencial de março de 1964...156-8,  
161

Mergulhão, Benedito.....98

Mestrinho, Gilberto.....119

Migueis, professor.....71

Ministério da Aeronáutica.....52

Ministério da Agricultura...107, 120, 123-4, 133,  
143-4

Ministério da Educação e Cultura.....127

Ministério da Fazenda.....146, 150

Ministério da Justiça.....106

Ministério do Trabalho...24-6, 28, 30, 33, 35,  
38, 40-1, 46, 52, 70-1, 76, 88, 90, 92, 96-9,  
106-7, 110, 123-4, 133, 137, 145, 150-3

Mira, Conrado.....32

Miranda, Tarcísio.....105

MNPT *ver* Movimento Nacional Popular Trabalhista

Mocidade Trabalhista.....72

Monteiro, Góes.....58

Montoro, Franco.....151

Moraes, Ermírio de.....23, 166

Moreira, José Artur da Frota...32, 76, 88, 90,  
97-8, 109-10, 113, 128

Morena, Roberto.....111

Morrot, Paulo.....30

Mota Júnior, Leandro M.....32

Moura, Aluísio de Andrade.....97

Moura, Mário Pimenta de.....98

Movimento Democrático Brasileiro...12, 167

Movimento Nacional Popular Trabalhista...110-1

Movimento Pró-Candidatura do Sr. Getúlio Var-  
gas.....26

Movimento Trabalhista Renovador...65, 82, 120,  
125, 128-9, 131, 136, 143, 167

MTR *ver* Movimento Trabalhista Renovador

Müller, Filinto.....31

## N

Naves, Abilon de Souza.....56, 97, 128

Nery, Carlos.....30, 67

Neves, Francisco de Castro.....151

Neves, Paulo Baeta...27-30, 32, 34, 37, 44,  
51, 56, 65, 68, 97, 110, 113, 128, 161-2, 166

Neves, Tancredo.....143

Nobre, Fernando de Almeida.....76

Nóbrega, Fernando.....124

Novelli Júnior.....45

## O

Oliveira, Carlos Gomes de...97, 105, 109, 113

Oliveira, Manuel Barbalho de.....30

Oliveira, Sebastião Luis de.....28-9

Operação Nordeste.....127

Operação Pan-Americana.....122, 127

## P

Pacto do ABC.....99

Paixão, Antônio Jacob.....32

- Partido Comunista Brasileiro. . . . . 21-2, 31, 41, 47-51, 62, 64, 66, 82, 92, 97-9, 111, 113, 121, 134, 144, 150, 154, 167, 170
- Partido Comunista do Brasil . . . . . 150
- Partido Comunista *ver* Partido Comunista Brasileiro
- Partido Democrata Cristão. . . . . 50, 64-5, 81-2, 129, 151
- Partido Democrático Social . . . . . 13
- Partido Democrático Trabalhista . . . . . 14
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro . . . . . 12, 14
- Partido Gaullista . . . . . 19
- Partido Libertador . . . . . 65, 82
- Partido Nacional Socialista Alemão . . . . . 19
- Partido Proletário Brasileiro. . . . . 34
- Partido Republicano . . . . . 46, 50, 64-5, 82, 149
- Partido Republicano Progressista. . . . . 82, 149
- Partido Republicano Trabalhista. . . . . 64-5, 82, 167
- Partido Rural Trabalhista . . . . . 65, 82
- Partido Social Democrático. . . . . 14, 28, 30, 35-6, 41, 45-6, 48-50, 52, 57-8, 64-6, 70, 77, 81-2, 85-8, 105-10, 115, 119-21, 123-4, 128-30, 133, 135, 138, 143, 148-9, 158
- Partido Social Progressista. . . . . 36, 48, 50, 52, 55, 58, 64-5, 73, 78, 81-2, 118, 149
- Partido Social Trabalhista. . . . . 34, 65, 82
- Partido Socialista. . . . . 81
- Partido Socialista Brasileiro. . . . . 50, 57, 64-5, 82, 149, 151
- Partido Trabalhista Brasileiro
- Antigo PTB . . . . . 10, 15-6, 21-6, 41, 168-70
- Bancadas. . . . . 36, 39, 64-5, 81-2
- Disputas e articulações eleitorais. . . . . 31, 33, 35, 43, 57-9, 105-12, 118-20, 129-34
- Disputas e articulações internas. . . . . 30, 34, 36-8, 40, 44-6, 51-6, 113-5, 125-9
- Estrutura interna . . . . . 85-7
- Fundação . . . . . 27-28
- Fundadores. . . . . 29-30
- Golpe de 1964 . . . . . 139-42, 162-7
- Partido Trabalhista Brasileiro (*continuação*)
- Governo Jango . . . . . 139-61
- Governo Jânio. . . . . 134-8
- Governo Juscelino . . . . . 121-5
- Governo Vargas . . . . . 88-100
- Novo PTB. . . . . 13-14
- Partido carismático. . . . . 19-20, 61, 103-4, 159, 170
- Programa de Ivete Vargas. . . . . 13
- Programa de Leonel Brizola. . . . . 12
- Relação com o PCB . . . . . 47-51
- Relação com os militares . . . . . 115-8
- Reorganização em 1979. . . . . 9-11
- Seção carioca . . . . . 61-3, 66-75, 83
- Seção fluminense . . . . . 14, 166
- Seção gaúcha . . . . . 24, 52, 93, 107, 123
- Seção mineira . . . . . 107
- Seção paulista. . . . . 14, 43, 51, 57-8, 62, 75-83, 110, 166, 169
- Partido Trabalhista Brasileiro Independente *ver* Frente Trabalhista Brasileira
- Partido Trabalhista britânico *ver* Labour Party
- Partido Trabalhista inglês *ver* Labour Party
- Partido Trabalhista Nacional. . . . . 50, 65, 78, 81-2, 167
- Pasqualini, Alberto. . . . . 44-5, 53, 90, 92, 97, 99, 105, 107, 113, 123, 168
- Paz, Porfírio da. . . . . 110
- PC do B *ver* Partido Comunista do Brasil
- PCB *ver* Partido Comunista Brasileiro
- PDC *ver* Partido Democrata Cristão
- PDS *ver* Partido Democrático Social
- PDT *ver* Partido Democrático Trabalhista
- Pedroso Júnior, José Correia. . . . . 76-7
- Peixoto, Amaral . . . . . 87, 107-8
- Pelacani, Dante . . . . . 134, 161
- Penedo, José Ramos. . . . . 32
- Pequeno, Sindulfo de Azevedo. . . . . 30, 32, 38
- Pereira, Temperani . . . . . 137
- Perón, Juan Domingo. . . . . 102-3, 111
- Pessoa, Epitácio . . . . . 53, 56
- Petrobras . . . . . 92, 114, 127, 132
- Pimentel, Paulo. . . . . 13

Pinheiro Neto, João ..... 144-5, 151, 163  
 Pinheiro, Marcos ..... 109  
 Pinto, Carvalho ..... 80, 133, 146  
 Pinto, Edmundo Barreto ..... 28, 49, 66, 68  
 Pitombo, Ary ..... 128  
 Piza, Toledo ..... 80, 90  
 PL *ver* Partido Libertador  
 Plano de Ação Política ..... 126  
 Plano de Metas ..... 112  
 Plano Trienal ..... 145, 150, 153  
 PMDB *ver* Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
 PR *ver* Partido Republicano  
 Presídio, Joel ..... 90, 109  
 Prestes, Luís Carlos ..... 47-9, 109  
 Previdência Social ..... 83, 92, 107-8, 124, 127, 131  
 PRP *ver* Partido Republicano Progressista  
 PRT *ver* Partido Republicano Trabalhista ou Partido Rural Trabalhista  
 PSB *ver* Partido Socialista Brasileiro  
 PSD *ver* Partido Social Democrático  
 PSP *ver* Partido Social Progressista  
 PST *ver* Partido Social Trabalhista  
 PTB *ver* Partido Trabalhista Brasileiro  
 PTN *ver* Partido Trabalhista Nacional

## Q

Quadros, Jânio. .... 13, 70, 78, 80, 93, 106, 112, 125, 131-6, 138, 141, 143, 168-9

## R

*Radical, O* ..... 53, 77, 109  
 Rádio América ..... 77  
 Ramos, Guerreiro ..... 168  
 Ramos, João Batista ..... 124, 133  
 Ramos, Nereu ..... 116  
 Ramos, Paulo ..... 109  
 Ramos, Rui ..... 109, 128, 137  
 Ramos, Saulo ..... 105

Rassemblement du Peuple Français (RPF) *ver* Partido Gaullista  
 Riani, Clodsmith ..... 161  
 Ribeiro, Darcy ..... 11  
 Ribeiro, Trajano ..... 11  
 Rocha, Euzébio ..... 23, 45, 80, 88, 90, 92  
 Rocha, José Diogo Brochado da. .... 109, 144, 157  
 Rockefeller, grupo ..... 120  
 Rodrigues, Antônio Maria ..... 133  
 Rodrigues, Francisco Chagas ..... 119  
 Rodrigues, Valdy ..... 76-7  
 Romero, Abelardo ..... 72

## S

Sá, Gilberto Crockatt de ..... 28, 151  
 Sá, Hermano de ..... 136  
 Salgado Filho, Joaquim Pedro. .... 43-4, 49, 51-6, 69, 168  
 Salzano, Erlindo ..... 55  
 Sanson, Sílvio ..... 24, 32  
 Santana, Milton Soares ..... 32  
 Santos, Jarbas Levy ..... 37  
 Santos, Newton ..... 57-8, 70, 79, 90, 109, 113  
 Saps *ver* Serviço de Alimentação da Previdência Social  
 Secretaria de Propaganda e Divulgação Cultural ..... 67  
 Secretaria Política ..... 67  
 Segadas *ver* Viana, José de Segadas  
 Senado ..... 49-50, 94, 107, 118-9, 148-9  
 Serviço de Alimentação da Previdência Social ..... 135  
 Serviço Social da Indústria ..... 78  
 Serviço Social do Comércio ..... 78  
 Sesc *ver* Serviço Social do Comércio  
 Sesi *ver* Serviço Social da Indústria  
 Sidow, Ícaro ..... 23, 76  
 Silva Neto, Adalberto Ribeiro da ..... 11  
 Silva, Antônio José da ..... 28, 30, 63, 65, 67-9  
 Silva, José Mansueto da ..... 32  
 Silva, Loureiro da ..... 118, 123, 135

Silveira, Roberto da. . . . . 99, 113, 119, 125-6, 128-31, 133

Simonsen, Roberto . . . . . 76

Sindicato dos Barbeiros do Rio de Janeiro. .30

Sindicato dos Carris Porto-Alegrense. . . . . 24

Sindicato dos Comerciários . . . . . 29, 76

Sindicato dos Empregados em Moinho do Rio de Janeiro . . . . . 29

Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. . . . . 67

Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Rio de Janeiro. . . . . 28-9

Sindicato dos Empregados Vendedores Viajantes de São Paulo. . . . . 76

Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro. .29-30

Sindicato dos Ferroviários da Zona Mogiana . . . . . 76-7

Sindicato dos Mestres e Contramestres da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro. . . . . 65

Sindicato dos Padeiros *ver* Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação do Rio de Janeiro

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Porto Alegre. . . . . 24

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação do Rio de Janeiro . . . . . 30, 63

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos. .30, 67

Sindicato dos Vendedores Viajantes do Rio de Janeiro . . . . . 29

Siqueira, Sinval . . . . . 32

Sobral, Othon Silva . . . . . 44, 109

Sociedade Anônima Indústria Gráfica o Marmiteiro (Saigom) . . . . . 53

Sousa, Antônio de. . . . . 30

Sousa, Antônio Francisco dos Santos de. . . . 30

Sousa, Euclides de . . . . . 30

Sousa, Nelson Procópio de . . . . . 28-9

Souza, Leodegário Ludgero de . . . . . 56

Standard Oil . . . . . 131

Superintendência de Política Agrária. . . . . 151, 154-5, 157-8

Supra *ver* Superintendência de Política Agrária

Sussekind, Arnaldo. . . . . 115

## T

Talarico, José Gomes . . . . . 24, 74, 161

Tavares, Lira . . . . . 117

Távora, Juarez. . . . . 106, 110-2

III Exército *ver* Exército, III

*Trabalhista, O* . . . . . 7

Tribunal de Segurança Nacional. . . . . 48

Tribunal do Trabalho . . . . . 29

Tribunal Superior Eleitoral . . . 29, 34, 48-9, 87

Truman, Harry. . . . . 54

TSE *ver* Tribunal Superior Eleitoral

TSE, Processo nº 7/47. . . . . 28, 31

## U

UDN *ver* União Democrática Nacional

UNE *ver* União Nacional dos Estudantes

União Democrática Nacional. . . . . 14, 31, 36, 46, 48-50, 52, 57-8, 62, 64-6, 80-2, 85-8, 93, 96, 100, 105-6, 112, 116-20, 123, 128, 135, 145, 149-50, 158

União Nacional dos Estudantes . 141, 148, 150

## V

Valadares, Benedito. . . . . 77

Valente, Francisco Gurgel do Amaral. . . 28-9, 32, 49, 66, 69, 73, 98, 109

Vargas, Alzira . . . . . 22, 44-5, 49, 69-70, 115

Vargas, Getúlio. . . . . 9-12, 15-6, 19-21, 23-7, 30-1, 33-5, 37, 40-1, 44-8, 51-9, 61, 63, 66, 68-71, 73-7, 79-80, 83, 85, 87-93, 95-7, 99-100, 103-4, 109, 112-6, 142, 153, 159, 162, 166-8



Vargas, Ivete. . . . .	9-10, 13-4, 23, 57-8, 69, 74-5, 79-81, 98, 100, 111, 132, 135-6, 152, 166-7, 170	Viana, José de Segadas. . . . .	24, 27-8, 30-2, 34, 36-8, 40, 44-5, 52-3, 57, 62-3, 66-72, 76, 88- 90, 96, 98, 105
Vargas, Lutero. . . . .	61, 68, 70-5, 100, 118, 132, 137, 166-7, 170	Viana, Milton . . . . .	32
Vargas, Viriato. . . . .	68	Vieira, Moura . . . . .	105
Vargas Neto, Manuel . . . . .	66	Virgulino, Himalaia. . . . .	48
Vecchio, José. . . . .	24	Vista, Jaime Boa. . . . .	26
Viana, Aurélio . . . . .	137		
Viana, Cibilis. . . . .	11		
		Z	
		Zano, Maximino . . . . .	32, 44

Impressão e acabamento  
**FACE ÚNICA**  
Rua Filomena Nunes, 395  
Olaria - Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (021)590-1617

*era incapaz de praticar a democracia interna. O partido liderou, na década de 50, a luta pelas grandes reformas sociais e políticas, mas nunca se libertou do personalismo herdado do carisma de Vargas.*

*No que tinha de apelo popular, de carisma, de propostas generosas, a alma do PTB explica a força da sigla até hoje presente entre os antigos militantes. No que tinha de personalista, de autoritária, de clientelista, explica a incapacidade do partido de se transformar em algo parecido com seu modelo — o Partido Trabalhista inglês. É de se perguntar se esta herança contraditória não continua a pesar sobre as pessoas e instituições que se dizem hoje continuadoras do trabalhismo petebista.*

*O leitor encontrará no livro de Maria Celina D'Araujo farto material para meditar sobre os problemas passados e presentes de nossa democracia. Talvez mesmo sobre problemas que nos espreitam no futuro.*

*José Murilo de Carvalho*

**Maria Celina D'Araujo**, 45, é doutora em Ciência Política pelo Iuperj, pesquisadora da FGV/CPDOC e professora da UFF. É autora de *O segundo Governo Vargas* (Ática, 1992) e publicou vários outros trabalhos. Recentemente foi uma das organizadoras do livro *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas* (Fundação Getúlio Vargas - Editora, 1994).

# SINDICATOS, CARISMA & PODER

O PTB DE 1945-65

*A alma do PTB revelada pela autora é uma alma dilacerada. O partido propunha trazer os trabalhadores para a política, mas recorria ao clientelismo e ao corporativismo como mecanismos de cooptação. O partido pretendia inserir o trabalhismo varguista no jogo democrático, mas era incapaz de praticar a democracia interna. O partido liderou, na década de 50, a luta pelas grandes reformas sociais e políticas, mas nunca se libertou do personalismo herdado do carisma de Vargas.*

*O leitor encontrará no livro de Maria Celina D'Araujo farto material para meditar sobre os problemas passados e presentes de nossa democracia. Talvez mesmo sobre problemas que nos espreitam no futuro.*

ISBN 85-225-0193-9



9 788522 501939